



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

**IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA AMAZÔNIA: AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS
E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE
PARAENSE (1890-1920)**

Belém
2012

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

**IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA AMAZÔNIA: AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS E
O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE PARAENSE
(1890-1920)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGSDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências Socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Ferreira Emmi

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPa

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira

Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920) / Francisco Pereira Smith Júnior; orientadora Marília Ferreira Emmi – 2012.

212 f. : il. ; 29 cm

Inclui Bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Migração – Interna – Amazônia. 2. Imigrantes – Amazônia. 3. Migração. 4. Espanhóis. 5. Desenvolvimento econômico (PA). I. Emmi, Marília Ferreira, orientadora. II. Título.

CDD. 22. 304.8811

FRANCISCO PEREIRA SMITH JÚNIOR

**IMIGRAÇÃO ESPANHOLA NA AMAZÔNIA: AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS E
O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO NORDESTE PARAENSE
(1890-1920)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências Socioambientais.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Marília Emmi
Orientadora, PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Aragon Vaca
Examinador, PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.
Examinador, PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Maria Cristina Alves Maneschy
Examinadora externa, PPGCS/IFCH/UFPA

Prof. Dr. Silvio Augusto Holanda
Examinador externo, PPGL/ILC/UFPA

Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras, mas apenas até as fronteiras.

Abdelmalek Sayad

*Aos meus pais Creuza Diniz Smith
&
Francisco Smith.*

Aos meus irmãos Marcos, Márcio, Marcelo e Maurício Smith.

A Cosma Smith.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é parte de um projeto pessoal de interesse pelo tema, por isso, vejo hoje, escrito aquilo que um dia foi apenas um sonho, mas que agora faz parte da minha realidade.

Esta pesquisa somente foi possível graças ao apoio da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, ao PPGDSTU e à Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA).

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Marília Emmi, pela sua sabedoria, humildade, gentileza e habilidade com o tema, sabendo sempre me indicar os melhores caminhos teóricos para fundamentar este trabalho de pesquisa. Agradeço aos meus professores Luis Aragón e Josep Pont Vidal pelas contribuições dadas desde suas aulas, minha qualificação e até o presente momento. Também agradeço aos novos amigos adquiridos nesta jornada, em especial o Dr. José de Alencar, o Sr. Jorge Martins, a historiadora Zélia Caxias, funcionária do cartório Antônio Pereira de Bragança, e a minha amiga de luta, Rosamaria Reo.

Para finalizar, agradeço a Deus, Nossa Senhora de Nazaré e toda minha família, por serem sagrados e fazerem parte de mais uma etapa da minha vida.

RESUMO

O período compreendido entre os anos de 1890 e 1920 marcou a história das migrações internacionais no estado do Pará. Em função de uma forte propaganda migratória na Europa, o Estado paraense foi palco de entrada para muitos imigrantes europeus, entre eles os espanhóis. Atraídos pela agricultura no estado, devido à criação dos núcleos coloniais, muitas famílias de espanhóis, saídos, muitas vezes, de uma situação de pobreza, atravessaram o Atlântico e reconstruíram suas vidas em vários núcleos coloniais do estado do Pará. Sendo assim, a pesquisa propõe investigar quais as contribuições socioeconômicas dos imigrantes espanhóis para o desenvolvimento do Nordeste paraense, e procura entender o processo de introdução desses colonos em território paraense e o seu cotidiano nas colônias, a partir de documentos e entrevistas para demonstrar essa vivência de espanhóis no estado do Pará. Com isso, pretende-se com esta pesquisa dar sua parcela de contribuição para o campo historiográfico dentro dos estudos sobre migração internacional na Amazônia, visto que, existe certa escassez de trabalhos em estudos migratórios na região, salvo alguns trabalhos reconhecidos de pesquisadores que se dedicam ao tema da migração no território paraense.

Palavras-chave: Espanhóis. Amazônia. Pará. Imigrantes. Migração.

ABSTRACT

The period among the years of 1880 and 1920 marked the history of the international migrations in the State of Pará. With the strong migration propaganda in Europe, the State of Pará was the stage entrance for many European immigrants, among them, the Spanish. Attracted by agriculture which was in a high position in the state, due to the creation of colonial settlements, several Spanish families, coming many times from poor settlements, crossed the Atlantic and reconstructed their lives in various colonial centers of the State of Pará. Thus, this study is to investigate which socio-economic contributions of Spanish immigrants to the development of northeastern. From now on, it is possible to understand all the process of introduction of these settlers in Pará territory and their daily lives in the settlement, with the use of official documents and interview to demonstrate this experience of Spanish in Amazon. With this, pretend to give a contribute to research the field of historiographical studies on international migration in the Amazon, considering that there is still shortage of work in the migration studies in the region, except for some works recognized by researchers who dedicated themselves to the theme of migration in the paraense territory.

Key- Words: Spanish. Amazon. Pará. Immigrants. Migration.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Emigração espanhola para o Brasil (1890-1940)	42
Gráfico 2 -	Entrada de homens e mulheres de origem espanhola no porto do Rio de Janeiro (1880-1914)	43
Gráfico 3 -	Origem dos imigrantes espanhóis (1896)	101
Gráfico 4 -	Origem dos imigrantes espanhóis (1897)	101
Gráfico 5 -	Profissões de imigrantes espanhóis (1896)	107
Gráfico 6 -	Profissões de imigrantes espanhóis (1897)	107
Gráfico 7 -	Faixa etária dos imigrantes espanhóis (1896)	108
Gráfico 8 -	Faixa etária dos imigrantes espanhóis (1897)	108
Gráfico 9 -	Estado civil dos imigrantes espanhóis (1896)	109
Gráfico 10 -	Estado civil dos imigrantes espanhóis (1897)	110
Gráfico 11 -	Passagens pagas pelo governo do Pará (1896)	111
Gráfico 12 -	Faixa etária dos passageiros (1896)	112

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa das províncias da Espanha	49
Figura 2 -	Capa da propaganda da Amazônia brasileira	73
Fotografia 1 -	União Espanhola de Socorros Mútuos	78
Fotografia 2 -	Hospedaria do Outeiro.....	80
Quadro 1 -	Lista de passageiros de Emilio de Castro (18 de abril de 1897 – vapor Justin)	97
Quadro 2 -	Viagens e vapores com destino ao Pará (1896 -1897)	100
Quadro 3 -	Comunidades e províncias espanholas	102
Quadro 4 -	Trabalhos No Núcleo de Benjamim Constant (setembro de 1898)	121
Quadro 5 -	Bens da família Lhamas Veiga	126
Fotografia 3 -	Caderneta de poupança de Manoel Lhamas	127
Quadro 6 -	Imóvel da família Castanho Gardunho	128
Fotografia 4 -	Associação Comercial Vasconcelos e Castanho	130
Fotografia 5 -	“Trenzinho da 29”	133
Figura 3 -	Planta do núcleo de Marapanim	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Imigração das principais nacionalidades estrangeiras para o Brasil (1880-1929)	34
Tabela 2 - Imigração para o Brasil (1880-1900)	35
Tabela 3 - Movimento dos emigrantes espanhóis com destino à América Latina (1882-1930)	36
Tabela 4 - Principais nacionalidades de imigrantes no Brasil (1877-1930)	36
Tabela 5 - Emigrantes espanhóis com destino ao Brasil (saídos de portos espanhóis)	38
Tabela 6 - Cifras de saídas dos portos espanhóis e cifras de entrada no Brasil dos imigrantes (1885-1934)	39
Tabela 7 - Presença de espanhóis por estados (censo 1920)	41
Tabela 8 - Espanhóis desembarcados no porto do Rio de Janeiro (1880-1914)	44
Tabela 9 - Porcentagem de imigrantes espanhóis no estado de São Paulo (1900-1924)	45
Tabela 10 - Entrada de europeus no porto de Belém (1908-1910)	52
Tabela 11 - Recenseamento da população paraense (1872, 1900 e 1920)	58
Tabela 12 - População espanhola no Pará e no Amazonas (1872 e 1920)	60
Tabela 13 - Custos com a construção da hospedaria dos imigrantes	81
Tabela 14 - Produção do tabaco no Pará	86
Tabela 15 - Imigrantes introduzidos no Pará por Emílio Martins e Francisco Cepeda (1896-1900)	93
Tabela 16 - Recenseamento da população estrangeira nos núcleos coloniais do Pará	115
Tabela 17 - Presença de imigrantes estrangeiros e brasileiros em suas respectivas colônias e lotes agrícolas (1902)	116
Tabela 18 - População de Benjamin Constant (23 de novembro de 1900)	122
Tabela 19 - População do núcleo de Benjamin Constant (1910)	122
Tabela 20 - Espanhóis enviados ao núcleo de Benjamin Constant (1896 e 1898)	123
Tabela 21 - População de imigrantes nacionais e estrangeiros em Benjamin Constant (janeiro 1898 a janeiro 1899)	124
Tabela 22 - População existente no núcleo de Ferreira Pena (1900)	136

Tabela 23 - Espanhóis enviados ao núcleo de Jambu-Açu (hospedaria dos imigrantes)	138
Tabela 24 - População de imigrantes espanhóis na colônia de Jambu-Açu (1897-1898)	139
Tabela 25 - Saída de espanhóis da hospedaria do Outeiro para o núcleo de Marapanim (1897-1898)	142
Tabela 26 - Permanência e saída de espanhóis no núcleo de Marapanim (jun. a out. 1898)	143
Tabela 27 - Nascimentos-óbitos-saídas-permanência no núcleo de Monte Alegre (1895) ...	150
Tabela 28 - Espanhóis enviados ao núcleo de Monte Alegre (1896-1898)	150
Tabela 29 - Colonos existentes no núcleo colonial de Monte Alegre (1897)	151
Tabela 30 - População de imigrantes dos núcleos coloniais emancipadas do Pará (1902) ...	163
Tabela 31 - Cidades com maior população espanhola no estado do Pará (1920)	164

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AS RAZÕES DA MIGRAÇÃO: ABORDAGENS TEÓRICAS	19
3	A ESPANHA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	28
4	O BRASIL DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS	32
5	A AMAZÔNIA COMO DESTINO DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA	51
5.1	A POLÍTICA DA IMIGRAÇÃO NO PARÁ	60
5.2	<i>INMIGRACIÓN Y COLONIZACIÓN: A PROPAGANDA PARAENSE</i>	73
5.3	A IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA: OS CONTRATOS PARA INTRODUÇÃO DE IMIGRANTES NO PARÁ	91
6	OS ESPANHÓIS NOS NÚCLEOS COLONIAIS	114
6.1	NÚCLEO COLONIAL DE BENJAMIN CONSTANT	117
6.2	NÚCLEO COLONIAL DE FERREIRA PENA	135
6.3	NÚCLEO COLONIAL DE JAMBU-AÇU	136
6.4	NÚCLEO COLONIAL DE MARAPANIM	140
6.5	NÚCLEO COLONIAL DE SANTA ROSA	146
6.6	NÚCLEO COLONIAL DE MONTE ALEGRE	147
6.7	O COTIDIANO DOS NÚCLEOS COLONIAIS DO PARÁ	151
6.8	COLONOS ESPANHÓIS: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	158
6.9	A EMANCIPAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS: PARA ONDE FORAM OS ESPANHÓIS?	162
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS DA PESQUISA	166
	REFERÊNCIAS	169
	ANEXOS	175

1 INTRODUÇÃO

O período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX foi marcado por um intenso processo migratório conhecido como era das grandes migrações internacionais. A expansão capitalista e o conseqüente empobrecimento de países da Europa meridional, aliados às transformações sociodemográficas e às políticas favoráveis à emigração ofereceram condições propícias ao deslocamento de fluxos migratórios europeus para o novo mundo. Nesse contexto, os principais países receptores eram os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e o Canadá.

Como país receptor, o Brasil, contando com fraca densidade demográfica, inicialmente implantou projetos de colonização agrícola no Sul e no Sudeste visando o povoamento, para os quais foram atraídos alemães e italianos. A expansão da economia cafeeira e a necessidade de trabalhadores livres para substituir a mão-de-obra escrava passaram a direcionar políticas favoráveis à imigração. Do ponto de vista do imigrante, os subsídios e a possibilidade do acesso à terra, além de outras vantagens anunciadas pela intensa propaganda imigratória, contribuíram para que estes considerassem vantajoso o mercado de trabalho no Brasil. Os fluxos europeus que tiveram maior peso quantitativo foram o português, o italiano, o espanhol e o alemão (LEVY, 1974). Embora a presença de desses imigrantes tenha sido mais significativa no centro sul do Brasil, os censos de 1870 a 1920 mostram que eles se distribuíram pelos vários estados do país.

A inserção da Amazônia no contexto das grandes migrações internacionais deu-se no auge da economia da borracha. Para o estado do Pará se dirigiram fluxos migratórios de várias nacionalidades, sendo numericamente os mais significativos os formados por portugueses, espanhóis e italianos. No caso dos espanhóis, as razões de saída tinham as mais diversas explicações, dentre elas, a atração causada pela economia da borracha. Segundo Weinstein (1993), o impacto demográfico e econômico do negócio da borracha na região amazônica só viria a ser plenamente sentido com o advento dos “anos dourados” da Amazônia (1880 a 1910), mas já nos meados do século XIX as exportações de borracha tinham efeito claramente perceptível sobre as “estatísticas vitais” do Pará.

Mas existem outros fatores de explicação para a emigração espanhola, por isso, é importante que se considere a emigração espanhola para a Amazônia vista pela monarquia espanhola como uma solução para amenizar problemas de ordem socioeconômica, como o desemprego e a densidade demográfica do país. Outro motivo explicava-se pelo estado de tensão na juventude espanhola, gerado pela possibilidade de convocação dos jovens para

servir o exército. Segundo Sousa (2006), no caso da região da Galícia havia além do medo de servir em guerras, o risco de perderem a herança familiar, pois uma família “galega” somente tinha direito de deixar seus bens, em caso de morte, ao seu filho primogênito, deixando os outros filhos desamparados, um problema que existia também em outros países da Europa.

A saída dos imigrantes espanhóis favorecia a entrada de capital na Espanha. Muitos imigrantes espanhóis ao se estabelecerem em solo amazônico não perdiam contato com seus familiares e enviavam recursos financeiros aos seus parentes. Uma ajuda financeira vista como algo positivo pela monarquia espanhola, isso quando não solicitavam a vinda de seus parentes por meio da carta de chamada. A imigração espanhola no Pará não foi apenas uma decisão do governo paraense de povoar a Amazônia e fornecer alimentos para a população das cidades, mas também uma decisão da monarquia espanhola para resolver suas dificuldades financeiras.

Diante da importância que o imigrante espanhol teve para o contexto das grandes migrações no Pará, nesta tese será esse fluxo migratório no estado que constituirá o objeto principal de análise. Algumas razões são alinhadas para essa escolha. Segundo dados dos censos de 1920, os espanhóis ocuparam o segundo lugar entre os estrangeiros residentes no Pará, somente suplantados pelos portugueses.

Diferentemente das imigrações portuguesa e italiana no Pará que foram predominantemente urbanas (EMMI, 2008), a imigração espanhola apresentou um contingente rural bastante significativo, chegando a constituir 97% dos 3.380 colonos estrangeiros que povoaram as colônias agrícolas existentes no Pará, segundo recenseamento feito nessas colônias em outubro de 1900 (MUNIZ, 1916, p. 93). Apesar desse peso quantitativo, a participação dos espanhóis no povoamento e no desenvolvimento do Pará ainda tem sido pouco estudada. Do mesmo modo, a importância do projeto de implantação de colônias agrícolas do Estado para receber imigrantes estrangeiros, criado no fim do império e que se estendeu até o início do governo Augusto Montenegro (1902) e, sobretudo a significativa participação dos espanhóis para o desenvolvimento socioeconômico do Pará. As primeiras referências sobre os imigrantes espanhóis no Pará,

foram as do vice-cônsul da Espanha em Belém, que informou ter sido composto, até 1894, de 600 indivíduos, a maioria proveniente da Galícia. A partir de então, produziu-se um aumento considerável da imigração devido, fundamentalmente, a uma política migratória estabelecida pelo governo brasileiro, com vista a desenvolver a agricultura mediante a criação de núcleos coloniais. Os primeiros foram Monte Alegre, Benjamin Constant, Ferreira Penas, Santa Rosa e Marapanim; a esses se seguiram Couto Magalhães, Anita Garibaldi, Ianetama e Modelo. Em 1896, Francisco Cepeda obteve um contrato de introduzir 15 mil espanhóis, na

maioria galegos, mas também das províncias de Salamanca e Zamora (MARTÍNEZ, 2000, p. 247).

Considerando que a imigração espanhola no Pará está relacionada com o projeto de colonização agrícola implantado pelo governo ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança, delimitou-se como recorte espacial as colônias agrícolas aí localizadas que receberam o maior número de espanhóis: Benjamin Constant, Ferreira Pena, Jambu-Açu, Marapanim e Santa Rosa. Foi incluída nesse recorte a colônia agrícola de Monte Alegre, que embora localizada no baixo Amazonas, portanto fora da área de influência da estrada de ferro de Belém-Bragança, teve destaque pelo contingente significativo de imigrantes espanhóis que recebeu no final do século XIX e início do século XX. Como recorte temporal, delimitou-se o período compreendido entre 1880, início do projeto de implantação dos núcleos agrícolas do Pará pelos presidentes de província e as primeiras décadas do século XX, quando as colônias mesmo já tendo sido emancipadas continuaram a manter a produção, tendo algumas evoluído para a condição de cidades. Este período é importante para os estudos de migração no Pará, por ter sido um momento, em que a presença espanhola se tornou significativa e importante para o desenvolvimento socioeconômico, principalmente para a região Nordeste Paraense.

As referências na literatura sobre a imigração espanhola no Pará tendem a apontar uma estratégia de implantação das colônias agrícolas para o desenvolvimento do estado como um projeto fracassado (SANTOS, 1980), o que teria levado Augusto Montenegro a emancipar as colônias agrícolas no início do século XX. No entanto, considera-se que, apesar de os imigrantes espanhóis no Pará não aparecerem na literatura como atores importantes para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, propõe-se como questão central, investigar quais foram as contribuições desses imigrantes que povoaram os núcleos coloniais do Pará para o desenvolvimento social, econômico e demográfico do nordeste do estado. A essa investigação central, outras inquietações surgiram como: quem eram esses imigrantes espanhóis? De quais regiões da Espanha vieram? Qual a faixa etária desses espanhóis? E quais eram suas profissões? Apresenta-se como hipótese norteadora desta tese a existência de importantes contribuições desses imigrantes espanhóis localizados nas colônias agrícolas no final do século XIX e início do século XX para o desenvolvimento socioeconômico do nordeste do estado do Pará.

As reflexões teóricas sobre o movimento migratório desta tese estiveram apoiadas nas contribuições de Richmond (1988), o qual discute a importância do enfoque interdisciplinar para entender o movimento migratório, de Klein (2000) considerando suas explicações

econômicas para determinar os fatores de atração e repulsão dos imigrantes, de Peixoto (2004) que discute os diferentes aportes das teorias micro e macro sociológico para explicar a decisão individual e coletiva do imigrante. Apoiei-me principalmente em Sayad (1998) que entende a emigração e a imigração como “duas faces de uma mesma realidade”, pertencentes à própria lógica do processo migratório. O sociólogo compreende que os movimentos migratórios possuem explicações através de decisões coletivas e estruturais, sem deixar de levar em conta as trajetórias individuais. Outro ponto que considera relevante é a perspectiva do retorno do imigrante, pois considera isso parte de um projeto migrante, em que o imigrante no início do processo migratório, contempla o retorno como parte integrante desse processo. Em Sayad o retorno é descrito como uma categoria importante para o fenômeno migratório porque dá sentido e explica a unidade das relações complexas entre emigração e imigração.

A esses aportes teóricos incorporaram-se contribuições de pesquisadores sobre imigração espanholas no Brasil, como Bassanezi (1995), Bacelar (1994), Cánovas (2005; 2009; 2011), Gattaz (1996), Giron (1999), Guimarães (1998), Holloway (1984) e Martínez (2000).

Sobre a imigração internacional na Amazônia utilizaram-se os trabalhos de Emmi (2008) e Sarges (1999; 2002; 2008; 2009; 2010). A respeito das colônias agrícolas do Pará foram fundamentais as contribuições de Muniz (1916), Cruz (1955), Penteado (1967), Lacerda (2006; 2010), Marques (2005), Oliveira (2008) e Matos (1992). Como base para entender os dados estatísticos de imigração internacional no Brasil, utilizaram-se principalmente os estudos de Levy (1974).

A pesquisa teve suporte documental e estatístico retirado das seguintes fontes: censos demográficos, cartório Antônio Pereira em Bragança e o cartório do Tijoca, o primeiro em Bragança e o segundo localizado às proximidades de Benjamin Constant (compra e venda de imóveis), Arquivo Público do Pará (passagens, lista de passageiros, relatórios de administradores), arquivos de família (fotografias, caderneta de poupança) e site oficial do *Center for Research Libraries* catalogados pela Universidade de Chicago (relatório dos presidentes de província).

À base empírica também se incorporaram informações extraídas de entrevistas realizadas com alguns descendentes de imigrantes espanhóis da região bragantina, todos oriundos do núcleo de Benjamin Constant. As entrevistas com esses descendentes foram importantes para reconstituir a memória de imigração que lhes foi repassada pelos pais, avós e outros familiares.

Os resultados desta pesquisa estão relacionados às indagações que estiveram vinculadas em todo momento ao problema central desta tese. Sendo assim, construiu-se um texto composto por seis capítulos, além desta introdução: As razões da migração: abordagens teóricas; A Espanha no contexto das migrações internacionais; O Brasil dos imigrantes espanhóis; A Amazônia como destino da imigração espanhola; os espanhóis nos núcleos coloniais; por fim, as considerações finais e os desafios da pesquisa.

2 AS RAZÕES DA MIGRAÇÃO: ABORDAGENS TEÓRICAS

Migrar é uma ação nascida pelas mais variadas motivações. Traz consigo sentimentos humanos, como o desejo em encontrar uma vida nova, alavancada pela esperança da vida próspera e em paz, distante principalmente de guerras e calamidades naturais. Mas será que essas são as únicas razões para explicar esse fenômeno?

No passado as migrações estiveram muito associadas às razões econômicas. Mas, na atualidade, as oportunidades de acesso fizeram que o homem do mundo moderno se tornasse um indivíduo mais globalizado e mais informado. Com o conhecimento mais compartilhado, descortinou-se diante desse indivíduo um novo mundo, permitindo que o mesmo tivesse mais oportunidades para “enxergar” o que existe do outro lado do Atlântico. Nos dias de hoje, existe maior oportunidade para que se possa descobrir o mundo sem necessariamente ter uma razão apenas econômica para motivar a migração.

A palavra imigração é nova em seu uso e antiga em sua origem. Foi no final do século XIX que seu uso se vulgarizou. Migrar deriva do latim e significa sair, mudar, ir embora. Mas o uso do termo imigração no sentido de entrar em outro território, e emigração no sentido de sair de determinado lugar, está ligado aos movimentos populacionais que se aceleraram no século XIX (GIRON, 1999, p. 116).

Atualmente, as pessoas passam a se arriscar mais e apostar em suas próprias descobertas, permitindo-se decidir a conhecer o diferente, o exótico e o estranho. Enfim, o imigrante passa a não ter apenas uma dimensão econômica que justifique sua migração, mas também razões de caráter social, cultural, antropológico, científico, religioso, histórico, entre outros, ou seja, a migração passa a ter uma série de interpretações interdisciplinares que justificam essa razão e que em muitas vezes parece ser difícil de explicar. Vale lembrar que a categoria de imigrante somente nasce em meados do século XIX, com o advento das grandes migrações e sua primeira definição somente é encontrada no ano de 1899 no dicionário da Real Academia de Língua Espanhola.

Mas, e quanto ao passado da humanidade? Como viveram as pessoas que decidiram mudar radicalmente de vida? Muitos saindo de sua casa e de seu país. Parece que mudar, nesse sentido, implica em tornar-se um imigrante? Detém-se na grande questão que envolve as mudanças dos indivíduos de lugar: Dentro de todas essas escolhas, o que leva esses seres humanos a mudarem tanto? Talvez a resposta seja difícil, isso porque a questão “migração” é um hábito antigo das civilizações e não pode ser explicado apenas com poucos exemplos isolados.

O fato de desconhecer a história dos vários grupos migratórios nos aspectos econômicos, sociais e culturais, dificulta pesquisadores da área de migração a construir uma teoria geral que apresente uma definição ou um conceito a respeito de migração.

As pesquisas sobre migrações parecem sempre procurar entender qual é a razão que faz alguém mudar de lugar, ou que explique que sentimento impulsiona o indivíduo a tomar essa decisão. Acredita-se que seja necessário primeiro pensar nas possíveis motivações que fazem um indivíduo optar por uma nova vida distante de sua família. Trata-se de uma decisão sobre seu próprio destino que modificará toda sua história. Esse fato traz à tona questões do tipo: Quem é esse indivíduo migrante? E por que migrou? Pensar nisso, é importante para explicar razões que em muitas vezes fazem parte apenas da individualidade do imigrante.

Um indivíduo que necessita estar em constante mudança, pode fazer disso uma condição de vida, pois é como admitir uma situação de vida provisória, é nunca se sentir pertencente à cultura e à história do outro. Faz-se necessário compreender como é estar em um lugar e ao mesmo tempo nunca pertencer a ele.

[...] impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse provisório possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que definitivo jamais seja anunciado como tal (SAYAD, 1998, p. 46).

O cerne dessa discussão está justamente nessa condição do imigrante aceitar ser ou negar sua identidade de imigrante. Aos poucos o tema migração vem ganhando espaço para discussões. A América ganhou espaço nesta discussão por ter sido cenário migratório para um grande número de europeus, ao final do século XIX e início do século XX. Logo depois, tornou-se um lugar para discussões a respeito da temática. Assim, os estudos migratórios, mesmo tardios, tornaram-se importantes para os estudos da modernidade em países como os Estados Unidos. Desse modo, como fruto de uma insistência da academia surgiram várias escolas importantes, como a de Chicago, nos EUA, como resultado de um estudo pioneiro de revisão dos clássicos da sociologia.

Até os sociólogos nos Estados Unidos começaram a estudar o movimento em massa da população dentro das cidades. A sociologia da migração começou a se estabelecer como uma sub-área distinta de uma disciplina. Começou com um trabalho de W. I. Thomas e Zaniecki (1918) com o camponês polonês na Europa e na América e logo depois por muitos estudos de imigração como os atuais (RICHMOND, 1988, p. 31).

Richmond tornou-se conhecido por pertencer a uma corrente neoclássica que analisou os clássicos – Malthus, Marx, Durkheim e Weber – e observou que, apesar de algumas

divergências nesses clássicos, existe um consenso de que o desenvolvimento capitalista era a causa mais importante para explicar os eventos migratórios. Como afirma Richmond (1988, p. 31), “a visão de Marx Weber sobre a migração não está claramente definida. Como Marx e Durkheim”. Observou em Marx que havia uma ação social dentro dos eventos das grandes migrações, algo racional, em que o fim estaria na busca por uma nova vida de maiores oportunidades pelo imigrante alavancado por uma força capitalista. Mas Richmond estava interessado em saber a respeito das consequências da industrialização e sobre a raiz do capitalismo.

As consequências da industrialização, da expansão capitalista e das mudanças tecnológicas em uma sociedade geram conflitos. Uma sociedade sem conflito somente existe no imaginário de ficções dos escritores e nas ideologias utópicas. Essas inquietações havia em Marx, Durkheim, Weber a respeito das consequências da industrialização e o avanço do capitalismo pelo mundo. Cada vez mais os indivíduos perdiam seus valores morais, resultando em uma desintegração social, que conseqüentemente geram problemas de ordem mais abrangente. Segundo Richmond (1988, p. 31), “a resultante confusão e a falta de uma integração social deixou consequências patológicas na sociedade, incluindo o crime, o suicídio e os conflitos entre grupos”. Com relação à teoria malthusiana, a mesma entendia que no passado das grandes civilizações, a Europa do século XIX havia sido um lugar de superpopulação e muita pobreza, que gerou mão-de-obra não qualificada e levou muitos europeus a migrarem para as Américas, em busca de uma nova vida. Para Karl Marx, as imigrações teriam sido resultantes do avanço do capitalismo nas grandes cidades europeias após a Revolução Industrial, o que levou ao empobrecimento das populações camponesas.

Segundo Klein (2000, p. 14), “dentre as razões para emigrar entende-se que três fatores são dominantes: o primeiro o acesso a terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos”. A leitura de Klein perpassa claramente pelo âmbito econômico, suas explicações são sustentadas a partir de uma visão de que o imigrante só existe se existir também o trabalho.

A imigração também determina os lugares e os papéis dos indivíduos na sua história, muitos povos foram forçados a ocupar regiões de forma indesejada, como é o caso do tráfico de africanos para trabalhar em países da América. Mas, muitos por decisão própria, ou por meio do governo, se sentiram incentivados e motivados para vir ao Brasil, como foi o caso de muitos portugueses que apostaram em uma nova vida no país, principalmente no período do Império brasileiro.

Lembrar isto, lembrar as definições sociais do imigrante e do estrangeiro, é lembrar a relação de dominação que se foi estabelecida entre sistemas socioeconômicos diferentes, entre países e continentes desigualmente desenvolvidos e que se retraduz de forma idêntica no fenômeno da emigração/imigração. Não se entenderia nada sobre a natureza desse fenômeno, ou seja, sobre o modo de geração da população que se tornou “disponível” para emigrar, sobre o significado profundo dos acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes, se não lembrássemos que a imigração consagra a relação de dominação que a produziu e que a mantém (SAYAD, 1998, p. 245).

Para Sayad, o imigrante sai de seu lugar de origem e não consegue se compreender dentro de uma nova realidade espacial. Existirá apenas um lugar de referência e realizações, profissionais ou pessoais, mas nunca esse indivíduo se entenderá no compromisso de viver a vida social do novo, muito menos aceitar sua cultura. O indivíduo em constante movimento dificilmente irá interagir como o novo, se sentirá sempre como um estranho na história do outro.

Deve-se pensar que a questão da mobilidade humana no futuro poderá ser algo preocupante, até apresentar certos riscos e problemas de ordem social. Um deles está atrelado à modificação da identidade cultural das pessoas, pois a mobilidade humana promoverá uma miscigenação com reflexos significativos na sociedade, que provavelmente terá problemas de caráter sociocultural. Será difícil garantir a manutenção dos caracteres próprios de uma sociedade e certos rituais de tradição, visto que não existe mais uma identificação coletiva do grupo com os fenômenos que fazem parte da gênese da comunidade.

A dificuldade com o tema da migração faz alguns estudiosos no Brasil acreditarem ainda que é necessário mais estudos dedicados ao tema. Bassanezi (1995) informa que a bibliografia sobre o mesmo é extensa, mas ainda insuficiente, por suas lacunas e por ser heterogênea e nem sempre acessível. Além disso, como já se constatou, a imigração tardou a constituir um campo específico do conhecimento, embora tenha sido referenciada nas grandes interpretações sociológicas dos anos 1950 e 1960, além de se perceber que o agente “migrante” está em constante processo de mudança e de comportamento.

O modelo apresentado por Granovetter (1985) ainda tenta dar conta de explicar parte do que seja um migrante na atualidade, o conceito de *embeddedness*, alia migração à ideia de capital social e redes sociais.

Em termos resumidos, Granovetter aborda as relações necessárias entre a perspectiva sociológica e o estudo da vida econômica: está última não se desenrola apenas num campo de ação racional de indivíduos atomizados, procurando objetivos estritamente “econômicos”, mas decorre no seio de (está *embedded* em) um campo

de relações e estruturas sociais (relações pessoais, contextuais ou históricas concretas) (PEIXOTO, 2004, p. 9).

No caso dos espanhóis, o historiador Klein (1994) apresenta uma abordagem econômica para explicar a imigração no final do século XIX. Para fugir da miséria que assolou a Espanha, gerada pelo aumento da população, baixa dos salários, queda nas taxas de mortalidade e aumento das taxas de natalidade, gerando grande excedente de mão-de-obra trabalhadora, muitos imigrantes resolveram buscar uma nova vida que lhes proporcionasse melhores condições econômicas de sobrevivência. O principal atrativo que faltava para esses indivíduos decidirem migrar se concretizou com a oferta de bons e atrativos salários oferecidos no continente americano.

Segundo Cánovas (2005), ao referir-se ao caso dos espanhóis, pode-se afirmar que foram agregados outros determinantes para o êxodo ultramarino que se desencadeou oriundo de diversas partes da Espanha. Uma delas foi a fuga das convocações militares para as guerras coloniais. Sousa (2006) reconhece que em tempos de guerra o maior temor de um jovem era ser chamado a servir no exército, pois o contingente de soldados foi se intensificando à medida que a Espanha perdia as batalhas.

Para o governo espanhol a emigração era vista como uma das soluções possíveis para amenizar a densidade populacional e o desemprego. A saída de um contingente significativo de pessoas do território espanhol entre o final do século 19 e o início de século 20 permitiu melhor adequação entre os recursos financeiros e a população. Os desempregados geravam insegurança para as elites e para o governo, uma vez que situação miséria levava a um desespero desencadeador de revoltas populares que deveriam ser evitadas a qualquer custo. Além disso, o estado considerava positivo o fato de os espanhóis radicados na América enviarem recursos para os familiares que haviam permanecido na Espanha (SOUSA, 2006, p. 5).

Logo se percebe que quando se trata de emigração espanhola, há de se considerar uma questão de ordem social para entender e explicar o grande fluxo de espanhóis chegado ao Brasil. A sociedade espanhola parecia naquele momento estar preocupada com questões locais como segurança e controle do poder público, em virtude do significativo contingente de desempregados que se aglomeravam nos grandes centros. Isso desmistifica a teoria de que apenas as razões econômicas levaram milhões de pessoas em busca do sucesso econômico do outro lado do oceano. A ideia que ao longo dos anos sustentou os estudos de pesquisadores de migração, sem interligá-lo a uma discussão abrangente a respeito desse fenômeno demográfico ocorrido no final do século XIX e início do século XX, remete a uma discussão mais ampla sobre o tema e possibilitou entender as sociedades, bem como a espanhola, a

partir de um olhar mais específico e menos generalizador, sem falar das questões de ordem política e religiosa que também forçaram muitos espanhóis a partirem em direção a América.

Observando a migração de espanhóis direcionada para São Paulo, Martínez (2000) afirma que

Na análise do fenômeno migratório deve-se ter em conta tanto as causas de expulsão quanto as de atração. Neste caso, acreditamos que a política migratória desenvolvida pelo estado de São Paulo foi o elemento decisivo, ao passo que fatores de expulsão não foram relevantes. A alternativa de emigrar só foi escolhida a partir do momento em que se tornou possível fazê-lo gratuitamente. Essa foi uma característica decisiva de emigração espanhola: só iriam para as fazendas aqueles que não tinham dinheiro para comprar uma passagem que lhes permitisse emigrar para a Argentina, o Uruguai ou Cuba. Portanto, pode-se inferir que emigraram para São Paulo os mais carentes, aqueles que não podiam assumir os custos da viagem para a família. Tal argumento é reforçado pelas estatísticas: a emigração de espanhóis para o Brasil se inicia quando a política imigratória já estava consolidada e se começava a investir grandes quantias de dinheiro no financiamento das passagens, sobretudo a partir de 1890 (p. 251).

Enfim as teorias encontradas para definir migração são variadas, desde razões subjetivas, questões puramente econômicas e até decisões de caráter emocional. Muitas são as formas de entender e definir o fenômeno da migração. Para E. Lee¹, por exemplo, tende a ser relativamente menos racional, pois diferentemente de Ravenstein, este não acredita em uma ação migratória totalmente planejada, apesar de acreditar que a racionalidade seja fundamental para explicar o fenômeno da dinâmica populacional.

Certos indivíduos necessitam de razões para migrar, enquanto que outros basta uma pequena provocação ou promessa. Portanto, a decisão de migrar nunca é completamente racional [...]. Na realidade, nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesmas (LEE, [1966]1980, p. 103).

É necessário entender que os povos enfrentam razões bem mais subjetivas e complexas para explicar suas ações de emigração, cada ser da sociedade enfrenta situações particularmente adversas que o fazem tomar decisões de forma inusitada. O simples fato, por exemplo, de um pai de família não se sentir mais seguro ou feliz em um lugar pode levá-lo a decidir mudar, isso modificará todo o futuro de uma família. Tudo isso acarretará numa série de consequências para aqueles que estão envolvidos no processo de mudança, mas principalmente a família. Como diz Sousa (2006, p. 4), “em diferentes momentos, o Brasil recebeu imigrantes que vinham em busca de aventuras, atraídos pelo desconhecido ou pela imagem do “paraíso nos trópicos”.

¹ Autor de *Uma teoria sobre migração*, Everett Lee entende que os fatores que influenciam o ato migratório são quatro: local de origem, local de destino, obstáculos intervenientes e questões pessoais.

Segundo Peixoto (2004), há vantagem na interdisciplinaridade para entender o processo migratório, pois o uso de diferentes matrizes teóricas possibilita encontrar diferentes perspectivas para entender o fenômeno da mobilidade. Um primeiro grande conjunto de teorias migratórias designadas como micro-sociológicas, as quais privilegiam a importância de um agente individual dentro do processo migratório e teorias designadas de macro-sociológicas que privilegiam fatores do tipo coletivo. Essas teorias permitem que se entenda o fenômeno migratório de forma ampla, com intersecções entre razões individuais e coletivas para entender as dinâmicas populacionais. Assim, Castiglione (2009, p. 40) entende “a migração ser condicionada não só por fatores estruturais, situados em um nível macro, mas também por fatores pessoais que agem em um nível micro”.

A explicação para as migrações parece estar longe de encontrar uma teoria que dê conta da sua complexidade, e os modelos teóricos parecem esbarrar quase sempre em novas formas de apresentação para as dinâmicas populacionais. O processo migratório se renova a todo o momento e cobra novas formas de interpretação para pensá-lo.

É necessário que a lógica teórica sobre as migrações dê atenção às razões específicas de determinados grupos e mostre que não é possível entender a complexidade do processo migratório sob a leitura de apenas uma matriz teórica para todos os tipos de migração, isso seria empobrecê-la e não percebê-la como um campo de grandes discussões interdisciplinares que estão em constante processo de transformação.

Diante do que foi exposto, deve-se perceber que existem diferentes formas para entender o fenômeno migratório. Entende-se que o processo de mobilidade dos indivíduos é uma dinâmica que está longe de cessar, isso porque suas razões parecem mudar em todo momento. No mundo moderno, o fator econômico já não dá mais conta de ser a única explicação para o fenômeno. Sejam quais forem as tentativas teóricas para entender o fenômeno migratório, uma corrente clássica ou moderna, há de se entender que se trata de uma realidade humana que dificilmente estará desatrelada dos fatos sociais de um povo, de sua memória, de sua própria história coletiva e individual. Portanto, o grande desafio para os estudos migratórios está em construir uma teoria interdisciplinar que possa envolver todas as áreas de estudo, isso porque a migração dificilmente poderá ser entendida em apenas uma ou duas matrizes disciplinares.

Trata-se sem dúvida de uma banalidade, mas de uma banalidade que é importante lembrar, dizer que a imigração é um “fato social completo”, única característica aliás que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do imigrante, é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de

inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica e etc.), linguística e sociolinguística, ciência política etc. Por certo a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico, nisto encontra-se relacionada, prioritariamente, com as ciências que buscam conhecer a população e o espaço, ou seja, *grosso modo*, a demografia e a geografia, e principalmente porque esta, ao tratar da ocupação dos territórios e da distribuição da população, inclina-se a anexar aquela – não é por nada que a demografia é uma questão, em parte, dos historiadores. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) etc. Cada uma dessas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

Assim, esta pesquisa busca entender a imigração espanhola no nordeste do Pará, principalmente à luz dos estudos de Sayad (1998), devido à articulação que o autor faz da lógica do retorno do imigrante, em que considera o espaço não apenas físico, mas também como um espaço social. Ou seja, Sayad, entende que a imigração é também um processo que deve ser explicado a partir de um plano social, as razões para explicar os deslocamentos não estão apenas no espaço físico, mas, sobretudo num campo de relações sociais que ordena o princípio estruturante espacial, ou seja, os deslocamentos refazem os espaços por meio da inclusão no campo social.

Segundo Sayad (1998, p. 55), “foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir, é ele, quando termina que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser”. Segundo o autor, discutir o ato de emigrar vai além dessa simples dedução economicista, deve-se percebê-lo a partir de uma lógica social, em que o imigrante estará contextualizado a uma vontade coletiva determinada pelas mais diferentes razões.

Não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes; não se pode escrever sem se perguntar o que significa escrever sobre esse objeto, ou, o que é o mesmo, sem interrogar-se acerca do estatuto social e científico desse mesmo objeto (SAYAD, 1998, p. 21).

Em muitas regiões do Brasil há uma significativa presença de imigrantes estrangeiros, muitos até hoje permanecem há décadas no mesmo local. Dentre eles, existem os japoneses no bairro da Liberdade, os italianos no bairro do Bixiga, na cidade de São Paulo, os alemães de Blumenau, no estado de Santa Catarina, enfim, um “país de estrangeiros”. Mas, como entender esses imigrantes? Ainda são imigrantes ou cidadãos brasileiros? Até onde conseguimos explicar essa fronteira? Como explicar essa permanência de um indivíduo com origem estrangeira que parece não ser mais imigrante?

É impossível negar a importância desse imigrante, que passa a participar da vida social do lugar que o recebe e constrói laços de afinidade com esse espaço. O trabalho deixa de ser a principal razão para explicar o imigrante, esse sujeito parece ‘nascer novamente’ e ter oportunidades de construir uma nova vida a partir de uma entrega ao novo lugar. O imigrante estrangeiro legitima-se como sujeito, passa a se adaptar a esse novo lugar e viver sua própria história coletiva. Diante de todos esses questionamentos torna-se difícil explicar o imigrante apenas do viés econômico sem considerar sua participação social e sua vivência no lugar que o recebe.

As migrações são como grandes narrativas com explicações enraizadas na história das sociedades e o Brasil fez parte desse contexto de estudos migratórios, pois recebeu um significativo número de estrangeiros que acabaram se miscigenando com a população nativa das mais diferentes regiões do país. Sendo assim, tudo isso faz entender que as grandes migrações foram responsáveis não só por fornecer um grande contingente populacional, mas também por ser uma fonte de elementos socioculturais que ajudaram a construir e formar uma sociedade tão diversificada.

3 ESPANHA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde as antigas civilizações o homem busca pela conquista dos mares e da riqueza em novos territórios. A História é recontada com o uso de vários elementos que explicam a existência dessas civilizações. Um deles está dentro desse contexto e passa a ter valor pela sua importância dentro do natural processo de miscigenação dos povos, esse é o imigrante.

O Brasil, com um histórico de colonização e domínio europeu, já nasce com fortes tendências de querer o branqueamento de sua população. Essa era a ideia de uma sociedade evoluída no século XIX. Como fato ilustrativo, lembra-se o Brasil colônia a partir da carta de Caminha, cujo texto relata um tipo de expedição que constrói a imagem de um navegante português, que em suas viagens faz descrições marcantes diante da realidade das terras brasileiras, através do olhar do estrangeiro diante do exótico, do diferente, o olhar de espanto, o olhar do civilizado, do instruído, do culto e educado.

E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, estando da dita Ilha -- segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas -- os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam Botelho, e assim mesmo outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos. Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista da terra (CAMINHA, 1994).

A figura do colonizador dá o seu lugar, logo depois a figura representativa do imigrante estrangeiro no Brasil. Aquele que um dia assumiu a condição de colonizador é substituído logo depois no século XIX pela imagem do imigrante trabalhador europeu. A Europa do século XIX, já bem diferente de antes, passa a servir como fornecedora de mão-de-obra a muitos países da América, dentre eles o Brasil.

Dentro desse contexto de grandes migrações internacionais do século XIX, a Espanha passa a ter uma importância fundamental como fornecedora de mão-de-obra para atuar em colônias agrícolas de várias regiões do Brasil, muitos atraídos pela economia do café no Sul e no Sudeste e pela economia da borracha na Amazônia.

O velho mundo passava por uma crise no setor agrícola no final do século XIX e vários camponeses, com baixo nível de escolaridade e pouco conhecimento técnico foram atraídos para trabalhar em regiões distantes, que ofereciam terra e melhores condições de vida e trabalho. Segundo Emmi (2008, p. 72), “é a partir da segunda metade do século XIX que o Brasil vai aparecer no panorama internacional como um dos principais países receptores da grande migração europeia”.

Com o excedente populacional de mão-de-obra na Espanha no final do século XIX, gerou-se um aumento nas taxas de natalidade e redução da taxa de mortalidade, pois havia uma população de espanhóis ociosos e fora do mercado de trabalho. Muitos com baixo nível escolar tornam-se pouco competitivos e não viam outra saída a não ser buscar sobrevivência em outros países. O próprio governo espanhol (monárquico) vê a emigração como solução para amenizar problemas como o desemprego e a densidade populacional. Além do mais, ao final do século XIX o país estava com sérios problemas financeiros agravados por guerras coloniais.

A Espanha do século XIX se encontrava em tempos de instabilidade política, os golpes de Estado tornaram-se cada vez mais comuns, dando margem às guerras. Nos anos que compreendem o período de 1833 a 1840 gerou-se na Espanha o mal-estar da primeira guerra carlista entre os ditos partidários do infante Carlos Maria Isidro, conhecidos como carlistas e partidários componentes de um regimento conservador, contra os simpatizantes de Isabel II (filha de Fernando VII), membros partidários de um regime liberal, denominados de cristinos, em virtude do apoio fiel a D. Maria Cristina (esposa e sucessora natural ao trono de Fernando VII). O *carlismo*, movimento político, que foi considerado como antiliberal e antirrevolucionário, ambicionava firmar um ramo alternativo para a dinastia dos *Bourbons* ao trono espanhol, estabelecendo o retorno ao Antigo Regime, mas a primeira guerra carlista chega ao fim com a vitória dos liberais. Desde então a Espanha passou a presenciar momentos difíceis e turbulentos episódios de crise interna.

A luta entre liberais e conservadores clericais transformou-se então em uma sucessão de pronunciamentos, até o ano de 1868, em que a rainha Isabel foi destronada pelo general liberal Prim. Após a tentativa frustrada de estabelecer uma monarquia burguesa com Amadeo I, em 1873 instaurou-se a 1ª República espanhola, de cunho federal. Esta durou apenas alguns meses, pois o movimento carlista reativou-se no norte, enquanto várias províncias do sul e do sudeste proclamaram-se cantões independentes, forçando a intervenção do exército. Para restaurar a ordem, os militares fizeram voltar o filho da rainha Isabel, convertido no rei Alfonso XII (GATTAZ, 1996, p. 27).

Segundo Gattaz (1996), do fim do século XIX ao início do século XX, a população espanhola presenciou novas cenas de terror, em que 120 pessoas morreram em confronto direto nas ruas da cidade de Barcelona, além da queima de igrejas e conventos. Esse evento ficou conhecido por “semana trágica”, tudo porque não queriam o embarque de reservistas catalães para atuar em conflitos coloniais, principalmente no Marrocos, área de interesse para o mundo, muito atrativa em função das minas de ferro que guardava em seu solo.

Em função de a Espanha ser um país agrícola, com predomínio de grandes latifúndios, com a modernização e criação de novas técnicas produtivas no campo foi dispensada grande parte dos trabalhadores. Com isso, não havia condições de sobrevivência para os camponeses em várias cidades da Espanha. Muitos passavam fome, nos períodos de entressafra agrícola e a situação se agravava cada vez mais a cada ano. O povo enfrentava a miséria e a falta de perspectiva para um futuro melhor. Este período foi marcado ainda pela total ausência de direitos. A única figura existente de autoridade era o *Del cacique*, dono das terras, como era conhecido, denominação dada aos chefes regionais de poder de mando absoluto. A situação tornou-se mais grave quando a Igreja passou a se preocupar com a perda de suas riquezas e havia o temor de que um governo liberal viesse a se apoderar de seus bens.

A emigração para o Brasil representou um ato de sobrevivência para muitos europeus. Segundo Gattaz (1996), para a população do campo, de regiões latifundiárias, como a Galícia, uma das soluções que se encontrava para seguir vivendo era emigrar.

Muitas foram as razões que explicaram a saída dos espanhóis da Espanha. No início do século XX, a criação de um número cada vez maior de grandes fábricas nos centros urbanos espanhóis por toda Europa gerou uma corrida pela qualificação profissional dos europeus. Havia necessidade de mão-de-obra qualificada para atuar nas áreas de construção civil, minas e nos portos. Muitos não conseguiram atingir o grau exigido de técnica para atuar nessas áreas de trabalho, com isso, uma crise social assolou toda a Espanha, trazendo fome, miséria e desemprego. Segundo Gattaz (1996), todas essas mazelas humanas somadas a situações de revoltas lideradas por movimentos anarquistas e socialistas que circulavam em meio a toda sociedade espanhola fizeram da Espanha um país à beira do caos. Assim se dizia a “Espanha fervia”.

Apesar da preferência dos imigrantes por países como Estados Unidos, Canadá, Cuba, Uruguai e Argentina, em virtude de razões claras, como melhores opções de trabalho e salários, o Brasil inicia uma forte campanha para atrair imigrantes europeus para seu território. Os espanhóis passaram a ser vistos como uma mão-de-obra mais barata, em virtude de sua baixa escolaridade e seu excedente populacional. Por outro lado, os espanhóis viram no Brasil a saída de sua situação de abandono.

Após a escravidão, e com as mudanças no modo de produção, a mão-de-obra agrícola tornou-se escassa em muitos estados brasileiros. São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros estados a sofrerem com essa falta de braços na lavoura. Os cafeicultores da região Sudeste apostaram na contratação de imigrantes estrangeiros. Deram-lhes terra para trabalhar

e se manter em território brasileiro, assim tentaram resolver o problema de mão-de-obra e ao mesmo tempo garantiram o povoamento da região.

O obsoleto escravismo feudal era substituído pelo modernizador modo de produção capitalista. O país começava a industrializar-se, não por acaso, numa época em que o mundo ingressava na fase do capitalismo industrial e do capitalismo financeiro, no qual os bancos passariam a ter um papel diretivo na condução dos negócios e na configuração das sociedades (PRADO, 2005, p. 11).

De um lado, a esperança de ter uma vida com mais dignidade e respeito e do outro lado a realidade brasileira. O sonho do paraíso americano talvez tenha levado muitos imigrantes espanhóis a atravessar o Atlântico e se lançar à própria sorte, com objetivo de “Fazer a América” (FAUSTO, 2000).

Segundo Sousa (2006), um fator que pode explicar a saída dos galegos da Espanha, dentre outros já expostos neste trabalho, estava relacionado ao sistema de herança que funcionava na Galícia. Havia privilégios na herança de propriedade dos “galegos”, pois apenas o filho primogênito teria o direito a herdar tudo que a família possuísse, deixando os filhos restantes do casal desamparados e sem direito algum sobre a herança familiar. Diante disso, muitos “galegos” ainda jovens decidiam migrar, por se sentirem abandonados à própria sorte. Para fugir de uma falta de perspectiva muitos se aventuravam e desbravavam novos lugares, dentre os tantos destinos estava a Amazônia.

Segundo Cánovas (2005), os espanhóis tinham muitas razões para migrar diante da magnitude do fenômeno, havia uma especulação das mais diferentes razões para explicar a emigração espanhola, que em alguns momentos se explicava pelas más colheitas, secas, inundações, guerras coloniais, direito hereditário da propriedade, superpopulação, miséria, empobrecimento da população, desmoralização da população e até mesmo o espírito aventureiro dos espanhóis. Isso sem levar em consideração a situação na qual se encontrava a monarquia espanhola que estava enfraquecida diante de tantos abalos em sua hegemonia real.

Ainda, segundo Cánovas (2005), há de considerar também uma ordem de fatores sociais, os microsociais, decorrentes do caráter interpessoal que assumiu o processo emigratório. Estes são relações de amizade, vizinhança ou simplesmente por muitos imigrantes espanhóis terem origem em comum, o que fez com que existissem muitas regiões com concentrações de espanhóis com mesma origem.

4 O BRASIL DOS IMIGRANTES ESPANHÓIS

Este capítulo busca refletir sobre alguns motivos que levaram às grandes migrações internacionais ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX. Um período importante para os estudos de migração no país, devido à entrada de muitos estrangeiros em busca de trabalho e uma nova vida fora de seus países de origem. Povos europeus e asiáticos, como portugueses, italianos, espanhóis, ingleses e japoneses participaram de uma grande narrativa histórica migratória que reconta toda a trajetória e todo o processo da dinâmica populacional ocorrida no Brasil, e que ainda se estende até nossos dias.

Atualmente os movimentos migratórios persistem em novas configurações e motivações. A nomenclatura de imigrante não contempla mais o indivíduo do presente que se movimenta. O mundo moderno e atual proporciona aos seres humanos, maior facilidade para se movimentar, torna o mundo um território de deslocamentos cruzados, com uma confusa denominação para os fenômenos de migração, emigração e imigração.

Inicialmente o movimento migratório dos espanhóis somente passa a ter sentido por forças de *atração e expulsão*, consequência do que o capitalismo ocasionou nas sociedades do mundo. Este foi, em princípio, responsável por enviar um grande e inesperado contingente de pessoas da Espanha e de outros países da Europa para várias regiões do Brasil. Enquanto existisse nas Américas, uma grande carência de pessoas tanto para povoar o vasto território brasileiro como para servir de mão-de-obra no trabalho na agricultura, principalmente em grandes plantações de café, existiria também a esperança de muitos imigrantes estrangeiros em encontrar trabalho e uma vida melhor.

A dificuldade em encontrar mão-de-obra no Brasil estava próxima de ser solucionada em parte pelo governo, que passou a incentivar imigrantes estrangeiros a vir trabalhar em terras brasileiras, para isso, davam até o direito sobre a terra. Assim, desejavam garantir que muitos imigrantes permanecessem e se fixassem nos núcleos coloniais e nas cidades brasileiras.

Estudos estimam que no Brasil, o fluxo de imigrantes possivelmente tenha atingido seu ponto mais alto por volta de 1900. De acordo com Guimarães (1998, p. 179), “o país recebeu aproximadamente três milhões de pessoas entre 1880 e 1914”. Isso sem levar em consideração os imigrantes ilegais e os que não conseguiram completar viagem, o que aumentaria bem mais esse número. Segundo Klein (1994, p. 29), “entre 1850 e 1913, quando 40 milhões de europeus atravessaram o Atlântico, cerca 3,2 milhões vieram para o Brasil”. A

chamada grande migração representou o momento mais significativo da história das migrações na América e no Brasil.

Nos fins do século XIX, assistiu-se uma intensificação do movimento migratório. Esse período ficou conhecido como grande migração, movimento populacional que teve como condicionantes o avanço tecnológico (energia a vapor, cabo telegráfico transatlântico, ligações ferroviárias), possibilitando aos europeus informações sobre as condições de emprego e de acesso a terra nos países americanos. Nessa época, a terra na Europa era cara e a mão-de-obra era barata. O inverso se dava nos países americanos, o que motivava a busca por essas terras (EMMI, 2008, p. 60).

O governo brasileiro, com o objetivo de atrair cada vez mais trabalhadores para as lavouras de café, investiu numa política migratória de subsídios, que beneficiava bastante os imigrantes estrangeiros. Essa política ia desde o fornecimento das passagens até mesmo de hospedagens, tudo para que pudessem se sentir acolhidos ao chegar ao Brasil.

A política de subsídios teve início na província de São Paulo, com a lei de março de 1884, que previa o transporte gratuito para as famílias que se instalassem nas fazendas. A lei Glicério, de 1890, assegurou o transporte gratuito, não só a famílias de agricultores, mas também a lavradores solteiros ou viúvos entre 18 e 50 anos, assim como os operários e artesãos do mesmo grupo etário (BASSANEZI, 1995, p. 4).

Mas o argumento do subsídio é algo que já existia desde o decreto de 1808, que previa incentivos e benefícios ao imigrante. Um deles era dar direito as sesmarias aos residentes aos estrangeiros residentes no Brasil. Isso se tornou um fator importante para atrair estrangeiros para o país.

**DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808
PERMITE A CONCESSÃO DE SESMARIAS AOS ESTRANGEIROS
RESIDENTES NO BRASIL**

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargos de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1808.
Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor (BRASIL, 1983, p. 356.)

Os imigrantes estrangeiros viram no Brasil um território vasto e produtivo, com muita terra fértil para plantar e um futuro promissor no comércio das cidades. Mesmo com todo esse clima favorável para o estrangeiro, o fluxo de imigrantes apenas aumentou, a partir do decreto

de 1808 até a lei Glicério de 1890 para o estado de São Paulo, haja vista existir uma preferência por outros países como os Estados Unidos e a Argentina.

Mas o Brasil só podia competir com os outros dois países subsidiando transporte para trabalhadores. Esse subsídio e a possibilidade de comprar terras numa fronteira sempre em expansão (que de fato nunca fechou) foram os grandes fatores de atração para emigrantes europeus. Obviamente, os salários oferecidos nas fazendas de café brasileiras eram, por si sós, competitivos com os ganhos potenciais para os imigrantes nos Estados Unidos e na Argentina. Nesses dois países, eles pagavam pela passagem da Europa para seus novos locais de trabalho na América. Esse fator diferencial explica porque 57 por cento dos 1,2 milhões de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil na década de 1890 eram subsidiados. Também não pairam dúvidas de que o café era o pólo de atração dominante desses trabalhadores, com 70 por cento desse período dirigindo-se para São Paulo (KLEIN, 1994, p. 30-31).

Houve um aumento de imigrantes vindos para o Brasil no final do século XIX e início do século XX, com destaque para as principais nacionalidades que migraram entre os anos de 1880 a 1929, como: portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses (Tabela 1).

Tabela 1- Imigração das principais nacionalidades estrangeiras para o Brasil (1880-1929)

Anos	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outras	Total
1880/1889	104.690	277.124	30.066	18.901	—	17.841	448.622
%	23,34	61,77	6,70	4,21		3,98	100,00
1890/1899	219.353	690.365	164.293	17.084	—	107.232	1.198.327
%	18,30	57,61	13,71	1,43		8,95	100,00
1900/1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
%	31,42	35,57	18,19	2,22	0,14	12,45	100,00
1910/1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
%	39,06	16,94	22,28	3,18	3,36	15,18	100,00
1920/1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
%	35,66	12,62	9,68	2,95	6,88	26,21	100,00
TOTAL	1.140.025	1.433.886	571.173	150.726	86.577	548.259	3.931.456

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Levy (1974)

De acordo com a Tabela 1 apresentada por Levy, no período de quase 50 anos (1880 a 1929), o número de imigrantes que adentraram ao Brasil correspondeu a 3.931.456 pessoas. Desse total, já se nota a expressiva chegada espanhola em terras brasileiras com o número de 571.173 imigrantes que constituíram o terceiro contingente de imigrantes, perdendo apenas para portugueses e italianos.

A partir de 1900 a literatura registra que houve a tentativa de maior controle na entrada de imigrantes no país. O Brasil passa a apresentar certa exigência no perfil do

imigrante, principalmente após o ano de 1910, em virtude da riqueza gerada pelos cafezais do oeste paulista, quando o trabalho tornou-se mais industrializado e as técnicas de trabalho evoluíram. No entanto, os números ainda continuaram a apontar uma crescente chegada de imigrantes ao país em condições de trabalho bem interessantes. Segundo Bassanezi (1995, p. 26), “mesmo sendo o grupo com maior volume, de analfabetos, os espanhóis conseguiram, em relação aos outros imigrantes, ter acesso à terra de certa forma em condições bastante razoáveis” (Tabela 2).

Tabela 2 - Imigração para o Brasil (1880-1900)

Anos	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Outros	Total
1880 -1889	104.690	277.124	30.066	18.901	17.841	448.612
1890-1900	227.603	710.036	169.127	17.301	112.067	1.236.134
Total	332.293	987.160	199.193	36.202	129.908	1.684.746
%	20%	59%	12%	2%	8%	100%

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Klein (1994)

Diante do que foi apresentado, avalia-se que possivelmente os dados de Klein (1994) estão contidos nas informações encontradas por Levy (1974) e os números estão em concordância, principalmente no que diz respeito aos dados de entrada desses imigrantes no Brasil. No caso dos espanhóis, percebe-se que ambos concordam que existe uma “flutuação” dos números. Nos anos de 1900 a 1903 há uma queda significativa desse fluxo humano, possivelmente reflexo de um controle da entrada de pessoas no país, algo que se tornou mais rígido por parte das autoridades brasileiras que passaram a ver o imigrante como uma “ameaça” à ordem na nação brasileira (Tabela 3).

A entrada dos espanhóis no Brasil está relacionada ao contexto das grandes migrações internacionais ocorridas no século XIX, com a expansão capitalista. Neste século e no seguinte, o Brasil recebe uma significativa entrada de imigrantes estrangeiros que modificam não só a estrutura econômica, mas também social do país.

Tabela 3 - Movimento dos emigrantes espanhóis com destino a América Latina (1882-1930)

Período	Emigrantes	Argentina	Brasil	Cuba	Uruguai	Outros
1882/1890	341.965	129.906	20.334	137.755	14.037	39.933
1891/1900	362.596	85.575	67.169	168.087	7.126	34.639
1901/1910	823.502	462.396	83.245	202.81	9.834	62.517
1911/1920	1.050.279	527.188	40.167	386.496	21.667	74.761
1921/1930	718.970	389.757	22.517	224.82	29.686	53.190
TOTAL :						3.297.312

Fonte: Cánovas (2005)

As primeiras imigrações de espanhóis para o Brasil direcionaram-se para São Paulo, para suprir o déficit da mão de obra escrava no trabalho agrícola nas fazendas de café. Mas, a presença dos espanhóis nessas colônias agrícolas realmente ocorreu somente após o ano de 1880. Antes não existiam indícios de participação relevante por parte de colonos espanhóis na agricultura brasileira. Mas isso não significa que em décadas anteriores não tenha ocorrido migração de espanhóis para o Brasil. Segundo Klein (2000, p. 12), eles foram o grupo de imigrantes que menos se envolveu nessa experiência e houve poucas, se é que houve colônias espanholas antes de 1880.

Tabela 4 - Principais nacionalidades de emigrantes no Brasil (1877-1930)

Período	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
1877 a 1886	83.998	132.153	15.715	20.936	–	20.360	273.162
1887-1903	305.582	995.620	193.607	22.795	–	137.226	1.654.830
Total do período	389.580	1.127.773	209.322	43.731	–	157.586	1.927.992
1904-1914	412.607	212.063	243.617	36.670	15.543	165.349	1.085.849
1915-1918	41.897	17.647	31.539	753	9.728	10.102	111.648
1919-1930	337.723	116.319	91.776	80.447	75.382	243.637	945.284
Total do período	792.227	346.029	366.932	117.870	100.653	419.088	2.142.799

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Levy (1974)

Segundo Klein (1994), em 1888, com a abolição oficial da escravidão, a necessidade de trabalhadores rurais aumentou e o sonho do experimento inicial da política de imigração imperial realizado pelo senador Nicolau Vergueiro é reerguido. A necessidade de trazer imigrantes para trabalhar nas lavouras de café se intensificou. E por volta de 1887, líderes

privados liderados pela classe rural organizaram uma imigração que atraiu em torno de 33 mil imigrantes, número que chegou 85 mil no final de 1888. O Estado assumiu a promoção de imigração e em 1900 o número atingiu 878 mil imigrantes, somente na região do Oeste Paulista.

Várias regiões do Brasil receberam esse novo visitante europeu, ora hóspede, ora morador. Os espanhóis assim eram vistos, por terem características diferentes dos outros imigrantes que chegaram ao Brasil, pois eram mais “nômades” que os demais. Caso não se identificassem com a região ou se não conseguissem enxergar quaisquer possibilidade de sobrevivência no local de chegada, não hesitavam em mudar, fosse para um novo lugar ou para retornar ao seu país de origem.

A trajetória desses imigrantes espanhóis no Brasil não ocorreu somente de forma voluntária, havia motivos importantes que fizeram com que esses indivíduos abandonassem sua terra natal em busca de um sonho que não sabiam se encontrariam na América.

Segundo Cánovas (2005, p. 74), “desses, 11 milhões de pessoas, que se dirigiram a América Latina nesse período, 38% eram italianos, 28% espanhóis e 11% de portugueses, para citar as três correntes majoritárias. Desse total, os espanhóis correspondiam a 3 milhões nesse período”.

Tudo indica que, num primeiro momento – até aproximadamente 1880 -, o movimento populacional constituísse um fenômeno conjuntural que resolvesse estrangulamentos locais e específicos. Esse caráter teria mudado a partir de 1880, quando estariam consolidadas as condições históricas que já atrelavam os deslocamentos a um eixo central, e, portanto de matizes estruturais. Esse período costuma ser identificado como o da *emigração em massa*, responsável por 70% do volume total deslocado entre os anos de 1880 a 1921, que, entre outras determinantes, exigiu um aporte institucional tanto dos países emissores quanto dos receptores, de acordo com as especificidades de cada situação (CÁNOVAS, 2005, p. 73).

Conforme Bassanezi (1995), este movimento chegou a seu ápice em 1910-14, quando os espanhóis ultrapassaram temporariamente os italianos, somando 143.485 imigrantes. Muitos espanhóis chegaram aos grandes centros brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Belém e aportaram principalmente nos cais do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Belém.

Às portas do final do século XIX, os espanhóis começaram a engrossar as listas de imigrantes que chegavam ao Brasil. Faziam parte desse primeiro período que mencionamos anteriormente. E ainda que viessem de todas as regiões da Península, foram sobretudo os Andaluzes e os galegos que tiveram maior participação nesse contingente (MARTÍNEZ, 2000, p. 241-242).

Os imigrantes espanhóis acreditaram em uma vida melhor no Brasil. Tudo parecia ser melhor que a realidade vivida na Espanha. Preferiam enfrentar as dificuldades com as viagens, as doenças e até mesmo a verdadeira realidade brasileira que se apresentou aos poucos.

Segundo Klein (1994), dentre as principais características dos emigrantes espanhóis no Brasil, alinham-se as migrações feitas em unidades familiares, que se configurava em um perfil de migração com diferenças de faixa etária entre si, com muitos jovens, adultos e crianças. Esses espanhóis, em função da habilidade com agricultura, tinham preferência por cidades do interior do Brasil e formavam colônias agrícolas com o cultivo das mais variadas culturas. Em virtude de possuírem familiaridade com o manejo da terra, destacaram-se na agricultura brasileira. Isso não significa que inexistisse sucesso em outras áreas como o artesanato, a manufatura e o comércio, mas sua habilidade em áreas que não fosse a agricultura havia sido bem menor. Em virtude da facilidade em conseguir terras no Brasil em condições razoáveis, esses imigrantes espanhóis conseguiram trazer muitos dos seus compatriotas e familiares que ficaram do outro lado do Atlântico.

Tabela 5 - Emigrantes espanhóis com destino ao Brasil (saídos de portos espanhóis)

Período	Indivíduos
1882-1884	3.914
1885-1889	11.410
1890-1894	34.513
1895-1899	36.674
1900-1904	14.510
1905-1909	59.551
1910-1914	44.745
1915-1919	7.264
1920-1924	10.864
1925-1929	15.294
TOTAL	238.739

Fonte: Martínez (2000)

Tabela 6 - Cifras de saídas por portos espanhóis e cifras de entradas no Brasil dos imigrantes espanhóis (1885-1934)

Período	Emigrantes saídos por portos espanhóis (Fonte: IGE –Espanha)	Imigrantes entrados no Brasil (Fonte: DNI –Brasil)	% diferencial
1885-1889	11.410	18.783	+ 65
1890-1894	34.513	89.603	+160
1895-1899	36.674	74.684	+104
1900-1904	14.510	29.518	+103
1905-1909	59.551	90.106	+51
1910-1914	44.745	143.485	+221
1915-1919	7.264	38.166	+425
1920-1924	10.864	44.906	+313
1925-1929	15.294	37.025	+142
1930-1934	9.302	9.517	+5
TOTAL	244.127	575.793	—

Fonte: Cánovas (2005)

As tabelas de Martínez (2000) e Cánovas (2005) apresentam um equilíbrio de informações que comprovam o final do século XIX e o início do século XX como um período de forte migração espanhola para o Brasil. Há uma expressiva entrada desses imigrantes que aos poucos perde esse ritmo, e seus níveis de migração diminuem no decorrer do século XX.

Havia um processo de expansão de ferrovias por todo o Brasil, a industrialização e a urbanização dos grandes centros e a necessidade de mão-de-obra na agricultura brasileira, além das reformas institucionais e políticas acontecidas no país (fim da escravidão e surgimento de regime republicano descentralizado). Atrelado a esses fatores, havia ainda benefícios de certos subsídios, como a Lei de Março de 1884 a qual previa transporte gratuito às famílias que se instalassem nas fazendas da província de São Paulo e a Lei Glicério de 1890, que estendeu o transporte gratuito também aos lavradores solteiros ou aos viúvos na faixa etária de 18 a 50 anos. Segundo Cánovas (2005), esse foi um forte atrativo que fez do Brasil um país de procura pelos imigrantes espanhóis. Relacionava-se a ideologia liberal, pois acreditavam que no Brasil teriam a garantia de sua liberdade e viveriam de forma livre e fraterna com seus familiares.

Falar em imigrantes europeus no Brasil talvez ainda alimente uma associação equivocada a figuras típicas e idealizadas do homem branco de sucesso. Talvez essa fosse a

imagem vendida do homem ocidental nos anos inaugurados pela Revolução Industrial, o fato é que a partir da inclusão da máquina como meio de produção o mundo mudou. Abriram-se oportunidades de emprego por toda a Europa, e somente houve lugar para aqueles que comprovassem formação e qualificação profissional para atuar nas indústrias.

Um dos caminhos mais traçados pelos imigrantes espanhóis foi o das Américas, todos em busca de uma nova vida. O número de imigrantes que entraram no Brasil talvez seja até bem maior do que aparece nas estatísticas, devido às dificuldades de registro e a incompatibilidade dos dados. No que diz respeito aos anos de 1820 a 1940, acredita-se ser difícil uma precisão, visto que existem contradições entre fontes brasileiras e espanholas. Mas, há como afirmar que os estudos apontam para uma crescente entrada de imigrantes espanhóis entre 1900 e 1910 e que existe uma redução após os anos de 1920. Redução essa, que talvez possa ser explicada pela ação do governo espanhol por meio do Real decreto de 26 de agosto de 1910, o qual proibia os emigrantes de viajarem para o Brasil gratuitamente, atitude essa tomada por receio de estar perdendo muita mão-de-obra para os países da América. Com isso, as companhias de navegação tiveram grande prejuízo, pois eram impedidas de transportar cidadãos espanhóis. Mas isso não foi obstáculo para que um significativo número de espanhóis migrasse de forma ilegal para o Brasil. Muitos também viajaram se utilizando do benefício das cartas de chamada², já que seriam patrocinados por parentes já estabilizados no Brasil.

Em alguns casos os imigrantes economicamente bem sucedidos, chamavam parentes e amigos para auxiliarem em seus empreendimentos. Esse convite era formalizado através da “carta de chamada”, na qual quem desejava promover a vinda de um parente ou amigo, comprometia-se diante do governo brasileiro, através do Delegado de polícia do município, a fornecer os recursos necessários a sua subsistência durante todo o tempo da sua permanência no Brasil, ou repatriá-lo se pudesse ou tê-lo sob sua responsabilidade (EMMI, 2008, p. 132).

² Esta era uma forma de provar ao governo que o imigrante estava economicamente equilibrado para receber seus parentes no Brasil.

Tabela 7 - Presença dos espanhóis por estados (Censo 1920)

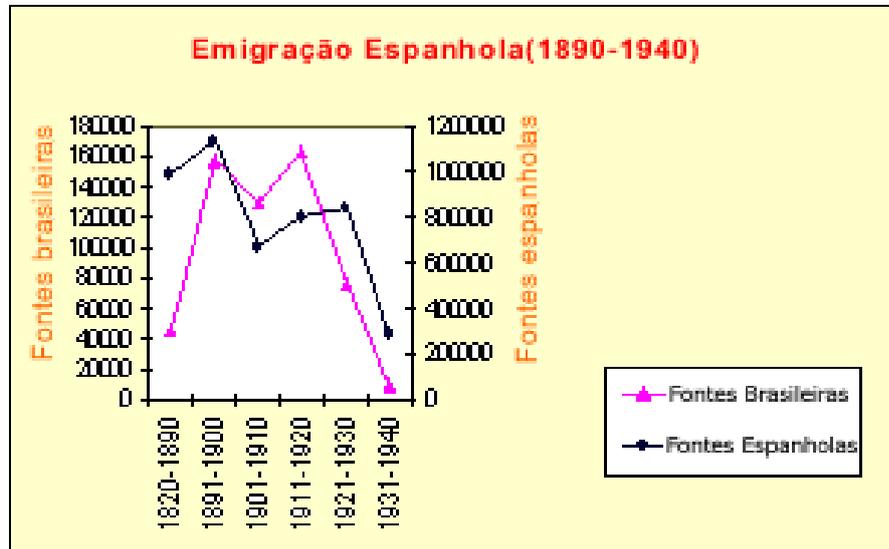
Estados	Espanhóis
São Paulo	171.289
Distrito Federal	18.221
Minas Gerais	6.809
Rio Grande do Sul	5.359
Rio de Janeiro	4.900
Pará	3.355
Bahia	2.489
Paraná	1.817
Espírito Santo	1.055
Pernambuco	1.014
Amazonas	986
Santa Catarina	806
Mato Grosso	570
Goiás	192
Acre	97
Maranhão	65
Alagoas	38
Ceará	23
Sergipe	20
Rio Grande do Norte	19
Paraíba	13
Piauí	5
TOTAL	219.142

Fonte: Censo (1920)

De acordo com censo de 1920 (Tabela 7), percebe-se que os espanhóis se espalharam por todo o Brasil. O estado do Pará teve significativa representatividade de imigrantes espanhóis residentes, em 1920. Conforme os dados da Tabela 7, o estado estava entre os dez mais procurados pelos espanhóis, ocupando o sexto lugar com maior número de imigrantes espanhóis no início do século XX. Possivelmente esse número deve ter sido maior em anos anteriores, em virtude da entrada de espanhóis para trabalhar nas colônias agrícolas paraenses. O número de 219.142 espanhóis no Brasil, em 1920, demonstra a contribuição que esses imigrantes deram não só para a economia brasileira, mas também ao que diz respeito ao povoamento das regiões brasileiras, as trocas culturais, ao aprendizado de novas técnicas de

trabalho agrícola e ao aprendizado devido às aproximações linguísticas entre o português e o espanhol.

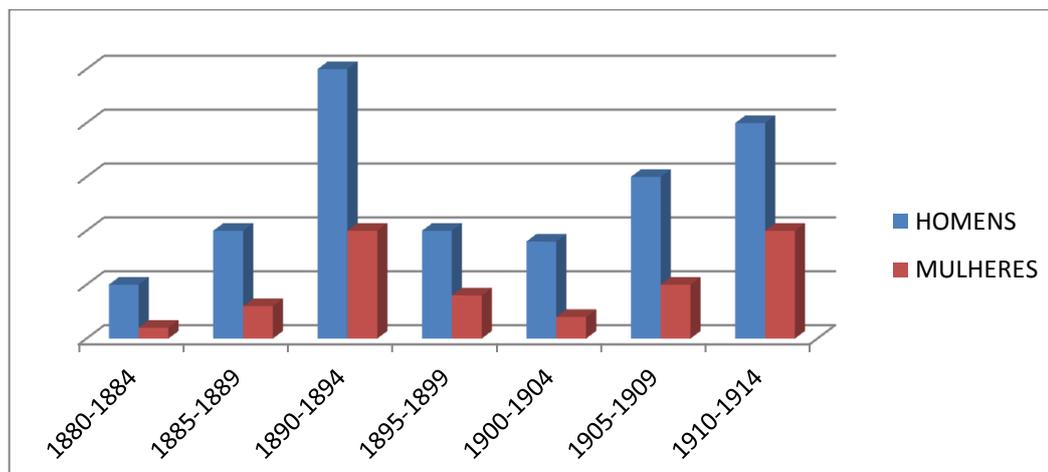
Gráfico 1 - Emigração espanhola para o Brasil (1890-1940)



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000

No período compreendido entre 1880 e 1914 em torno de 450 mil espanhóis entraram pelos portos brasileiros. A cidade do Rio de Janeiro teria sido uma das mais importantes portas de entrada desses imigrantes espanhóis, com isso, esta se tornou a terceira maior colônia estrangeira local. Segundo Guimarães (1998), entre 1880 e 1914 desembarcaram 126.833 espanhóis nos portos do Rio de Janeiro e a maioria dos imigrantes eram do sexo masculino. O Gráfico 2 mostra a entrada de imigrantes espanhóis no porto do Rio de Janeiro, e a relação de diferença entre homens e mulheres, de 1880 a 1914.

Gráfico 2 - Entrada de homens e mulheres de origem espanhola no porto do Rio de Janeiro (1880-1914)



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Guimarães (1998)

Os homens foram predominantes no período compreendido entre 1880 e 1914, pois as campanhas de migração voltavam-se mais para homens jovens, solteiros e com disponibilidade para o trabalho no campo. Muitos no início migraram individualmente, mesmo quando casados viajavam desacompanhados e depois mandavam buscar suas famílias. Declaravam-se como agricultores, mesmo quando não eram, pois desta forma garantiam as passagens subvencionadas. Os anos compreendidos entre 1890-1894 e 1910-1914 apresentam elevados índices de entrada, muitos atraídos pela colheita do café.

No Rio de Janeiro, muitos “galegos” trabalhavam ao lado de portugueses em atividades sem nenhuma qualificação. Eram trabalhadores braçais, ensacadores de café, estivadores, balconistas de botequim e do comércio em geral, todos atuando em péssimas condições de trabalhos e com baixíssimos salários, carga horária de trabalho que chegava até 18 horas. Fugidos de uma situação de miséria na sua terra natal, viam que as oportunidades de trabalho e até rápida fortuna talvez fosse apenas um sonho. Na verdade, os espanhóis se tornaram vítimas de seu destino duas vezes. A primeira por terem que sair de sua terra, por não terem condições de sobrevivência, e depois por servirem de mão-de-obra barata na América, sem qualquer reconhecimento pelo seu trabalho. Mas, ficar no Brasil e enfrentar todos os entraves pareciam ser bem melhor que retornar à Espanha e reviver os problemas com a industrialização tardia, altas taxas de natalidade e retração nos investimentos agrários.

Os espanhóis saíram principalmente de cidades portuárias como: Vigo, Gibraltar, La Coruña, e Vila Garcia. Desembarcaram no Rio de Janeiro e depositaram expectativas na possibilidade de recomeçar suas vidas em um lugar distante de casa, por mais que tudo apontasse para um futuro duvidoso.

Os portos pelos quais saiu a maioria dos espanhóis eram os de Vigo, ao Norte e o de Gibraltar, no sul da Espanha. As disposições de cada passageiro no navio expressavam as suas condições socioeconômicas. A primeira classe possuía melhores instalações e eram reservadas as pessoas com maior poder aquisitivo, que, em geral, viajavam a turismo ou a negócios. Aqueles que viajavam de terceira classe ficavam instalados nos porões dos navios, que vinham, quase sempre, com lotação acima da capacidade. Essas acomodações eram precárias e as impressões que ficaram são sempre de desconforto, desamparo e ansiedade (SOUSA, 2006, p. 6-7).

A cidade do Rio de Janeiro sofreu um impacto populacional significativo, principalmente entre 1900 e 1920. A cidade inchou e os imigrantes sem ter onde morar se instalavam em lugares com péssimas condições de permanência, eram cortiços, vilas, pensões que não ofereciam as mínimas condições de saneamento e moradia. Muitos migraram para outras regiões do Brasil, como São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará e Amazonas, outros preferiram permanecer no Rio de Janeiro e se entregar às condições de miséria e abandono.

Seguindo o perfil apresentado por Guimarães (1998), com base nos dados registrados no livro de entradas no Porto do Rio de Janeiro, as profissões eram variadas. No entanto, percebe-se que o número de trabalhadores na área rural se sobrepõe aos outros, mas isso não quer dizer que os agricultores constituíam o maior grupo, pois existia certo mascaramento de informações, visto que muitos se declaravam agricultores para ter direito a gratuidade das passagens para o Brasil (Tabela 8).

Tabela 8 - Espanhóis desembarcados no porto do Rio de Janeiro (1880-1914)

Períodos	Profissões declaradas							
	Indústria		Serviços		Rural		Sem informação	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1880-1884	55	0	4.383	638	1.794	498	853	369
1885-1889	9	1	5.176	415	4.607	1.632	1.752	103
1890-1894	50	4	6.771	1.300	15.333	7.841	2.987	1.012
1895-1899	94	3	2.262	1.069	5.447	1.689	1.463	731
1900-1904	434	74	386	19	3.902	628	2.216	1.010
1905-1909	530	34	2.445	569	6.314	1.326	3.011	1.796
1910-1914	1.236	111	7.821	2.617	10.017	5.357	2.329	2.260
TOTAIS	2.408	227	29.244	6.627	47.414	18.971	14.611	7.281

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Guimarães (1998)

O estado de São Paulo recebeu o maior número de imigrantes espanhóis no Brasil. Segundo Holloway (1984), durante o período de grandes contratos com companhias particulares, os funcionários paulistas tentaram estabelecer cotas não apenas para determinadas nacionalidades, mas também para regiões dentro dos países europeus. O contrato da Fiorita, de março de 1896, por exemplo, citava uma cota limitada de 10.000 espanhóis, restringindo suas origens às Províncias Bascas, Navarra, Galícia e Ilhas Canárias. A grande alta populacional de imigrantes espanhóis no estado de São Paulo ocorreu entre os anos de 1905 a 1915, quando quase 178.000 imigrantes entraram no estado. Por volta dos anos de 1920 e 1925 quase 80% desses imigrantes se encontravam no estado, espalhados principalmente pelas fazendas no interior. Esses indivíduos tanto na capital, como nas cidades mais desenvolvidas do estado, se dedicaram bastante ao comércio, exercendo trabalhos em restaurantes e venda de metais subutilizados, como as sucatas.

Segundo Martínez (2000), no estado de São Paulo, a origem dos imigrantes espanhóis era diferenciada. Neste estado predominaram os andaluzes, enquanto os galegos representaram uma minoria.

Tabela 9 – Porcentagem de imigrantes espanhóis no estado de São Paulo (1900-1924)

Período	%
1900-1904	64%
1905-1909	77%
1910-1914	75%
1915-1919	71%
1920-1924	81%

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Cánovas (2011)

Como se observa na Tabela 9, os espanhóis residentes no estado de São Paulo representaram grande parte do número do total de imigrantes no país neste período. Isso deu a São Paulo o lugar de maior atração de imigrantes espanhóis no país no início do século XX. O aumento de imigrantes espanhóis no Brasil, mais precisamente no estado de São Paulo, foi gradativo, mas isso não significa que o número de saídas não tenha sido representativo no período.

O ingresso massivo de imigrantes pelo porto de Santos no final da década de 1880 à década de 1920, período de análise, permanece em altos patamares. Como contrapartida, houve uma constante saída de imigrantes que chegou à metade do contingente na década de 1900 a picos de 90%. Nesse refluxo, destacaram-se sem

contrapeso os italianos, seguidos pelos espanhóis e portugueses (ROCHA, 2007, p. 73).

A partir dos anos de 1900 houve um aumento significativo nas taxas de imigrantes espanhóis na região. Mesmo diante das imposições que surgiram contra a política de imigração estrangeira no país. O estado de São Paulo parece não ter sofrido quase nenhuma dificuldade para garantir a chegada e a fixação de imigrantes espanhóis no trabalho da lavoura do café, mesmo após o decreto real de 1910. Martinez (2000, p. 253) entende e reforça essa afirmativa quando informa que podemos acrescentar outra questão a tudo isso. Em 31 de agosto de 1910, foi publicado na *Gaceta de Madrid* o decreto real que proibia a emigração subsidiada ao Brasil. No entanto, tal medida em nada afetou as saídas, dada a procedência geográfica do grupo que migrou para São Paulo – originário em sua maioria, da Andaluzia Oriental – e, portanto vizinhos do porto de Gibraltar. Em 1909 entraram em São Paulo 12.605 espanhóis, em 1910, 13.336; em 1911, ano que estava em pleno vigor a proibição, chegaram 17.862 e em 1912, 28.897. Poder-se-ia até aventurar a dizer que, se não houvesse a restrição o número de imigrantes recrutados teria sido bem maior que das regiões mais afastadas da península. Assim, os espanhóis continuaram emigrando para São Paulo e, inclusive, o quinquênio de 1910-1914 foi o mais importante do ponto de vista quantitativo.

ímã de capitais e pessoas, na virada do século recebia milhares de desterrados e havia se tornado um verdadeiro Caleidoscópio humano, que no final da década de 1910 já reunia 33 etnias diferentes.

O efeito mais imediato dessa chegada massiva de imigrantes era visível nas imensas vagas de trabalhadores rurais pobres inchando a cidade, sobrecarregando sua força de trabalho em formando um gigantesco exército de reserva. Essa disponibilidade de mão de obra gerou altas taxas de desemprego e rebaixou os salários, obrigando boa parte da população a viver precariamente de trabalho informal e temporário. Foi nesse contexto que muitos imigrantes espanhóis acabaram se dedicando a atividades como a do *chatarro*, o negociante de sucata.

Mas essa não foi a única atividade a qual eles se dedicaram em São Paulo. Muitos começaram a trabalhar no ramo da construção civil, nas indústrias têxteis e em pequenos ofícios autônomos. Alguns conquistaram certo prestígio econômico e social, iniciando sua ascensão no comércio atacadista de cereais e transformando algumas ruas do centro da cidade em conhecidos redutos de espanhóis (CÁNOVAS, 2011, p. 42-43).

Enfim, a comunidade espanhola foi fundamental para a solidificação da sociedade paulista, visto que contribuiu diretamente nas áreas do comércio e de serviços. Como diz Cánovas (2011) fossem como catadores de sucata, operários ou comerciantes, os imigrantes espanhóis participaram de forma ativa da criação de novos espaços de convívio social na cidade de São Paulo quando estava em construção.

A Bahia também foi um estado de grande migração de espanhóis no Brasil. Apesar de ter sido um estado que não pretendia uma migração espanhola para a capital, pois desejava que seus imigrantes espanhóis estivessem concentrados apenas no campo, teve em Salvador o maior número de espanhóis migrados para o estado. Segundo Braga (1995), a capital baiana viu entrar nos anos de 1883 a 1950 um número aproximado de quase 18.000 imigrantes espanhóis, todos registrados pela Capitania dos Portos de Salvador. Esse número mostra que tamanha foi a representatividade só da cidade de Salvador para todo o estado baiano.

Foi sempre difícil precisar o número de Galegos existentes em Salvador nos diferentes momentos de sua permanência neste local. E isto porque era praticamente impossível realizar qualquer quantificação, considerando a maneira com entravam, as vezes até clandestinamente. As fontes que poderiam fornecer tais dados: o Consulado Espanhol, o arquivo público do estado e a Polícia Federal dispõem de números coincidentes, o que leva à constatação da impossibilidade de apresentar números precisos. É fato comprovado, no entanto, que o grupo cresceu de forma acentuada de 1870, aproximadamente, até por volta de 1930, quando passou a ser alimentado de forma menos acentuada até perder de todo a sua dinâmica de crescimento na década de 50. As décadas de 30 e 40 foram tumultuadas na Espanha com a Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial, de modo que durante este período pode ter havido um número significativo de entradas clandestinas (BRAGA, 1995, p. 94).

Segundo Braga (1995), sobre os espanhóis imigrados a Salvador no final do século XIX e início do século XX pode-se afirmar que sua maioria eram trabalhadores do campo, vinham sozinhos, mesmo quando já eram casados, quando solteiros voltavam para casar na Galícia, já que muitos eram oriundos dessa comunidade, mas quase nunca traziam suas esposas para o Brasil. Vinham para Salvador com o sonho de um dia retornar à Espanha e para o seio familiar. Oriundos de famílias numerosas, formavam um grupo de imigrantes que mantinha fortes laços familiares.

Um traço marcante na caracterização do grupo de imigrantes galegos de Salvador é a sua procedência. Já é significativo o fato de cerca de 96% dos espanhóis de Salvador procederem da Galícia. E quando a isso se acrescenta que, destes galegos, 95% são da província de Pontevedra e que a maioria vem de uma mesma área que tem como centro estratégico o município de Ponte Caldelas e seus arredores, fica muito claro que as relações de parentesco e amizade tiveram papel importante na alimentação do fluxo migratório (BRAGA, 1995, p. 94).

A migração de espanhóis para a Bahia a fez ser reconhecida em todo o Brasil, como uma das regiões de grande representatividade deste grupo, e apesar da inserção na cultura baiana, os galegos da Bahia parecem tentar manter sua cultura e alguns costumes vivos, sejam eles no seu comportamento ou até mesmo na sua língua. Mas o fato é que esses espanhóis souberam se inserir na sociedade e na vida cotidiana baiana e muito contribuíram para o

enriquecimento de seu comércio e de toda a sua economia. Segundo Cánovas (2011), foi na Bahia, porém, que a presença galega mais se fez notar, graças ao estabelecimento no estado de uma importante comunidade de imigrantes, em sua maioria proveniente da província de Pontevedra. Já em 1884 os galegos fundaram a *Real Sociedad Española de Beneficência*, a mais antiga de Salvador, que existe até hoje. E muitos deles se tornaram pequenos empresários atuando nos ramos de hotelaria e padaria.

Assim, muitos imigrantes espanhóis apostaram na vinda para o Brasil, arriscaram-se em viagens, e muitos até morreram em meio às turbulentas viagens pelo oceano, outros sobreviveram e chegaram à terra de destino, outros não suportaram a dor pela falta de seus entes e retornaram. Foi desta maneira que essa história se construiu e foi contada por muitos descendentes espanhóis. Os riscos e as dificuldades fizeram desses espanhóis um povo acostumado com o processo de mudança e fortalecido por suas experiências imigratórias acontecidas no passado.

No início do século 20, os espanhóis percorriam um penoso e longo caminho até chegar ao porto de embarque, enfrentando horas ou dias de viagem em trens e carroças. Dependendo das condições do trajeto e da distância a ser percorrida, muitos seguiam a pé em direção ao porto. Aqueles que residiam em cidades do interior da Espanha, muitas vezes, viam o mar pela primeira vez no dia em que chegavam ao porto para embarcar para a América (SOUSA, 2006, p. 06).

Os imigrantes espanhóis com destino ao Brasil se caracterizavam por serem trabalhadores rurais humildes, eram geralmente os que se encontravam em situação de pobreza. Muitos migraram para o Brasil de forma ilegal por não terem se quer dinheiro para as passagens, mas sua maioria veio de forma legal. Martínez (2000) faz referência aos *ganchos* – emissários enviados às províncias – dentre estes estavam policiais disfarçados e donos de pensões que foram indivíduos que se responsabilizaram em atrair, recrutar esses imigrantes e direcioná-los de forma ilegal às colônias de trabalho agrícola fora do país.

Boa parte dos imigrantes espanhóis que migraram para o Brasil foram caracterizados como analfabetos, no entanto se destacaram pela habilidade que tinham em manusear a terra. Devido a isso, esses imigrantes tiveram maiores facilidades de acesso à terra, em condições bem favoráveis, principalmente no momento em que o Brasil necessitava expandir suas fronteiras.

Segundo Martínez (2000), havia dificuldade, mas também superação das dificuldades impostas a estes. Os emigrantes, como os da região da Andaluzia, enfrentavam dias de angústia e aflição por uma travessia para o Norte da África, iam para trabalhar como colonos

e tinham apelidos como *caracóis* ou *andorinhas*. Chamados dessa forma por trazerem quase sempre as costas seus colchões e por terem a liberdade de regressar ao fim das colheitas.

Figura 1 - Mapa das províncias da Espanha



Fonte: Sousa (2006)

As dificuldades de deslocamento da Espanha para o Brasil eram grandes, isso porque geralmente as viagens eram muito demoradas e cansativas. Segundo Sousa (2006), já no início do século XX, existiu um trajeto de navio entre a Europa e o Brasil que demorava em média 15 a 20 dias. A maioria dos espanhóis que aportou no Brasil viajou em navios de grande porte, que comportavam mais de 300 pessoas³.

No Brasil, fala-se de imigrantes que vieram no final do século XIX e início do século XX sem o mínimo de condições econômicas. Eram pessoas com quase nenhuma preparação profissional, trabalhadores braçais e com baixa escolaridade, quando não eram analfabetos. Possivelmente o fato de terem pouco estudo contribuiu bastante para a perda da memória escrita desse povo, pois poucos registravam suas histórias pessoais e de família.

Em comparação com os outros imigrantes europeus, os espanhóis foram mais classificados como agricultores, e nisso também estavam mais próximos dos japoneses. Mas o que é mais surpreendente é que, mesmo em comparação com os portugueses, eles eram indiscutivelmente os menos instruídos dentre os principais grupos de imigrantes que vieram para o Brasil (KLEIN, 1994, p. 51).

³ As embarcações mais recorrentes para o Brasil foram Aquitane, Porvence, Espáña e Córdoba.

Os imigrantes espanhóis, apesar da baixa instrução, souberam se organizar e fortalecer seus laços de amizade com seus conterrâneos. Houve o fortalecimento do laço familiar, muitos não esqueceram os compatriotas, foram solidários e hospitaleiros, receberam parentes em suas residências, e os hospedavam até que esses conseguissem se estabilizar financeiramente. Um costume deixado e bastante encontrado e preservado no passado nas cidades de imigrantes espanhóis no Brasil foi a prática das touradas.

5 A AMAZÔNIA COMO DESTINO DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA

A Amazônia no início do século XIX apresentava relações comerciais ligadas à Europa, mas sua participação comercial no ambiente nacional e internacional nesse momento ainda era quase inexistente. Quando se falava de economia regional, limitava-se ao cacau, ao açúcar, ao algodão, ao tabaco, ao arroz e ao café, com uma pequena exportação para países da Europa, como França e Holanda. Mas, a partir de 1870 a economia da borracha transformou-a numa região de relativa atração para imigrantes, de regiões internas do Brasil e de estrangeiros e a fez ter destaque no território brasileiro. Vieram estrangeiros de várias nacionalidades, uns se localizaram nas capitais e outros se dirigiram às colônias agrícolas.

A descoberta de riquezas naturais e a sua exploração fizeram a região ser conhecida como um “eldorado promissor”. Aos poucos a explosão econômica da Amazônia a fez se tornar um lugar de estranhos, isso por ter atraído muitos imigrantes de outras regiões do país e também estrangeiros.

De 1870 a 1910, considera-se o maior surto econômico já verificado na região, tendo-se como principal indicador o crescente aumento da produção de borracha, criando-se até a expressão *rubber reclaiming industry*. Em 1871, o presidente da província do Pará, Abel Graça, em sua mensagem à assembleia legislativa provincial, anunciou o primeiro lugar da borracha na pauta de exportação: 4.890.089 quilos contra os 3.381.246 quilos do cacau. Neste período, a borracha constituiu-se no principal produto voltado para o comércio internacional, desta forma carreando recursos e, conseqüentemente, permitindo um surto econômico vigoroso na região (SARGES, 2002, p. 77).

Ao mesmo tempo em que a região Amazônica crescia economicamente, houve um déficit de mão de obra para trabalhar na construção de estradas e para a extração do látex, atividade para a qual foram atraídos muitos imigrantes nordestinos. Segundo Santos (1980, p. 90), o ano de 1872 marca o início da grande e trágica epopeia da estrada de ferro Madeira-Mamoré, com a entrada de número considerável de estrangeiros no ocidente amazônico.

Para solucionar o problema de mão-de-obra, o governo do Pará criou uma política de estímulo à migração de pessoas de todas as regiões do Brasil e do exterior, fizeram o uso de propagandas e promessas de concessões de passagens e hospedagens. A propaganda parece ter efeito ao final do século XIX e início do século XX, quando se registrou o maior número de imigrantes estrangeiros na Amazônia.

Há razões para crer que toda essa imigração, bastante expressiva, fosse espontânea e tivesse por motivação, de um lado, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, e de outro a fama do crescimento econômico regional e particularmente o disparo dos preços da borracha desde 1909 até 1910, devido à necessidade de

reconstituição dos estoques nos centros industriais do exterior; tanto assim que para 1912 a fonte estatística já não acusa entrada alguma de estrangeiros no porto de Belém (SANTOS, 1980, p. 89).

Tabela 10 – Entrada de europeus no porto de Belém (1908-1910)

Anos Nacionalidades	1908		1909		1910		Total	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v .a.	%
Portugueses	1221	35,49	2115	59,86	3176	49,56	6512	48,67
Espanhóis	655	19,04	517	14,63	967	15,09	2139	15,98
Ingleses	342	9,94	243	6,88	376	5,87	961	7,18
Italianos	182	5,29	131	3,71	242	3,78	555	4,15
Alemães	78	2,27	72	2,04	160	2,50	310	2,32
Franceses	77	2,24	68	1,92	139	2,17	284	2,12
Outros europeus	47	1,37	8	0,22	6	0,09	61	0,45

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Emmi (2008)

A propaganda mostrava a Amazônia como um paraíso de riquezas naturais, principalmente o látex. A prosperidade produzida pela borracha contribuiu para a modernização do sistema de transporte e telecomunicação. Em 1870, por exemplo, se viu a introdução da navegação a vapor na bacia do Amazonas com a abertura do rio principal a embarcações de todo o Brasil, o que proporcionou a chegada de muitos imigrantes à Amazônia.

Em 1907, Belém contava com 192.230 habitantes. No Pará, o termômetro da vicejante economia, o vaivém de pessoas e mercadorias era grande: das 36.026 pessoas que entraram no estado naquele ano, quase 11.600 permaneceram na capital, absorvidas pelas atividades comerciais e pelos estabelecimentos industriais (DAOU, 2000, p. 31).

Assim, a riqueza gerada pela borracha e a escassez de mão-de-obra foram fatores determinantes para atrair imigrantes das mais diferentes regiões do mundo. Isso transformou cidades como Belém e Manaus em metrópoles prósperas, de economia forte e consolidada para o momento, donas de um precioso ouro líquido e branco, o látex.

No início do século XX ainda se registraram altos índices de participação da econômica da borracha na economia nacional, principalmente no período de 1905 a 1910. Mas a partir de 1912, ocorreu um declínio acentuado na economia regional. Belém, que se caracteriza, ao longo de tantos anos, como uma economia com destino ao comércio internacional, tornou-se cada vez mais empobrecida, em virtude de não ter fortalecido a sua

economia local. Entretanto, a migração internacional para a Amazônia não cessou com a crise da economia da borracha, como assinala Emmi (2008).

Mesmo com a queda da economia da borracha, Belém e Manaus ainda desfrutavam de benefícios trazidos pela riqueza e pela repercussão que tiveram desde o início desta fase. Eram reconhecidas também pela sua modernização no cenário econômico da Amazônia. Segundo Burns (1965), em 1910, Manaus reinava como a capital mundial da borracha. Por mais de vinte anos de produção crescente, a exportação contínua e de preços em elevação, havia criado a prosperidade, da qual a cidade era a evidência mais ampla. Nesse ano, Manaus progredia, com os preços atingindo as alturas, e toda a atmosfera da cidade era de prosperidade.

Essa prosperidade e essa atividade alvoroçada, jamais deixaram de impressionar os visitantes que empreendiam a jornada de novecentas milhas subindo o Rio Amazonas, para vê-la. Ficavam invariavelmente surpresos, até assombrados, ao que lhes deparava. E havia razão para esse entusiasmo. Situada (ou como pensavam muitos “aprisionada”) no meio da vasta e sedutora floresta, Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade europeia de seu tamanho ou mesmo maior. Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis, atestavam o sistema de modernização da cidade (BURNS, 1965, p. 6).

Burns (1965) comenta que não existem dados oficiais sobre a colônia estrangeira em Manaus. Mas a evidência indireta indica sua extensão e composição. Em anúncios frequentes nos jornais locais, advogados ofereciam assistência aos estrangeiros que precisassem regularizar documentação para permanência no país ou nacionalização. Esses anúncios não teriam aparecido se não houvesse uma colônia estrangeira bastante numerosa e que permitisse um negócio lucrativo. Os espanhóis não se dedicavam ao trabalho da borracha, mas a outros serviços ligados ao comércio e à construção civil. Pode-se deduzir que os imigrantes espanhóis de Manaus, bem como os italianos, os sírios e os libaneses, estiveram envolvidos mais com o comércio que com a agricultura.

O comércio de Manaus estava a todo vapor, em função da economia da borracha, a sociedade manauara, no início do século XX, também respirava os ares da modernidade europeia, com grandes obras arquitetônicas, como o Teatro Amazonas inaugurado no final do século XIX. Isso fez com que se formasse também, assim como em Belém, um público local exigente e acostumado com os requintes gerados pela *Belle Époque*.

Portanto, o que se percebe é que a presença do imigrante estrangeiro também foi determinante para o crescimento econômico da Amazônia. O principal indicativo disto se manifestou principalmente no comércio das grandes cidades, em virtude da exigência da

população local. Essa mudança de comportamento ocorreu de tal forma, que ao longo do tempo, se percebem mudanças nas relações comerciais dessas grandes metrópoles amazônicas. A necessidade de se ter produtos estrangeiros para suprir um comércio exigente que se instalava em cidades como Belém e Manaus, fez dessa nova sociedade consumidora, passar de quase primitiva a burguesamente moderna, com um mercado aquecido que aos poucos era crescente e promissor para os estrangeiros.

A influência estrangeira evidenciava-se numa variedade de formas. Anúncios indicavam a existência de numerosos produtos estrangeiros que devem ter dado forma a vida comercial e social da comunidade: revólveres Smith and Wesson, terçados Collins, gramofones Victor, sapatos Walk-Over, perfume Lubin, relógios Omega, Whiskey Black and White, gin Both, manteiga da Escandinávia, leite condensado Fussel, motores Otto, licores Bardinnet, máquinas Urderwood, Wiskey White Label etc. (BURNS, 1965, p. 9).

A expectativa de ficar rico para retornar à Espanha era uma das razões também que explicava essa demanda de espanhóis na região Amazônica. Apesar disso, muitos acabaram se instalando no Estado Paraense, alguns em centros urbanos, desenvolvendo atividades de natureza diferente da agricultura e outros saindo para outros estados do Brasil.

Um dos grandes problemas da migração no Pará foi o de garantir a permanência de seus imigrantes estrangeiros na região. Vários imigrantes não cumpriram com o acordo de migração, e acabaram saindo dos seus lotes, uns foram em direção aos grandes centros do país, Sul e Sudeste, e outros ficaram em Belém e se dedicaram ao pequeno comércio local, com trabalhos ligados a hotelaria, artesanato e manufaturas. Houve ainda os que encontraram empregos de subsistência como sapateiros, chocolateiros, ambulantes, engraxates, motoristas, garçons, jornaleiros, jardineiros, cocheiros, cozinheiros e cantores da noite.

A cidade de Belém tornou-se em pouco tempo uma cidade com ares de metrópole aos moldes europeus, transformou seu cenário urbano mais moderno, havia lugares para atender um público que se tornava cada vez mais exigente. Tornou-se comum ver na cidade, lugares para conversas entre amigos, como o *Café Chic* e lugares para comprar como as lojas de luxo e requinte no centro da capital paraense. As lojas eram preocupadas em oferecer artigos voltados para um público exigente e de bom gosto. Um bom exemplo disso é a ainda existente *Paris na América*, que um dia foi símbolo de beleza e glamour da antiga Belém. Mas hoje a loja disputa espaço comercial entre pequenas lojas populares no centro da cidade. Segundo Sarges (2010c, p. 56-57) “o refinamento dessa época encontrava-se espelhado na antiga Rua dos Mercadores – atual Conselheiro João Alfredo –, onde havia lojas com denominações que reforçavam o francesismo instalado na cidade, como Paris n’América, *Notre Dame* de Paris,

Marselhesa, Petit Paris e vários outros empórios com sortimentos ao gosto e ao alcance dos enriquecidos”.

Alguns problemas sociais passaram a ser apontados na cidade de Belém à medida que a metrópole recebia seus “novos moradores”. O redirecionamento da população do interior do estado, fosse de imigrantes estrangeiros ou de outras regiões do país, para a capital paraense, contribuiu para o surgimento de problemas de ordem social. Dentre as consequências estava o aumento no número de pedintes, pois se tornou comum ver cenas de descaso com crianças e anciãos. Os jovens sem qualificação se sujeitavam a condições desumanas de trabalho e mulheres espanholas jovens e de meia idade se entregavam a uma vida em bordéis e pequenas hospedarias.

Mesmo que os espanhóis estabelecessem laços de solidariedade e a afirmação de suas identidades por meio de expressões culturais, a relação conflituosa no espaço público era latente, conforme registrou uma denúncia publicada no jornal *A República* (1896) contra o *Restaurante Espanhol*, situado no largo de Sant’Anna, que hospedava as *horizontais*, mulheres que ofendiam a moral pública com seu comportamento desregrado. Para a Amazônia ou outro local do país, a prostituição era uma das consequências da chegada de imigrantes estrangeiros (SARGES, 2010c, p. 63).

No ano de 1890 a imprensa local, em particular o *Diário de Notícias*⁴, já apresentava notas com reclamações em torno do assunto migração. Sarges (2008) comenta um pedido de intervenção feito no jornal ao governador do estado. O texto dizia respeito aos imigrantes que “passavam da mendicância a larápios”. Dentro de pouco tempo teria aumentado a estatística de criminosos, importados à custa de dinheiro do povo. Diante de tal realidade, o mesmo jornal ao saber da chegada, havia cerca de dois meses, de vinte colonos espanhóis que ainda não tinham sido encaminhados para algum trabalho, informava que “alguns andavam pedindo esmola de porta em porta”; o impresso não perdia a oportunidade para disparar: “exceto na [porta] do governador, que não sabe o que se passa nesta grande cidade”. Neste sentido, percebe-se que há uma linguagem com tom de “certa agressividade” pelo jornal, isso faz pensar que é necessário relativizar essas informações, visto que as afirmações do jornal poderiam ser de certa forma, “tendenciosas” para a época, com um viés mais político que social, buscando criar um discurso de ataque ao governador e se utilizando da figura do imigrante para isso.

Consta no Arquivo Público do Pará, seção de obras públicas, fundo da repartição de obras públicas terras e colonização, na série administrador da Hospedaria do Outeiro (1895-

⁴ Jornal paraense de grande circulação na sociedade belenense do século XIX

1896-1897-1898), caixa: 36, um ofício do dia 08 de maio de 1896 um documento ao administrador da Hospedaria dos Imigrantes solicitando que se instaurasse uma investigação para que se descobrisse a identidade de um imigrante espanhol que estava a distribuir panfletos na cidade de Belém com conteúdo de propaganda anarquista. Os ânimos da administração pública pareciam estar aflorados, os pedidos de repatriamento eram feitos continuamente. Muitos por motivos diversos, em geral problemas de ordem pública, tentando afastar os movimentos anarquistas que haviam sido trazidos junto com os espanhóis.

Com o crescimento acelerado de Belém e a falta de uma política de planejamento urbano, o centro de Belém via velhos casarões abandonados se transformar em pensões e cortiços para receber imigrantes de todas as partes do Brasil e do mundo. Sem contar com a presença marcante de estrangeiros em vilas organizadas por imigrantes, que se amontoavam a convite de parentes e amigos. Muitos diziam se instalar provisoriamente até encontrar um lugar fixo para moradia, mas acabavam ficando por anos nesta situação.

Os problemas sociais da capital paraense passaram a chamar atenção do Consulado Espanhol. Em 25 de junho de 1900, o consulado enviou um ofício ao chefe de Segurança Pública do estado do Pará com o pedido de retirar alguns menores espanhóis que estavam se dedicando à mendicância (Anexo A). Havia o medo em toda sociedade belenense, pois cada vez mais se tornavam comuns os relatos de criminalidade envolvendo estrangeiros.

O mais importante a ser mostrado sobre a vida na metrópole da Amazônia no *fin-de-siècle* é sua realidade concreta, onde as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista afluam muito mais, visto que o desenvolvimento econômico do capitalismo trazia em seu bojo o paradoxo do progresso, da modernidade, onde convivem a miséria, a prostituição e toda uma gama enorme de desgraças sociais com o fausto e o luxo de uma burguesia que consumia, fundamentalmente, o importado (SARGES, 2002, p. 142).

Enquanto isso, bem diferente da situação dos patrícios paraenses, os imigrantes espanhóis, com destino a cidades mais estruturadas do Sul e Sudeste como Rio de Janeiro e São Paulo, pareciam desfrutar de uma vida aparentemente mais tranquila e com novas opções de trabalho, como a hotelaria e a produção alimentícia. As dificuldades na região Norte pareciam bem maiores que nas regiões Sul e Sudeste do país, que apresentavam maior equilíbrio e melhores condições econômicas. Como afirma Cánovas (2005):

No Rio de Janeiro – onde já em 1900 se fundava o Centro Galego -, constituíram uma numerosa colônia, dedicando-se, sobretudo ao comércio de produtos alimentícios e negócios hoteleiros. Tiveram ainda alguma representatividade nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo instalaram-se em Núcleos urbanos, na Capital, em Santos em Campinas. Não integrando, portanto o contingente que veio engrossar a mão de obra demandada pelo café (CÁNOVAS, 2005, p. 64-65).

Mas nem só de problemas sociais viveu Belém, no que diz respeito à presença de espanhóis na Amazônia. Diante dos problemas enfrentados pela imigração estrangeira, a literatura corrente tende a considerar certo “fracasso” da migração espanhola no Pará. No entanto, sabe-se que existem pesquisas que apresentam contribuições que foram importantes para a História das migrações no estado do Pará, contribuições estas que não foram só de caráter econômico, mas também de caráter cultural.

Sarges (2008) comenta que o *Colyseu Paraense* representava um lazer organizado principalmente por imigrantes portugueses e espanhóis, por atrair dezenas de pagantes de todas as classes para admirar a prática das touradas de arena. Essa prática arrecadava fundos que foram convertidos em valores ofertados a instituições importantes da sociedade belenense da época.

Mas também havia espetáculos de beneficência em prol do Grêmio Literário Português, da Associação Humanística dos Bombeiros voluntários, da Santa Casa de Misericórdia, da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, dentre outros; ou de toureiros, como a “festa artística”, dedicada a José Pinto ou a bandarilheiro Cara Ancha (SARGES, 2010c, p. 59).

Segundo Sarges (2008), o *Colyseu* era de propriedade de José Candido da Cunha Osório, localizado na estrada da Conselheiro, na praça Batista Campos, em Belém. Possuía camarotes e arquibancadas de sombra e arquibancadas de sol, variando seus preços conforme a localização, os preços variavam de vinte mil reis a dois mil reis. Seus bilhetes poderiam ser encontrados em lugares da cidade como o Café Chic, Merceria Batista, Merceria Santos, no *Wery-Well*, na casa Bahiana, no *Estaminet*, no Café Central e nas bilheterias do *Colyseu Paraense*.

A prática da tourada parecia ser uma febre em Belém, tudo relacionado ao tema gerava certa expectativa financeira população. Sarges (2010c) informa que a festa dos touros evoluiu a favor do gosto e das exigências do público que assistia ao espetáculo, o que contribuiu para o surgimento de *A Tourada*, um jornal dedicado aos admiradores da *tauromachia*, de propriedade de Francisco Garrido.

Com isso, toda a sociedade de Belém ganhava com os espetáculos do *Colyseu*, pois viam na tourada uma oportunidade também de trabalho, já que todo o comércio se voltava para o acontecimento das touradas, desde a venda de ingressos à manutenção das fazendas de

animais, local onde eram criados os touros usados nas atividades da tourada. Além disso, ainda havia a manutenção que era feita do patrimônio público, a própria praça do acontecimento. Tudo em torno do *Colyseu Paraense* deveria estar sempre reformado e em ótimas condições de uso.

O regulamento da praça de touros estabelecia que a empresa ficasse responsável pela constituição de uma fazenda (ganadeira), onde fossem criados animais especialmente para as touradas, seguindo o mesmo sistema da Europa, ou seja, o gado deveria estar sujeito a privações espaciais para que apresentasse bravura indispensável. A empresa também deveria fazer melhoramentos na praça, instalando uma cúpula de Cristal para proteção da chuva, reformando o touril, construindo cocheiras para os cavalos e estábulos para os touros. Além disso, o regulamento fixou o número de vinte corridas diurnas ou noturnas para cada época tauromachica e o valor de quatrocentos mil reis a ser pago ao cavaleiro, sem incluir a despesa do transporte dos artistas da Europa, ficando às vezes em duzentos e cinquenta mil reis (SARGES, 2010c, p. 61-62).

Deve-se citar também o importante papel da *União Espanhola de Socorros Mútuos* no Pará, haja vista que a entidade era responsável a dar auxílio aos recém-chegados e aos doentes e aos necessitados. Foi uma sociedade compromissada em realizar grandes ações sociais em prol da sociedade imigratória espanhola que aos poucos se organizava na cidade de Belém. O cassino espanhol também teve seu papel de importância na sociedade de Belém. Seu principal propósito foi de agregar um fundo financeiro para ajudar nas obras de caráter social.

Os noticiários também registravam outras formas de diversão dos galegos. Havia o casino espanhol, fundado em 1896, que também tinha finalidade social, haja vista que cada compatriota, ao adquirir um número de ações, pagava cinquenta reis por cada papel, com o objetivo de reunir fundos necessários para obras sociais (SARGES, 2010c, p. 62).

Tabela 11 – Recenseamento da população paraense (1872, 1900 e 1920)

Anos	Pará	Belém
1872	275.237	61.997
1900	445.356	96.560
1920	983.507	236.402

Fonte: IBGE- Sinopse do Recenseamento de 1920, RJ, 1926. Adaptado por Sarges (2002)

No que diz respeito à população paraense, percebe-se na Tabela 11 que houve um aumento da população de Belém entre 1872, 1900 e 1920. Durante esses períodos, a população triplicou no estado do Pará e na capital. Segundo Emmi (2008, p. 105) entre 1908 e 1910, entraram no Porto de Belém cerca de 13.500 estrangeiros de várias nacionalidades,

destacando-se os portugueses (48,67%) e os espanhóis (15,98%). Ou seja, por um período significativo de tempo os espanhóis migraram para a Amazônia, perdendo apenas para os portugueses. A economia da borracha talvez seja um fator de explicação para esse aumento, mas havia expectativas devido a todas as especulações criadas na Europa em torno da metrópole da Amazônia. Belém tornou-se conhecida pela sua modernidade, principalmente após a propaganda imigratória paraense na Europa. Não que somente a migração dos espanhóis para Belém explique o aumento da população da cidade, mas é importante observar esse processo de mudança nos números e tentar entender o que foi responsável pelo crescimento populacional em tão pouco tempo.

Conforme Arraes e Figueiredo (2004), os espanhóis e os portugueses formaram uma gigante colônia. Da padaria à construção civil, dos muitos mercados as companhias de ônibus deram contorno a grande casta de empresários da terra. Fosse um trabalhador anônimo ou uma celebridade das artes e da cultura, o estrangeiro fincou raízes profundas na cidade de Belém. Os espanhóis trouxeram, muito mais que braços para a lavoura. Junto com os portugueses, plantaram aqui as ideias socialistas, anarquistas e libertárias. Muitos foram eminentes professores, tipógrafos e profissionais liberais, com a inserção na vida cotidiana da cidade e souberam se inserir no cenário amazônico tão bem quanto os portugueses.

Belém, ao lado de Manaus, representou uma das mais importantes cidades economicamente ativas da Amazônia, um eldorado sonhado por muitos imigrantes estrangeiros. Com o passar dos anos, diante de tanta prosperidade gerada em função da economia do látex entre os anos de 1870 a 1910, a capital paraense acelerou de tal forma que passou a ser comparada a cidades como Paris e Viena. A vida urbana, política e social de Belém também se modificavam e cresciam aos moldes europeus. Suas importações e exportações fizeram do comércio outra oportunidade para os imigrantes estrangeiros, pois muitos acabaram escolhendo o comércio como uma nova oportunidade de emprego.

Na dinâmica cidade de Belém foram projetados além do Porto de Belém, o mercado municipal do Ver-o-Peso (1901), O hospital Dom Luiz e o Grêmio Literário (obras da colônia Portuguesa), *The Amazon Telegraph Company*, linha telegráfica por cabos submarinos, substituídas posteriormente pela Western Co., o arquivo e Biblioteca Pública (1894); O Teatro da Paz (1878); 43 fábricas (incluindo desde chapéu até perfumaria), 5 bancos, 4 companhias seguradoras, além da implantação da iluminação a gás, sob a responsabilidade da Pará *Electric Railway and Lighting Co. Ltd*, autorizada a funcionar pelo decreto Federal nr. 5.780 de 26 de janeiro de 1905 (SARGES, 2002, p. 138).

Segundo Martínez (2000), ao referir-se à Amazônia, afirma que no Brasil, os galegos se dispersaram por vários estados. No Pará, nos finais de século XIX, teriam sido recrutados

para trabalhar em colônias agrícolas, porém muitos acabaram se concentrando em Belém, onde se dedicaram ao setor terciário, empregando-se principalmente em negócios de hotelaria. No Amazonas, os imigrantes espanhóis participaram da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, em 1922 a quase totalidade residia em Manaus, eram quase mil, a capital estava seguida por Porto Velho, com 100 imigrantes espanhóis. Segundo os censos de 1872 e 1920 a população espanhola no Pará e no Amazonas tem sua população aumentada significativa.

Tabela 12 – População espanhola no Pará e no Amazonas (1872 e 1920)

Origem	1872		1920	
	PA	AM	PA	AM
Espanhóis	158	35	3355	986

Fonte: Adaptada pelo autor com base nos Censos de 1872 e 1920

O número de imigrantes espanhóis na Amazônia foi bastante significativo e eles foram predominantes nas colônias agrícolas do Pará. Basta recuperar e analisar os dados de Palma Muniz, contidos no censo de outubro de 1900, e observar que a população estrangeira nos núcleos coloniais do Pará apresenta o número de 642 famílias espanholas com o número de 3.283 espanhóis, representando uma população significativa dentre os estrangeiros no estado.

Como se percebe, a Amazônia sofreu uma significativa e expressiva entrada de espanhóis, mas na literatura existente sobre os estudos migratórios, esse registro não aparece com destaque. No entanto, sabe-se que esses espanhóis tiveram relativa importância para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia no século XIX. Como prova disso estão as famílias de descendentes espanhóis espalhadas por todo o norte brasileiro que ajudaram no povoamento e contribuíram bastante para a economia da região.

5.1 A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO DO PARÁ

A política de imigração no estado do Pará passou por um processo demorado para consolidar seus instrumentos legais. Os primeiros indícios do que se pode chamar de uma política imigratória podem ser percebidos na metade do século XIX.

No Pará, na instalação da Assembleia Legislativa Provincial do Grão Pará de 1838, a Imigração e a colonização apareceram como problemas importantes a serem tratados, mas é só em 1853 que o governo provincial decide criar o primeiro instrumento legal para promover a introdução de imigrantes no Pará, através da resolução n. 266, de 15 de dezembro do referido ano (EMMI, 2008, p. 117).

Somente a partir de 1853 se vê no estado do Pará uma proposta inicial de imigração estrangeira. A mesma serviu de base para da Lei 223, de 30 de junho de 1894. Trouxe certos benefícios ao imigrante, como o direito a passagem, alimentação, hospedagem e auxílio necessário durante toda a viagem.

A primeira notícia que temos de organização de meios para a introdução de imigrantes no Pará, data do ano de 1853, quando o presidente da província Sebastião do Rego Barros, sancionou a Resolução nr. 226, de 15 de dezembro, criando no tesouro público provincial, uma caixa especial com os fundos de VINTE contos de réis, anuais para o fim e promover e facilitar a introdução de colonos (48). No ano seguinte a assembleia legislativa aprova a teor de uma nova Resolução que tomou o n. 263 (49), aumentando para 48 contos de réis, anuais a verba destinada a promover imigração de europeus, devendo ser preferidos os oriundos de Portugal e Espanha.

As bases para a vinda de colonos eram estas:

1ª - Passagens e comedorias gratuitas, e sem retribuição alguma, para todos os imigrantes.

2ª - Na escolha dos colonos serão atendidos a idade, moralidade e o estado de saúde, sendo a preferência pelos moços, os morigerados e os sadios.

3ª - O governo dispensaria aos imigrantes toda a possível hospitalidade por espaço de 8 dias, findos os quais estaria desobrigado da continuação desse favor.

4ª - Seria pedida pelo governo aos agentes consulares brasileiros todo o auxílio à coadjuvação para os imigrantes, inclusive as providências necessárias a um bom tratamento durante viagens (CRUZ, 1955, p. 55).

Após a vigência do contrato, estabelecido pela Resolução 266, muitos foram aqueles que se apresentaram como contratantes para introduzir os primeiros imigrantes “legais” na Amazônia Paraense, dentre eles nomes como: Jose Silvestre Rodrigues de Sousa, João Augusto Corrêa, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha e José do Ó de Almeida, além de *Silva & Picanço*, de Belém, Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, João Pinto de Araújo e Antônio Fernando Sodré e Silva e até o cônsul de Portugal no estado.

Logo de início houve a contratação de João Augusto Corrêa, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha e José do Ó de Almeida para introduzir pelo menos duzentos imigrantes na região. Os vapores começaram a chegar a Belém, vindos de várias partes do mundo: Itália, França, Portugal e Espanha.

Já na administração do presidente Sá e Benevides, chegaram a Belém, pelo vapor “Pará”, (56), mais 23 colonos europeus, remetidos pelo ministério da Agricultura para se estabelecerem na província. Com os 21, que haviam vindo anteriormente, perfaziam o nr. de 44, quase todos franceses. Estes colonos foram recebidos convenientemente, tendo sido recolhidos a bordo de um dos paquetes da “AMAZON STEAM NAVIGATION COMPANY”, por conta do Governo. Destinavam-se às colônias de Santarém. Porém, mais tarde, foram localizados na estrada de Bragança (57), onde lhes foram concedidos lotes de terras pra trabalhos agrícolas (CRUZ, 1955, p. 57).

O incentivo à imigração para Amazônia paraense foi tamanha, que o governo criou diferentes meios para que o trabalhador sentisse estimulado a se dedicar a terras e nela produzir. Uma das alternativas encontradas pelo governo para “agradar” o imigrante e fazê-lo ficar e produzir, foi a criação de prêmios aos lavradores que se dedicassem ao plantio do cacau, algodão e cana de açúcar. Havia até verba do estado, de cem mil réis, para pagar prêmios que chegavam ao valor de um conto de réis e quinhentos mil réis.

Cruz (1955) aponta benefícios como transporte gratuito, agasalho e alimentação até a colônia de instalação, preço mínimo de oito mil réis por hectare, de um lote de terras próprias para lavoura, em que sua área seria de vinte e cinco hectares correspondentes a duzentos e cinquenta metros de fundos, demarcada na sua frente e fundos. Bem como a queima e a limpeza de uma parte da terra para o primeiro plantio (já fornecendo gratuitamente as sementes e as rações pelo período do primeiro ano) e para a moradia, devendo esta apresentar condições habitáveis, com paredes embarreadas e teto de zinco ou madeira, além de utensílios para a casa e para o trabalho no campo.

Os direitos dos imigrantes iam da habitação à saúde, pois também lhes estava assegurado o direito a medicamentos em casos de enfermidade nos primeiros anos de instalação, também execução assalariada nos serviços gerais da colônia dentro dos três últimos trimestres do primeiro ano de instalação apenas aos imigrantes adultos do sexo masculino de cada uma das famílias, não excedendo ao número de dois por semana. Os imigrantes também poderiam gozar da concessão gratuita de um lote na sede do núcleo, depois de dois anos de instalação no lote agrícola já beneficiado e ainda a proteção às viúvas e órfãos dos que faleceram na colônia, nos dois primeiros anos de instalação, dando-lhes todo auxílio para mantê-los na agricultura.

Na província do Pará, não há como deixar de considerar o importante papel que os presidentes de província tiveram para consolidar a história das migrações. Trazer imigrantes estrangeiros parecia ser um ótimo negócio, por não serem tão custosos aos cofres públicos, resolverem o problema de falta de mão de obra e ainda terem um conhecimento agrícola diferenciado do que já existia no estado. Nos relatórios de província, por anos seguidos se vê que nos discursos de muitos presidentes de província era retomada a questão de ocupação dos territórios do Pará, através da migração internacional. Segundo Giron (1999, p. 118), a leitura da imigração como produto do estado foi a primeira a ser realizada no Brasil. Tal leitura está ligada aos pressupostos teóricos da história tradicional, cuja explicação se funda na política.

Os discursos dos primeiros presidentes de província sugeriram que a liberdade dada aos negros nada mais foi que um golpe dado à escravatura e conseqüentemente à agricultura

local e o final de tudo seria a bancarrota da economia do Norte do país. Com o discurso de que algo deveria ser feito diante da momentânea crise de culpa da sociedade diante da escravidão que por anos perdurou no Brasil, o presidente de província Rego Barros propôs, em seu Relatório de Província de agosto de 1854, uma negociação para introduzir 100 colonos portugueses no Pará para realizar trabalhos agrícolas em núcleos coloniais.

Dois pretendentes me apresentaram suas propostas: o cidadão Silvestre Jose Rodrigues de Souza da villa de Óbidos e o consul portuguez nesta capital. Não pude aceitar as condições oferecidas pelo primeiro que oneravam o thezouro e constituíam o governo um seo gerente directo. Com o segundo celebrei em 20 de maio do corrente auno, sob aquellas bases, um contrato pelo qual se obrigou a introduzir na província dentro de oito mezes, e a estabelecer em suas terras do Arapiranga, próxima esta cidade, 100 colonos portugueses escolhidos. Para esse fim foi-lhe adiantada, sob fiança, pelo thezouro público a quantia de 3.000\$000 (Trecho do Relatório de Rego Barros, em 15 de agosto de 1854).

Os primeiros passos da política de imigração no Norte do país de forma organizada ocorreram de forma lenta ainda no século XIX. No início a migração portuguesa pareceu ser a mais adequada, visto que existiam características que aproximavam um país do outro, a mais importante delas era o idioma. Cada vez mais se tornava comum a prática do recrutamento, e os contratos para introduzir imigrantes estrangeiros na Amazônia eram cada vez mais frequentes.

Somente o serviço público absorveu boa parte da mão de obra imigrante para trabalhos em obras públicas na época, visto que havia uma necessidade de mão-de-obra para a construção civil. Assim o presidente de província Rego Barros, em 14 de maio de 1855, assume publicamente ter introduzido mais de mil portugueses e galegos por meio de contrato para serviços em obras públicas e outros em contratos com os negociantes Silva e Picanço e também a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas.

Si a emigração da Europa espontânea continua a ser muito diminuta, e não dá esperanças de desenvolver-se em grande escala, a introdução de emigrados por meio de contractos tem tido algum incremento neste últimos tempos. Durante a minha administração tem entrado na província por aquelle meio mais de mil portugueses e galegos, e alguns allemães parte contratados com a presidência para o serviço das obras públicas e parte com os negociantes desta praça Silva e Picanço para o manejo de seus estabelecimentos, e com a companhia da Navegação e Commercio do Amazonas para os seus da Villa de Serpa e outros serviços (Trecho do Relatório de Rego Barros, em 14 de maio de 1855).

A colonização dava passos lentos para atingir sua regulamentação, mas havia planos dos presidentes em dar continuidade à proposta de colonização da região. Essa ideia parecia ser algo distante de se tornar realidade, visto que existia na época apenas o exemplo de poucas

colônias militares, mas que poderiam ser referência para o que seriam as futuras colônias civis de imigração do Norte.

O receio do fracasso na lavoura fez com que fossem autorizados empréstimos com base na Lei 226, de 15 de dezembro de 1853, que criou no Tesouro Provincial um caixa para dar apoio à política de colonização. Estratégia para tentar assegurar que os imigrantes se dedicassem ao trabalho da lavoura e não se direcionassem para outras atividades, em virtude de muitos estarem trocando o trabalho da lavoura nos núcleos e indo parar no comércio das grandes cidades do Norte do país.

O cuidado em não perder os braços da lavoura parecia ser constante pelos presidentes de província. Estes entendiam que a colonização seria uma saída para salvar a lavoura e a economia local. Esta inquietação é percebida no relatório do dia 15 de outubro de 1855, do Presidente Pinto Guimarães que manifesta o desejo de seguir o exemplo de criar um movimento organizado de colonização aos moldes dos que foram formados no Sul do Império, mas que fosse dedicado aos imigrantes que quisessem trabalhar na agricultura.

[...] de modo algum pode convir que havia simplesmente a introdução de emigrados que em vez de se empregarem nos trabalhos da agricultura dedicam-se a outros gêneros de vida para os quais a província não precisava de fazer sacrifícios para obtê-los. (trecho do Relatório do Presidente de província Pinto Guimarães, em 15 de outubro 1855).

No discurso de Pinto Guimarães havia o receio de ver o projeto da imigração na província se tornar algo falido. Não se desejava que existisse um simples movimento de entrada de imigrantes na região, mas sim que houvesse uma programação ou um planejamento do que esses indivíduos iriam fazer em terras brasileiras. Essa preocupação fez com que alguns presidentes de província expusessem suas inquietações e seu medo da imigração estrangeira no Pará não dar certo.

Sabendo que os imigrantes viriam para trabalhar na agricultura do Estado, havia a preocupação por parte dos presidentes de província que esses imigrantes não fossem simplesmente “jogados” nos núcleos coloniais e lá fossem esquecidos. Havia necessidade de criar uma nova infraestrutura que ligasse as cidades do interior da província à capital, já que havia certo receio de deixar os imigrantes completamente isolados. Havia a distância entre as cidades e a dificuldade de locomoção poderia gerar uma expectativa negativa nesses imigrantes recém-chegados.

Com receio de que a propaganda migratória não tivesse êxito no Norte do Brasil, o vice-presidente de província, Leitão da Cunha, em 15 de agosto de 1858, considerou

necessário sugerir a possibilidade de criar uma estrada que ligasse a comarca de Bragança à capital paraense para que o interior do estado não se sentisse tão isolado do estado.

Que assim, cumprindo, no meu entender, principiariamos por facilitar as comunicações d'aquelles territórios com esta capital, por coavir em todo o caso aproveitar-se desde já a despeza que a fazenda nacional tem feito com aquellas medições, e as excellentes qualidades d'aquella terras para qualquer gênero de cultura, deveríamos principiar por abrir uma estrada regular d'aquelle ponto para aqui: estrada não só projetada, como com planos já estudados, os quaes indicão que pouco trabalho e pequena despeza exigirá semelhante obra (Trecho do Relatório de Leitão Cunha, em 15 de agosto de 1858).

Leitão da Cunha que, além de vice-presidente, era também um idealizador da imigração estrangeira do Norte, estava apreensivo com o futuro da província, e acreditava que a imigração estrangeira somente funcionaria e daria certo se acontecesse de forma organizada e planejada. Desta forma, pensou em mudanças na política local, pois se lutasse por melhorias dos núcleos, asseguraria a permanência dos imigrantes na região e manteria o equilíbrio da economia local, impedindo a saída de colonos para cidades mais desenvolvidas.

Leitão da Cunha, em seu relatório de 15 de agosto de 1858, acreditava que deveria existir uma política de desenvolvimento local para que o imigrante percebesse os ares de progresso também nos arredores de sua colônia. Pois, apenas o atrativo da riqueza natural não asseguraria que o imigrante se estabelecesse no local, mas também a noção de que eles não estavam isolados e muito menos abandonados. Para isso, defendeu a existência de reformas na infraestrutura local, possibilitando ao imigrante o direito de ir e vir de seu núcleo. Uma das suas maiores defesas contemplava na melhoria da comunicação entre o núcleo e a capital.

Até então, o que se sabia de colônia no estado do Pará era apenas a existência de algumas colônias militares, como a de Óbidos e D. Pedro II, em São João do Araguaia. Mas Leitão da Cunha menciona a colônia Nossa Senhora do Ó, localizada na Ilha das Onças, já em processo de implantação, mas ainda com certos problemas estruturais. Em virtude de não ser uma terra adequada para o plantio, os alagamentos eram constantes, visto que havia uma proximidade muito grande do rio. A falta de saneamento adequado ocasionava sérios problemas de saúde à população da colônia. Os casos de malária pareciam se tornar constantes e muitos morriam por não conseguir o atendimento adequado a tempo, já que o deslocamento para a capital era de barco e além da dificuldade geográfica existia também a escassez de transporte adequado para os enfermos. Mesmo assim, diante de tantos entraves, o tenente-coronel Manoel Farias de Vasconcelos, presidente de província em 1 de outubro de 1859, sugeriu a colônia civil como uma alternativa viável também para a imigração. Comenta até a criação de uma sociedade agrícola na Colônia de Nossa Senhora do Ó.

Querendo interessar outros cidadãos na empresa, organizou e instalou uma sociedade agrícola, cujos estatutos forão aprovados pelo Governo Imperial: esta sociedade jaz sob a influencia marasmática, que pesa sobre muitas obras associações que não oferecem lucros certos e immediatos. Existem actualmente no estabelecimento 127 pessoas a saber: 7 famílias paraenses, 12 famílias cearenses, 4 famílias portuguezas (trecho do Relatório do tenente-coronel Manoel Farias de Vasconcelos, em 1 de outubro de 1859).

Em 1862, a colônia agrícola de Nossa Senhora do Ó pareceu não ter obtido o sucesso que se esperava. Mesmo assim, o discurso a favor da imigração e colonização europeia permanece. Os relatórios de província são provas disso. Nesses documentos as terras da província eram caracterizadas como férteis, apesar do clima, tratavam-se de terras com grandes potenciais agrícolas, além de uma farta cobertura florestal e abundância de água, encontrada nos rios e lagos da região.

A discussão a respeito da migração é retomada em vários relatórios de província e o desejo em fazer da região Norte um lugar de realizações econômicas, não somente para os imigrantes, mas também para todo o império parecia não cessar. Manifestava-se o desejo de transformar a província do Pará em uma região tão produtiva assim como a região Sudeste do Brasil.

A insistência pela colonização estrangeira virou assunto constante nos relatórios. Esta ideia está presente no relatório de Francisco Carlos de Araújo Brusque, de 1º de setembro de 1862. Ele defende que as colônias das províncias do Império devem ser entendidas a partir de sua realidade local, respeitando suas próprias especificidades. Isso porque o Norte tratava-se de uma região marcante pelas suas diferenças, que iam desde sua cultura até suas características ambientais, bem diferente do resto do Brasil. Afirma também que a província paraense é próspera apesar de todos os fracassos já vistos anteriormente, como foi o exemplo da colônia agrícola de Nossa Senhora do Ó. Defende a criação de um movimento a favor da colonização e que seja organizado, para que não se cometa os mesmos erros do passado. Para Francisco Carlos de Araújo Brusque os europeus que aqui chegassem deveriam ser tratados em pé de igualdade com os colonos já existentes, sem privilégios e exageros, visto que esses já possuíam certos méritos, como o direito a trabalhar na própria terra. A imigração estrangeira dava passos lentos na província do Pará.

Mas não o dissimulemos, senhores, não há verdade nestas prevenções acumuladas sem os necessários exames. A innumera quantidade de rios de grande e pequeno curso, que formando a mais curiosa rede, assemelha esta província a um verdadeiro archipelago, os innúmeros lagos, que por toda a parte se encontrão, os ventos geraes sempe certos e regulares, as chuvas perenes e as immensas mattas que cobrem quasi todo o território, formão um conjunto de circunstancias, que modificão de um modo

admirável o clima astronômico desta província, equidistante entre as duas metas do sol, tornando-o apto ao homem de todas as regiões. Não desconheço, porém que o colono europeu, ao entrar nesta província, deve merecer mais algum cuidado e atenção da parte de seus hospedes, do que de ordinário são preciosos ao colono que se dirige para o sul do império (Trecho do Relatório de Francisco Carlos Brusque, em 1º de setembro de 1862).

Apesar da inexistência de um movimento organizado a favor da imigração europeia para o Norte do Brasil, já havia uma expressiva chegada de imigrantes no Pará. Mesmo assim, os problemas referentes à carência de mão de obra para o trabalho na agricultura não parecia terem sido resolvidos, visto que muitos desses imigrantes estrangeiros acabavam sendo atraídos pelo comércio e não pela agricultura, como desejavam os incentivadores da migração.

Francisco Carlos de Araújo Brusque comenta no Relatório de 1º de Novembro de 1863, a presença de aproximadamente 3.160 imigrantes europeus que no período entre os anos de 1856 a 1862, vinham atraídos pelas oportunidades de trabalho existentes no Pará.

Dentre os discursos de presidente de província há um que chama atenção pelo seu tom desanimador com a questão da imigração estrangeira no Estado. Esta foi a fala do Dr. Couto de Magalhães. Tratou a questão da política de imigração no Pará como equivocada. Foi nesse tom que discursou em 15 de agosto de 1864, afirmando não acreditar em uma economia fortalecida que aguentasse uma empreitada tão grande quanto era a política de migração estrangeira. Considerou a colonização uma utopia, visto que não incentivaria uma colonização sem que antes não existisse uma consciência do homem local pelo trabalho agrícola, o nativo deveria trabalhar, assim produziria e se transformaria em um agente participante da economia local. As palavras de Couto de Magalhães eram claras, “viver apenas aguardando a misericórdia de Deus, com que fim importar estrangeiros antes de haver conseguido frutificar os nossos?”

Para Couto de Magalhães o nativo era um homem “preguiçoso” e “acomodado” diante da gentileza da natureza que insistia em lhes ser generosa ao fornecer seu alimento. Sendo assim, acreditava que antes de trazer qualquer imigrante estrangeiro para trabalhar em território paraense seria necessário primeiro preparar o colono nativo e dar a ele o gosto pela terra, em arar, plantar e cultivar seu próprio sustento. Cita os exemplos das colônias imperiais do Sul, em que se tem uma consciência do agricultor no que diz respeito a sua participação na economia e a existência de uma classe de trabalhadores que nas províncias do Pará ainda não existia. Este era o pequeno-lavrador, um agente da economia que garantia não haver

importação de produtos em larga escala, diferente do Pará que necessitava importar quase tudo.

O presidente acreditava que o nativo, o paraense, deveria passar por uma mudança de pensamento sobre o trabalho, e para isso seria necessário que a sua lavoura fosse fixa, sem intervalos, para que o mesmo se acostumasse com a rotina do trabalho. Somente assim, retiraria este indivíduo daquele marasmo ao qual parecia estar imposto há séculos. A rotina de uma vida acomodada a certas facilidades que a natureza lhes proporcionava, parecia tê-los transformado em um povo avesso e resistente ao trabalho braçal. Daí o problema dos paraenses vez por outra serem chamados em relatórios de província como “preguiçosos e sem instrução”, além disso, ainda havia o problema de não terem capital para investimento. Logo, acreditava que primeiro se deveria resolver o problema do nativo para depois se pensar em uma política de migração.

O presidente Leão Vellozo, um administrador público que se manifestou totalmente a favor da migração estrangeira, sempre buscava descrever as riquezas do estado paraense, suas características, sua beleza e diversidade de fauna e flora. Em discurso de 9 de abril de 1867 considerou os imigrantes estrangeiros como fundamentais para povoar a província, eram importantes como braços servís na agricultura, pois além de serem acostumados como o trabalho do campo, teriam muito o que oferecer aos nativos com essa experiência. Passou a controlar a imigração para ter conhecimento dos números de imigrantes nacionais e estrangeiros que vinham e ficavam em terras paraenses. Assim, conseguiu contabilizar o número de estrangeiros chegados ao porto da capital da província.

Vasta extensão de terreno de maior feracidade e apropriada á imensa variedade de produções, cortado todo ele pelo mais completo systema de rios – caminhos que andam que creara a natureza, clima temperado por continua brisa, extenssissima diversidade de productos naturaes, e tantos outros atributos especiaes que não conta nenhum paiz, constituem esta província em condição dum grandioso futuro. O que lhe falta? A primeira condição para o desenvolvimento e prosperidade de um paiz: O trabalho assíduo, constante e intelligente (Trecho do relatório de Leao Vellozo, em 09 de abril de 1867).

Outro presidente de província que considerou a entrada de imigrantes na província do Pará como algo positivo, foi Abel Graça, em relatório de 15 de agosto de 1871. Este presidente assegurava que o imigrante estrangeiro seria bom para a economia local, visto que poderia participar de forma mais ativa na produção local se o mesmo fosse admitido como dono da terra. Comenta haver necessidade de assegurar que esses estrangeiros possam ter direito a concessões de terras e nelas poderem aplicar suas economias para garantir que o dinheiro não saísse do país, haja vista existirem rumores de que as economias desses

estrangeiros estavam sendo remetidas para seus países de origem. Abel Graça informa em seu relatório uma imigração estrangeira com número expressivo de estrangeiros em terras do Norte. O presidente de província se importava com o controle da entrada e saída dos imigrantes, achava ser fundamental assegurar a permanência desses indivíduos em território paraense, onde deveriam ser tratados como importantes para o crescimento da economia local e para a ocupação do território. Eram considerados bons de trabalho, bons investidores e sábios na comercialização de seus produtos.

Para aqui afluem os estrangeiros que tem sido importado como colonos, aqui ficção e ganham a vida muito comodamente. Prede-los ao solo por meio de concessões de pequenos terrenos, e convidar assim uma boa parte à empregar na pequena cultura as economias que, segundo consta-me, estão acumulando e remetendo para seus países, seria um passo seguro e talvez de maiores consequências do que eu mesmo penso (Trecho do relatório de Abel Graça, em 15 de agosto de 1871).

Em 25 de novembro de 1885, um documento é produzido pelo presidente de província Alencar Araripe referente a um discurso realizado em 17 de novembro do mesmo ano. Como presidente da mesa, o mesmo direcionou sua fala em prol da criação de uma Sociedade Paraense de Imigração. Muitos representantes locais se faziam presentes para ouvi-lo discursar, dentre eles imprensa local, religiosos, políticos, empresários e representantes da sociedade paraense.

Todos com o desejo de criar um novo momento para a sociedade nortista, essa era a Sociedade Paraense de Imigração. As palavras não foram economizadas por Alencar Araripe, que falou da sociedade de imigração como uma grande obra divina, encomendada por uma benção celestial que só traria grandes ganhos a sociedade, entre eles estava um grande alcance moral à população. Apontou problemas a serem resolvidos para que existisse desenvolvimento na região Norte, um deles era a melhoria das comunicações e a colonização. Suas sugestões foram desenvolver as comunicações tanto por água como por terra, com investimentos que implicariam em melhorias no sistema fluvial e na abertura de estradas que dessem acesso às grandes cidades do Norte.

Assim, seu discurso seguiu promovendo a migração estrangeira como um artefato necessário para o desenvolvimento da região, dito como de “suprema importância”. Um dos momentos marcantes do discurso de Alencar Araripe fez referência a um documento de 1843, escrito por um presidente de província considerado um estadista para a época. Araripe, em seu discurso, considerou como equivocada a afirmativa feita pelo mesmo a qual dizia que “O Brasil deveria colonizar o Sul, e o Sul colonizar o Norte”, a afirmativa gerou uma ideia de que o Norte sempre estivera à mercê das vontades governamentais da região sul do país.

A polêmica afirmativa o fez lembrar que no início do século XVIII já havia ocorrido uma imigração estrangeira para o Norte, mesmo quando existiam apenas brenhas e quando ninguém parecia sequer ter ouvido falar da Amazônia.

O discurso de Alencar Araripe foi pontual: “O Norte do país jamais será contrário à migração estrangeira” e ainda excitou os políticos do Norte a não se calarem diante da política do Sul e que jamais aceitassem a ideia de que a migração europeia para cá não fosse próspera e bem-vinda. Assim termina sua fala propondo a união, nada de separação, mas sim a unificação entre Norte e Sul, sem diferenças e sem desigualdades.

As discussões em torno dos incentivos à migração estrangeira eram recorrentes no Estado. O apoio à fundação de uma sociedade paraense de imigração era um dos pontos mais importantes e discutidos nas reuniões. Isso porque a sociedade representaria a união de forças com o objetivo único de promover a província fora do país, fazendo-se reconhecida por toda a Europa por meio de uma propaganda imigratória. A ata do dia 17 de novembro de 1885 trouxe nomes de importância na sociedade paraense da época, como Barão de Igarapé Miri, o cônsul italiano Enrico Schivazapa, Ignácio de Moura e José Quintino de Castro Leão. Tudo isso, para garantir ao imigrante estrangeiro a ideia de que a migração para a América do Sul era segura, confiável, íntegra e honesta. A ata representou uma vitória não somente para o presidente Alencar Araripe, mas para toda a província do Pará, pois conseguiram afirmar uma conquista que por anos parecia se arrastar sem qualquer possibilidade de realização e prática. Estes foram apenas os passos iniciais de uma política de imigração que ainda estava longe de ser considerada uma realidade na região Norte do país.

Após a criação da Sociedade Paraense de Imigração a esperança era de que aparecessem logo os primeiros resultados da política de imigração no exterior. Em princípio houve um lento interesse por parte dos estrangeiros pela Amazônia. Somente no início do século XX, após uma maciça campanha de atração de imigrantes no exterior, desencadeou-se um deslocamento de estrangeiros para a Amazônia. Muitos pela contratação de agentes que atuavam em países europeus, principalmente na Espanha (Francisco Cepeda, Antunes dos Santos, Emílio Adolfo de Castro, dentre outros agentes da época) e outros de forma clandestina.

O procedimento de contratação de agentes para introduzir imigrantes estrangeiros na Amazônia foi adotado por muitos presidentes de província. O maior exemplo disso é o relatório de José Cardoso Júnior, de 4 de março de 1888, onde há aprovação do contrato de Frederico José de Sant’Anna Nery para realizar a propaganda de introdução de imigrantes na província do Pará, aprovada na lei do orçamento de 1887.

Em resultado do acto d'esta Assembleia, que denegou aprovação ao contracto effectuado com o Dr. Frederico Jose de Sant'Anna Nery, para a propaganda de introdução de imigrantes n'esta província, expedi as necessárias providencias para que cessassem as despesas que haviam sido autorizadas na conformidade do contracto e por conta do crédito consignado do §1º do art. 16 da lei do orçamento do exercito findo de 1887 (Trecho do relatório de Jose Cardoso Júnior, em 04 de março de 1888).

Aos poucos vão surgindo os primeiros estrangeiros interessados em migrar para a província do Pará. De acordo com o contrato do agente Dr. Santana Nery o mesmo deveria obedecer à cláusulas importantes para assegurar a introdução de cinco mil imigrantes europeus de diferentes nacionalidades de forma segura. Estes poderiam ser oriundos do norte da Itália, da Espanha ou de Portugal, quer do continente, quer das ilhas. Os imigrantes deveriam estar com boa saúde, podendo ser de mecânicos, operários, dados aos serviços da lavoura, mas com idade até quarenta e cinco anos, com exceção para aqueles que fossem chefes de família. Todos os imigrantes eram devidamente registrados por classificação de nome, profissão e religião. O agente contratante ainda poderia ter comunicação direta por telegrama com o presidente da Província, este direito era um dever, pois era de sua responsabilidade informar a dia de partida das embarcações e o número de imigrantes com destino à província. Logo após a chegada da viagem da Europa, o agente deveria deixar uma lista de imigrantes na Secretaria do Governo da Província e a outra deveria ser enviada para a Inspeção Geral de Terras e Colonização. Ser responsável tanto pelas despesas terrestres e com quaisquer despesas extras.

As promessas de transporte para trazer os imigrantes eram vapores, com acomodações convenientes, com higiene, comodidade e boa alimentação. Estes imigrantes deveriam sair direto dos portos para a capital da província, sem nenhuma parada. Isso seria o prometido, porém a verdade seria bem diferente do prometido.

Sant'Anna Nery deveria realizar uma propaganda imigratória por toda a Europa, para que se garantisse o interesse dos estrangeiros pela província paraense. Logo então, foi produzido um guia do imigrante, uma espécie de guia informativo que descrevia a província e suas colônias, além de dados gerais para que o interessado pudesse ter informações a respeito do Norte do Brasil.

O Guia do Imigrante possuía uma linguagem clara e direta, descrevia a Amazônia como uma terra de muitas qualidades naturais, mostrava um lugar de beleza exuberante e de solo fértil. O discurso do guia valorizava os ideais de liberdade, e que o imigrante não deveria se sentir obrigado nem a migrar, ou muito menos ficar preso à Amazônia. Assim, Cruz (1955)

comenta que, seguindo os conselhos do Dr. Santana Nery, o governo do estado mandou editar um guia para os emigrantes espanhóis, sob o título: *AMAZONIA–INFORMACION a los españoles que desean emigrar al Estado del Pará* e onde estavam contidas e detalhadas informações de natureza histórica, geográfica, política e social. Desta forma, muitos estrangeiros, entre eles os espanhóis, se sentiram encorajados a apostar tudo nessa nova empreitada ao Pará.

Apesar da insistência pela legalização da imigração na província do Norte, ainda havia certos entraves que não garantiriam todos os direitos ao imigrante. Mesmo com a criação da Sociedade Paraense de Imigração em 1885, era necessária uma ação política em prol da imigração na região Norte do país. Foi então que somente em 1894, já no período republicano que é aprovada a lei 223, de 30 de junho de 1894 (Anexo B), com o propósito de assegurar a existência de uma imigração estrangeira, concedendo ajuda com despesas de transporte, alimentação, terras, moradia, proteção do estado e auxílio saúde.

A lei 223 se tornou importante por garantir não só direitos aos imigrantes, mas também, por “exigir” um perfil desses indivíduos que se candidatavam a vir para o estado do Pará. Desta forma, havia também uma segurança do governo em ter controle sobre aqueles que estariam imigrando para a região. Para isso elaborou uma sequência de artigos em que garantia segurança a um tipo desejado de imigrante. A lei é clara: *§ Único. - Serão preferidos sempre os indivíduos que venham acompanhados de famílias.* Isso pareceu ser o mínimo de exigência diante de tantos benefícios que lhes foram apresentados, como passagens gratuitas, indenizações, alimentação, atendimento médico, criação de núcleos coloniais com terras demarcadas e divididas em lotes em bom estado para plantio e realização de trabalho, ferramentas e utensílios para trabalho no campo, financiamento para plantio e segurança do estado. Em contrapartida, não se tratava de trazer qualquer imigrante para a região, mas também assegurar a entrada de pessoas de boa índole e que tivessem o propósito de se instalar nos núcleos coloniais e povoá-los, construindo uma grande comunidade agrícola com fins não só de garantir a própria subsistência, mas também produção que pudesse ser direcionada para a capital e até mesmo para fora do estado.

A lei 223 havia sido a ferramenta ideal de convencimento, propaganda e vitória dos políticos em favor da migração. A partir dela instaurou-se um novo tempo de conquistas dos direitos também dos imigrantes ilegais, pois houve também a legalização daqueles que haviam entrado anos anteriores de forma ilegal no estado. A política de proteção ao imigrante provocou um sentimento protecionista e desencadeou uma forte chegada de imigrantes estrangeiros e nacionais em busca do sonho de ter suas próprias terras para desenvolver seu

próprio plantio, e também estimulou a chegada de trabalhadores para o comércio e para as mais variadas áreas de serviço existentes principalmente na capital paraense.

5.2 INMIGRACIÓN Y COLONIZACIÓN: A PROPAGANDA PARAENSE

A Figura 2 faz parte da propaganda imigratória da Amazônia brasileira na Espanha, trazia um pequeno texto em espanhol com as seguintes palavras: *Información a los españoles que desean emigrar al estado del Pará*. O discurso da propaganda era um “convite” ao imigrante para tornar-se um grande agricultor em terras amazônicas. O texto apresenta uma espécie de mapa geográfico, econômico, social e etnográfico da região no qual traz informações relevantes dos diversos estados brasileiros tais como: raça, idioma, literatura, religião, costumes, sistema monetário, governamental e do comércio local. Logo no início do texto faz um apelo àqueles que desejavam migrar, “que antes solicitem e leiam com a devida atenção o livro *El Pará*, publicado em Barcelona, no ano de 1895”.

Figura 2 – Capa da propaganda da Amazônia brasileira



Fonte: Amazonia (1895)

O texto de *El Pará* de 1895, produzido pelo contratante Francisco Cepeda foi encomendado pelo governo paraense com objetivo de descrever as belezas e as riquezas do estado do Pará, de conteúdo convincente e patriótico, fascina o leitor curioso, principalmente quando descreve as principais características da região Amazônica, e aos poucos faz um detalhamento da região e de sua população.

As principais informações dessa propaganda serão comentadas neste capítulo para que se possa ter a ideia de como os imigrantes espanhóis construíram seu universo de expectativas diante da terra que lhes prometia ser o lugar de grandes realizações pessoais e coletivas.

Na propaganda imigratória existe um discurso de grandes vantagens para aqueles que escolhessem a província do Pará como destino. A propaganda era tão convincente que trazia personalidades ilustres da sociedade paraense a seu favor. Havia um pequeno texto escrito em língua espanhola que trazia no final a assinatura do governador Lauro Sodré. O texto trazia palavras que incentivavam a imigração espanhola para o Norte do País e sugeria a emigração ser uma boa opção para os espanhóis. *El extranjero que quiera vivir con nosotros encontrará una tierra hospitalaria y un clima benigno que le garantiza la salud y la robustez, principalmente si el recién llegado no desdeña, las prescripciones higiénicas que es de su interes observar*⁵ (AMAZONIA, 1895).

A imigração de estrangeiros beneficiaria ambos os lados, tanto o imigrante como o Estado paraense. Para o governo os custos aos cofres públicos do Pará seriam pequenos perto da contribuição econômica e social que os imigrantes espanhóis dariam ao Estado e para o imigrante seria uma oportunidade de recomeçar sua vida, haveria um tipo de troca, em que existiam custos, mas também lucros.

essa verdade é a mesma que preside o balanço contábil que se faz dos “custos e vantagens comparados “da imigração; quais as “vantagens” de se recorrer à mão de obra imigrante e quais os “custos” sendo entendidos, é claro, em todos os sentidos desses termos (e não apenas no sentido econômico)? Mesmo ela não acaba de inventariar as “vantagens” e os “custos” que considera – sem dúvida porque não se está sempre de acordo sobre a definição ou, mais exatamente, sobre as definições que devem ser dadas a esses termos - , essa técnica, que é em seu princípio, tão antiga quanto a própria imigração, trai a função atribuída ao imigrante e o significado que se deseja reservar a imigração: imigração e imigrantes só tem sentido e razão de ser se o quadro erigido com o fim de contabilizar “os custos” e os “lucros” apresentar um saldo positivo – idealmente, a imigração deveria comportar apenas “vantagens”, e no limite nenhum “custo” (SAYAD, 1998, p. 50).

⁵ O estrangeiro que queira viver conosco encontrará uma terra hospitaleira, um clima bom, que lhes garanta saúde e robustez principalmente se é recém-chegado e não menospreza os princípios higiênicos que são de seu interesse.

Belém era descrita no texto da propaganda como uma cidade tão próspera e moderna, com tantas vantagens e oportunidades ao imigrante, que parecia impossível não aceitar o convite a migrar para o Pará. Os elogios não foram poupados à cidade, elevou a capital a níveis de modernidade comparados a cidades europeias, fez uma descrição grandiosa das suas mais importantes obras públicas e exaltou o quanto pôde a suntuosidade de suas construções e a prosperidade de suas indústrias e do comércio, chegando a se comparar a cidades como Havana e Barcelona. A descrição de palácios, como o do Estado e o do governo, edifícios, institutos, hospitais, museus, mercados, quartéis, templos, cemitérios, teatros, indústria, igrejas, dentre elas a do Carmo e a catedral da Sé, praças, em especial a da República e a praça da Independência. A propaganda preocupou-se em criar uma imagem positiva da cidade, descrevendo-a próspera e organizada, aos moldes europeus. Assim Belém entrou na rota migratória de muitos imigrantes europeus, encantados pela cidade fabulosa, rica e moderna no “coração da floresta amazônica” (AMAZONIA, 1895).

No que diz respeito à raça do homem amazônico, o texto informa a predominância de latinos, brancos ou caucasianos, diz que a cada dia há um aumento desse número em função da crescente imigração estrangeira na região, grande parte advinda da Europa. Esse argumento era forte, um fato que talvez tenha influenciado bastante para que muitas famílias espanholas migrassem para a Amazônia. Mas, o texto não negava a existência de miscigenados na região Norte, muitos de origem africana e indígena, e afirma que essa mistura era algo positivo, visto que herdavam a “pacificidade do indígena” e “a força de trabalho do negro”.

Ao tratar das religiões, a propaganda imigratória falava de uma liberdade absoluta para as religiões. Era direito de todos expressarem sua fé da maneira que quisessem, todos poderiam realizar seus cultos sem qualquer embargo. Mas não deixava de apresentar a religião católica como a religião mais procurada pela população local, isso seria um atrativo para os espanhóis, país de maioria católica, condição que influenciou bastante na escolha do Brasil para migrar.

A moeda da época no Brasil era o real, o documento mostra sua tímida equivalência monetária às moedas de países da Europa e da América como Inglaterra, Canadá, México, Uruguai e Argentina, alguns concorrentes na disputa por imigrantes. Mas não deixa de apresentar a moeda como uma oportunidade de investimento.

Descreve o estado do Pará com todos os seus costumes, desde a vestimenta de suas mulheres, a alimentação da população local, o clima, a grandiosidade do estado e suas riquezas naturais. Ao descrever a mulher da Amazônia apresenta ao leitor um tipo europeu,

com vestimenta que segue padrões exigentes, por muitas vezes refinado, típico ao da Europa. A alimentação da população seria basicamente o trigo, pescado, carne de vaca, carneiro, veado, javali, frutas, doces, feijão, verduras, café, açúcar, conservas e vários tipos de batata. O clima é considerado moderado (chega a compará-lo ao clima de Porto Rico), informa que não há inverno pesado, não há gelo, com isso não há necessidade de se preocupar com roupas e muito menos com lenha. O verão é suave, se comparado ao verão da Galícia e Cataluña e jamais lembra o verão sufocante de Castilha, Andaluzia e outros lugares da Espanha. O Pará é apresentado ao estrangeiro como uma região agradável, com clima que varia entre 22° a 32° centígrados, um clima aprazível jamais comparado ao clima escaldante de Madri e Sevilha.

Os estados brasileiros são revelados de forma proposital, cada um com seu destaque na cultura de plantio. Apresenta São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo como os reis do café, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais fortes pela criação do gado e o estado da Bahia, Pernambuco e Maranhão pelo destaque com a cana de açúcar. E logo em seguida descreve um país chamado Amazônia, e diz ser esse o melhor lugar entre todos, por ter dentro dessa maravilhosa região um estado chamado Pará, com uma beleza natural incomparável, com rios, canais, lagos, ilhas, bacias, costas, cidades e vilas. Um estado fundado e colonizado por portugueses, mas que no passado havia sido um dia de domínio espanhol, sendo assim os novos imigrantes espanhóis provavelmente não enfrentariam tantas dificuldades haja vista já terem um dia vivido a realidade amazônica por meio de seus ascendentes. A região é apresentada como próspera e admirável, o crescimento econômico apresentava números crescentes entre os anos de 1894 a 1899, justamente o período de grande incentivo à migração no estado.

Belém é descrita como uma cidade referência, reconhecida pela modernidade e por possuir uma grande planície, entre a baía do Guajará e as ilhas das Onças, Arapiranga e Cotijuba. Uma metrópole “modesta” em meio à mata Amazônica, mas tão moderna que se comparava às cidades europeias, com seus edifícios suntuosos e de grande estilo, uma infraestrutura que não deixava a desejar a qualquer outra cidade do Sul ou Sudeste do país, uma organização urbana que mesmo com suas limitações operacionais se destacava pela sua funcionalidade, pois havia eletricidade e gás, hospitais, mercados, teatros e até uma grande feira livre, conhecida como Ver-o-Peso, reconhecida pela sua variedade de frutas, verduras, carne e peixe.

A apresentação da capital paraense foi tão bem feita que dificultou que os imigrantes fossem para os núcleos coloniais do Pará, pois, ao lerem uma descrição tão grandiosa da cidade, sentiam-se motivados a ficar em Belém e já que eram livres, poderiam ficar onde

desejassem. Uma cidade tão desenvolvida como qualquer outra da Europa, com certeza atrairia o imigrante a querer se instalar e nela progredir. Assim, Fontes (2002) comenta o texto do Dr. Américo Campos no livro *O Pará em 1900*, uma edição comemorativa e encomendada pelo governo do estado. Da mesma forma que Belém foi apresentada ao leitor estrangeiro na propaganda imigratória, neste texto é mostrada uma capital com ar de prosperidade e organização. A imagem da cidade é descrita com ruas largas e compridas, sem becos ou vielas, “uma cidade fulgente portadora de luz”, de calor chegando a todos os lares. Belém recebe a brisa da baía do Guajará que acalmaria a fadiga e o suor. O calor, a luz e o vento junto com as boas condições de higiene da cidade garantem uma vida próspera nesta parte dos trópicos.

O texto da propaganda comenta que no estado do Pará havia um importante periódico da época, *El Noticiero Español*, criado no início de 1899, em virtude da numerosa colônia espanhola existente na região Norte do Brasil. Em 21 de maio de 1899, o seu número inaugural trazia notícias da cidade de Belém e dos núcleos de colonização espanhola. Nele eram noticiados acontecimentos do cotidiano da sociedade paraense. As notícias eram de toda natureza, desde o falecimento de um compatriota, como o caso relatado na colônia de Benjamin Constant, do Sr. Miguel Macías, até casos de doentes em estado terminal atendidos de forma atenciosa e honrosa pelo governo paraense. O noticiário apresentava explícitos agradecimentos ao governador Paes de Carvalho, reconhecimento à dedicação e à atenção dada aos imigrantes espanhóis residentes. Desta forma, os meios de comunicação se encarregavam em mostrar o comprometimento e a preocupação do governo com o bem-estar do estrangeiro. Assim, asseguravam ao futuro imigrante a certeza de que iria encontrar pela frente um Estado protetor.

É citado na propaganda um fato noticiado pelo jornal *El Noticiero Español*. Em 18 de junho de 1899, o jornal novamente evidencia suas declarações de admiração a inesgotável caridade do Dr. Paes de Carvalho, e relata outro fato admirável do governador ao ajudar o espanhol Cassiano Justo que se encontrava enfermo, ao lado de sua esposa, a senhora Consuelo Alvarez, que também estava tendo complicações com a saúde, visto estar prestes a dar à luz.

Enfim, os textos do jornal haviam sido publicados na propaganda imigratória com o objetivo de declarar os feitos do governo paraense em favor dos imigrantes, principalmente os espanhóis. Era necessário dar-lhes a segurança que necessitavam sentir do governo. Como uma “boa anfitriã”, a propaganda não se esqueceu de apresentar seus principais núcleos de colonização espanhola ao leitor, dentre estes se destacaram as descrições de Marapanim,

Benjamin Constant, Jambu-Açu, Monte Alegre, Santa Rosa, Ferreira Pena e Couto Magalhães.

No ramo da beneficência, o texto da propaganda traz informações da existência de hospitais de caridade, asilo, hospícios e orfanato, talvez fosse uma forma de garantir ao imigrante e dar-lhes certa segurança caso se mostrassem interessados a migrar para o estado.

A propaganda também fazia elogios à diretoria do asilo infantil (orfanato) e a uma artista musical espanhola, Esmeralda Cervantes⁶. À diretora diz ser merecedora de aplausos pela forma amorosa que desempenha suas atividades na direção do asilo de crianças e à artista pela amorosa visita que fez ao orfanato e por ser a glória e o orgulho da Catalunha⁷.

Fotografia 1 - União Espanhola de Socorros Mútuos



Fonte: Fachada do prédio da antiga União Espanhola de Socorros Mútuos em Belém. Arquivo do Autor (2010)

A Fotografia 1 mostra a fachada de um prédio histórico que representa uma das mais importantes contribuições dos espanhóis para a cidade de Belém, essa foi a instituição de apoio aos conterrâneos espanhóis recém-imigrados ao estado. Criada para reunir fundos e para ajudar os irmãos espanhóis que se encontrassem enfermos e inválidos, conhecida em Belém como União Espanhola de Socorros Mútuos. Nos dias de hoje o lugar utiliza seu espaço como um memorial em homenagem aos povos emigrados para o Pará. Em Salvador, Bacelar (1994, p. 139) relatou que em “1º de janeiro de 1885, após quatro reuniões preparatórias, é criada a

⁶ Harpista espanhola de grande destaque na Europa do século XIX.

⁷ Atualmente a Catalunha compreende as províncias de Gerona, Barcelona, Tarragona e Lérida. É considerada a região mais rica e industrializada da Espanha.

Sociedade Espanhola de Beneficência, com a presença de 64 associados dos 124 inscritos como fundadores da instituição. A sua função primordial é servir como instrumento de assistência social, protegendo os galegos enfermos e necessitados”. Logo se vê que assim como os portugueses e italianos (EMMI, 2008, p. 229), os espanhóis também se organizaram nas capitais do Brasil, criando meios assistencialistas para ajudar uns aos outros, principalmente aqueles que estariam chegando ao Brasil em processo de viagem.

A Sociedade de Beneficência Espanhola realizou uma grande festa para angariar fundos de ajuda. Assim o periódico, *El Noticiero Espanhol* descreveu o evento: “o magnífico Teatro da Paz, adornado elegantemente, recebeu em sua memorável noite todos que fossem notáveis naquela próspera cidade de Belém, em artes, comércio, política e administração civil e militar” (AMAZÔNIA, 1895). O texto da propaganda descreve detalhes de uma festa que pareceu ter sido “mágica”, os palcos do Teatro da Paz estavam ornados em cores brasileiras e espanholas, as senhoras e senhoritas brasileiras, portuguesas e espanholas com adornos de flores amarelas e vermelhas em seus cabelos, ditos como *poéticos*. A noite ficou marcada pela presença da companhia *Coniglio-Valla*⁸ que proporcionou grande satisfação ao fazer seu público ouvir a partitura de Suppé “Dona Juanita”⁹. O periódico também não deixou de comentar o orgulho da noite, a sinfonia “O Guarany”¹⁰ e a presença da artista compatriota, Esmeralda Cervantes. A festa foi finalizada com gritos eufóricos que ecoaram nas paredes do teatro dizendo: “Viva o Brasil!”, “Viva a Espanha!”.

As vantagens descritas na propaganda imigratória eram tantas que parecia ser difícil resistir a não ir para a Amazônia. Um grande atrativo da propaganda foi revelar a existência de um cassino espanhol, descrito por *El Noticiero Español* como importante para a comunidade espanhola no Pará, visto ser um local de encontro para investimentos e troca de experiências positivas de seus compatriotas em terras amazônicas.

Outro destaque dado à propaganda foi a hospedaria dos imigrantes, esta é descrita de como um lugar de merecido conforto ao estrangeiro. O imóvel descrito como amplo, com um corpo central e dois chalés laterais, com salões e dormitórios para homens e mulheres, um grande refeitório, despensa e chão de cimento, um compartimento para mulheres e seis para homens, quarto de banho, água encanada e dois bons depósitos. Informava ainda, que o local apresentava conforto por ter camas bem preparada e bons cobertores, além de uma cozinha

⁸ Companhia de operetas italianas.

⁹ Ópera cômica de Francesco Cavaliere Suppé.

¹⁰ Ópera de Carlos Gomes composta por quatro atos, em italiano.

confortável e arejada, além de todo o material de cozinha para preparar a alimentação dos hóspedes espanhóis.

Segundo Muniz (1916, p. 72), “a Hospedaria de Imigrantes do Outeiro constituiu, desde o princípio, uma dependência do serviço de imigração que reunia todas as vantagens e acomodações necessárias ao fim a que era destinada”. A Fotografia 2 traz um dos momentos das refeições desses imigrantes, a mesma esta sendo realizada na área externa da hospedaria do imigrante, um espaço ao ar livre, onde se percebe um número bem representativo de pessoas (possivelmente imigrantes) em um momento de grande socialização, em que algumas parecem posar para a fotografia de Caccavoni.

Fotografia 2 - Hospedaria dos Imigrantes do Outeiro (1898)



Fonte: Caccavoni (1898)

A localização das instalações da hospedaria era descrita com excelente acesso para navegação com o terreno seco e bastante elevado, assim não teriam problemas com alagamentos em tempos de chuva. Mas a construção do imóvel não só deveria representar um abrigo para os estrangeiros, mas um lugar de apoio ao imigrante. Por mais que se soubesse que a hospedaria do Outeiro jamais pudesse substituir o lugar de origem desse imigrante, se desejava criar um ambiente, um lugar que acolhesse essa importante força de trabalhos para as colônias agrícolas do Pará.

Na propaganda, a hospedaria do Outeiro era um lugar de conforto e aconchego, era o porto seguro do imigrante, o lugar de retorno em que o mesmo poderia se sentir seguro e acolhido, onde ele possuía a liberdade de ir e vir o tempo em que estivesse hospedado.

Segundo Muniz (1916), o governo do Pará adquiriu em 1895 a antiga Olaria do Outeiro, situada no furo do Maguari, onde com adaptações foi criada a hospedaria do imigrante do Outeiro. O custo que o governo paraense teve com despesas na construção da hospedaria dos imigrantes pode ser visualizado na Tabela 13.

Tabela 13 – Custos com a construção da hospedaria dos imigrantes

Despesa	Custo
Valor da aquisição	50:000\$000
Despesas de adaptação	115:628\$495
Despesas em 1896	154:176\$623
Idem em 1897	115:139\$042
Idem em 1898	85:850\$064
Aquisição de uma lancha para serviço de imigração	56:000\$000
TOTAL	576:794\$224

Fonte: Muniz (1916, p.71)

Mas na propaganda imigratória também estava estabelecido o tipo de imigrante desejado pelo estado do Pará. Estabelecia um perfil de imigrante, com critérios, dentre os quais se pontuava que os imigrantes deveriam ser marido e mulher sem filhos e os chefes de família não poderiam ter mais de 45 anos de idade, ou marido e mulher sem filhos ou enteados que deveriam casar antes dos 45 anos, e ter pelo menos um homem útil para o trabalho. Caso fosse viúvo ou viúva com filhos ou enteados deveriam ter sempre um homem com capacidade de trabalho. Os agregados também poderiam vir desde que cumprissem também requisitos contidos na propaganda (Anexo C).

No que diz respeito às despesas com viagem, os emigrantes estavam isentos de custos com passagens e despesas adquiridas no vapor durante a viagem. Era exigido do imigrante a assinatura de uma declaração de não ter efetuado nenhum pagamento com passagens.

O transporte gratuito iniciava desde o momento em que o emigrante se apresentava ao ponto de embarque, sua hospedagem, seus dias de espera, seus documentos selados para solicitar permissão do Governo civil, o selo ou a apólice para estender essa permissão, o imposto de embarque para o Tesouro, condução de sua bagagem a bordo, os selos de correios

para enviar certificados de seus expedientes e devolvê-los se fosse necessário retificá-los e a conta do comissionista que realiza os trâmites para obtenção e ajuste dos documentos. Tudo isso era parte dos custos que o governo deveria ter com o imigrante.

A propaganda imigratória assegurava ainda em seu texto que no caso de alguns imigrantes que chegassem ao estado do Pará e não se adaptassem ao local, deveriam regressar imediatamente. Estes teriam direito a retornar ao país de origem e seriam pagos todos os gastos com selos, passagens, e assegurados todos os direitos. Essa era uma estratégia do governo paraense para evitar o aumento da população ociosa nas cidades, principalmente em Belém, pois não se deseja ver formado um exército de mendigos e pedintes nas ruas da capital.

Com relação à responsabilidade criminal, a propaganda informava que o governo por meio de um inspetor encarregado de fiscalizar este serviço, repudiava a todo emigrante que não viajasse nas condições estabelecidas e obrigava o senhor concessionário a retorná-lo ao porto de sua procedência. Como os agentes não queriam assumir a responsabilidade de pagar as passagens de ida e volta, denunciavam a polícia todos aqueles que apresentavam solicitação de passagem gratuita valendo-se de documentos falsos e ilegítimos, ou pertencentes a outro indivíduo, e também seus cúmplices na ação considerada ilegal.

Quanto aos embarques para o Pará, as promessas contidas na propaganda imigratória informavam que o transporte seria feito em vapores de primeira classe, bem diferente da verdade, pois estes não tiveram tratamento nenhum diferenciados, haja vista terem chegado de terceira classe ao estado paraense. Os imigrantes deveriam observar as regras de higiene local dos vapores e o agente de embarque deveria ser informado da data de saída do vapor e solicitar aos agentes locais e das províncias da região que avisassem aos emigrantes que se apresentassem em tempo oportuno a fim de evitar gastos desnecessários com hospedagens. Chegados ao Pará, eram direcionados para a Hospedaria dos imigrantes do Outeiro, onde teria direito a alimentação completa, desde o café da manhã até o jantar, além de assistência médica. Poderiam ficar por dez dias até encontrar um trabalho, isso para aqueles que possuíssem um ofício.

A propaganda migratória apresentava uma tabela de salários e diárias pagas no estado do Pará de acordo com a profissão correspondente. Tudo para que o emigrante se sentisse motivado e atraído a migrar, havia uma diferenciação de pagamento entre os profissionais de acordo com a função exercida. Assim o imigrante entendia que o trabalho e a remuneração seriam opções bem melhores do que a realidade de desemprego a qual a Espanha vinha sofrendo no final do século XIX. Além de salário mensal, ainda havia a garantia de casa e

comida a esse trabalhador, logo, com tantas regalias, o espanhol não hesitava em optar por migrar para a Amazônia paraense.

O perfil do imigrante espanhol que se desejava na propaganda emigratória era de um indivíduo com capacidade de realizar trabalhos na agricultura. A linguagem do texto era clara, somente eram bem-vindos os indivíduos que quisessem trabalhar, e de preferência jovens para o trabalho, além do mais, não haveria tolerância para aqueles que viessem apenas com o propósito de se aventurar. Isso porque temiam que a mendicância fosse a única certeza e opção para esses indivíduos. O trabalho deveria ser a única justificativa para que o imigrante entrasse no estado, pois assim, assumiria o compromisso de ser mão de obra. O trabalho seria uma justificativa para explicar a razão para migrar, nenhuma outra razão seria tão fundamental que não fosse essa.

Além da discussão travada a respeito do trabalho como uma ferramenta de dignificação do imigrante para justificar sua vinda para as terras do Pará, há uma retomada de explicações para justificar o sentido real da migração para os espanhóis. Alguns argumentos bastante convincentes que chamam atenção no texto da propaganda seriam as razões de expulsão dos imigrantes das terras espanholas. Um deles relaciona-se ao clima da Espanha e ao declínio de sua economia, primeiramente cita o clima da cidade de Madri não ser mais como antes, e que o seu inverno está muito intenso e triste, e tudo isso deixava a população espanhola num estado de penúria e miséria, junto a isso, estava a crise econômica espanhola, que havia deixado as indústrias da cidade paradas e quase sem produção. O desemprego e o comércio já apresentava um visível enfraquecimento com a baixa de valores e quebra nas vendas.

Mesmo diante de tantas razões para sair da Espanha, a propaganda imigratória paraense se via em volta a discursos “a favor e contra” a imigração. Mas o discurso da propaganda migratória pareceu ter sido mais convincente, pois seu texto defendia que a migração se tratava de uma solução para os problemas sociais e econômicos dos dois países, Espanha e Brasil. Trouxe até elogios ao discurso do senador espanhol *Duran y Bas*, quando este afirmou que no país estavam “sobrando advogados, médicos e farmacêuticos”, e que pairava a sensação de que os profissionais formavam-se e não tinham como exercer suas habilidades aprendidas na academia, pois não tinham nem um tipo de trabalho. Com isso, era comum ver jovens profissionais a se entregar a uma vida medíocre e sem oportunidades por toda a Espanha. A Espanha estava “enferma”, pois havia uma população de profissionais ociosos e prontos para trabalhar, mas não tinham onde. Com certeza esses trabalhadores fariam a diferença em outras partes do mundo. Por isso, acreditava haver a necessidade desses

indivíduos apressarem-se a encontrar na migração uma “porta de saída” para aquela situação de falta de oportunidades. A propaganda migratória cercou por todos os lados os espanhóis, afim de não deixá-los escapar. O texto os fez acreditar que a migração era realmente um bom negócio, haja vista ter garantias tão interessantes, que seriam irrecusáveis, indo desde o transporte para a América, hospedagens, moradia, alimentação e até bons salários para os que tivessem formação profissional. Tudo para fazê-lo acreditar que migrar era uma decisão acertada para obter sucesso e prosperidade.

Na propaganda imigratória existe uma linguagem que repassa ao leitor um sentimento convincente a favor da migração, como uma mensagem ao povo espanhol de que a imigração para a América era quase um grito de liberdade. A propaganda migratória sabia argumentar e assumia realmente uma postura discursiva a favor da emigração. Voltava-se a mostrar vantagens que o indivíduo jamais teria em sua terra natal e trazia reflexões a respeito de futuro e melhores salários ao trabalhador. Chamava atenção para grandes oportunidades que lhes foram negadas em seu país, como o direito à terra e ao trabalho, além da garantia de que não sofreriam mais com os horrores da fome e da miséria gerados pelos constantes conflitos vividos na Espanha. Além de apontar a forma descuidada com a qual o governo monárquico da Espanha vinha tratando seu povo, visto ser um governo centralizador, que não dava novas oportunidades e nem dignidade à população espanhola, com isso acarretava grande sofrimento e indignação aos cidadãos espanhóis. Assim, a propaganda usou essa realidade e a contemplou como forma de convencimento do imigrante.

Damos até mesmo por saber que muitos que emigraram tenham trabalho, que ganham uma diária para não morrer de fome. Há razões para obriga-los a não melhorar seu modo de vida presente e a não desejar um futuro ao menos incerto? Pretende-se, por exemplo, que um trabalhador (jornaleiro) não tenha nunca um pedaço de terra sua, que lhe emancipe da vontade do fazendeiro e do industrial? Eis que a Espanha está dividida em “castas”, estes são forçados e obrigados a trabalhar eternamente para os donos da empresa? Enfim, que o pedreiro, o ferreiro, o carpinteiro, que em, Barcelona ganham 4 pesetas ao dia – quando há trabalho – não devam ir para o Brasil, onde ganhariam constantemente de 15 a 25 pesetas diárias? (AMAZONIA, 1895, p. 7).

Outro ponto de ataque da propaganda era o excedente populacional que existia na Espanha, pois o aumento de desempregados e os baixos salários gerou um exército de desocupados por todos os cantos do país, além das discussões em torno das terras espanholas improdutivas e cansadas para o plantio. Esse parecia ser o cenário ideal para que a emigração ocorresse.

Para mostrar que a imigração era também uma realidade de povos de outros países, a propaganda apresenta uma pequena tabela de entrada de imigrantes de várias nacionalidades que optaram pelo estado de São Paulo no final do século XIX. Desta maneira, aliviavam a sensação de despedida desses imigrantes, pois mostravam um lugar já preparado para receber uma demanda que já reconhecia o local como referência para os europeus.

Assim, a emigração espanhola foi defendida pela propaganda como um grande ganho e benefício aos imigrantes e as suas famílias, mas também como uma boa estratégia para que as cidades brasileiras que os recebiam, resolvessem o problema de mão de obra para trabalhar na agricultura, seguindo os exemplos de cidades como São Paulo.

Países como Venezuela, Cuba, Costa Rica, Peru, Chile, Uruguai e Argentina são apresentados como lugares para onde os espanhóis poderiam migrar, mas é quando apresenta o Brasil, que os argumentos tomam ares de conquista e verdade, o país aparece no texto como um lugar de prosperidade, até para as profissões mais simples como a de um artesão o lugar aparece como próspero. O país é descrito com todas as suas principais cidades, capitais, dentre elas o destaque está para o estado do Pará, onde se descrevem seus principais municípios e vilas, com uma descrição geográfica, política, econômica e populacional do estado.

No que diz respeito à produção do estado do Pará, a propaganda trouxe esse assunto no texto como estratégia principal para atrair os imigrantes espanhóis. O destaque foi para o leite da seringueira, o látex (*La goma elástica*), citado como o mais importante ramo de comércio no Pará, depois citou o cacau, que apesar da dificuldade do seu cultivo é um produto compensador pelo valor que alcançou no mercado brasileiro.

O cacau foi apresentado como segundo produto de maior importância em quantidade e valor, com facilidade de serem encontradas suas árvores nos vales do Amazonas e do Tocantins. A castanha do Pará também mereceu destaque como um produto de natureza amazônica com grande valor de exportação, pois segundo a propaganda, existiam documentos oficiais que comprovavam que no período de quase 50 anos (1836 a 1893) se exportaram 12.840,373 quilos de castanha arrecadando um valor aproximado de 3.482,102`50.

O tabaco com cultivo nos municípios de São Miguel do Guamá, Ourém, Irituia, Acará e Bragança tinha uma produção que não alcançava grandes números de exportação, mas no que diz respeito ao comércio interno seu cultivo e produção alcançava números surpreendentes (Tabela 14). Havia um significativo consumo do tabaco no Pará devido seu uso para defumar a borracha que era produzida no estado.

Tabela 14 – Produção do tabaco no Pará

Anos	Quantidade (em kg)	Valor
1871	116.908	114.226
1881	257.479	163.915
1891	404.687	435.038

Fonte: Amazônia (1895)

O texto finaliza o assunto da produção paraense apresentando a mandioca (*La yuca*) como um dos principais alimentos da região, um produto de grande cultivo e importante ramo para exportação, visto que havia grande consumo não só na região Norte, mas também no exterior. Por isso, o texto afirma que aqueles que se dedicassem a este cultivo, em poucos anos alcançariam riqueza.

As palavras de exaltação ao Pará e à Amazônia existentes na propaganda imigratória refletiam a exuberância, o exótico e a riqueza da região, mas não bastava trazer ao imigrante apenas dados, ou informações, mas também convencê-lo de que migrar era sua melhor alternativa. “Eis ali que mais cedo ou mais tarde se concentrará um dia a civilização do mundo”, é utilizando as palavras de Humboldt¹¹ que de forma fantasiosa, o engenheiro e diretor das Ferrovias do Pará, Manuel Odorico Nina Ribeiro, prevê o futuro da Amazônia, um centro do mundo. Ao tratar da questão das vias de transporte, compara o rio Amazonas aos rios Ganges, Nilo e Eufrates¹². O Amazonas era um gigante no transporte de vapores, levando e trazendo os mais variados produtos, a livre navegação no rio permitida a todas as bandeiras de nações amigas sugeria facilidade na circulação de riquezas na Amazônia.

O transporte hidroviário é descrito como fundamental para a Amazônia, por ter principalmente elevado seu comércio a estágios maiores que muitos mercados estrangeiros de países antigos. Segundo a propaganda, o trabalho abundante nas colheitas fazia com que o comércio fosse bem remunerado, bastava avaliar o comércio de exportação do Pará. Eram 42 vapores com 52 mil toneladas, e mais 72 vapores com 20 mil toneladas e diversos barcos a vela e a remo navegando constantemente pela difícil extensão de 80 mil quilômetros de rede amazônica.

A navegação fluvial sempre foi o meio de transporte mais usado e mais característico do povo amazônico, ela é responsável não só pelo desenvolvimento econômico da região

¹¹ Foi um dos últimos cientistas que dedicou sua intelectualidade a sua curiosidade em todas as áreas da Ciência. Um grande observador da natureza, muitas das suas pesquisas foram feitas quando realizou viagens às Américas do Sul, Central e Ásia. O Novo Mundo passou a se entender melhor dentro do estudo científico sistemático que o cientista elaborou.

¹² Tigre e Eufrates, no Iraque (área da antiga planície da Mesopotâmia); com o rio Ganges, na Índia são rios de grande importância para o desenvolvimento econômico e social.

Norte, mas também pela expressão cultural dos povos da floresta, pois a identidade de seu povo depende da presença dos rios para entender-se como parte também dessa floresta. Desta forma, os imigrantes estrangeiros que chegaram à Amazônia passaram a fazer parte desse mundo com hábitos e costumes diferentes dos que vivenciavam na Europa.

A navegação no estado do Pará ao ser iniciada possibilitou o avanço da região, pois possibilitou a entrada de muitos trabalhadores para atuar principalmente na área das indústrias paraenses. Segundo a propaganda (AMAZÔNIA, 1895, p. 96), “na indústria local paraense a navegação a vapor contribuíram em 1851 para introdução de mão de obra trabalhadora nas indústrias locais para dedicar-se à extração de goma elástica”.

Com relação à comunicação no estado do Pará, a propaganda traz no seu texto informações de um serviço prático e moderno. Somente os Correios possuíam 61 administrações de 1ª a 4ª classe e por 65 carteiras, com várias agências em pequenos lugares do Estado, de modo que o benefício do correio alcançasse a todos. Sabendo que os imigrantes também era um público que aquecia a economia através dos meios de comunicação por utilizarem constantemente os serviços de comunicação das cidades, ainda havia promessas que o governo faria mais investimentos na área, pois sabia que somente assim atrairia cada vez mais imigrantes para a região.

A propaganda trazia informações do administrador dos Correios no Pará no início do século XX, senhor Gregório Antônio do Reis, que informou no texto da propaganda a renda de apenas um ano dos correios apresentando de valores expressivos, mostrando que a região já chegava a estágios de avanço e muita modernidade. O texto informa que “os primeiros 13.043’50 pesos correspondem a 436 libranças, geradas a Portugal por emigrantes ajudam suas famílias residentes na Europa”. Isso, aos olhos do imigrante leitor, trazia certo conforto em saber que o contato com seus conterrâneos não acabaria com a migração, e muito mais, a garantia de que poderiam ajudar financeiramente seus familiares, mesmo à distância.

Além dos correios, a propaganda imigratória citava os telégrafos, dizia que este meio de comunicação se interligava ao mundo inteiro pelos cabos da *Western & Brazilian Telegraph Company*. Os telefones eram a grande novidade no Pará, pois se tratava de um meio de comunicação bastante moderno no século XIX na Amazônia paraense. Segundo o gerente da Estação Central sr. Manuel Ignácio da Silva, havia linhas telefônicas agrupadas em 26 cabos subterrâneos e 12 aéreos cuja extensão se eleva a 8,737 metros, ligados 50 finais, divididos em 36 caixas de distribuição, as linhas aéreas abertas expandiam-se a 183,740 metros e “as conexões ascendiam a 22,402 cifras que evidenciam a importância do serviço telefônico em Belém”.

Havia um grande destaque na propaganda para a ferrovia paraense com trajeto Belém-Bragança, a concessão era de uma companhia inglesa que logo depois a vendeu ao governo do Pará. A construção da estrada de ferro favoreceu bastante a economia da região do Nordeste Paraense, principalmente por ter facilitado o escoamento de produtos que eram cultivados na cidade de Bragança, nos núcleos de colonização próximos, como foi o caso da colônia de Benjamin Constant. No entorno da estrada de ferro, novos povoados surgiram, a região passou a atrair bastante os imigrantes estrangeiros e nacionais, vindos de várias regiões do país. A estrada de ferro Belém-Bragança tornou-se o carro chefe dentro do processo migratório do Pará no século XIX. Muitos imigrantes, como o caso dos espanhóis, viram nela um símbolo de modernidade e prosperidade, talvez algo que jamais se pudessem imaginar em meio a toda a imensidão da floresta amazônica.

Para que se tornasse uma realidade a colonização das terras marginais à estrada de ferro e seus ramais, era indispensável, esclarecia o Dr. Guilherme Francisco Cruz que ficasse garantido aos produtos agrícolas e industriais, transporte fácil e rápido para o mercado da capital, e esse transporte só pode satisfazer sendo feito por estrada de ferro (CRUZ, 1955, p. 64).

A importância da estrada de ferro foi inegável para o desenvolvimento do nordeste do Pará. O comércio de importações e exportações revela números crescentes surpreendentes na propaganda migratória. Entre os anos de 1849 e 1889 percebe-se um constante aumento de produtos saindo do estado e entrando nele. Tudo em função das necessidades e da produção de uma nova elite que se instalava no estado do Pará. Mas a ferrovia pareceu não proporcionar mais lucros para o governo, pois seus gastos eram maiores que sua arrecadação, chegando a ser o déficit maior que o lucro arrecadado. O governo já não conseguia mais administrar a ferrovia de forma que ela fosse um serviço à população, mas também apresentasse lucros aos cofres públicos. A dívida da ferrovia aumentava e parecia estar fora de controle, principalmente depois da construção de mais 7 quilômetros de via, do povoado de Apeú a Castanhal e a construção do ramal de Salinas.

Mas o fato é que a estrada de ferro foi um elemento de forte atração, pois dava à região ares de avanço, servindo de incentivo para muitos imigrantes a virem para o Norte do país. Promoveu a ideia de uma região com boa infraestrutura e representava a praticidade no transporte comercial e humano.

A propaganda deu continuidade à divulgação também de um estado cheio de indústrias, comércio e agricultura, todos fortes e consolidados. Era apresentado como um

lugar de grandes oportunidades de investimento e aqueles que desejassem enriquecer e prosperar teriam ali sua oportunidade de emprego e trabalho.

No texto da propaganda, o Pará era apresentado como um estado industrial, por ter riqueza e por ser grande fornecedor de matéria-prima para engenhosas construções. O território paraense agradava desde o mais exigente gosto artístico até o mais simples agricultor. Havia todo tipo de artefato, tecidos delicados, finos, linhos resistentes e aos interessados ao cultivo, havia plantas medicinais, azeites finos, cascas das mais variadas, resinas e gomas. No reino animal havia muita diversidade, desde óleos para máquinas que eram feitos a partir de animais da floresta. O couro forte que ao mesmo tempo era delicado servia para a produção de sapatos, luvas e casacos, todos de origem animal, a diversidade de animais ia desde veados, jacarés até uma grande variedade de lontras, além de animais para cujo nome indígena não se encontrava tradução.

O reino mineral constituía-se na maior parte do subsolo amazônico, havia argila das mais variadas cores que era utilizada como matéria-prima para fabricar vasilhas de luxo, também havia quartzo, granada, micas, turmalina, mármore e carbono, além de muitos outros elementos de riqueza que a indústria iria se apoderar em bem pouco tempo.

A propaganda imigratória informa grandes oportunidades de trabalho no Pará, geradas pelo fortalecimento de uma economia aquecida. Havia a crescente necessidade de trabalhadores para realizar o trabalho braçal na agricultura, mas também na indústria paraense. Em 1862 a propaganda informa que o estado oferece emprego aos imigrantes estrangeiros, tanto na indústria paraense, que apresentava uma interessante e diversificada configuração de trabalho, como na agricultura. Dentre essa vasta oportunidade de trabalho informa existirem 166 engenhos de açúcar, 24 fábricas de sabão, 6 fábricas de azeite, 18 de cal, 6 de louça de barro, 1 de vinho de caju, 1 fábrica de chocolate, 3 beneficiadoras de arroz, 1 moinho de café, 25 olarias e 10 serrarias, além das 1.565 fábricas de farinha de mandioca, uma indústria comum no estado, em função dos seus hábitos alimentares, isso sem falar da crescente exportação de sabão, açúcar, arroz, algodão e café, fazendo com muitos imigrantes fossem atraídos para a região.

A propaganda citava ainda as empresas instaladas no Pará. O texto destacava a Companhia das Águas do Grão Pará, Companhia de Seguros do Grão Pará, Companhia de Seguros comercial, Companhia de Navegação Pará e Amazonas, *Amazon Steam Navigation Company Limited*, *Lanfrane*, *Anselm*, *Augustine*, *Ambrose*, *Basil*, *Clemend*, *Siril*, *Gregory*, *Justine & origen*, *Red Cros Line* (Vapores com navegação Nova York – Pará) Companhia Viação Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaia, Empresa de Navegação do Rio Guamá e

Tocantins, Cerâmica aperfeiçoada, Companhia de Gás Paraense, Fábrica de Papel Paraense (já com máquinas a vapor), Companhia Costeira do Maranhão, Lloyd Brasileiro, Empresa Industrial do Gram Pará (Serviço telefônico), Companhia Auxiliar do Comércio (Armazéns e Doca, Cais), Companhia de Seguros Garantia do Porto, Companhia Construtora Paraense, Companhia Urbana da estrada de Ferro Paraense (Linhas férreas que cruzavam toda a capital paraense), Companhia protetora da Industria Pastoril e um destaque para “Booth’s Line of Steamers”, uma companhia de navegação que estabeleceu vários serviços mensais no transporte fluvial realizando trajetos como: Liverpool – Pará, Maranhão – Ceará (ambos com escala em Lisboa), Pará, Lisboa, Harvre – Liverpool, Hamburgo (Alemanha), Antuérpia (Bélgica), Harvre (França), Porto (Portugal) e Pará, Nova Iorque –Pará, Maranhão e Ceará, Nova Iorque, Pará e Maranhão.

Os empreendimentos bancários também estavam citados no texto, com destaque para o Banco Comercial do Pará, Banco do Pará, Banco de Belém do Pará, Banco Emissor do Norte, Banco de Crédito Popular e o *London Brazilian Bank Limited*.

No que diz respeito à beneficência, a Santa Casa de Misericórdia é citada como uma referência para atendimentos de toda natureza, estava dividida em Hospital de Caridade e Asilo de Dementes na Capital e Hospício de Lázarus em Tucunduba. Assim, garantiria um atendimento de qualidade, por dar maior atenção ao paciente que necessitasse de tratamento específico. A beneficência fornecia além do atendimento, também a medicação aos enfermos principalmente para aqueles em situação de extrema pobreza, mendigos e moradores de rua. De certo modo, toda a comunidade de Belém e do interior se beneficiaria com a existência de um serviço médico e social, já que muitos imigrantes dos núcleos vinham para a capital paraense à procura de um serviço médico de qualidade.

A propaganda migratória é finalizada com o depoimento envaidecido dos nomes mais importantes da sociedade paraense do final do século XIX. Há grande destaque para o governador Lauro Sodré, esse por ser um dos idealizadores da migração estrangeira no estado do Pará, encerra a propaganda a Lei 223 de 1894, assinada por ele e deixa para o leitor uma “mensagem de convite no ar”, constrói em seu texto uma imagem positiva ao leitor, mostrando a generosidade do governo do Pará para os imigrantes espanhóis. Proporciona um sentimento de que a imigração era um negócio simples e lucrativo, principalmente aos agricultores e as suas famílias, já que teriam total apoio do governo estadual no que diz respeito principalmente a suas despesas e moradia. Sendo assim, finaliza o texto apresentado os interesses da direção de Terras e Colonização do Pará em introduzir imigrantes na região.

Assim, logo informa a introdução de 35.000 emigrantes procedentes de países como Itália, Espanha, Portugal, ilhas do Mediterrâneo e Atlântico durante o período de apenas 5 anos.

Um dos principais agentes contratados pelo estado, Francisco Cepeda, responsável por introduzir 15.000 estrangeiros no Pará traz na propaganda *El Pará* uma reflexão final: “O Brasil é um lugar de homens livres, onde lá se terá um presente fácil, cômodo, prazeroso e com um futuro seguro e rico, inevitavelmente rico para todos os homens de bem e suas famílias. O estado do Pará é a Nova Jerusalém do Trabalho esplendidamente retribuído”.¹³

São com essas palavras que o contratante Cepeda tenta convencer seu público de que a única certeza que poderiam ter seria migrar para a Amazônia. Parece que as palavras do contratante fizeram efeito, pois os espanhóis estiveram no início do século XX entre os três povos que mais migraram para o estado paraense, ao lado dos portugueses e italianos.

5.3 A IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA: OS CONTRATOS PARA INTRODUÇÃO DE IMIGRANTES ESPANHÓIS NO PARÁ

A política de colonização de estados do Sudeste e Norte do Brasil fez com que muitos estrangeiros viessem para o país, impulsionados pelas ofertas de emprego e moradia, oportunidades geradas devido à força da economia do café e da borracha. No início do século XX pode-se perceber que os estrangeiros passam a se espalhar por todo o Brasil, inclusive para regiões ainda pouco procuradas. Dentro desse contexto, o processo das migrações aconteceram com maior intensidade na Amazônia brasileira. Segundo Aragón (2009, p. 31) “a Amazônia brasileira acompanhou o período das grandes migrações do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX”.

A Amazônia paraense, assim como outras regiões do Brasil, sofreu com as dificuldades para encontrar mão-de-obra para trabalhar nos núcleos coloniais fornecendo alimento para o abastecimento de produtos agrícolas nas cidades. A imediata solução por parte do governo do Pará foi incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros e oferecer-lhes terra e trabalho, dentre outras vantagens.

Nos anos de 1850 a 1857 presenciou-se a chegada de muitos imigrantes espanhóis no Brasil, legais e ilegais, dentre eles muitos andaluzes e galegos. Muitos espanhóis eram oriundos de ações legais de recrutamento, como as ações que existiam no Porto de Gibraltar, realizadas por agências que atuavam no local, como a de Francisco Cepeda e a de Antunes dos Santos. Em 1893 houve uma proposta do Sr. Manuel Santos para introduzir de vinte a

¹³ Texto de Francisco Cepeda.

trinta mil espanhóis no estado do Pará, a qual propunha que 90% fossem agricultores e os 10% restantes seriam de profissões variadas. Para garantir a segurança do envio desses imigrantes, existiria um encarregado do governo paraense em Vigo para assegurar a inspeção desses indivíduos no momento do embarque.

Os contratos de introdução de imigrantes estrangeiros em terras paraenses iniciam em 1894, com previsão de execução de contrato para 1895. De acordo com o contrato, Francisco Cepeda e Heleodoro Jaramillo introduziriam 15.000 imigrantes europeus. O Sr. Emílio Martins estaria responsável por mais 10.000 imigrantes europeus, e William Brice e Dr. Wencésloao Alves Leite também iriam introduzir 10.000 na mesma condição, totalizando 35.000 imigrantes. Além de um contrato específico, firmado com Júlio Benavides, representante da companhia Oriental de Imigração e Comércio, no qual teria responsabilidade de introduzir 3.000 japoneses na região¹⁴.

Aos 15 de agosto e aos 15 de novembro de 1895 firmaram-se, na repartição de obras publicas, os primeiros contractos, com cidadãos Francisco Cepeda, Emilio A.C. Martins e William Brice, para a introdução de 35.000 immigrants de várias nacionalidades europeias e das Antilhas, e a 21 de Agosto de 1895 foi contractado com o cidadão Julio Benavides representante da companhia oriental de immigração e commercio, a introdução de 3.000 japonezes (Trecho do relatório do governador Lauro Sodré, em 01 de fevereiro de 1897).

Em 21 de fevereiro de 1896, o governador do estado do Pará, Lauro Sodré, sancionou a lei de número 330, na qual estava autorizando e também estabelecia a entrada de cem mil imigrantes na região ao longo de dez anos, somente para aqueles que desejassem se fixar como agricultores, ou em qualquer outra ramificação da indústria no estado. A esses imigrantes seria garantido tratamento médico nos núcleos coloniais, hospedagens, refeições, transporte e passagens nos vapores que geralmente saíam de Vigo. Dentre os vapores destacaram-se o Paraense, Brasil, Hilary, Cametense, Lisbonense, Justine, Grangense, Mananense, Dunstan, Cearense, Polycarp e Fluminense.

Mas em 1º de fevereiro de 1900, o governador Paes de Carvalho confessa ter existido uma paralisação na entrada de imigrantes espanhóis no Pará no final do século XIX, isso em função do aparecimento de doenças. Entretanto o governador Paes de Carvalho não desistia de promover a migração estrangeira no estado. Prometeu até doação de 25 hectares de terras férteis para aqueles que se dedicassem à agricultura nos núcleos coloniais, bem como

¹⁴ Mensagem do governador Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 01 de fevereiro de 1897. Relatório de presidente de província.

proporcionar o que fosse necessário, desde as ferramentas para desenvolver o trabalho agrícola até a garantia de alimentação, e continuou sua campanha migratória.

Muitos imigrantes estrangeiros foram atraídos pelas promessas políticas do Estado. De início eram alojados na hospedaria de imigrantes do Outeiro, para dias depois, seguirem a viagem, de trem, que os levariam às colônias agrícolas de destino. A hospedaria era uma referência para aqueles que chegavam e necessitavam de apoio e acolhida local, representava o local de aproximação do imigrante ao estado paraense, era a responsável também por enviar os imigrantes às respectivas colônias agrícolas de destino. Foi muito citada nos relatórios de presidente de província, como no relatório de Paes de Carvalho de 01 de fevereiro de 1901, em que comenta a reforma predial do lugar ser necessária para manter a ordem e o funcionamento do estabelecimento.

Hospedaria do Immigrantes - Diversas foram as obras e reparos feitos para o aumento deste estabelecimento, situado na ilha Caratateua, próximo da capital, no sentido de dar-lhe maiores proporções para alojamento dos imigrantes e distribuição dos serviços de sua administração, economia e hygiene (Trecho do relatório de Paes de Carvalho, em 01 de fevereiro de 1901).

Seriam 25.000 os imigrantes estrangeiros a serem introduzidos no estado sob a responsabilidade de dois agentes contratantes. Francisco Cepeda obteve um contrato para introduzir 15 mil espanhóis, na maioria galega, mas também das províncias de Salamanca e Zamora e Emilio Adolfo de Castro Martins com o contrato de introduzir os 10.000 restantes.

Os contratantes da introdução dos colonos estrangeiros no Pará foram os senhores Francisco Cepeda e Emilio Adolfo de Castro Martins. Nos termos dos respectivos contratos, ambos deveriam introduzir 25.000 colonos, ficando 15.000 sob a responsabilidade do Sr. Francisco Cepeda e 10.000 sob a do Sr. Emilio Martins. Todavia, só chegaram a 12.024 imigrantes, o que deu motivo a rescisão do contrato de ambos, mediante a indenização de 220 contos de reis ao primeiro e de 100 contos de reis ao segundo, em papel e em títulos do empréstimo externo (CRUZ, 1955, p. 54).

Tabela 15 – Imigrantes introduzidos no Pará por Emilio Martins e Francisco Cepeda (1896-1900)

Ano	Emilio Martins	Francisco Cepeda
1896	1.916	979
1897	1.848	1.198
1898	2.166	876
1899	1.032	798
1900	1.560	856

Fonte: Muniz (1916, p. 95). Adaptado pelo autor

No que diz respeito aos principais núcleos coloniais de imigração espanhola, criados pelo governo do estado destacaram-se os de Benjamim Constant, Ferreira Pena, Jambu-Açu, Marapanim, Santa Rosa e Monte Alegre. Deve-se atentar que na região do Salgado, no Nordeste do Pará, muitos imigrantes estrangeiros, dentre eles, espanhóis saíram de seus núcleos de destino e foram para outras terras e se instalaram em áreas próximas dos núcleos, isso deu origem a vilarejos, como o de Simão e Mocajuba, as margens do rio Caeté, que surgiram a partir de uma reemigração de algumas famílias de espanhóis e nordestinos no final do século XIX.

Segundo a literatura, muitas famílias espanholas que chegaram (pela estrada de ferro Belém-Bragança) ao núcleo de Benjamin Constant não resistiram às adversidades encontradas na região e decepcionadas com as “falsas promessas” do governo paraense, muitas decidiram retornar à Espanha. Outros migraram para as cidades mais desenvolvidas e mais próximas do núcleo de Benjamim Constant, como a cidade de Bragança e outros migraram para Belém. Famílias espalhadas por todo o Nordeste paraense contribuíram muito com seu trabalho para o desenvolvimento e riqueza da região. O destaque de muitas famílias não ficou apenas na agricultura, mas também no comércio de manufaturas, nos transportes de alimentos, nas usinas de beneficiamento, na inserção à cultura local, no povoamento e até na política local.

Em virtude da importante representação dos imigrantes espanhóis para os núcleos coloniais do nordeste do Pará, propõe-se fazer neste capítulo uma análise das listas de imigrantes espanhóis do contratante Emílio Martins nos anos de 1896 e 1897. Mesmo que essa análise apresente ausência de alguns meses, ainda assim permitiu que fosse feito um levantamento desse contingente populacional de imigrantes espanhóis no Pará. A razão de escolha pelas listas de imigrantes de Emílio de Castro foi por apresentarem melhor estado de conservação que outras listas de contratantes encontradas no Arquivo Público do Pará, como as de Francisco Cepeda, e também por serem as listas originais e não uma cópia ou um levantamento de dados feito por terceiros.

O resultado da pesquisa revela uma interpretação do quantitativo de dois anos (1896 e 1897) que serão apresentadas em tabelas e gráficos que revelaram a origem, profissão, faixa etária e o estado civil desses passageiros espanhóis. A partir deste percurso, será feita uma interpretação dessas informações para que se possa elaborar um perfil mais próximo daqueles que foram os nossos imigrantes espanhóis no Pará nesses dois anos no final do século XIX.

No ano de 1896, os vapores Paraense, Grangense, Manauense, Dunstan e Cametense registraram na lista de passageiros com destino à Hospedaria dos imigrantes do Outeiro, 1.285

imigrantes espanhóis e no ano seguinte de 1897, os vapores Grangense, Cametense, Justin, Anselm, Lisbonense, Manauense, Polycarp e Dustan desembarcaram um total de 1.447 pessoas, totalizando apenas nestes dois anos 2.732 imigrantes espanhóis, listados com destino ao estado do Pará. Isso comprova o sucesso inicial da campanha migratória paraense realizada na Espanha para atrair imigrantes estrangeiros para trabalhar no estado, mas sabe-se que esse número foi bem maior, como sinalizado em pesquisas anteriores. Segundo Sarges (2010a) o relatório do secretário Manuel Baena em 1897 apresenta ao governo do Pará a informação de que no ano de 1896 havia sido registrada a chegada de 3.145 imigrantes espanhóis em terras paraenses, sendo que 1.777 se direcionaram aos principais núcleos do estado, Jambu-Açu, Monte Alegre e Benjamin Constant, e o restante de 1.368 acabaram se instalando na capital paraense.

O perfil de muitos imigrantes não estava dentro do esperado pelo governo do estado do Pará. Mesmo assim foram encontradas profissões que facilitaram com que muitos imigrantes espanhóis ficassem na capital paraense. Mas isso ocasionou um aumento da população de imigrantes estrangeiros na capital e um contínuo déficit humano de colonos nos núcleos de colonização do estado. Para receber as passagens gratuitas oferecidas pelo governo do Pará, declaram-se as mais variadas profissões como sapateiro, pedreiro, jornaleiro, professor, motorista, marinheiro, barbeiro, garçom, carpinteiro, cozinheiro, alfaiate, oleiro, copeiro, jardineiro, cocheiro, marceneiro, serrador e dançarino. A diversidade de profissões revela uma realidade preocupante ao Estado paraense, pois o que se percebe é que o governo estava gastando muito com a política de imigração, e talvez não estivesse alcançando o retorno desejado, visto que muitos desses imigrantes decidiam ficar em Belém por acreditar que teriam melhores condições de vida na capital.

A cada ano, o número de imigrantes espanhóis crescia, talvez fosse reflexo da propaganda na Espanha. Muitos espanhóis em virtude de não terem perdido o contato familiar não tiveram tanta dificuldade para vir ao Pará, isso porque seus parentes já se encontravam instalados no estado, e solicitavam suas vindas ao governo. Assim eram recrutados para junto de seus parentes e sabiam que seriam amparados por seus familiares que já vivam adaptados à região.

As unidades familiares que foram trazidas por Emilio de Castro eram algumas vezes nucleares, com a formação do casal e seus filhos solteiros, mas havia muitos casos de famílias numerosas, em que o chefe de família, o responsável, trazia desde seus pais, sogros, genros, sobrinhos a até enteados. Observação semelhante foi feita por Emmi (2008) em relação aos italianos que vieram para a Amazônia.

Com relação aos passageiros, havia nas listas muitas mulheres jovens e sozinhas, elas declaravam-se como agricultoras, existiam mulheres mais velhas, acompanhadas apenas de um parente, que eram identificados como sobrinho ou primo. No que diz respeito aos homens, era comum ver grupos de três ou quatro homens viajando juntos, às vezes sem a presença de sequer uma mulher na família. Outros passageiros eram muito jovens, vinham sozinhos se aventurar na Amazônia paraense, estes se declaravam solteiros. Alguns possivelmente declaravam-se solteiros para tentar a vida sem a família no Pará, e se obtivessem sucesso, mandavam buscar depois esposa e toda a família. Essa estratégia adotada pelos chefes de família durou bastante tempo, pois como havia uma política migratória no Pará que por anos foi favorável, sabiam que poderiam mandar buscar suas famílias na Espanha.

A relação dos viajantes era bastante diversificada, no que diz respeito à composição dos grupos familiares, em muitas vezes diferente de outros imigrantes estrangeiros que vieram para o Pará. Há casos de grupos de espanhóis em que existiam até a vinda de padre, com filha, sobrinha e sobrinho. Possivelmente esses não seriam casos de estratégia migratória, haja vista os imigrantes poderem viajar sozinhos, e na prática não precisar declarar-se parente para ter direito a passagem, tratava-se realmente de uma peculiaridade desse tipo de imigrante. Existiam até grupos familiares fragmentados em que viajavam apenas a mãe e uma filha ou um filho, e a mãe representava a condição de chefe de família, ou seja, não se obedecia a um padrão de grupo familiar.

Quadro 1 - Lista de passageiros de Emilio de Castro (18 de abril de 1897 - vapor Justin)

Grupo familiar	Situação	Província
Pedro Fernandez	Sozinho	Leon
Domingo Fernandez	Sozinho	Lugo
Cipriano Perez Cifuentes	Chefe	Zamora
Anastasia Rodrigo	Esposa	Idem
Maria Perez Rodrigo	Filho	Idem
Juana Perez Rodrigo	Filha	Idem
Andres Perez Rodrigo	Filho	Idem
Jose Araujo	Sozinho	[ilegível]
Ramon Rodrigues Rodriguez	Sozinho	[ilegível]
Jose Alvares [ilegível]	Sozinho	[ilegível]
Juan Antonio Bonito Diegues	Chefe	Orense
Jose Fernandes Rodriguez	Sobrinho	Orense
Nicolas Morgade Lopes	Sozinha	Orense
Mateo Lopes Gonzales	Sozinho	Orense
Manuel Fontela	Sozinho	Orense
Francisco Moreira	Sozinho	Orense
Constantino Lopes Guerra	Chefe	Leon
Maria Franco	Esposa	Orense
Manuela Franco Gonzalez	Sogra	Leon
Lorenzo Alvarez	Chefe	Orense
Angela Vasquez	Esposa	Idem
Adelaide Alvarez Vasquez	Filha	Idem
Modesta Alvarez Vasquez	Filha	Idem
Salustiano Palomares	Chefe	Leon
Carmem Iglesias	Esposa	Idem
Severiano Palomares Iglesias	Filho	Idem
Bernardina Palomares Iglesias	Filha	Idem
Ceferino Palomares Iglesias	Filho	Idem
Onofre Palomares Iglesias	Filho	Idem
Angela Palomares Iglesias	Filha	Idem
Manuel [ilegível] Castro	Sozinho	Coruña
Isabel Gundin Martinez	Sozinha	Leon
Juan Cornejo Calvite	Chefe	Zamora
Isabel Garcia	Esposa	Idem
Jorge Blanco Lopes	Sozinho	Leon
Eladio Gonzalez Mendes	Chefe	Orense
Florinda [ilegível]	Esposa	Idem
Elvira Gonzalez [ilegível]	Filha	Idem
Hermelinda Rodrigues Mendes	Tia	Orense
Manuel Lopez	Sobrinho	Idem

Jose Maria Lorenzo	Sozinho	Orense
Juan Cid Gonzalez	Sozinho	Leon
Eleuterio Alvarez Cadeñas	Sozinho	Lugo
Luiz Gonzalez [ilegível]	Sozinho	Lugo
Manuel Andres Martinez	Chefe	Zamora
Angel Andres	Filho	Idem
Manuel Esteves Nieves	Chefe	Orense
Ramona Alvarez Pereira	Esposa	Idem
Jovita Lopez Rodriguez	Prima	Idem
Maria Rosa Rodriguez	Tia	Idem
Rafael Aparicio Andres	Chefe	Zamora
Eulalia Paramio	Esposa	Idem
[ilegível] Aparicio Paramio	Filha	Idem
Pedro Calvo Rey	Chefe	Pontevedra
Juan Calvo Alonso	Filho	Idem
César Rodrigues Lemos	Sozinho	Orense
Augustin Santos Alvarez	Chefe	Orense
Teresa Colmenero	Esposa	Idem
Manuel Graño	Sozinho	Coruña
Manuel Peres Campos	Sozinho	Orense
Ricardo Mateo Vasquez	Chefe	Coruña
Josefa Mateos Arias	Filha	Idem
Juan Dias Arias	Enteado	Idem
Jose Garcia Pasalo	Solteiro	Orense
Pedro Prieto Gonzalez	Solteiro	Orense
Marcos Colmenera Aparicio	Chefe	[ilegível]
Maria Vasquez	Esposa	[ilegível]
[ilegível] Colmenera Vasquez	Filha	[ilegível]
Nicassia Colmenera Vasquez	Filha	[ilegível]
Dolores Colmenera Vasquez	Filha	[ilegível]
Aurea Villar Lopes	Solteira	[ilegível]
Benito Robles Fernandez	Sozinho	Orense
Andres Villar Corrijo	Pai	Orense
Maria Villar	Filha	Idem
Maria Cid Bonzas	Sobrinha	Idem
Juan Cid Bonzas	Sobrinho	Idem
Serafin Did Bolanho	Sozinho	Orense
Jose Cid Rodriguez	Sozinho	Orense
Juan Cid Rodriguez	Chefe	Orense
Benito Cid	Filho	Idem
Jose Mosquera Castro	Sobrinho	Idem
Modesto Losada Lorenzo	Sobrinho	Idem

Jose Rodrigues Alonso	Chefe	Lugo
Maria Josefa Alvarez	Esposa	Idem
Francisco Rodrigues	Filho	Idem
Bernardo Guerrero Barja	Sozinho	Coruña
Juana Rodrigues Garcia	Mãe	Orense
Jose Rodriguez	Filho	Idem
Serafina Perez Fernandez	Sozinha	Orense
Manuel Escudero Mata	Sozinho	Leon
Josefa Lopes Conde	Sozinha	Orense
Placido Garcia Vidal	Sozinho	Leon
Benito Souto Cordeinã	Chefe	Orense
Francisco Souto	Filho	Idem
Angel André	Sobrinho	Idem
Luis Sousa Touriño	Chefe	Orense
Francisco Sousa Costas	Sobrinho	Idem
Ramon Sousa Costas	Sobrinho	Idem
Jose Alvarez [ilegível]	Chefe	Pontevedra
Dolores Alvarez Nunez	Esposa	Idem
Manuel Alvarez Nunez	Filho	Idem
Helário Roman	Chefe	Pontevedra
Gregoria Martinez	Esposa	Idem
Carolina Roman Martinez	Filha	Idem
Zeodoria Roman Martinez	Filho	Idem

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras públicas, Fundo : Repartição de obras públicas, terras e colonização. Série: Imigração (Listagem, Espanhóis e Italianos), Ano: 1896-1898, Caixa: 29. Tabela do autor.

A listagem de passageiros do *vapor* Justin de 1897 já sinaliza para um breve perfil do que será mostrado na análise mais a frente deste capítulo. Observando de forma rápida a listagem de passageiros, percebe-se que, com relação à origem de muitos imigrantes espanhóis, há uma predominância de imigrantes das províncias de Zamora e Orense, dando destaque à região da Galícia como uma possível região de forte emigração na Espanha. Outro aspecto a ser observado diz respeito à composição familiar desses espanhóis, pois muitos vinham em família, mas muitos também chegavam sozinhos, e o mais interessante, não era difícil encontrar mulheres emigrando também sozinhas para o estado do Pará. Quanto às casadas, muitas vinham sem a presença do esposo (como será visto mais a frente o caso de Izidra Castanho Peinado) ou apenas acompanhadas de um parente. Com relação aos vapores de 1896 e 1897 chegou-se ao seguinte contingente populacional:

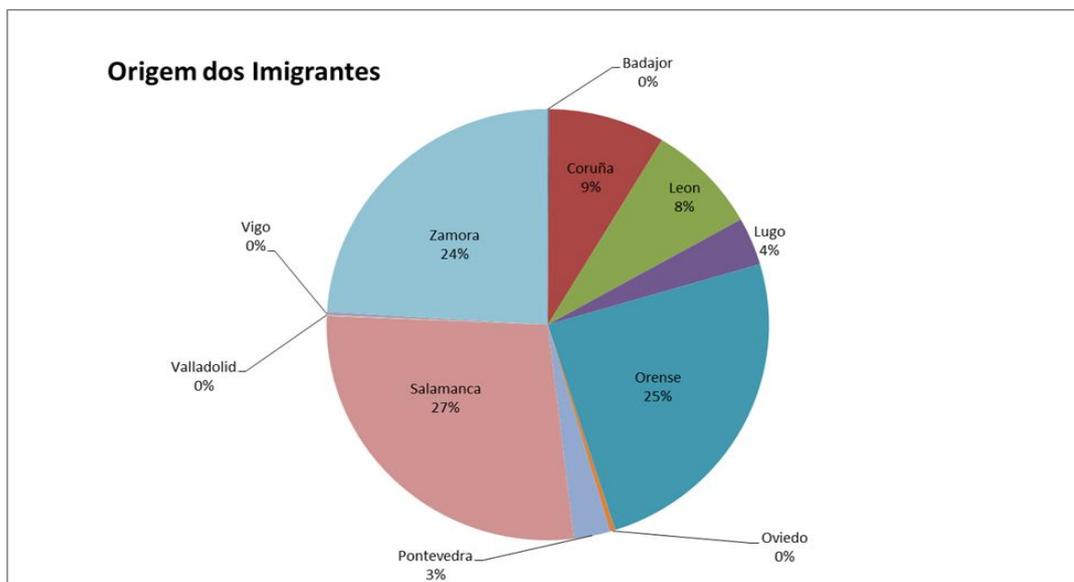
Quadro 2 - Viagens e vapores com destino ao Pará (1896-1897)

Vapores/data da viagem	Passageiros
Vapor Paraense, 19 de agosto de 1896	272
Vapor Grangense, 15 de setembro de 1896	220
Vapor Manauense, 29 de setembro de 1896	373
Vapor Dunstan, 18 de outubro de 1896	239
Vapor Cametense, 15 de novembro de 1896	212
Vapor Polycarp, 04 de dezembro de 1896	244
Vapor Grangense, 06 de fevereiro de 1897	154
Vapor Cametense, 07 de abril de 1897	289
Vapor Justin, 18 de abril de 1896	116
Vapor Anselm, 27 de maio de 1897	122
Vapor Lisbonense, 18 de junho de 1897	30
Vapor Manauense, 7 de setembro de 1897	168
Vapor Polycarp/25 de outubro de 1897	229
Vapor Lisbonense, 29 de novembro de 1897	188
Vapor Dunstan, 14 de dezembro de 1897	109
Vapor Dunstan, 15 de dezembro de 1897	42

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras públicas, Fundo: Repartição de obras públicas, terras e colonização, Série: Imigração (Listagem, Espanhóis e Italianos – Emilio de Castro), Ano: 1896-1898, Caixa: 29. Tabela elaborada pelo autor.

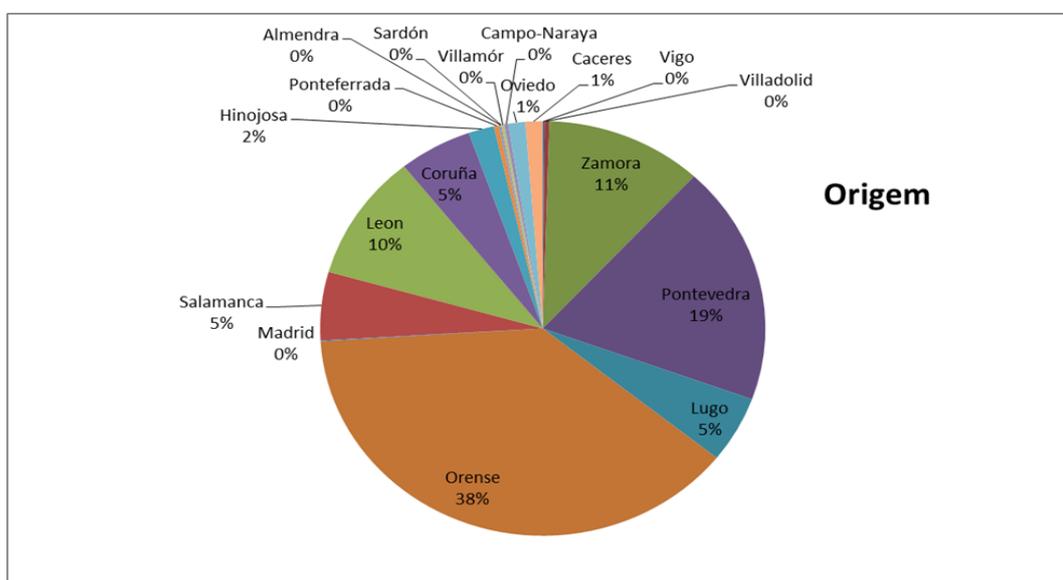
A partir das tabelas de vapores construíram-se dois gráficos da origem dos imigrantes trazidos por Emilio de Castro nos anos de 1896 e 1897. Percebe-se que o levantamento trará informações que aos poucos permitirão construir um perfil do imigrante espanhol nesses dois anos de forte migração espanhola para o estado do Pará.

Gráfico 3 - Origem dos imigrantes espanhóis (1896)



Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

Gráfico 4 - Origem dos imigrantes espanhóis (1897)



Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins . Elaborado pelo autor (2012)

Quadro 3 - Comunidades e províncias espanholas

Comunidade autônoma	Províncias
Castela e Leão	Ávila
	Burgos
	Leão
	Palência
	Salamanca
	Zamora
	Segóvia
	Sória
Galícia	Valladolid
	Coruña
	Lugo
	Orense
	Pontevedra

Fonte: Elaborado pelo autor (2012)

Ao observar os dados do Gráfico 3, infere-se que, de acordo com as listas encontradas de Emilio de Castro, no ano de 1896, a população de imigrantes espanhóis tinha sua origem na comunidade autônoma de Castela e Leão (59%) e na comunidade autônoma da Galícia (41%), havia quase um equilíbrio no número de espanhóis vindos dessas duas comunidades. O destaque esteve para as províncias de Salamanca com 27% e Zamora com 24%, representando juntas 50% do total. Isso comprova que realmente no ano de 1896 as comunidades de Castela e Leão e a Galícia foram importantes por terem enviado um número significativo de espanhóis para o estado do Pará. Já no ano de 1897 (Gráfico 4), o maior percentual de imigrantes espanhóis enviados ao Pará aponta para as província de Orense (38%) e Pontevedra (19%). Ou seja, em apenas um ano, percebe-se que a comunidade autônoma da Galícia foi responsável por um percentual expressivo de 67% do total de emigrantes listados, enquanto que a comunidade de Castela e Leão tem representatividade de apenas 27% dos espanhóis. Isso faz perceber a importância da “comunidade galega” para o povoamento e para o trabalho na Amazônia paraense do final do século XIX e início do século XX.

Os dados apresentados trazem consigo uma série de inquietações, mas dentre elas, acredita-se que exista uma que parece ser fundamental para entender a história dos imigrantes espanhóis dentro do contexto das grandes migrações internacionais no Pará: Por que a comunidade autônoma da Galícia foi uma das que mais enviou imigrantes para o Estado paraense? Essa questão talvez seja difícil de responder, mas algumas indicações talvez existam para respondê-la. Dentre elas é reconhecer que os galegos eram valorizados pela sua tradição no manuseio com a terra, por serem bons no trabalho pesado, por terem boa resistência ao sol, e pela habilidade com a agricultura, que possivelmente os permitiu desenvolver técnicas que os ajudaram a entender melhor o clima e o solo paraense.

A força do trabalho familiar dos “galegos” junto a outros imigrantes, como os cearenses, permitiu que os núcleos coloniais desenvolvessem o cultivo da mandioca. Isso fez da mandioca uma atividade agrícola comum em quase todos os núcleos coloniais do Pará, não só por se tratar de um alimento comum da região Amazônica, mas por ter sido bem aceita pelos imigrantes espanhóis como um produto de venda e que se desdobrava em outros produtos, como a farinha de mandioca.

Outro fator de atração desses imigrantes eram as afinidades étnicas, linguísticas e culturais com os portugueses que já estava há mais tempo em território paraense. Talvez este seja até um grande fator de incentivo a migrar, pois tinham certeza de que estariam em uma comunidade estrangeira originária de países vizinhos facilitando a adaptação dos imigrantes espanhóis à cultura amazônica.

Outra explicação plausível seria a dificuldade de sobrevivência que os “galegos” tinham em sua terra natal, já que não mais os possibilitavam competir no mercado de trabalho agrícola devido ao avanço tecnológico ocorrido em toda Europa. Tornava-se difícil uma família galega sobreviver dos rendimentos da lavoura pagando altos impostos estabelecidos pelo governo espanhol. Os problemas gerados pela industrialização na Europa, que exigia mão-de-obra mais qualificada tecnicamente para o trabalho nas indústrias, formou um exército de excedente de trabalhadores de campo. Essa condição de serem menos especializados favoreceu bastante a política adotada pelo governo paraense, pois investiram em uma estimulante propaganda de imigração para o estado do Pará.

Gerou-se na Espanha uma população de mão-de-obra ociosa, principalmente de “galegos”, uma população reconhecida pela habilidade com a agricultura e os trabalhos manuais. Essa população com hábitos agrícolas acabou representando muitos dos imigrantes espanhóis que estiveram no Pará final do século XIX e início do século XX.

A condição dos “galegos” serem menos “escolarizados” não significou que estivessem sempre vivendo em condições desfavoráveis, pois alguns construíram uma vida de prestígio, na agricultura, no comércio e na política paraense. No caso da região bragantina paraense fortaleceram a economia e a sociedade local, e ainda souberam se adaptar aos hábitos e costumes da terra.

Portanto, deve-se rever a condição estigmatizada dada à população espanhola que povoou os núcleos coloniais do Pará no final do século XIX início do século XX e dar oportunidade de entendê-los como importantes para o desenvolvimento socioeconômico do nordeste do estado do Pará.

A adaptação dos imigrantes espanhóis à região nordeste do Pará fez com que muitas famílias de descendentes da região bragantina mais se reconhecem como “bragantinos” que descendentes espanhóis, isso é observado nas falas de alguns descendentes espanhóis que foram entrevistados para esta pesquisa. Subentende-se que o povoamento e a miscigenação realmente ocorreram na região deu certo e muitos moradores defendem ser mais importante uma identidade bragantina do que qualquer outra.

O que se percebeu dentro do contexto da política de colonização do Estado paraense foi que apesar do governo do Pará ter feito promessas “fantasiosas” de uma vida tranquila e de prosperidade, com expectativas positivas (não que se esteja considerando o imigrante uma vítima), os “galegos” conseguiram se adaptar à rotina das colônias agrícolas do estado.

Os “galegos” emigraram para a Amazônia paraense e chegaram de várias formas, uns sozinhos e outros em grupos familiares, ofereceram sua existência social a um novo ambiente, desconhecido, com normas e regras diferentes das que fizeram parte das suas vidas desde seu nascimento. Lugar esse o qual nem tinham ideia do que significaria para o futuro de suas vidas e de suas famílias.

Sabe-se que o número de imigrantes espanhóis introduzidos no Pará nos anos de 1896 e 1897 é bem maior, conforme apresentado por Muniz (1916). Mas há de se considerar a importância em se fazer uma nova leitura desses dados e trazer informações novas, para que se possa entender melhor o perfil do imigrante que esteve no Pará, saber sua origem, profissão e estado civil dos imigrantes. É importante descobrir quais foram as regiões responsáveis por mais enviar imigrantes espanhóis ao Estado paraense e saber como esses indivíduos aqui chegaram e na companhia de quem estavam quando em “nossas terras” se instalaram.

Outro resultado alcançado desta pesquisa diz respeito às outras profissões que mais foram declaradas nas listas de passageiros de Emilio de Castro, além da profissão de lavrador. Isso para que se possa entender quais as outras atividades que foram também desenvolvidas

por esses indivíduos no final do século XIX. Muniz (1916) informa a faixa etária, o estado civil e a profissão dos imigrantes. Quando trata do quesito profissão, apresenta apenas a profissão de lavrador como dado mais importante para concluir o perfil de trabalho do imigrante espanhol no estado do Pará. No entanto sabe-se que houve em várias cidades do Pará, como na cidade de Bragança, no Nordeste Paraense, uma atuação do imigrante espanhol não só na agricultura, mas também em outras atividades de trabalho, a exemplo as famílias Lhamas e Castanho.

Entender os imigrantes espanhóis que estiveram no nordeste do Pará no final do século XIX e início do século XX, “quase sempre” como agricultores fracassados ou imigrantes sem experiências em outras áreas do trabalho, pode criar um estereótipo negativo à história de vida dos descendentes desses indivíduos, não os estimulando a querer retomar a importância de sua própria história, desestimulando gerações que podem passar a acreditar que nada pode ser dito ou lembrado de positivo de seus ascendentes familiares.

Deve-se mostrar o quanto os “galegos” foram importantes para o povoamento e desenvolvimento dos núcleos coloniais da Amazônia paraense, pois souberam se incluir ao cotidiano da vida amazônica, passando a compartilhar da mesma vivência de muitos nativos. Os documentos históricos existentes proporcionam interpretá-lo a partir de um olhar menos preconceituoso, permitindo ser mais flexível para entender a importância desses indivíduos não só para a economia das colônias do estado, mas também para a formação da sociedade do nordeste do Pará.

Os espanhóis sofriam muito com o preconceito de classe, estereótipos que evidenciassem sua miséria e sua falta de instrução eram mais frequentes do que aqueles de caráter étnico. O fato de ser, em geral, mais pobres e menos instruídos do que os imigrantes de outras nacionalidades corroborava essa situação de preconceito (SOUSA, 2006, p. 82).

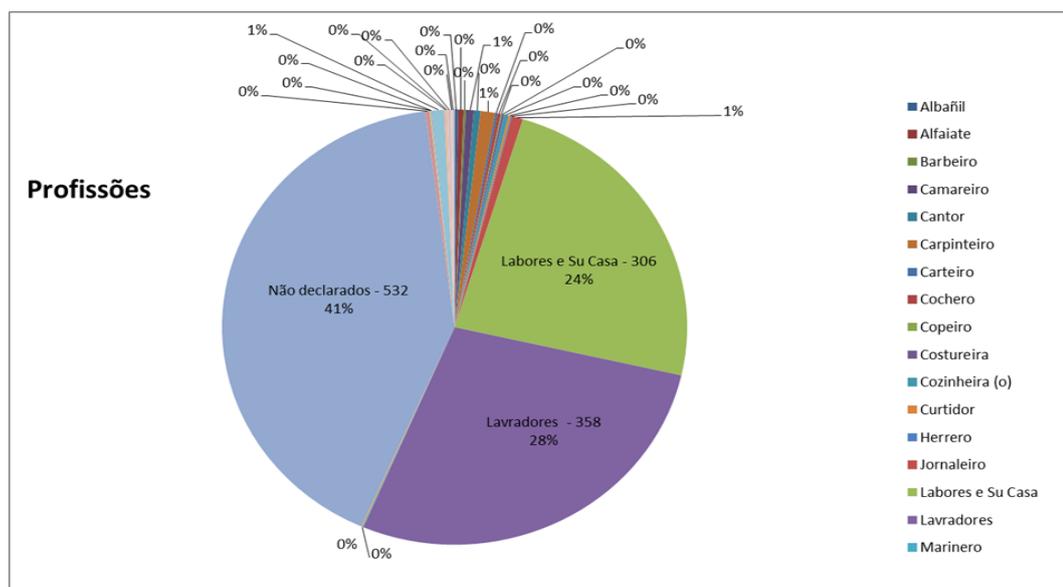
Palma Muniz (1916), como foi dito, ao levantar dados dos anos de 1896 a 1897, dá maior destaque apenas à profissão de lavrador. No entanto, se forem somados os campos dos “sem profissão definida” (1.479 imigrantes), e “outras” (47 imigrantes) da lista de passageiros do contratante Emílio de Castro, o ano de 1896 apresentará um quantitativo de 1.526 trabalhadores em outras atividades que não eram o da agricultura. Assim, entende-se que esse contingente possivelmente deveria ser maior, visto que muitos imigrantes espanhóis omitiam sua verdadeira profissão e se diziam agricultores como uma estratégia para poder se ajustar ao programa de migração adotada pelo governo do estado do Pará. Em 1897, o somatório nos campos “sem profissão definida” e “outras profissões” do contratante Emílio e Castro,

apresentou um total de 1.250 imigrantes, muito próximo do que foi o ano anterior. Ou seja, houve uma emigração de espanhóis que atuaram em diversas áreas do trabalho no Pará. Muitos se dedicaram a profissões como barbeiro, cocheiro, comerciante, alfaiate, carpinteiro, costureiro, jornaleiro, ferreiro, enfim, havia necessidade dos imigrantes atuarem em profissões que dessem suporte à própria existência da atividade na região, a agricultura, pois os núcleos desenvolviam-se e havia carência e profissionais de outras áreas para dar suporte a própria estrutura local da colônia. Isso demonstra que não somente os agricultores foram importantes para fortalecer a economia dos núcleos coloniais, mas também houve a participação de outros profissionais na dinâmica urbana desses lugares, alguns criavam seus próprios comércios (como será visto no caso do núcleo de Benjamin Constant) ou, às vezes, desempenhavam atividades de trabalho atendendo toda a região.

No que diz respeito ao gráfico das profissões elaborado a partir dos dados da lista de passageiros Emílio de Castro (Gráfico 5), para o ano de 1896, o que se percebe é que do total de 1.285 passageiros, em torno de 358 declararam-se lavradores, representando 28% dos imigrantes espanhóis. Mas todas as profissões não declaradas e as restantes declaradas juntas, entre elas a de marinheiro, ferreiro, cozinheiro, carteiro, cantor e pedreiro chegaram a atingir 70% do total, isso significando que os números juntos de outras profissões atingem um percentual bem maior que a profissão de lavrador¹⁵. Isso nos faz crer que talvez o número de lavradores talvez pudesse ser até menor que 28%, haja vista que muitos se declararam desta forma para serem contemplados com os benefícios da política migratória do governo do estado do Pará. Diferentemente ocorreu no ano de 1897 (Gráfico 6), quando existiu um maior controle por parte do Estado em exigir dos contratantes um número bem maior de lavradores para o trabalho no campo. Conforme é apresentado em 1897, o percentual de lavradores supera os 50% do total das profissões, parecendo obedecer a um perfil desejado pelo governo. Porém isso não define uma conclusão a respeito das profissões desses imigrantes, pois muitos negavam sua profissão para se beneficiar da política imigratória do governo do estado do Pará e ganhar todos os direitos e benefícios que lhes foram prometidos na propaganda imigratória na Espanha. Apesar deste aumento no número de passageiros declarados lavradores, continua a permanência de outras profissões como sapateiro, carpinteiro, alfaiate e jornaleiro, demonstrando que outras atividades eram desenvolvidas pelos espanhóis tanto nos núcleos, como nas cidades maiores, como a capital Belém.

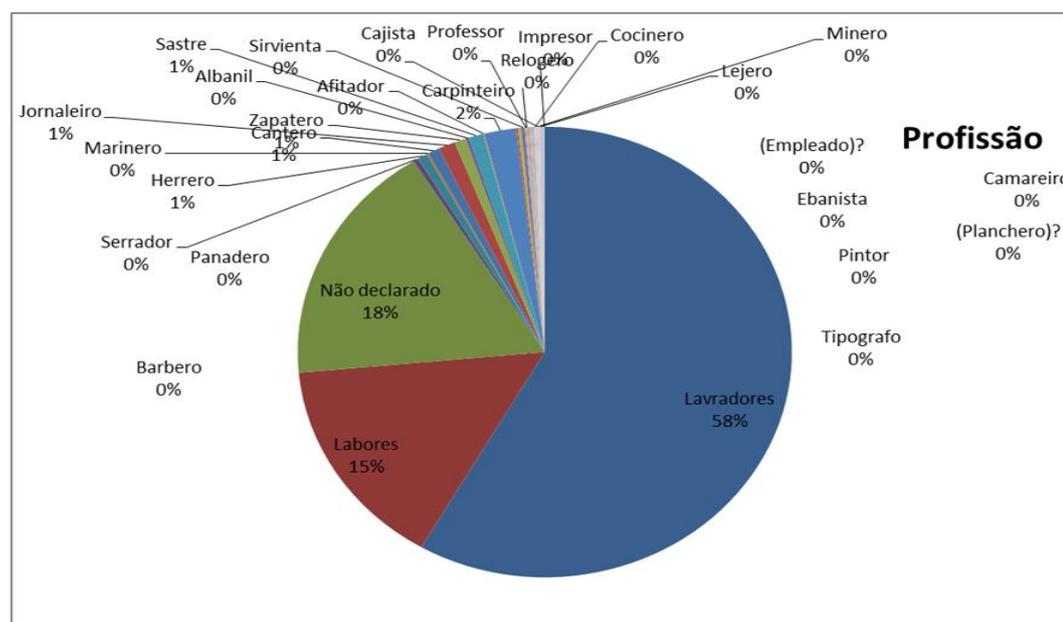
¹⁵ Profissão apresentada por Palma Muniz (1916) como de maior incidência no Pará.

Gráfico 5 - Profissões dos imigrantes espanhóis (1896)



Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

Gráfico 6 - Profissões dos imigrantes espanhóis (1897)

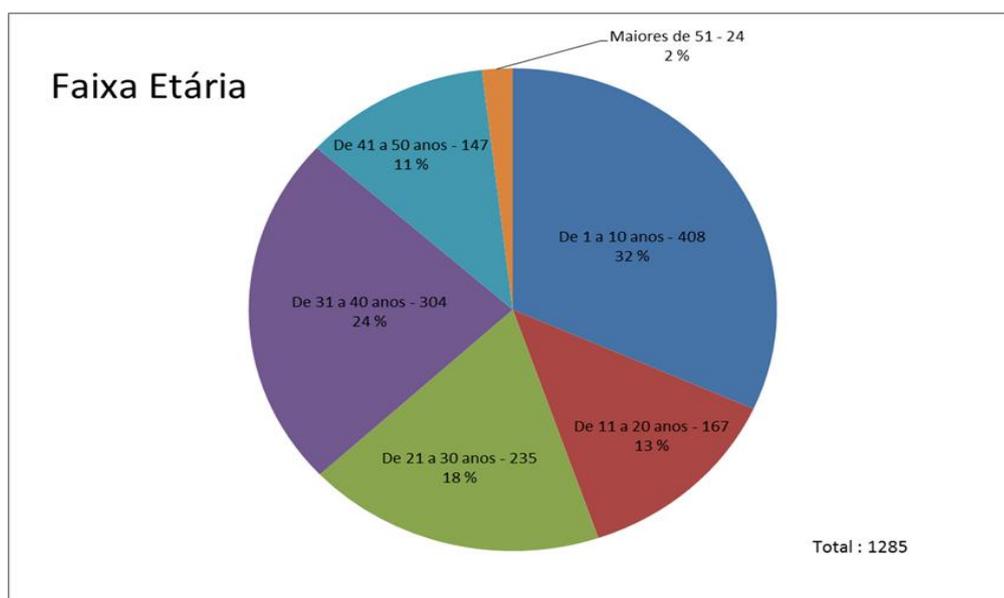


Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

Com relação à faixa etária apresentada na lista de passageiros de Emilio de Castro, o ano de 1896 (Gráfico 7) apresenta uma significativa entrada de imigrantes na faixa etária entre 1 e 10 anos, com o número de 408 pessoas (32% do total) de 1.285 passageiros, na faixa etária entre 31 a 40 anos foram 304 passageiros (24% do total). No ano de 1897 (Gráfico 8) existiram três faixas de idade muito próximas, 1 a 10 anos foram 320 passageiros (22%), 21 a 30 anos foram 336 passageiros (24%) e 31 a 40 anos foram 406 passageiros (28%). Observa-

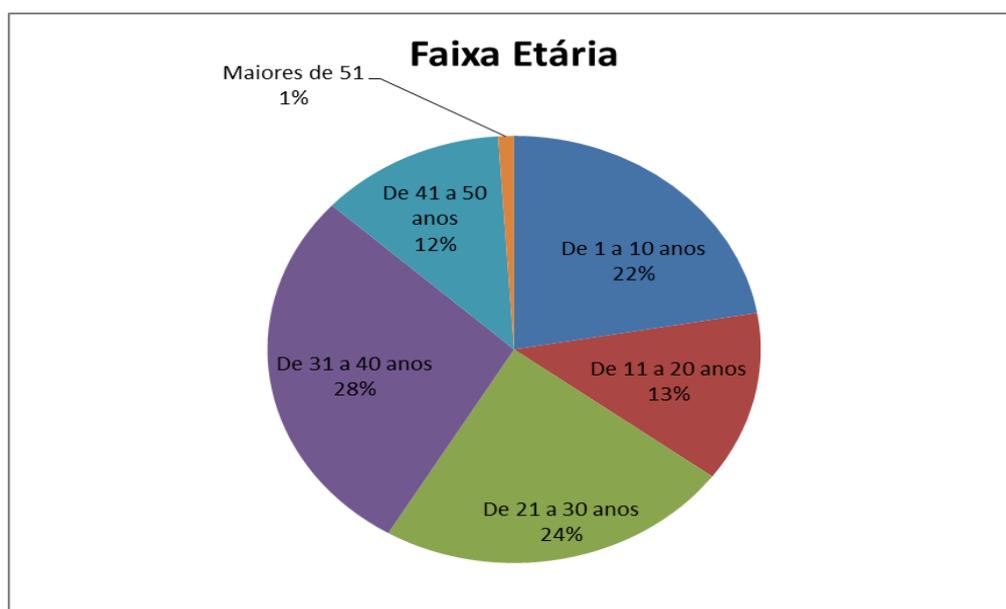
se que todas as faixas etárias não ultrapassam a idade máxima de 40 anos, pois havia preferência pelos imigrantes que pudessem oferecer ainda sua força de trabalho, e quando não, que fossem a futura força de trabalho, como é o caso dos mais jovens, menores de 10 anos.

Gráfico 7 - Faixa etária dos imigrantes espanhóis (1896)



Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

Gráfico 8 - Faixa etária dos imigrantes espanhóis (1897)

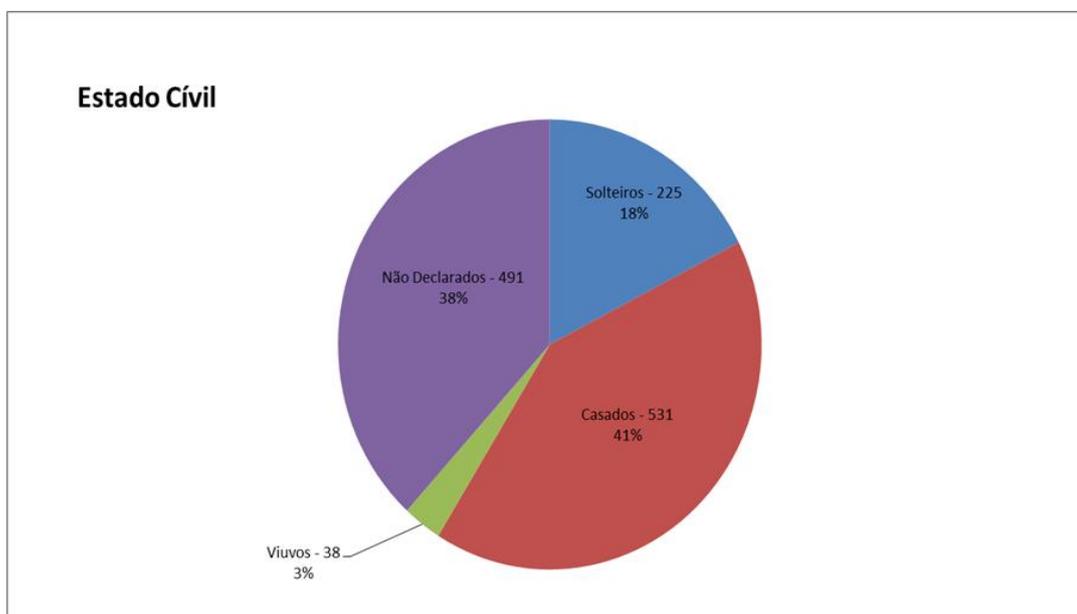


Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

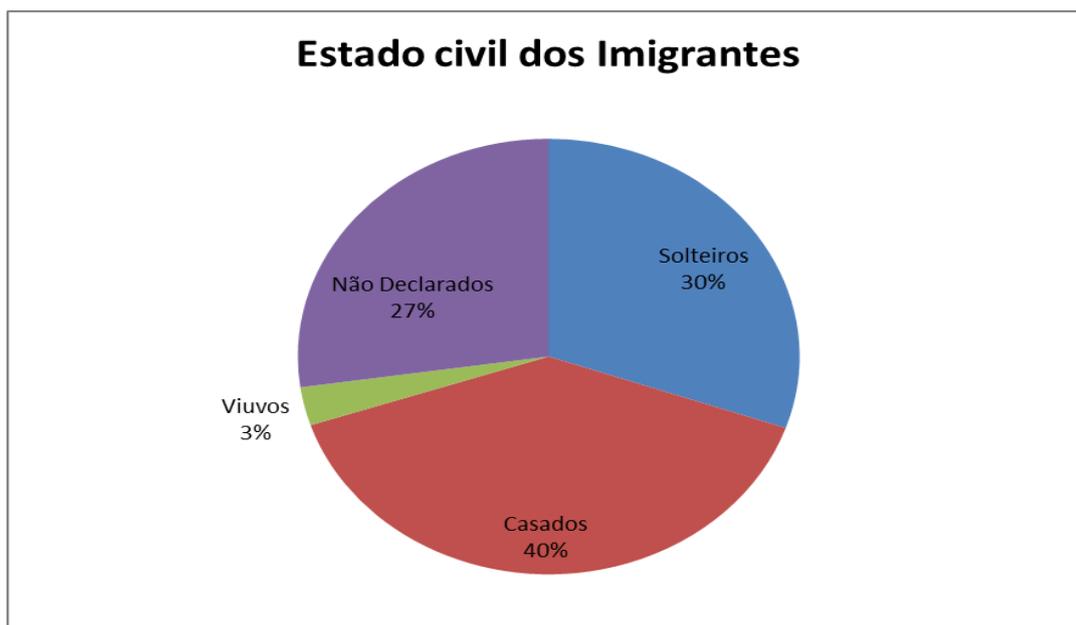
Sabe-se que a preferência por homens jovens e adultos era uma determinação da política migratória, havia interesse pelos imigrantes cheios de vida e com muita força de trabalho a oferecer ao estado. Mas, enquanto ao estado civil desses indivíduos?

O que se percebe nos gráficos de faixa etária da listagem de passageiros de Emilio de Castro é que no ano de 1896, do total de 1.285, os casados foram a maioria com o número de 531 passageiros (41%), os não declarados com 491 (38%), os solteiros eram 225 (18%) e viúvos 38 passageiros apenas (3%). Em 1897, foram 1.447 passageiros dos quais os casados predominam com um número de 525 passageiros (40%), os solteiros com 426 passageiros (30%), os não declarados eram 383 passageiros (27%) e os viúvos 40 passageiros (3%) e 42 passageiros eram ilegíveis (3%). Entende-se que a maioria dos imigrantes que chegaram ao Estado Paraense possivelmente fora de homens casados, que em muitas vezes negavam sua condição de matrimônio para não perderem a oportunidade de migrar, mas que logo depois conseguiam fazer com que seus familiares estivessem junto de si, não só suas esposas e filhos, mas em muitas vezes buscavam parentes mais distantes como sobrinhos, enteados, primos e até tios mais distantes (Gráficos 11 e 12).

Gráfico 9 - Estado civil dos imigrantes espanhóis (1896)



Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

Gráfico 10 - Estado civil dos imigrantes espanhóis (1897)

Fonte: Listas de passageiros de Emilio Castro Martins. Elaborado pelo autor (2012)

A comprovação da numerosa representatividade dos espanhóis nas colônias paraenses está no quantitativo de passageiros dos 16 vapores que vieram nos anos de 1896 e 1897 somente sob a responsabilidade de Emílio de Castro. Se comparados aos dados de Palma Muniz (1916) referentes aos anos 1896 a 1900, em que analisa o quantitativo de imigrantes espanhóis que foram introduzidos pelos contratantes Emilio de Castro e Francisco Cepeda, percebe-se que, apesar da inexistência de muitas listas nominais de espanhóis entre os anos de 1896 e 1897, o somatório quantitativo de imigrantes espanhóis introduzidos em cada ano por Emilio de Castro, está muito próximo das informações fornecidas por Palma Muniz (1916). O expressivo número poderia ter sido bem maior, haja vista os dados não definirem uma totalidade. Mesmo sabendo dessa imprecisão, procura-se diante de tantos números e percentuais apresentar um breve perfil desse emigrante que aparece listado por Emilio de Castro nos anos de 1896 e 1897.

A partir dos dados levantados, verificou-se uma grande representatividade de espanhóis das províncias de Salamanca, Zamora e Orense, uma maioria trabalhava na profissão de lavrador com quase uma igualdade estatística em comparação com aqueles que se definiram sem profissão. A maioria desses imigrantes espanhóis eram casados e estavam quase na mesma proporção dos solteiros.

Compreende-se que, diante do levantamento de dados das listas de Emilio de Castro dos anos de 1896 e 1897, muitos imigrantes omitiram sua profissão por temerem em não fazer

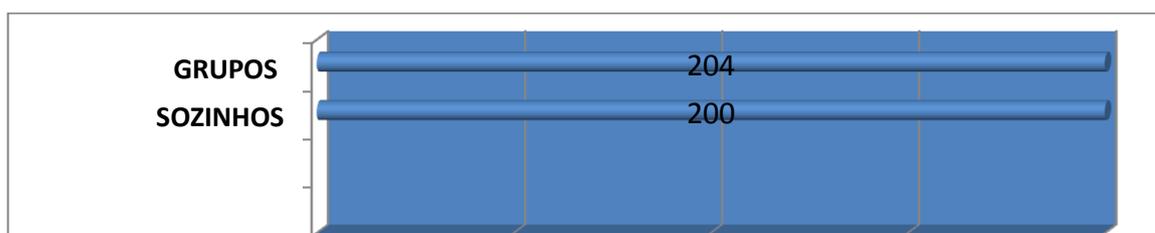
parte da lista de viajantes de Emilio de Castro, já que havia um perfil exigido de imigrante. Muitos achavam que poderiam estar fora do perfil solicitado pelo governo do Pará, logo omitiam sua profissão ou declaravam-se lavradores. A prova disso é que alguns ofícios de administradores de núcleo do estado do Pará, encontrados no arquivo do estado do Pará, apresentam alguns pedidos de repatriamento à inspetoria de terras e colonização do Pará alegando incompatibilidade com o trabalho de lavrador.

Outra questão a se observar é que uma maioria desses imigrantes era de jovens, apesar do forte contingente de adultos. Acredita-se que muitos desses jovens que vieram na companhia de um parente ou na companhia dos próprios pais, temiam a situação instável da Espanha, gerada principalmente pelas guerras. Muitos tinham receio de servir ao exército e jamais voltar vivo para sua terra, logo decidiam emigrar como uma saída daquela situação de constante tensão.

Enfim, pode-se afirmar que os espanhóis que povoaram e trabalharam nas colônias agrícolas do Pará eram em sua maioria adultos casados, com origem na Galícia e se definiam como agricultores (lavradores). Entende-se que esses “galegos” vieram no contexto das grandes migrações do final do século XIX e início do século XX, atraídos pelo trabalho agrícola existente nas colônias do estado e almejavam construir uma nova vida longe dos problemas que havia na Espanha, como as guerras e o desemprego.

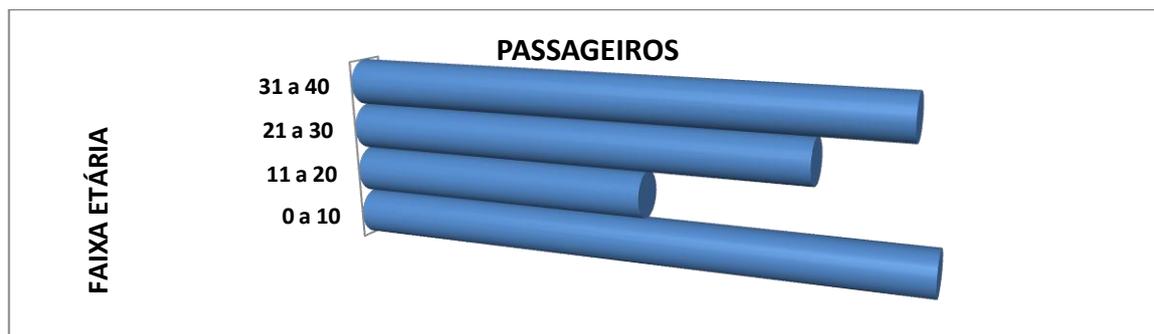
Além das listas de passageiros de contratantes há também no Arquivo Público do Estado do Pará, no fundo de Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, nas caixas 08, 09 e 10 (série 5), um número aproximado de 1000 passagens (mesclados entre passagens de grupos familiares e solteiros), onde existem informações com o nome dos passageiros, estado civil, profissão, idade, vapor de viagem, grupo familiar e composição familiar. Desse pequeno universo de passagens pode-se trazer algumas conclusões.

Gráfico 11 - Passagens pagas pelo Governo do Pará (1896)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações retiradas do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Repartição de obras públicas, Terras e Colonização. Série 05, Imigração (Espanhóis), caixas 08, 09 e 10.

Gráfico 12 - Faixa etária dos passageiros (1896)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações retiradas do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Repartição de obras públicas, Terras e Colonização. Série 05, Imigração (Espanhóis), caixas 08, 09 e 10.

Os gráficos demonstrativos acima revelam dados interessantes no que diz respeito ao perfil dos imigrantes chegados ao estado do Pará, em 1896. Os dados foram retirados de um levantamento das passagens dos vapores Paraense, Brasil, Hilary, Cametense, Lisbonense, Justine, Grangense, Manauense, Dunstan, Cearense, Polycarp, do Arquivo Público do Estado do Pará. A análise, mesmo fragmentada, em virtude de problemas de conservação, revela algumas informações importantes a respeito dos espanhóis no Pará.

A partir dos dados de 1896, se percebe que a imigração espanhola no estado já apresentava uma significativa presença. O modelo criado de imigração no Pará pareceu ter funcionado, pois logo de início se registrou a chegada de 204 grupos familiares e 200 solteiros, em quase igualdade de pessoas e grupos familiares. Deve-se lembrar que muitos desses imigrantes considerados solteiros, já estavam casados na Espanha, mas diziam-se solteiros para assegurar as passagens e só depois resgatavam suas famílias por meio das cartas de chamada.

O Gráfico 12 traz informações a respeito da faixa etária dos passageiros do ano de 1896. Ao observar os dados quantitativos das passagens percebe-se que os passageiros na faixa etária de 0 a 10 anos foram bem representativos, com a presença de 265 passageiros, eram crianças e representavam o futuro das colônias, logo eram sempre bem vindos. A segunda faixa etária de maior expressividade estava entre 31 a 40 anos, com 260 passageiros, estes eram os aptos ao trabalho no campo agrícola. Em terceiro tem-se a faixa etária entre 21 a 30 anos, com 183 passageiros e também representavam um perfil ideal de trabalhador agrícola, e, por fim, a faixa etária compreendida entre 11 a 20, os adolescentes e jovens que também já participavam do trabalho na agricultura, muitos na companhia de seus familiares. Ainda é válido ressaltar que, apesar de não constar no Gráfico 4, a faixa etária acima dos 40 anos, chegou a numerar quase 130 passageiros. Esses dados foram retirados de um total de

1000 passagens. A maioria desses passageiros declararam-se agricultores, camponeses ou lavradores, mas é importante frisar que nem todos tinham essa atividade como profissão, na verdade muitos mascaravam sua atividade profissional para assegurar a gratuidade das passagens e conseguir vir para o Brasil. Esses números representam uma contagem individual dos passageiros e apenas expõem uma realidade do material que foi encontrado e pesquisado no Arquivo Público do Estado do Pará. Sabe-se que os dados podem ser bem maiores, principalmente se formos analisar as listas de imigrantes espanhóis embarcados no porto de Vigo com destino à hospedaria dos imigrantes.

A importância desse grande contingente de espanhóis atraídos para o estado representa uma certeza de que eles foram fundamentais para seu processo de povoamento, pois ao lado de outros imigrantes estrangeiros, como os portugueses e os italianos, contribuíram para fortalecer e consolidar a sociedade paraense.

As colônias agrícolas do Pará representaram as portas de entrada para um número significativo de espanhóis, foram elas a razão para que muitos desses imigrantes se instalassem no Estado, ajudaram a fortalecer o trabalho agrícola da região fornecendo alimento para muitas cidades do Pará. Por essa razão, é importante mostrar o cotidiano de importantes colônias como a de Benjamin Constant, Ferreira Pena, Jambu-Açu, Marapanim, Santa Rosa e Monte Alegre para que se possa compreender como se deu a introdução dos espanhóis no Pará.

6 ESPANHÓIS NOS NÚCLEOS COLONIAIS

Este capítulo apresentará reflexões a respeito da dinâmica populacional ocorrida no estado do Pará no período das grandes migrações internacionais do final do século XIX e início do século XX. Considerando a importância de um significativo número de imigrantes espanhóis que entraram no estado, através das colônias agrícolas, procuro-se mostrar as contribuições dessas colônias para o povoamento e desenvolvimento do Nordeste Paraense.

Foi realizada uma revisão de documentos do Arquivo Público do Pará, do cartório Antônio Pereira (Bragança), do cartório do Tijoca e documentos de família de descendentes espanhóis para que se pudesse remontar o percurso realizado pelas famílias espanholas no nordeste do Estado. A partir dos núcleos coloniais do Nordeste Paraense foi realizado um levantamento de dados a respeito do imigrante espanhol que não contemplasse apenas uma leitura quantitativa, mas também a busca por informações que ajudassem a compreendê-lo dentro do cotidiano das colônias agrícolas. Para entender essa trajetória, são objetos de análise seis núcleos coloniais, Benjamin Constant, Ferreira Pena, Jambu-Açu, Marapanim, Monte Alegre e Santa Rosa, mas não foi descartada a importância dos núcleos restantes, pois também foram fundamentais para entender a história das migrações no estado do Pará.

A pesquisa encontrou várias dificuldades a serem superadas. Em primeiro momento porque a literatura de migração que se refere aos estudos sobre os imigrantes espanhóis inseridos nas colônias agrícolas do Pará acabam direcionando quase sempre para uma experiência mal sucedida desse projeto, não apresentando uma leitura mais ampla que possa dar mais visibilidade à importância desses núcleos coloniais. Em segundo lugar, a identificação de documentos, devido ao desgaste pelo tempo, em terceiro a dificuldade de motivar alguns descendentes de imigrantes espanhóis em dar depoimentos a respeito das histórias de família, em quarto lugar a identificação de algumas famílias devido à mudança da grafia nos sobrenomes e quinto lugar a dificuldade de selecionar o material encontrado no Arquivo Público do Pará, que mesmo vasto, não obedece a uma organização que possa dar direcionamento para a elaboração dos dados da pesquisa. Entretanto, esses registros do Arquivo Público do Estado foram fundamentais para que se pudesse reconstruir uma listagem de imigrantes, que deu condições a reconstituir pistas que sinalizassem informações a respeito da origem, da composição familiar, da faixa etária, dos navios de transporte (vapores) e da direção dos imigrantes espanhóis e quais os principais núcleos de colonização.

Martínez (2000) afirma que as primeiras referências aos espanhóis no Pará foram as do vice-cônsul da Espanha em Belém, que em 1894 informou a existência de 600 indivíduos,

a maioria proveniente da Galícia. A partir de então, produziu-se um aumento considerável da imigração, devido, fundamentalmente, a uma política imigratória estabelecida pelo governo brasileiro, com vistas a desenvolver a agricultura, mediante a criação de núcleos coloniais no estado do Pará. Em 1895 são assinados os primeiros contratos de introdução de imigrantes estrangeiros com base na lei 223. Nos anos de 1900 e 1901, já com as colônias paraenses criadas no Estado, passam a ocorrer oscilações no número de entrada de imigrantes. Em outubro de 1900 foi realizado um recenseamento nas colônias agrícolas do Estado do Pará, apresentando resultados que podem ser visualizados na Tabela 16.

Tabela 16 – Recenseamento da população estrangeira nos núcleos coloniais do Pará (1900)

Colônias	Nacionalidade	Famílias	Colonos
Jambu-Açu	Espanhóis	135	647
	Portugueses	2	10
Monte Alegre	Espanhóis	53	248
Benjamin Constant	Espanhóis	191	956
Marapanim	Espanhóis	68	405
	Portugueses	4	19
Jose de Alencar	Espanhóis	3	13
Santa Rosa	Espanhóis	104	624
	Italianos	1	4
	Alemães	1	5
Ferreira Pena	Espanhóis	34	145
Anita Garibaldi	Espanhóis	25	131
	Italianos	7	37
	Belgas	1	3
Iametama	Espanhóis	7	32
	Italianos	3	14
Couto de Magalhães	Espanhóis	15	57
Núcleo modelo de Outeiro	Espanhóis	7	25
	Italianos	1	7
	Portugueses	1	5
Total		663	3.387
Colonos	Espanhóis	642	3.283
	Italianos	12	62
	Portugueses	7	34
	Alemães	1	5
	Belgas	1	3

Fonte: Muniz (1916) com adaptações do autor (2012)

Como se pode perceber na Tabela 16, as colônias de Benjamin Constant, Jambu-Açu, Santa Rosa, Marapanim, Monte Alegre e Ferreira Pena se destacaram pelo expressivo número de imigrantes espanhóis no ano de 1900. Foram colônias que se destacaram também pela grande diferença de habitantes espanhóis diante das outras nacionalidades, até mesmo dos portugueses. Isso mostra que esses núcleos provavelmente eram colônias agrícolas destinadas aos imigrantes espanhóis. Já a Tabela 17 nos mostra uma variação no número de estrangeiros, mostrando que em alguns núcleos houve a diminuição de estrangeiros.

Tabela 17 – Presença de imigrantes estrangeiros e brasileiros em suas respectivas colônias e lotes agrícolas (1902)

Núcleos	Total colonos	Sexo masc.	Sexo fem.	Lotes	Colonos nacionais	Colonos estrangeiros
Santa Rosa	721	367	354	184	653	68
Ferreira Pena	482	262	220	96	346	134
José de Alencar	1.311	660	651	221	1.302	9
Inhangapi	890	421	469	143	889	1
Ianetama	535	274	261	138	521	14
Benjamin Constant	2.551	1.143	1.408	527	1.799	748
Anita Garibaldi	727	356	371	134	645	87
Jambu-Açu	1.980	1.008	972	377	1.425	555
Marapanim	925	486	439	158	821	110
TOTAL	10.122	4.977	5.145	1.978	8.401	1.726

Fonte: Cruz (1955), com adaptações do autor (2012)

Segundo Cruz (1955), os primeiros núcleos fundados no Pará foram os de Monte Alegre, Benjamin Constant, Ferreira Pena, Santa Rosa e Marapanim, e logo depois vieram Couto Magalhães, Anita Garibaldi, Ianetama e Modelo. Em 1902, os colonos estrangeiros atingiram o número 1.726 (italianos, espanhóis, belgas, alemães e portugueses) contra o número de 8.401 brasileiros, muitos vindos do Maranhão, do Piauí, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e, principalmente do Ceará e do Rio Grande do Norte. No que diz respeito aos imigrantes espanhóis na região, verificou-se o número significativo de 1.582 colonos espanhóis, ultrapassando em curto prazo outras nacionalidades de estrangeiros, como os portugueses e os italianos.

Devido ao significativo número de imigrantes espanhóis adentrados para trabalhar nas colônias agrícolas do Pará, é quase sempre difícil apresentar um número aproximado de imigrantes que entraram no estado devido a alguns fatores como a entrada ilegal de imigrantes espanhóis e o estado de conservação de alguns documentos encontrados no Arquivo Público do Estado. Esses são motivos que representam um conjunto de entraves que impossibilitam uma leitura da totalidade de imigrantes espanhóis que entraram no estado do Pará. A mesma dificuldade encontrada por Braga (1995) em precisar o número de espanhóis existente em Salvador nos diferentes momentos de sua permanência neste local. E isto porque era praticamente impossível realizar qualquer quantificação, considerando a maneira como esses indivíduos entravam, às vezes até clandestinamente.

Mesmo diante de tantas dificuldades para se apresentar resultados conclusivos a respeito do contingente de imigrantes espanhóis que estiveram nas colônias agrícolas do Pará no final do século XIX, é importante perceber que existiu no estado uma população espanhola que foi importante para o seu desenvolvimento socioeconômico, pois a região Nordeste do Pará, em especial cidades como Bragança, Marapanim e Igarapé-Açu, dentre outras, que se fortaleceram graças às atividades da agricultura e do comércio e também os núcleos coloniais, como Benjamin Constant, Ferreira Pena, Jambu-Açu, Marapanim e Santa Rosa, todos à margem, ou próximos da estrada Belém-Bragança.

6.1 NÚCLEO COLONIAL DE BENJAMIN CONSTANT

A necessidade de importar mão-de-obra para trabalhar na agricultura e também na construção da via férrea Belém-Bragança fez com que o governo da província iniciasse uma política de colonização para a zona Bragantina. As chamadas públicas para trabalhar na construção da ferrovia passaram a incentivar a ida dos imigrantes para a região Nordeste do estado paraense. Assim dá-se início a uma forte campanha migratória para a região Bragantina do Pará.

Dentre os principais argumentos de incentivo ao imigrante a vir para a região Nordeste do Pará estava a facilidade de acesso à terra e o transporte totalmente custeado pelo governo paraense. Seguindo exemplos de projetos que já haviam acontecido em outras regiões do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, o estado do Pará deu seguimento ao seu projeto de imigração estrangeira.

A estrada de Ferro Belém-Bragança, dentro desse contexto, passou a adquirir importância para o desenvolvimento da Amazônia, vista como uma possibilidade de impulso

a economia paraense. Segundo Cruz (1955), somente entre 1916 e 1920 seu saldo ultrapassou seu déficit com valores, que somados os cinco anos, chegaram a um total de 591.572,03 réis. A estrada representava um símbolo de modernidade, prosperidade e riqueza para todos que dela se beneficiassem, e também uma aliada indispensável para o crescimento da economia da região. Além de proporcionar melhorias na qualidade de vida dos moradores da região, a ferrovia mostrou-se com caráter de inovação, nova via de transporte que transformaria a vida dos moradores da região, pois encurtaria viagens que antes levavam dias para se realizar, como as da capital aos núcleos coloniais.

A estrada de ferro Belém-Bragança foi sem dúvida um impulso para a colonização do nordeste do Estado, com fins claros de aumentar a produção agrícola da região e promover o desenvolvimento local. Também foi um divisor de águas na história da região, pois depois de sua existência nunca mais se pôde falar em isolamento dos núcleos coloniais no Nordeste paraense da capital.

Baseados em documentos do Departamento de terras e colonização do estado do Pará, conseguimos estruturar toda a marcha do povoamento da região, por ela percebe-se que a colonização se processou, a princípio, pelos arredores de Belém, surgindo além da colônia de Benevides (1875), a do Apeú (1883), o núcleo colonial de Marapanim (1893) e a colônia de Castanhal (1893); já em 1888, fundara-se a de Araripe, todas elas localizadas no oeste da Região Bragantina. Em 1894, fundava-se a colônia de Benjamin Constant, próximo à Bragança, para só então ser colonizada a parte central da região, o que se verificou entre 1895 e 1900, quando foram instalados os núcleos de Jambu-Açu e Santa Rita do Caranã em 1895, Granja Américo, em 1897, os de Santa Rosa, Ferreira Pena, Anita Garibaldi, José de Alencar e Inhangapi, em 1898, e o de Ianetama, em 1899. Essa época, de grande progresso no que se refere a ocupação das terras bragantinas, corresponde ao período áureo da colonização, que coincide com o desenvolvimento do surto econômico que o Pará conheceu com a borracha. Na fase seguinte, 1901-1914, vê-se a concretização do ideal colonizador da região em estudo, com a ocupação do trecho situado entre os núcleos de Jambu-Açu e Benjamin Constant; surgiram nesta época os núcleos de Maracanã, Capanema, São Luís e Anhangá., os três últimos como consequência da expansão das colônias de Castanhal e Jambu-Açu, dela datam, também o Instituto do Prata e o aprendizado agrícola (PENTEADO, 1967, p. 115).

Sabe-se que dentre muitos benefícios que a estrada de ferro Belém-Bragança trouxe à região, está a facilidade para o escoamento da produção agrícola, uma vez que, antes, era extremamente difícil exportar a produção até Belém e outras regiões. Sendo assim, vale lembrar que antes da construção da estrada de ferro, já se encontravam instalados na colônia, agricultores e comerciantes que escoavam seus produtos de forma bastante rudimentar em lombos de animais e carros de bois, transporte este que ainda hoje é utilizado em viagens menores.

Para incentivar a imigração estrangeira, o governo do Pará passou a distribuir lotes, com o propósito de assegurar a permanência dos colonos no local. Isso fez do núcleo de Benjamin Constant uma das colônias agrícolas do Estado que mais recebeu imigrantes espanhóis.

Muitos estrangeiros esperançosos com a propaganda do governo brasileiro, entre esses os espanhóis, deixaram para trás a vida na Europa e vieram para o Pará se aventurar em uma terra de clima tropical e vegetação densa, sem nem mesmo saber se as promessas do governo paraense lhes seriam asseguradas.

Benjamin Constant recebeu um número significativo de colonos advindos de vários países como Espanha, Portugal e França, mas principalmente espanhóis.

O núcleo de “Benjamin Constant” foi aberto seguindo as prescrições gerais que norteavam a colonização na Bragantina; a linha base era o caminho para Tijoca, onde se estabeleceu a sede do mesmo. Dela partiram as transversais, em maior número e importância no interflúvio aplainado que separa o vale do Urumajó do Vale do Tijoca (Vide mapa 17 a); os lotes com seus 25 ha, mediam sempre 250 metros de frente e, já pela planta da colônia, em 1897, se perceber ter havido, neste caso, um melhor aproveitamento das condições topográficas locais, no que se refere a distribuição dos loteamentos agrícolas. Como a colônia se destinasse, inicialmente, a receber apenas imigrantes europeus, sobretudo espanhóis, muitos cuidados foram tomados pelas autoridades competentes, que não queriam mais ver repetidos os incidentes ocorridos em Apeú com os imigrantes açorianos (PENTEADO, 1967, p. 164).

A colônia foi criada em 1895 e desenvolveu uma intensa atividade econômica, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da economia no município de Bragança e os vilarejos ao seu redor. Mas, um ano antes, muitos imigrantes já haviam sido enviados para povoar a região, confirmando que a imigração estrangeira já era uma realidade mesmo antes de ser uma prioridade para o governo.

Em 1894, o governador Lauro Sodré mandou abrir, abrangendo as nascentes dos rios Tijoca, Jejuí, Urumajó e Imboráí, a colônia Benjamin Constant para a qual enviou 578 imigrantes espanhóis e 1005 migrantes nordestinos, iniciando-se ali os trabalhos para o desenvolvimento da agricultura no município de Bragança (ALENCAR, 1996, p. 334).

No Arquivo Público do Estado do Pará há documentos de Benjamin Constant que comprovam que no período de 1896 a 1900, a colônia recebeu uma leva de imigrantes espanhóis. Somente em março de 1898, a folha de pagamento do núcleo continha 143 espanhóis para pagamento, com um custo de 2.694,500 réis. Um mês depois, os números chegaram a um custo total de 2.924,000 réis, para o pagamento de 168 espanhóis. Ou seja, a entrada mensal de imigrantes espanhóis correspondeu pelo menos a um terço do total. Isso

comprovava que o trabalho e o povoamento da colônia estavam se realizando dentro do que havia sido proposto pela política imigratória do governo paraense. Havia na colônia uma atividade agrícola permanente, em que a produção era distribuída para as cidades mais importantes do estado e até fora do estado.

A dinâmica populacional de Benjamin Constant era maior que todos os outros núcleos. No relatório de 23 de novembro de 1900, o administrador da colônia de Benjamin Constant, José de Berrêdo (encontrado no Arquivo Público do Pará), relata importantes informações a respeito de como se encontrava a vida dos imigrantes. Apresentava dados do contingente populacional do núcleo que contabiliza a existência de 545 lotes agrícolas, com 487 casas ocupadas habitadas por 434 famílias. Informa terem entrado no local 208 famílias nacionais com 1.417 pessoas, apenas naquele ano de 1900, retirando-se 39 famílias de cearenses com 215 pessoas, e 9 famílias espanholas, contendo 39 pessoas. Apresenta o registro de nascimento de 22 meninos de pais espanhóis e 12 nacionais, e óbitos de 14 espanhóis e 137 nacionais. Isso comprova a mudança no panorama populacional de Benjamin Constant que se modificava a cada entrada ou saída de imigrantes.

No que diz respeito à agricultura, o administrador faz elogios à agricultura desenvolvida em Benjamin Constant, principalmente as plantações de cana-de-açúcar, mandioca e tabaco, diz apresentarem resultados muito positivos para a época, colocando-as como melhor fonte de riqueza e garantia de futuro para o Pará, com números expressivos de mais de vinte e cinco mil toneladas de cana de açúcar, e mandioca suficiente para fabricar cem mil alqueires de farinha. Ainda faz uma reclamação de não poder aproveitar toda essa matéria-prima por não ter uma infraestrutura adequada de estradas, e o lugar do cultivo ser distante dos engenhos, ter somente 22 fornos e apenas 14 engenhos para dar conta do cultivo das plantações, faz a solicitação de criação de uma escola mista em Urumajó, atual cidade de Augusto Corrêa, haja vista haver muitos meninos que residiam nas redondezas da colônia.

O trabalho na colônia de Benjamin Constant demonstrava uma comunidade de imigrantes espanhóis trabalhadora, que parecia se dedicar ao desenvolvimento do núcleo e contribuir para que existissem benfeitorias no núcleo e nos seus arredores. Havia um trabalho de manutenção da colônia que demonstrava certa continuidade nas atividades de infraestrutura, eram trabalhadores, muitos imigrantes espanhóis, envolvidos em trabalhos de melhoria principalmente das estradas de acesso a Benjamin Constant.

Quadro 4 – Trabalhos no núcleo de Benjamin Constant (setembro de 1898)

Natureza dos trabalhos	Número de operários
Aterro e valetas na estrada de rodagem ao norte	25
Aterro na ponte do igarapé Braço Grande	20
Construção de estiva na estrada esquerda do rio Tijoca	15
Aterro na frente do rio Tijoca na frente da colônia	10
Construção de estiva na estrada esquerda do braço do igarapé Braço Grande	13
Aterro na frente do igarapé Braço Grande	17
Aterro na estrada sul da colônia	21
Aterro na estrada sul da colônia	24
Aterro na frente do rio Tijoca	14
Aterro na frente do rio Tijoca na sede da colônia	22
Construção de estiva na estrada direita do rio Tijoca	22
Preparação do caminho para o preparo da caldeira do engenho	Não informado
Condução da caldeira do colono Angel Martin Domingues	Não informado
Construção de aterro e pontilhão sobre o rio Cujubin	Não informado
Construção de um barracão na sede da colônia	Não informado
Aterro na estrada de rodagem sul da colônia	20
Aterro na estrada a margem direita do rio Tijoca	20
Aterro na estrada de rodagem sul da colônia	24
Aterro na estrada de rodagem ao norte da colônia	29
Estiva na estrada direita do igarapé braço grande	14
Estiva na estrada a margem esquerda do rio Tijoca	15
Estiva na estrada a margem direita do rio Tijoca	12
Estiva na estrada a margem esquerda do rio Tijoca	09
Aterro na estrada de rodagem ao sul da colônia	14
Aterro sobre o rio Tijoca	15
Aterro sobre o rio Tijoca	12
Estiva na estrada a margem esquerda do braço grande	15
Conserto de estiva na estrada sul	21
Aterro feito na frente do igarapé braço grande	19
Limpeza da estrada a margem direita do rio Tijoca	14
Valetas feitas na estrada de rodagem	14
Valetas abertas na estrada de rodagem	21

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), pasta. Ano: 1896-1899, Caixa: 06.

O núcleo de Benjamin Constant apresentava prosperidade, sua produção e sua população aumentavam gradativamente, é o que se pode deduzir do ofício da colônia em 23 de novembro de 1900, quando o administrador Jose de Berrêdo envia ao inspetor de Terras e Colonização um relatório com dados quantitativos do número de imigrantes que se encontravam já instalado até aquela data.

Tabela 18 – População de Benjamim Constant (23 de novembro de 1900)

Nacionalidade	Famílias	Adultos	Menores de 18 anos	Sexo M	Sexo F	Total
Espanhóis	190	576	387	458	505	2.116
Brasileiros	244	879	739	735	882	3.479

Fonte: Arquivo público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de terras e colonização, Série: Ofícios, Ano: 1900, Caixa: 16. Tabela elaborada pelo autor.

A colônia de Benjamin Constant parece ter sido idealizada e construída para receber os espanhóis. Segundo Cruz (1955), em 1902 existia 527 lotes disponíveis a estrangeiros e sua maioria era de imigrantes espanhóis. Entende-se que esta seria uma forma que o governo encontrou de fazer com que o imigrante estrangeiro criasse vínculos com o Estado, fazendo-os sentirem-se donos de sua própria terra. A política de expedição de títulos nos núcleos coloniais foi um compromisso dos governadores, isso porque queriam dar segurança ao colono e garantir organização e desenvolvimento da zona rural do estado. Alguns governadores criaram títulos de terra gratuitos e organizaram a situação dos lotes agrícolas dos núcleos coloniais no interior do estado do Pará, como foi feito no governo de Augusto Montenegro.

Com a criação dos títulos gratuitos a administração Montenegro os organizou de uma forma prática, para a verificação imediata da situação do lote concedido: cada título possui impresso no verso o mapa do núcleo colonial cuja numeração é seguida e uma só para cada núcleo, de forma que não há possibilidade de uma expedição de títulos em duplicata, nem poder ter o colono localizado confusão alguma sobre a situação do seu lote (MUNIZ, 1916, p. 101).

Tabela 19 – População do núcleo de Benjamim Constant (1910)

Nacionalidades	Adultos	Menores	Sexo m.	Sexo f.	Nº de famílias
Brasileiros	1.005	940	998	947	383
Espanhóis	578	378	453	503	191
TOTAL	1.583	1.318	1.451	1.450	574

Fonte: Cruz (1955)

A análise de documentos datados de alguns meses do ano de 1896 do Arquivo Público do Pará fez perceber que não há como definir com exatidão o número de imigrantes que seguiram para o Núcleo de Benjamin Constant. Isso devido à falta de todas as listas do ano de 1896, haja vista muitos terem sido extraviados e outros se encontrarem ilegíveis. Mas a partir das listas de passageiros da hospedaria dos imigrantes do Outeiro, percebeu-se que, embora apresente dados parciais houve uma significativa presença dos imigrantes espanhóis na colônia.

Tabela 20 – Espanhóis enviados ao núcleo de Benjamin Constant (1896 e 1898)

Meses \ Anos	1896		1898	
	Imigrantes listados	Imigrantes embarcados	Imigrantes listados	Imigrantes embarcados
Janeiro	—	—	—	86
Fevereiro	—	—	—	73
Março	—	—	—	83
Abril	—	—	—	118
Maio	127	127	—	—
Junho	—	—	—	173
Julho	46	40	—	—
Agosto	—	—	—	—
Setembro	67	67	—	—
Outubro	177	177	—	229
Novembro	408	373	—	102
Dezembro	119	113	—	135
TOTAL	944	897	—	999

Fonte: Elaborada pelo autor (2012) com base em Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização Anos: 1896-1899, Caixa: 06.

Comparando os dados de 1896 e 1898 percebe-se claramente que no ano de 1896 houve o encaminhamento de 897 espanhóis para o núcleo de Benjamin Constant e que no ano de 1898 esse número aumentou para 999 imigrantes espanhóis. Ou seja, em dois anos, percebe-se o aumento do fluxo populacional de imigrantes espanhóis no núcleo. Calcula-se que o número possa ter sido bem maior, mas pela dificuldade em encontrar todos os documentos que comprovem isso, contabilizou-se esse contingente.

Em virtude de não encontrar muitos documentos do ano de 1897, o mesmo não foi incluído na Tabela 20, mas percebeu-se que em apenas cinco meses deste ano, maio, junho, agosto, novembro e dezembro, o núcleo possuía instalados respectivamente 567, 605, 603, 572 e 597 imigrantes. Apesar dos números apresentarem certa flutuação e não ter certeza de se tratarem apenas de imigrantes espanhóis, havia uma média de entrada de imigrantes que para a época era satisfatória para a necessidade de povoamento e trabalho na colônia de Benjamin Constant. Isso confirma que nos primeiros anos de imigração estrangeira ocorridos no estado do Pará se obteve uma satisfatória imigração estrangeira que atendeu a uma expectativa política imigratória adotada no estado. No ano de 1898 esses números de entrada de estrangeiros voltaram a crescer contabilizando uma população total de quase 1.000 imigrantes.

Tabela 21 – População de imigrantes nacionais e estrangeiros em Benjamin Constant (janeiro 1898 a janeiro 1899)

Meses	Ano	Imigrantes
Janeiro	1898	652
Março	1898	707
Abril	1898	835
Maiο	1898	826
Junho	1898	986
Julho	1898	966
Setembro	1898	923
Novembro	1898	1.219
Dezembro	1898	1.277
Janeiro	1899	1.695
	TOTAL	10.086

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Série: Colonização Anos: 1896-1899, Caixa: 06. Tabela do autor.

Não há dados suficientes para afirmar que houve fracasso econômico nas colônias de migração estrangeira, haja vista que os arquivos de cartório da região Bragantina guardarem documentos até os dias de hoje, que comprovam um tempo em que o comércio e a produção estavam em processo de crescimento. A economia aquecida possibilitou maior poder aquisitivo das famílias, fazendo-as saírem do núcleo de Benjamin Constant e ir morar em cidades mais próximas, como Bragança, às margens do rio Caeté. Decisão tomada em virtude do comércio da cidade oferecer melhores oportunidades para negociar os produtos cultivados na colônia de Benjamin Constant. Os imigrantes morando em Bragança teriam maior facilidade para que seus produtos fossem escoados pela estrada de ferro de Belém-Bragança.

Muitas famílias de origem espanhola aparecem no arquivo do Cartório Antônio Pereira, centro de Bragança. São sobrenomes de importância para a política e a economia da sociedade bragantina da época, representaram uma “elite local” por participar da vivência e das conquistas da sociedade bragantina e contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento da região bragantina. Da mesma forma, Bacelar (1994, p. 139) percebeu em Salvador “uma elite galega, gente que se destaca já nos inícios do século, econômica, social e culturalmente, como Manuel Martinez Vasquez, Manuel Falcon Mariño, Francisco Hermida Oubiña, Juan Alban Garrido e tantos outros, mobiliza os galegos para promover a autoconsciência do grupo, defender seus interesses e modificar a sua situação na nova sociedade”.

O tronco familiar de alguns descendentes espanhóis, que ainda vivem em Bragança, pode ser encontrado em algumas listas da hospedaria de imigrantes do Outeiro, essas listas estão arquivadas no Arquivo Público do Estado e mostram o quantitativo de famílias que vieram para o Pará. Quando os imigrantes eram enviados aos núcleos coloniais, antes eram listados, para que se tivesse o controle do destino de cada imigrante espanhol.

Dentre essas famílias que vieram para a colônia Benjamin Constant podem ser encontradas as famílias Lhamas, Garcia, Castanho, Risuenho, Peinado, Arias, Turiel e Gardunho, algumas famílias das quais até hoje se encontram descendentes na cidade de Bragança.

A família Lhamas Veiga, originária de Zamora, se destacou pela figura patriarcal de Manoel Lhamas Veiga, que em pouco tempo de chegada a zona bragantina tornou-se um grande comerciante da cidade de Bragança. Manoel Lhamas Veiga chegou à colônia de Benjamin Constant em 1904 e logo abriu um pequeno restaurante na cidade de Bragança, no mesmo lugar fez sua residência, depois abriu um comércio conhecido por *Flor da Espanha*, onde comercializava tabaco, açúcar, álcool, um comércio de secos e molhados. Destacou-se na política bragantina na condição de vogal (equivalente a vereador) e participou da Intendência Municipal de Bragança no início do século XX.

Segundo informações de um descendente da família Lhamas, neto de Manoel Lhamas Veiga, a imagem do seu avô foi por um bom tempo associada à ideia de um homem de sucesso na sociedade bragantina. Usufruí de certo prestígio devido a sua história de vida, por ter sido um agricultor que soube adquirir não só bens materiais, mas também bons amigos, o que lhe deu certo reconhecimento na sociedade bragantina, sua postura de homem correto e trabalhador o fizeram ser visto com um exemplo a ser seguido. Segundo essa fonte, destacou-se por saber negociar, ser um investidor que financiava plantações de fumo aos agricultores para que depois lhe fosse dado o direito de ser o primeiro comprador. Segundo Oliveira (2008), Manoel Lhamas exportava sua produção para capitais como Manaus, Rio Branco e Porto Velho.

As relações de amizade do comerciante foram tão importantes que o ajudaram a se transformar num homem da política bragantina, os convites o fizeram assumir cargos públicos importantes, dando-lhe a oportunidade de ser visto como um homem do povo. A população passou a admirá-lo e vê-lo na condição de um respeitado homem e administrador público. Seu êxito individual o fez ter grande influência na sociedade bragantina, foi quase um comunicador nato, por saber lidar com as pessoas e sabia se comunicar, desde com os mais pobres até os mais ricos, essa habilidade o fez chegar à política de Bragança.

Era sócio do Coronel Raimundo Naseaseno Ferreira e amigo incondicional do Major Aluizio Ferreira, que na época administrava o Território Federal de Rondônia. Uma vez por outra, Aluizio solicitava do amigo, envio de mão de obra o desbravamento daquela parte da Amazônia. Determinada vez foram enviados sessenta (60) agricultores, inúmeros feixes de maniva e trinta fornos de cobre para incrementar a produção de farinha, naquela época, existente na região (OLIVEIRA, 2008, p. 189).

Segundo o mesmo descendente da família Lhamas houve no passado outra referência do sucesso comercial na cidade de Bragança. Esta foi a Associação “Vasconcelos e Castanho”, uma empresa do ramo de manufaturas. Possuíam um caminhão para o transporte de carga da produção de açúcar, e também de arroz beneficiado, visto que a família era dona de uma moderna usina de beneficiamento de arroz na cidade de Bragança. Todos os produtos da família eram trazidos para serem negociados em Bragança e cidades próximas.

Dentre os documentos do arquivo do Cartório Antônio Pereira encontram-se documentos de posse de terrenos, engenhos, casas e estabelecimentos comerciais. Desse material encontrado no arquivo do cartório, apresentam-se apenas algumas posses da família Lhamas Veiga no início do século XX.

Quadro 5 – Bens da família Lhamas Veiga

Adquirente	Ano	Localização	Imóvel
1 Manoel Lhamas Veiga	1911	Praça Deodoro da Fonseca (hoje praça Antônio Pereira), canto da rua General Gurjão	Um terreno com três braças e meia de frente, canto da rua General Gurjão, por onde começa os fundos, limitando-se pela frente com a dita praça, pelo lado direito com a casa e quintal de propriedade dos herdeiros de dona Maria Gonçalves da Rosa e pelo esquerdo com a referida rua General Gurjão e pelos fundos com a Casa de herdeiros do Falecido tabelião José Manoel Cordeiro.
2 Manoel Lhamas Veiga	1914	s/informação	Uma casa coberta de palhas com plantações de árvores frutíferas
3 Manoel Lhamas Veiga	1927	Lago do Povo, Estrada dos Campos de baixo	Uma parte de terras contendo quarenta hectares trinta e nove ares e vinte centiares, no lugar Lago do Povo, deste município, limitando-se: pela frente, com a Estrada dos Campos de baixo; lado direito com terras de Sebastião Victoriano de Jesus e sua mulher, lado esquerdo com terras dos herdeiros de Francisco Ribeiro e fundos com as de Florentino Ribeiro.
4 Manoel Lhamas Veiga	1928	Cachoeira do Rio Itaperussu	Terreno aplicado a indústria agrícola, com 100 braças de frente por 50 braças de fundos, limite pela frente e fundos com os campos de baixo; pelo lado esquerdo com terras de Zacharias Pereira da Silva, pelo lado direito com terras de herdeiros de Manoel Barbosa Pereira.

Fonte: Cartório Antonio Pereira. Quadro elaborado pelo autor (2012)

Manoel Lhamas Veiga além de investimentos em bens materiais, como a compra de terrenos, casas, e engenhos, também aplicou seu dinheiro no Banco Ultramarino. Suas aplicações resultaram na multiplicação de seu capital. Dessa maneira, manteve por anos sua imagem de grande comerciante e investidor. O comércio local dependia de seus investimentos e ele se mantinha como um grande homem de negócios na região nordeste do Pará.

As propriedades de Manoel Lhamas eram muitas vezes terrenos aplicados à indústria agrícola, terras contendo grande extensão e utilizadas para a plantação de cana-de-açúcar e mandioca.

Figura 3 – Caderneta de poupança de Manoel Lhamas Veiga

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
 FUNDADO em 1864—SÉDE em LISBOA
 Capital autorizado:— Esc. 48.000:000\$00
 Capital emitido - Esc. 24.000:000\$00 Fundos de Reserva - Esc. 24.900:000\$00
 FILIAL DO PARÁ

PARÁ, 30 de Junho de 1921

Illmo. Snr. *Manoel Lhamas Veiga*

Bragança

Para conferencia e regularidade do serviço, rogamos a V. S. o favor de nos dizer se encontr exacto o saldo a seu favor em 30 de Junho de 1921, de Rs. 4.100\$00 que está escripturado na sua caderneta de Contas Correntes Limitadas.

A falta de resposta dentro do prazo de 60 dias depois da data desta, significará que V. Sa. est d'accordo.

Saldo em 30 de Junho de 1921	Rs. <u>4.075\$900</u>
Juros em 15 de Junho de 1921	Rs. <u>24\$000</u>
Total...	Rs. <u>4.100\$00</u>

De V. Sa.
Mto. Ato. Vdor.
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
GERENTE.

30206

Fonte: Arquivo da família Lhamas

Registrou-se ainda a união comercial de famílias espanholas. A família Gardunho uniu-se comercialmente à família Garcia, em uma aliança deu bons resultados. Foram famílias que se destacaram tanto no comércio como na agricultura. Hoje a família Garcia investe no ramo da hotelaria na cidade de Bragança.

Outro tronco familiar de origem espanhola que se destacou pela atuação no comércio bragantino foi a família Castanho. No cartório Antônio Pereira, de Bragança, podem ser

encontradas também algumas das posses do comerciante Marcelo Castanho, que apesar de morador do núcleo de Benjamin Constant fez grandes investimentos em imóveis de valor na cidade de Bragança. Foi casado com Simpliciana Gardunho, filha do espanhol Teodoro Gardunho. Marcelo Castanho fez vários investimentos na cidade de Bragança, como compra de imóveis e terrenos. Dentre vários documentos encontrados no cartório se observa a descrição de um imóvel que tinha a dupla função de comércio e residência. Era uma casa coberta de telhas, construída de taipa, caiada e pintada, situada na cidade de Bragança, localizada na Travessa Lauro Sodré, esquina da Rua General Gurjão, contendo um salão para comércio, dois quartos, e varanda e que se limita: pela frente da mesma Travessa, lado direito, à rua General Gurjão, lado esquerdo com a casa de dona Maria José Ribeiro Rodrigues e fundos com imóvel de propriedade de Thomaz dose Santos Martins, com localização ampla e arejada.

Quadro 6 – Imóvel da família Castanho Gardunho

ADQUIRENTE. MARCELO CASTANHO, comerciante, domiciliado na Colônia Benjamin Constant , município de Bragança.
TRANSMITENTES. THOMAZ DOS SANTOS MARTINS e sua mulher RAIMUNDO PINHEIRO, proprietários, domiciliados nesta cidade.
Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em notas do Tabelião Antônio Dias Miranda, em 30 de Maio de 1929.
Livro 3-B às folhas 151 nº 1435, em 04 de Junho 1929.

Fonte: Elaborado pelo autor (2012) com base em Cartório Antonio Pereira.

Algumas entrevistas realizadas com descendentes de espanhóis em Bragança no ano de 2011 proporcionaram entender o passado dos espanhóis a partir da memória dos descendentes. As narrativas em muitas vezes traziam nomes de pessoas que foram importantes para consolidar o comércio e a agricultura local. E além do destaque dado ao comerciante Marcelino Castanho, houve outro filho de espanhol por nome de Antonio Risuenho Castanho que foi lembrado em uma das entrevistas. Segundo um dos descendentes dos Castanho este homem teve prestígio e reconhecimento não só em Bragança, mas por toda a região bragantina. Segundo uma descendente da família (Entrevista 1), ambos eram bons de negócios, sabiam agradar seus fregueses, vendiam de tudo, e a população os via como referência no comércio local. Segundo Giron (1999, p. 129), “os trabalhos dos

imigrantes e seus descendentes permitem entender o que os próprios imigrantes pensam de sua participação na construção do Brasil, bem como os mitos nos quais acreditam.”

O Antônio, o nome era Antônio Risuenho Castanho, ele era filho do espanhol Julião Grande e da Gertrudes Castanho, ele foi dono da casa Madri, que até hoje tá lá o casarão, um dos comércios mais fortes daqui, ele casou com a Lourdes, e construíram um patrimônio que hoje ficou pra ela sozinha. Era uma casa de tecidos, vendia tudo que era tecido. Mas o Antônio ajudou muito o pai dele, porque o pai, o Julião tinha vindo pro Pará com vontade de trabalhar na lavoura, nos engenhos de açúcar lá de Benjamin, e parece que criaram até gado, mas foi no comércio que cresceram (sic). O Marcelino Castanho era filho do Marcelo Castanho com a Simpliciana Gardunho, era irmão do Álvaro, da Roseane e do Theodoro, tudo Castanho, inclusive o Álvaro é o dono da Metalúrgica Castanho lá da praça, sabe onde é né? Então, o Marcelino Castanho foi dono da loja Santos Castanho, onde hoje é o Boticário, e lá era uma loja também, que vendia de tudo, era comércio grande na cidade, ele também foi vereador, o povo gostava dele, foi muito querido pelo povo, hoje é até nome de rua (Entrevista n. 1).

Segundo Oliveira (2008), Marcelino Castanho Gardunho participou ativamente na política da região, foi vereador de Bragança por várias vezes e em função de sua vida política tornou-se nome de logradouro na cidade, hoje conhecida como travessa Vereador Marcelino Castanho, antiga travessa São Mateus.

Ainda, segundo uma das descendentes da família Castanho, sua família uniu-se por casamento a outros troncos familiares, mas apesar desse aumento na família, todos os parentes mantinham contato e muitos trabalhavam em conjunto na agricultura e no comércio.

A descendente comentou sua origem, informou ter sido apenas criada como uma filha pelos espanhóis. Comentara que nunca havia se esquecido de sua avó, a sra. Izidra Castanho Peinado, disse não lembrar quando sua avó havia chegado à Benjamin Constant, mas achava ter sido por volta de 1900. Lembrava apenas que sua avó dizia ter vindo sozinha (solteira) para o Brasil, na companhia de apenas alguns parentes. Lembrava que sua avó era uma mulher trabalhadora e muito respeitada em Bragança.

Após análise de muitas listas de passageiros, foi encontrado o nome da imigrante Izidra Castanho nas listas de passageiros de Emilio de Castro. A mesma veio para o estado no Vapor Paraense de 19 de agosto de 1896, não só ela, mas também, alguns parentes da família Castanho. A sra. Izidra Castanho Peinado aparece listada viajando apenas na companhia de parentes. Isso confirmou algumas informações fornecidas pela descendente da família Castanho (Anexo D) e apenas confirmou muito do que já havia sido dito nas entrevistas com os descendentes.

As famílias espanholas tiveram relevância para a consolidação da região Bragantina. Os relatos de descendentes confirmaram muito do que na história das migrações do Pará já havia sido dito.

Fotografia 4 - Associação Comercial Vasconcellos & Castanho



Fonte: Arquivo da Família Lhamas Veiga.

Outra entrevista realizada de grande importância foi a de outra descendente de Izidra Castanho Peinado (Entrevista 2). A mesma confirmou a versão de que sua avó havia chegado ao Brasil por volta de 1900. Dentre várias famílias que vieram para Benjamin Constant, estava a família Castanho e Turiel. Disse que os motivos para que esses espanhóis viessem para o Pará estava na imagem que o Brasil possuía de ser um país de vasto território disponível para plantio de muitas culturas. Assim, logo que chegaram dedicaram-se a cultivar arroz, milho, mandioca e tabaco. Lembra que havia uma produção não só de subsistência em Benjamin Constant, mas também uma produção que fortaleceu bastante a colônia, chegando ao ponto até de exportar para outros estados. A família Castanho chegou a ter uma Associação com a família Vasconcellos, como pode ser observado no caminhão com a logomarca (Fotografia 4), algo que parecia ser comum entre as famílias estrangeiras, como uma forma de assegurar a parceria do trabalho agrícola e comercial e a tradição das associações de família.

Nada, logo quando eles chegaram aqui eles usavam pra se sustentar, aí , depois eles já começaram a produzir mais, “né”, então eles vendiam, vendiam pra fora, pra fora do local onde eles trabalhavam, naturalmente pra cá pra Bragança, pra outras cidades mais próximas e até pra fora do Pará. (sic) (Entrevista n. 2).

De acordo com Oliveira (2008), a importância da colônia Benjamin Constant foi tão grande para a região que em 27 de abril de 1900, o governador José Paes de Carvalho

contratou uma empresa particular para realizar a construção de uma ferrovia que ligou a colônia de Benjamin Constant à cidade de Bragança. Um investimento necessário para a agricultura e para o comércio local que fez o governo do estado gastar a quantia de 17.000\$000 réis em cada quilometro de linha, esse foi o valor do contrato com o empreiteiro da obra.

A entrevistada (Entrevista 2) cita não ter certeza, mas lembra que a estrada de ferro possivelmente fez parte do desenvolvimento da colônia, já que os seus ascendentes tinham que plantar e vender, e isso somente poderia acontecer com a existência da estrada de ferro. Plantavam em Benjamin Constant e vendiam em Bragança. As lembranças da entrevistada são muito próximas a de outro entrevistado (Entrevista 3), descendente e também filho de espanhóis. O mesmo lembra que ajudou muito seus pais na lavoura, plantaram tabaco, cana-de-açúcar e eles mesmos fabricaram cachaça e também vendiam mel. Lembra-se das suas viagens na estrada de ferro e disse que era um meio de transporte muito moderno para a época, mas a sua importância estava direcionada para a comercialização dos produtos da região, pois embarcavam e desembarcavam todos os produtos da colônia pela estrada de ferro. Assim lembra o entrevistado:

Lembro. Viajei foi muito naquele trem, [...] carreguei, embarquei carga nesse trem aqui por que o finado [...] tinha um comércio, aqui nos carriava farinha, arroz, malva tudo pra “lá”, aí eles vinham de Bragança deixavam os produtos ali, (carretão), aí a gente ia embarcar nos carretão, conheci as duas “bitolas”, a zita e grande [...] e uns outro (sic) (Entrevista 3).

Essa memória dos entrevistados revela falas de uma participação direta desses imigrantes espanhóis no desenvolvimento da região Bragantina, mais que isso, na própria história e vivência do lugar, pois compartilharam situações de conquistas, de progresso, mas também de decepção e abandono, enfim estiveram juntos e souberam resistir aos problemas que surgiram no decorrer de todo o processo de colonização de Benjamin Constant.

A via férrea foi uma dessas conquistas, pois ligava o núcleo de Benjamin Constant à cidade de Bragança, ficou conhecido como “Trenzinho de 29”, nome dado pelos imigrantes espanhóis. Segundo o descendente da família Lhamas, um dos vagões da locomotiva havia sido custeado pelos próprios imigrantes espanhóis residentes do núcleo de Benjamin Constant. O percurso do “Trenzinho da 29” foi importante por ligar o ramal do núcleo de Benjamin Constant a Bragança e levava todos os produtos que eram plantados na colônia para serem vendidos em Bragança, nas cidades próximas a estrada de ferro, como Capanema e Castanhal e também em Belém.

Outro aspecto que denota a importância dos espanhóis para essa região foi a construção de uma ponte que liga a estrada de Benjamin Constant à cidade de Bragança, hoje conhecida como ponte do Sapucaia. Segundo um descendente da família Gardunho, existia dificuldade para atravessar os produtos agrícolas do núcleo para o outro lado do rio (da cidade de Bragança), como havia significativa produção no núcleo, construiu-se uma ponte com a finalidade de expandir e desenvolver o comércio local.

O mesmo informante da família Gardunho diz lembrar que seus avós espanhóis moraram as proximidades do núcleo de Benjamin Constant num pequeno sítio com um alambique, o qual havia sido montado pela família para produzir açúcar e cachaça. A produção era caseira e se comercializada em cidades vizinhas, tudo era escoado pela ponte do Sapucaia. Mas diz lembrar, que logo sua família resolveu mudar de comércio e foram morar em Bragança, onde se dedicaram ao comércio de padarias. Hoje, a família é dona de uma das casas mais tradicionais da cidade, a padaria Aldeense.

Com o ramal até 29, os comerciantes construíram armazéns de cargas e para passageiros pegarem o trem. Com a adaptação da ponte do Sapucaia para veículos, foram construídas rodovias para Urumajó, hoje Augusto Corrêa, Caratateua, Benjamin Constant com a penetração ao interior da colônia, ir a Bragança, Vizeu, passando por Imborá Grande, Chau, Monte Alegre, Jararaca, Jejuí, Jarana, Arimbu, Cocal do Peritoró e mais inúmeros pequenos ramais. Contudo as inconstâncias dos horários e a precária conservação das rodovias, causa insatisfação aos usuários (ALENCAR, 1996, p. 337).

A ferrovia do ramal da 29 foi de fundamental importância para as famílias espanholas instaladas em Bragança, pois fazia o transporte de toda a mercadoria que era plantada e cultivada em Benjamin Constant. Muitos espanhóis comercializavam os produtos da colônia, um exemplo disso, foi a família Turiel, que no ramo do tabaco adquiriu destaque por se tornar intermediária na venda do produto que servia para defumar a borracha.

A Fotografia 5 retrata uma das viagens do “Trenzinho da 29”. O registro da fotografia possivelmente seja do início do século XIX e mostra a passagem da locomotiva pela ponte do Sapucaia em uma de suas atividades de escoamento dos produtos do núcleo de Benjamin Constant para a cidade de Bragança.

Fotografia 5 - “Trenzinho da 29”

Fonte: Arquivo Família Lhamas

Mas a pequena ferrovia teve que parar de funcionar, tudo em função do interesse de pequenos grupos comerciais. Segundo Matos (1992), o “Trenzinho da 29” “clamava” por socorro, pois havia se transformado de uso misto; os passageiros viajavam até no carro de mercadoria, misturado com o cereal. Por essa falta de trato com os agricultores, o descaso com a produção e pelos constantes e muitos ataques causados por indígenas, muitos colonos se debandaram, só voltando mais tarde quando um novo diretor assumiu a ferrovia e cuidou do ramal. Mas a colônia de Benjamin Constant não se encontrava mais próspera como no passado.

A existência de índios em proximidades da estrada de ferro pareceu gerar alguns problemas para o funcionamento da mesma. Um dos entrevistados (Entrevista 4) relata uma situação que envolvia a presença de índios na região. Um dos descendentes, filho de espanhóis, diz lembrar que seu pai contava ter chegado ao Pará na companhia de oito homens, fugidos do exército. Se instalaram no “29” (vila próxima a Benjamin Constant), mas depois saíram para se instalar na localidade do Jejuí, lá encontraram uma tribo indígena e tiveram seus primeiros contatos com os nativos da região. Assim disse o entrevistado: “Nada [...] eles queriam reagir, mas aí foram embora pra beira do Pitoró, Cacoal do Pitoró, de lá eles foram embora, ainda voltou um [...] um, um homenzinho índio chamado Raimundo Rosa, era o língua deles, voltava, ele vinha deixá guariba (sic).”

O entrevistado lembra de ouvir essa história ser contada por seu pai, e achava muito corajosos os imigrantes espanhóis, pois os índios nem sempre aceitavam a presença de estranhos em seu território. Mas parece, que nesse caso, o contato entre o europeu e o indígena não foi conflituoso, pois os imigrantes até conseguiram se comunicar com os índios.

Assim lembra o entrevistado da existência dessa comunicação com os indígenas: “E também era aí o finado Amanso Cesário panhou foi deixar na beira do Pitoró, e de lá eles foram embora.” Esse é um interessante depoimento que mostra que os espanhóis nem sempre se utilizaram da força para conquistar ou sobreviver às situações de dificuldade, houve uma conquista, uma vivência, uma participação, um contato que os levou a aprender, a saber, entender o contexto das adversidades encontradas na Amazônia. Sabiam que nem sempre o confronto seria uma solução para resolver uma situação de instabilidade.

Mas, no início do século XX a colônia Benjamin Constant, apesar de todos os indicativos da prosperidade anterior, começou a apresentar indícios de que estava entrando em crise financeira. A economia local já não era mais a mesma, diminuíram as exportações e o comércio enfraqueceu, tanto em Benjamin Constant como em Bragança. O administrador da colônia, José de Berrêdo, enviou vários ofícios à Seção de Imigração e Colonização do Pará, dentre eles o ofício de 28 de dezembro de 1900, no qual informava alguns problemas. Havia falta de alimentos e o pouco que chegava estava mal dando para a alimentação dos colonos e de suas famílias, além da carência de assistência médica, e a falta de saneamento adequado a colônia. A transcrição do ofício de Jose de Berrêdo, administrador da colônia de Benjamin Constant, expõe as preocupações existentes no que diz respeito à situação precária da colônia e ao estado de alerta pela falta de alimentação para toda a população local (Anexo E).

Em trabalho de campo realizado no final do mês de outubro de 2009, em visita à ainda existente Benjamin Constant constatou-se que a mesma sobrevive de pequenas plantações de subsistência de mandioca, feijão, milho e outros gêneros alimentícios. Algumas pessoas sobrevivem de pequenos benefícios oferecidos pelo governo federal, como pensões e aposentadorias, mas já não possui a mesma dinâmica produtiva do final do século XIX.

As transformações socioeconômicas ocorridas no núcleo ao longo do tempo fizeram com que não houvesse mais expectativas para o futuro da colônia, e algumas famílias de espanhóis mudaram para cidade de Bragança e para outras cidades da região, como Belém.

O único símbolo da colonização e da riqueza que um dia existiu na colônia de Benjamin Constant hoje se encontra esquecido ao tempo, é o prédio da antiga estação ferroviária que permanece no mesmo local e tenta resistir às ações do tempo, mas seu estado é de grande precariedade pelo abandono que vem sofrendo ao longo de tantos anos.

Com a desativação da estrada de ferro em 1966, o prédio da estação passou a servir de escola. Hoje o que existe é uma casa antiga desativada e sem uso, sustentada apenas pela memória dos mais velhos da colônia que ainda resistem em contar sua história de migração para aqueles que insistem em conhecê-la.

6.2 NÚCLEO COLONIAL DE FERREIRA PENA

A colônia de Ferreira Pena localizava-se às margens da estrada de ferro de Bragança. Foi criada como núcleo colonial de destino a colonos brasileiros e estrangeiros. Os espanhóis constituíam um contingente significativo dos europeus no núcleo. Havia também imigrantes nacionais vindos de outras regiões do país, que eram sua maioria na colônia.

Segundo Muniz (1916), o núcleo passou a existir a partir de 09 de março de 1889, estando localizado próximo à nascente do rio Carapuru, e à esquerda da estrada de ferro de Bragança, possuindo 208 lotes de 25 hectares cada, de acordo com o recenseamento feito em outubro de 1900 o núcleo registrou 145 espanhóis já instalados, vivendo em comunidade. Estavam distribuídos em 34 famílias, sendo 82 pessoas do sexo masculino e 63 do sexo feminino, com um número equilibrado de adultos e menores de 12 anos. Segundo Penteado (1967, p. 147), “o núcleo foi emancipado em 1900, quando possuía 475 habitantes, brasileiros e espanhóis, distribuídos por 86 famílias”.

Com uma população crescente, o administrador local passava a dar conta a seus superiores dos problemas decorrentes da colônia. Passaram a se tornar comuns os envios de ofício solicitando à Direção da Repartição de Obras Públicas e Colonização do Pará rações (alimentação), assistência médica e redes para os imigrantes. O crescimento da população pareceu ser em determinados momentos um transtorno para a administração do núcleo, já que, depois da chegada dos colonos era comum não se ter como alimentar tanta gente e nem onde agasalhar tantas famílias de imigrantes que, muitas vezes eram numerosas. Mas isso representou também o resultado esperado de uma política imigratória eficiente, pois havia interesse do governo paraense em povoar essa região. A política imigratória tinha interesse de assegurar que o colono ficasse na terra, e para isso, o papel do administrador seria fundamental para manter a ordem interna do núcleo e dar as condições necessárias para a manutenção desses indivíduos na colônia.

No ano de 1899 foram enviados dois ofícios com pedidos de redes à Repartição de Obras Públicas e Colonização, o primeiro datado de 30 de maio e o segundo de 28 de outubro. A primeira solicitação era de 33 redes e 8 cobertores para hospedar 41 pessoas e o segundo solicitava 221 redes para, agasalhar 221 pessoas, sendo ao todo 61 famílias.

A administração local de Ferreira Pena procurava atender às necessidades imediatas dos imigrantes. O cotidiano da colônia se ajustava à dinâmica populacional do núcleo, havia cada vez mais a chegada de imigrantes.

Houve situações agravantes devido à falta de alimentação, levando o administrador de Ferreira Pena a enviar em 17 de junho de 1900 um ofício no qual solicitava com urgência o envio de gêneros básicos como batata, açúcar e feijão, visto que até aquela data ainda não haviam chegado os mantimentos, em virtude de uma ausência de pagamento ao fornecedor. Havia atraso desde o mês de abril, comprometendo a compra de alimentos por falta de dinheiro para adquiri-los, sendo que os produtos eram de extrema necessidade para manter a colônia. Segundo Cruz (1955), até 1900 havia a seguinte população em Ferreira Pena:

Tabela 22 – População existente no núcleo de Ferreira Pena (1900)

Nacionalidades	Adultos	Menores	Masculino	Feminino	N. de famílias
Brasileiros	178	152	166	164	52
Espanhóis	73	72	82	63	34

Fonte: Cruz (1955)

Os imigrantes espanhóis se instalavam no núcleo de Ferreira Pena com o objetivo de encontrar trabalho, e ter terras para plantar. Segundo Cruz (1955), essa expectativa favoreceu uma rápida plantação de cana de açúcar, milho, feijão, algodão, arroz e mandioca, tornando-os donos de engenhos e proprietários de casas de farinha, também conhecidas como “barracas de forno”. Devido à prática com a agricultura mista, os imigrantes espanhóis, obtiveram sucesso em suas plantações, e rapidamente passavam a fazer parte da produção do estado. Também se tornaram grandes fornecedores de cachaça e farinha de mandioca para a região. Para Cruz (1955), esse destaque aconteceu pela destreza e prática com uma técnica variada que facilitava cultivar vários produtos, alguns logo se tornaram produtores de hortaliças e de diferentes tipos de plantações, como de árvores frutíferas de grande porte.

6.3 NÚCLEO COLONIAL DE JAMBU-AÇU

A origem do nome deste núcleo está ligada a sua localização na nascente dos rios Jambu-Açu, Igarapé-Açu e Caripi. Foi um dos principais núcleos fundados no Nordeste do Pará, inaugurado em 1895, às proximidades da estrada de ferro de Bragança. Teve privilégios pela sua situação geográfica que possibilitava à colônia destaque na fabricação de aguardente e de farinha, com fácil escoamento pela via férrea, condição que facilitava ao colono a negociação de sua produção na capital paraense.

O núcleo Jambu-Açu foi um núcleo que atraiu muitos imigrantes espanhóis. Segundo os dados apresentados por Muniz (1916), no recenseamento de colônias agrícolas em outubro de 1900 havia 647 espanhóis, sendo 394 imigrantes espanhóis adultos, 253 menores de 12 anos, com uma população de 327 homens e 320 mulheres distribuídos por 135 famílias. O mesmo recenseamento apresenta um quadro com dados gerais do número de famílias espanholas em vários núcleos coloniais do estado do Pará, e de um total de 642 famílias espanholas em todo estado, o núcleo de Jambu-Açu era responsável por um significativo número de espanhóis, com uma representatividade que chegou próxima à do núcleo de Benjamin Constant.

Com o tempo, os imigrantes espanhóis chegados à colônia conseguiram se adaptar à rotina de trabalho local, e passaram a plantar milho, feijão, frutas e cana de açúcar, não muito diferente da cultura dos outros núcleos. Segundo Cruz (1955, p. 25), “existiam naquela época 5 engenhos para a fabricação de aguardente e 44 fornos para a fabricação de farinha. Além desses gêneros, produzia mais arroz, milho, feijão frutas e cana-de-açúcar.”

Em pouco tempo, o núcleo de Jambu-Açu se tornou uma colônia próspera. Constam documentos no Arquivo Público do Pará que demonstram o movimento que havia na colônia. São folhas de ponto destinadas ao pagamento de funcionários de origem espanhola, cujo custo chegava a 135.000 réis com um número de até 20 funcionários.

Alguns imigrantes espanhóis instalados no núcleo e com alguma condição financeira solicitavam à Inspetoria de Terras e Colonização autorização para trazer toda a família ou parte dela que havia ficado na Espanha. Era comum, no estado do Pará, os estrangeiros encaminharem esses tipos de pedidos, muitos conseguiam trazer o maior número possível de parentes. Um exemplo disso está registrado no documento de 5 de maio de 1897 (Anexo F), uma requisição de um colono espanhol por nome de Evaristo Canellas que solicita que seja mandado buscar seus familiares na Espanha, dentre eles estavam sua esposa, cinco filhas e um filho. O documento com linguagem clara e objetiva informava ser um pedido de um colono residente no Pará, residente de Jambu-Açu, já instalado e proprietário de plantações na colônia. Nota-se que são informações detalhadas, que iam desde seu endereço de moradia até a sua atividade local, tudo isso para que não existisse nenhuma dúvida a respeito da importância da solicitação.

Entre os anos de 1896 a 1899, o núcleo colonial de Jambu-Açu, assim como vários outros do estado do Pará, recebeu um número expressivo de imigrantes espanhóis. Uma das principais fontes para se contabilizar esse número, foram os relatórios da hospedaria dos imigrantes, que funcionava no distrito de Outeiro. Lá era dada entrada e saída do número de

imigrantes por data, ano e destino desses indivíduos. São informações importantes, contidas em listas nominais de indivíduos e grupos familiares, informando o local ao qual aquele grupo listado foi destinado. A única dificuldade em trabalhar com esta fonte está em apresentar dados incompletos, visto que muitas listas já não mais existem e as restantes apresentam estado de decomposição, o que dificulta uma análise mais abrangente e um resultado mais completo das informações. Mesmo assim, essas listas proporcionaram dados parciais importantes que contemplam uma realidade de 828 imigrantes espanhóis enviados ao núcleo de Jambu-Açu no final do século XIX.

Tabela 23 – Espanhóis enviados ao núcleo de Jambu-Açu (Hospedaria dos Imigrantes)

Data	Mês	Ano	Espanhóis
26	Dezembro	1896	61
–	Fevereiro	1897	142
02	Abril	1897	96
–	Abril	1897	109
26	Outubro	1897	62
18	Novembro	1897	123
08	Dezembro	1897	61
26	Janeiro	1898	73
05	Abril	1898	81
21	Outubro (complementar) ¹⁶	1898	09
11	Fevereiro (complementar)	1899	07
30	Maio (complementar)	1899	04
TOTAL			838

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), Anos: 1896-1899, Caixa: 08. Tabela do autor

O total de imigrantes espanhóis instalados na colônia de Jambu-Açu é apresentado na Tabela 24, por meio de um levantamento, dos meses de janeiro de 1897 a setembro de 1898. Essa representação somente foi possível devido à existência de documentos existentes no Arquivo Público do Estado do Pará que comprovam o mapeamento mensal que o administrador da colônia realizava para informar a entrada e a saída de imigrantes à Inspetoria de Terras e Colonização do Estado do Pará.

¹⁶ Listas nominais complementares das listas principais de imigrantes espanhóis enviados ao núcleo de Jambu-Açu.

Tabela 24 – População de imigrantes espanhóis na colônia de Jambu-Açu (1897-1898)

Mês	Ano	Adultos	Menores	Total
Janeiro	1897	314	289	603
Agosto	1897	150	137	287
Setembro	1897	154	138	292
Outubro	1897	181	175	356
Novembro	1897	240	211	451
Dezembro	1897	333	298	631
Fevereiro	1898	378	339	717
Março	1898	384	339	723
Maiο	1898	391	339	730
Junho	1898	383	329	712
Julho	1898	363	319	682
Agosto	1898	315	291	606
Setembro	1898	360	352	712

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Colonização (Núcleos), Anos: 1896-1899, Caixa: 08. Tabela do autor.

A partir do levantamento acima, acredita-se que o fluxo de imigrantes espanhóis que chegou à colônia de Jambu-Açu durante os anos de 1897 a 1898 manteve uma média de pelo menos 600 imigrantes ao mês. Um número bastante expressivo perto de outros núcleos de colonização estrangeira que apresentaram uma entrada bem menor de espanhóis. Sendo assim, entende-se que Jambu-Açu não só se definiu como importante no cenário agrícola do estado do Pará, por sua produção de aguardente, mas também por ter sido importante pelo contingente populacional de imigrantes espanhóis que povoaram a região nordeste do estado do Pará.

O núcleo de Jambu-Açu deu origem à atual cidade de Igarapé-Açu, que foi criada pelo decreto-lei n. 985, de 26 de outubro de 1906, assinado pelo então-governador do Pará, Augusto Montenegro.

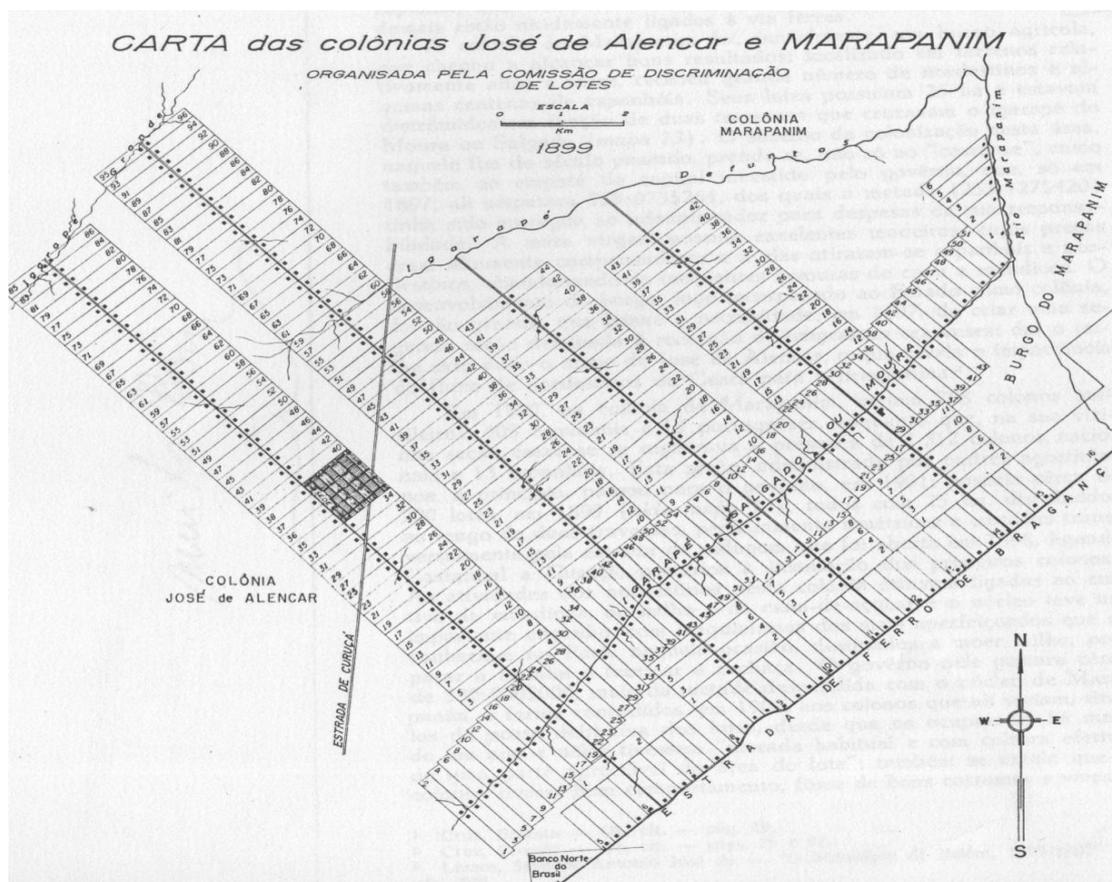
6.4 NÚCLEO COLONIAL DE MARAPANIM

Segundo Cruz (1955), a colônia de Marapanim foi uma das mais procuradas dentro do percurso da estrada de ferro de Belém-Bragança, isto devido à abundância de madeiras de lei encontradas na região. É possível que esse tenha sido um dos motivos para atrair muitos colonos para o núcleo, já que a derrubada de árvores para comercialização era um ramo em expansão no final do século XIX. A colônia foi criada em 1893 e foi um dos quatro núcleos mais populosos da região, perdendo apenas para Benjamin Constant, Jambu-Açu e Santa Rosa. Seu movimento migratório foi predominantemente de brasileiros oriundos do Ceará e do Rio Grande do Norte.

De acordo com Muniz (1916, p. 75/78), a colônia de Marapanim localizava-se em uma área compreendida entre os rios Salgado ou Moura e Caranã, até as confluências com o rio Marapanim. Fundada às margens da estrada de ferro de Bragança, a colônia era constituída de 307 lotes, cada um com 25 ha. Segundo Penteado (1967), Marapanim era um núcleo que possuía cerca de 200 lotes, em 1899, todos com 25 ha, distribuídos ao longo de duas travessas, perfeitamente simétricas e cortadas transversalmente pela estrada de rodagem que foi aberta em 1898, ligando Castanhal a Curuçá.

O governo nele gastara cerca de 330:000\$000, mais da metade despendida com o núcleo de Marapanim, e foram concedidos em 1902, aos colonos que ali viviam, títulos de posses definitiva dos lotes, desde que os ocupassem há mais de um ano e neles tivessem morada habitual e com cultura efetiva de uma parte apreciável da área do lote; também se exigia que o colono “tivesse bom comportamento, fôsse de bons costumes e vivesse em pax com os vizinhos, o que, sem dúvida, eram conseqüências das crises enfrentadas pelas administrações anteriores em outras áreas coloniais do estado, onde o elemento nacional causára uma série de perturbações na ordem pública (PENTEADO, 1967, p. 156).

Figura 3 - Planta do núcleo de Marapanim (1899)



Fonte: Penteadó (1967)

Com destaque, os imigrantes espanhóis foram os estrangeiros que mais migraram para o núcleo entre os anos de 1897 e 1898. Presume-se que quase 600 imigrantes espanhóis saíram da hospedaria dos imigrantes do Outeiro com destino à colônia de Marapanim.

Tabela 25 – Saída de espanhóis da hospedaria do outeiro para o núcleo de Marapanim (1897-1898)

Período	+ 12 a idade	- 12 a idade	Sem registro de idade	Total de imigrantes ao mês
2 de março de 1897	54	26	00	80
3 a 7 de maio de 1897	21	06	00	27
4 a 17 de maio de 1897	07	03	00	10
3 de junho de 1897	13	15	01	29
5 a 18 de junho de 1897	19	06	00	25
6 de julho de 1897	27	11	00	38
7 a 25 setembro de 1897	16	17	01	34
8 a 24 de dezembro de 1897	26	16	00	42
7 de janeiro de 1898	02	00	00	02
15 de fevereiro de 1898	25	11	00	36
Março de 1898	04	04	00	08
14 de abril de 1898	64	45	01	110
20 a 25 de junho de 1898	70	41	00	111
10 a 18 de outubro de 1898	30	09	00	39
TOTAL DE IMIGRANTES	378	210	03	591

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Imigração (Hospedaria), Anos: 1896-1898, Caixa: 31. Tabela do autor.

Os dados da Tabela 25 apresentam a saída de pelo menos 591 imigrantes espanhóis da hospedaria do Outeiro para a colônia de Marapanim. Fazem parte de um levantamento que foram retirados de documentos do Arquivo Público, Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização. São informações de espanhóis que vieram para se instalar e residir diretamente na colônia para se dedicar ao trabalho agrícola. Observa-se que em todos os períodos, dirigiram-se à colônia de Marapanim imigrantes numa faixa etária de maiores de 12 anos, dentre eles incluem-se os adultos já aptos ao trabalho. Somente no período de 6 dias há uma chegada expressiva de 221 imigrantes, entre os meses de abril a junho, representando quase 50% do total apresentado nos períodos que foram analisados. Isso comprova que a atração da colônia era de destaque e que os dados devem ser bem maiores já que não houve um levantamento completo de todas as entradas de imigrantes espanhóis na colônia.

Mesmo sabendo da importância documental das informações, esses dados não constroem a realidade total do número de imigrantes que saíram em direção à colônia, haja vista que muitos documentos se perderam e outros foram corroídos pelo tempo, não permitindo uma análise mais detalhada da real situação dos imigrantes espanhóis no Pará. No entanto, são dados importantes, pois compõem amostra significativa do panorama

populacional da colônia de Marapanim no final do século XIX. Esses são dados reveladores que possibilitam construir o perfil do imigrante da colônia.

O número de imigrantes passou a ser expressivo, as listas de rações do período de agosto e outubro de 1897, encontradas no Arquivo Público do Pará mostram, respectivamente, 46 e 50 chefes de família recebendo alimentação do governo. Dentre os produtos oferecidos estavam farinha, feijão, pão, vinagre, arroz, açúcar e café. Muitos desses alimentos faltavam e não eram suficientes para o abastecimento da colônia, passando a ser comum os ofícios do administrador da colônia solicitando reposição de alimentos.

No ano de 1898 a colônia de Marapanim apresentou um levantamento de permanência e saída de imigrantes espanhóis. De acordo com os dados analisados, percebe-se que o número de imigrantes adultos persiste, bem como desejava a política migratória paraense, mas no conjunto dos números de entrada há uma redução de permanência dos indivíduos na colônia, de 337 espanhóis na colônia no mês de junho ocorreu uma redução para 276 em outubro do mesmo ano, apresentando uma saída de 61 colonos espanhóis.

Tabela 26 – Permanência e saída de espanhóis no núcleo de Marapanim (jun. a out. 1898)

Meses	Adultos	- 12 anos	Saída	Total
Junho	223	114	–	337
Julho	193	114	30	347
Setembro	193	114	06	313
Outubro	190	111	25	326

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série: Ofícios, Ano 1900, Caixa: 16. Tabela do autor.

No ano seguinte, 1899, a colônia de Marapanim dava passos para sua organização administrativa. Apresentou seu primeiro regimento da casa de campo da experiência (Anexo G). Tratava-se de um documento com as regras criadas pelo governo paraense às quais o colono deveria seguir. Essas regras iam desde os cuidados e o manuseio com as ferramentas que foram cedidas pelo governo até o tempo da jornada de trabalho dos colonos.

O regimento da colônia de Marapanim exigia que o trabalhador tivesse boa conduta moral, caso contrário, perderia todo o ganho do seu trabalho, e também seria decretada sua expulsão da colônia. A alimentação do trabalhador que não fosse colono era de responsabilidade do agrônomo, que a forneceria por condescendência ou não. Como o campo da experiência era o local de trabalho, este deveria estar preparado com o mínimo de conforto para sua permanência na casa da experiência, munido de sua rede e manter-se com o máximo

de asseio e higiene. Quanto à jornada de trabalho, a mesma deveria ser realizada em 10 horas diárias, sendo obedecido o horário de seis horas às onze horas da manhã, sendo retomado de uma às seis horas da tarde.

Em 1900 o administrador do núcleo de Marapanim enviou ao inspetor de Terras e Colonização um memorando de colonos matriculados que apresentava um número expressivo de imigrantes nacionais e estrangeiros já instalados na colônia. Havia 455 colonos estrangeiros matriculados, sendo 262 imigrantes do sexo masculino e os 193 do sexo feminino (Anexo H).

Segundo Muniz (1916), o recenseamento feito dos colonos em outubro do ano de 1900 apresentava um número de 405 espanhóis residentes na colônia. Distribuídos em 68 famílias, sendo 205 adultos e 200 menores de 12 anos. Havia 225 pessoas do sexo masculino e 180 do sexo feminino. Percebe-se que a maioria era composta por adultos do sexo masculino. Eram os braços mais fortes que garantiriam o futuro da colônia de Marapanim. Outra interessante observação é perceber a validade das informações, pois há uma aproximação entre os números que foram apresentados no texto de Palma Muniz e no ofício enviado pelo administrador do núcleo em 1900. São dados numéricos que confirmam a chegada e a permanência de muitos imigrantes espanhóis na colônia desenvolvendo atividades, principalmente voltadas para a agricultura. Segundo Muniz (1916, p. 97), “todos os núcleos dedicavam-se à indústria agrícola, produzindo, farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, cana de açúcar, legumes e frutas”. De acordo com o engenheiro, foi no ramo de madeira que a colônia de Marapanim realmente alcançou destaque. Muniz (1916) diz que a existência de uma importante serraria a vapor no lugar Pau Amarello, ocupando 32 km quadrados da colônia possibilitou destaque no ramo madeireiro. É possível que problemas ambientais tenham sido causados ao núcleo, devido à exploração sem limite das matas virgens da região.

Penteado (1967) também afirma que a colônia de Marapanim inicialmente foi um núcleo agrícola com bons resultados. Por se localizar em um terreno alto e seco, isso favoreceu a atração de muitos imigrantes nordestinos e centenas de espanhóis. Sua mata virgem era detentora de excelentes madeiras, com bom preço de mercado, o que fez com que muitos espanhóis saíssem das suas atividades agrícolas de plantação de cana-de-açúcar e mandioca e se dedicassem ao extrativismo madeireiro. Segundo Siqueira (2008), a região era reconhecida pela riqueza em madeira de lei. Árvores gigantescas e de grande valor comercial compunham a floresta à sua volta, provocando uma verdadeira corrida em busca de uma nova fonte de lucros, transformando o povoado em um dos mais procurados.

A colônia de Marapanim era organizada e próspera, possuía dinâmica de serviços, que iam desde a sua conservação com a limpeza e a roçagem do mato, até o controle de matrículas de imigrantes para o recebimento de rações de alimentação das famílias. Esse senso de organização permitiu ao núcleo grande destaque, devido à boa administração. Com isso aumentou a procura de imigrantes pelo local, principalmente os de outras regiões do Brasil.

O ritmo de consumo da colônia era acelerado e havia fornecedores de diversos artigos que se encarregavam em abastecer a colônia com produtos específicos, de acordo com os pedidos feitos pelo administrador, conforme as necessidades locais. Assim, A. J. Ramos e Ribeiro da Silva (Anexo I) responsabilizava-se por utensílios e ferramentas, como caldeiras, terrinas, colheres, conchas, pratos e assadeiras de ferro. Vicente Ferreira de Hollanda, Lobato Pereira e Bentes e irmão (Anexo J) se incumbiam de fornecer a farinha de trigo, farinha seca, pimenta moída, farinha d'água, vinagre, banha, bebidas, azeite, sal, manteiga, sabão, açúcar, arroz, batata, café em grão, pimenta em grão, carne seca, feijão preto, farelo, bacalhau, milhos, alho e fósforo, enquanto César Santos e Viúva Bahia forneciam vários medicamentos como sulfato de magnésio, tintura de iodo, ácido de zinco, farinha de linhaça, algodão absorvente, alfazema, glicerina, vinho ferruginoso, sal amargo, álcool, enxofre, tintura de bella dona e sabão medicinal (Anexo K).

A colônia de Marapanim foi tão próspera que em 1897 houve a necessidade de criar um segundo núcleo destinado a receber apenas imigrantes cearenses, foi nominada como José de Alencar. Segundo Muniz (1916), essa nova colônia chegou a apresentar em seu recenseamento de outubro de 1900, um número de 13 imigrantes espanhóis e 3 famílias.

O crescimento da colônia tinha despesas com valores significativos, custos com limpeza e manutenção. A folha de pagamento de 1899 chegou a atingir o valor de cinquenta mil réis, incluía principalmente gastos com os salários dos trabalhadores responsáveis pela manutenção da colônia. No mês de abril desse mesmo ano havia sido registrado o número de 21 funcionários realizando trabalhos de limpeza e roçagem de terrenos da colônia.

Segundo o relatório do governador Augusto Montenegro, de 7 de setembro de 1902, a colônia de Marapanim foi emancipada com 99 espanhóis instalados, e foi a quinta colônia com o maior número de espanhóis no Estado, em 1902. Com o passar dos anos, esse número foi diminuindo por razões diversas – uma delas a diminuição da derrubada de madeira e a baixa safra de cana de açúcar – fazendo com que houvesse saída de muitos imigrantes espanhóis para outras áreas do Estado ou até mesmo o retorno para o país de origem.

6.5 NÚCLEO COLONIAL DE SANTA ROSA

Segundo Cruz (1955), Santa Rosa foi um núcleo fundado em 1898, em homenagem ao diretor do Departamento de Obras Públicas, Terras e Colonização do Pará, Henrique Santa Rosa. O núcleo localizava-se às margens da estrada que ligava o município de Santa Isabel ao município de Vigia, e era conhecido pelo clima ameno e pela qualidade de suas plantações. Em virtude de o núcleo ter certa proximidade com a capital paraense, foi local que teve grande procura pelos imigrantes espanhóis. Os lotes do núcleo de Santa Rosa eram bastante produtivos, e suas principais culturas eram mandioca, milho e feijão.

O comprometimento dos colonos espanhóis não estava somente em produzir com responsabilidade em Santa Rosa, mas também esse comprometimento se estendia em deveres para com a terra. Uma delas estava em repassar essa terra a outro colono que a ocupasse, caso, por ventura, o colono precisasse se retirar dela, por motivos pessoais, ou por outras razões quaisquer, como eram os casos de repatriamento concedidos. Um caso exemplar que pode ser encontrado nos documentos do Arquivo Público do Pará é o de um espanhol por nome Afonso Ponfias. O espanhol declarava no documento de 12 de janeiro de 1901 que iria deixar seu lote de propriedade, com todas as suas plantações nela cultivadas à disposição da Administração local porque decidiu sair da colônia (Anexo L).

O núcleo de Santa Rosa cresceu e se desenvolveu graças ao trabalho de muitos imigrantes, dentre estes, os espanhóis, que muito fizeram pela agricultura local. Um exemplo desse dinamismo no trabalho da colônia dizia respeito à organização da rotina de trabalho agrícola dos imigrantes, pois Santa Rosa foi um dos poucos núcleos que organizava os seus trabalhadores do campo em uma espécie de folha de ponto. A folha de ponto servia para controlar o tempo e o trabalho do colono dentro da colônia. Em Santa Rosa havia um encarregado por esse controle e organização do pessoal no campo, era o Cabo Ramon Botas, que determinava os dias de trabalho para cada colono e o quanto lhe seria pago pelo trabalho realizado (Anexo M).

As folhas de pagamento de imigrante espanhol no mês de abril de 1899 registraram 43 pessoas trabalhando diretamente no campo, com o pagamento total de 2.244.000 réis (Anexo N), mas os meses seguintes apresentaram diminuição, e o pessoal reduziu para 26 e depois 18 pessoas nos meses de maio e julho de 1899. Nos documentos do Arquivo Público do Pará existem algumas listas de envio de espanhóis a suas colônias de destino, dentre elas, Santa Rosa que recebeu um número de imigrantes espanhóis que oscilava bastante, às vezes, até dentro do próprio mês ou em meses diferentes.

Em 3 de junho de 1899 e 13 de agosto do mesmo ano entraram, respectivamente, 23 e 13 espanhóis direcionados apenas para o trabalho agrícola. Segundo Cruz (1955), havia uma numerosa presença de imigrantes espanhóis na colônia. De acordo com o recenseamento de outubro de 1900, havia instalados 624 espanhóis, entre adultos e menores de idade, divididos entre 104 famílias, um número expressivo que comprovava uma vivência de espanhóis no núcleo.

Somente em 24 de abril de 1900, a hospedaria dos imigrantes enviou 54 espanhóis (Anexo O), e nos dias 11 e 12 do mês foram 189 espanhóis. Em 25 de maio entraram 91 espanhóis (Anexo P) com finalidade de residir e trabalhar na colônia agrícola de Santa Rosa. As plantações de cana-de-açúcar atraíam cada vez mais colonos à procura de trabalho e a cada dia o núcleo de Santa Rosa aumentava sua população espanhola.

Em 1902, o número de imigrantes espanhóis e de outras nacionalidades começou a diminuir, e a partir desse ano as colônias já estavam emancipadas e dependiam do esforço apenas de seus colonos para sobreviver. Segundo Penteado (1967), em 1902, o número de colonos em Santa Rosa era de 721, distribuídos em 184 lotes, com apenas 68 estrangeiros. O fim da colônia de Santa Rosa pode ser explicado pela campanha para emancipar as colônias, pois o governo passou a diminuir os incentivos, o que provocou uma evasão de muitos imigrantes espanhóis para Belém e cidades mais próximas.

6.6 NÚCLEO COLONIAL DE MONTE ALEGRE

Segundo Muniz (1916), em Monte Alegre foi instalado o núcleo colonial de Itauajury e o do Igarapé-Açu. O primeiro estaria situado a duas léguas da cidade de Monte Alegre, na extrema da serra de Itauajury; o segundo a borda do Assú, ao lado oriental da mesma serra.

A colônia de Monte Alegre foi uma das colônias agrícolas mais prósperas do estado do Pará, teve seu apogeu na agricultura no final do século XIX ao lado de grandes núcleos coloniais do Pará, como foi o caso de Benjamin Constant. Não existe certeza a respeito da data de fundação do núcleo de Monte Alegre, mas existem especulações de que o mesmo tenha sido criado entre os anos de 1893 e 1894.

Do relatório do Sr. Albuquerque de Mendonça, no parágrafo - *Imigração e Colonização* -, verifica-se que, no ano de 1896, achavam-se já fundados os quatro núcleos coloniais: MARAPANIM, situado as margens da estrada de ferro de Bragança, MONTE ALEGRE, nas imediações da cidade desse nome, BENJAMIM CONSTANT, próximo à cidade de Bragança; e JAMBUASSÚ, situado no ramal de Salinas (MUNIZ, 1916, p. 76).

O núcleo se fez conhecido pelas plantações de algodão, mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, legumes e frutas. Possuía seu próprio campo agrícola para desenvolver as atividades voltadas para o plantio, e era conhecido como Itauajury. Fundado às margens do rio Guarapatuba, conhecido como empório do “Ouro Branco”, devido suas grandes plantações de algodão.

Monte Alegre, apesar de não estar às margens da estrada de ferro Belém-Bragança, tornou-se um dos núcleos mais importantes de destino de imigrantes estrangeiros, muitos europeus. Entre eles, os espanhóis se destacaram no núcleo pela facilidade que possuíam em trabalhar na agricultura. Criou-se em Monte Alegre uma comunidade espanhola organizada e populosa, que se espalhou em uma área urbana dividida em 23 quarteirões e 213 lotes.

O núcleo de Monte Alegre ficou constituído em uma área de 3.675 hectares, dividido em 147 lotes agrícolas, com 23 hectares cada um, e uma parte urbana, subdividida em 23 quarteirões com o total de 213 lotes, tendo cada uma área de 1.875 metros quadrados (MUNIZ, 1916, p. 77).

Os frutos dessa experiência positiva, de trabalho e organização, trouxeram ao lugar prosperidade e riqueza material que até os dias de hoje são visualizados na cidade. Nos dias de hoje, basta um pequeno percurso pelo centro do atual município de Monte Alegre, para visualizar como os prédios públicos e particulares embelezam o centro histórico da cidade.

Na área da educação existia uma escola pública no núcleo de Monte Alegre que se voltava para alfabetizar e educar os filhos de agricultores. Oportunidade escolar, que não havia sido dada a alguns espanhóis na sua terra natal, sendo assim muitos empenhavam-se em não deixar seus filhos fora da escola.

Encontra-se no Arquivo Público do Pará na pasta do núcleo de Monte Alegre um documento de 31 de dezembro de 1898, referente à existência de uma escola. A mesma era destinada aos filhos de espanhóis e acolhia os estudantes, enquanto seus pais estavam trabalhando no campo agrícola, os filhos estariam em sala de aula.

A escola apresentava organização, de responsabilidade do professor Joaquim Maria de Paiva, um tipo de administrador escolar e professor ao mesmo tempo. Ele matriculava os filhos de colonos e fazia listas criteriosas, na qual discriminava as características de cada criança da escola, como filiação, local de origem e religião. Em dezembro de 1898, o professor fez registro de duas datas de matrícula, a primeira em 1 de dezembro e a segunda em 31 de dezembro do mesmo ano. Na primeira matrícula constam 47 alunos, sendo 32 meninos e 15 meninas, a maioria dos alunos era de origem espanhola, seguida de 14 cearenses

e 1 potiguar. Em 31 de dezembro constam 50 alunos, eram 35 meninos e 15 meninas, sendo 30 alunos de origem espanhola, 19 alunos de origem cearense e apenas 1 potiguar.

As informações apresentadas pelo levantamento de dados da escola de Monte Alegre mostra que mais de 50% desses alunos eram de origem espanhola, do total havia maior incidência de meninos, e com um número reduzido de meninas. Isso prova que o imigrante não queria seus filhos apenas no trabalho pesado da roça, mas também queriam dar-lhes oportunidades para estudar e ter um futuro melhor. Além é claro, teriam a garantia de que estaria na escola, um lugar seguro, enquanto seus pais estariam trabalhando no campo.

Além disso, há outra informação que chama atenção nas duas listas. Em ambas as listas todos os alunos são católicos, confirmando também uma suposição de que muitos espanhóis escolheram o Brasil, devido serem de um país predominantemente católico. Isso sinaliza a possível existência de uma comunidade de imigrantes espanhóis em Monte Alegre que preservasse costumes religiosos e as suas manifestações de ordem católica.

Os imigrantes espanhóis eram, majoritariamente, católicos. Preservaram a prática religiosa, pois ligar-se à igreja católica significava mais do que exercitar a fé para o confronto espiritual, sendo essa a forma de manter vínculos com a Espanha e participar dos raros momentos de lazer. Afinal, a diversão era possível graças as festas promovidas pelas paróquias, como as de casamento, as quermesses, beneficentes ou aquelas em comemoração aos dias santos. Nessas ocasiões, quebrava-se a monotonia e o silêncio noturno que caracterizava a vida no campo (SOUZA, 2006, p. 30).

A cada mês, a colônia de Monte Alegre parecia aumentar sua população de espanhóis. Em contrapartida havia também falecimentos, e tudo era registrado pelo administrador da colônia. Era uma forma de ter o controle populacional dos estrangeiros no núcleo, então se construía mensalmente uma estatística do número de entradas e falecimentos ocorridos em Monte Alegre.

Tabela 27 – Nascimentos/óbitos/saídas/permanência no núcleo de Monte Alegre (1895)

Data/mês	Imigrantes na colônia	Nascimentos	Óbitos	Saídas	Permanência
20/03	91	02	02	35	56
28/06	65	–	01	02	62
27/07	30	–	–	17	13
12/09	42	–	01	–	41
28/09	109	–	03	–	106
03/10	112	02	04	07	103
15/10	154	02	06	24	126
20/10	11	–	01	01	09
10/11	35	–	–	–	35
15/11	32	–	–	–	32
TOTAL	671	06	18	86	583

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Série: Colonização, Ano 1896 -1899, Monte Alegre, Caixa: 07. Tabela do autor.

Com base nos dados da Tabela 27, verifica-se que o ano de 1895 apresentou aumento significativo na população em novembro, finalizando o ano com 583 imigrantes. Porém acredita-se que esse número tenha sido muito maior. A hospedaria dos imigrantes do Outeiro era a principal responsável por esse aumento populacional da colônia, pois a mesma enviava periodicamente muitos estrangeiros e principalmente espanhóis para o núcleo de Monte Alegre. Esses imigrantes eram classificados em duas faixas etárias, maiores ou menores de 12 anos.

Tabela 28 – Espanhóis enviados ao núcleo colonial de Monte Alegre (1896-1898)

Ano	+12 A	- 12 A
1896	517	336
1897	62	39
1898	288	232
TOTAL	867	607

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Série: Colonização, Ano 1896 -1899, Monte Alegre, Caixa: 07. Tabela elaborada pelo autor.

Somente em 1896 foram enviados 853 imigrantes espanhóis ao núcleo de Monte Alegre, dentre adultos e menores, sua maioria estava na faixa etária com mais de 12 anos, 517

colonos. A razão para tanto reside no perfil de imigrante que o estado do Pará desejava, que fossem de preferência homens jovens, com saúde e habilidade para agricultura. No que diz respeito ao ano de 1897, há o envio de 101 imigrantes espanhóis, e sua maioria, também na faixa etária maior de 12 anos. No ano de 1898 o levantamento apresentou 520 imigrantes espanhóis, sendo 288 maiores de 12 anos. Tal cenário deu a Monte Alegre a condição de ser uma das colônias que mais recebeu imigrantes espanhóis no século XIX no estado do Pará, juntamente com Benjamin Constant e Jambu-Açu.

Sendo assim, ao comparar os dados, pode-se deduzir que o número de imigrantes estrangeiros que permaneciam no núcleo de Monte Alegre em 1895, deveria ser bem maior, visto que somente a entrada de imigrantes espanhóis no ano de 1896, que foi de 853 (soma dos maiores e menores de 12 anos). Essas entradas mostram a importância dos espanhóis para a agricultura e também o comércio da região, pois estiveram envolvidos diretamente nessas atividades. Mas, há registros de outros estrangeiros que também foram importantes para a colônia, pois ajudaram a fortalecer a economia do núcleo, como os portugueses e os italianos.

Tabela 29 – Colonos existentes no núcleo colonial de Monte Alegre (1897)

Ano	+ 12 A	- 12 A
1897	572	451

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção:Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Série: Colonização, Ano 1896 -1899, Faixa: 07. Tabela do autor.

A comprovação da existência de uma população espanhola fixa pode ser vista na Tabela 29. Somente no segundo semestre de 1897 há um alto contingente populacional em todas as faixas de idade, principalmente na faixa etária maior de 12 anos de idade. O fato é que, no ano de 1898, esse número de estrangeiros reduziu, mas os espanhóis continuaram chegando e se instalando em Monte Alegre, ainda procuravam pelo núcleo, pois o mesmo ainda representava uma referência na agricultura e no plantio de mandioca, algodão e cana de açúcar.

6.7 O COTIDIANO DOS NÚCLEOS COLONIAIS DO PARÁ

Quando se pensa na palavra *arquivo*, talvez o primeiro pensamento esteja envolvido por uma ideia ultrapassada de ser um local abandonado ou quem sabe um depósito de papéis esquecidos. Mas essa definição, com certeza não corresponde ao seu significado. Os arquivos

são importantes por recuperarem a história das pessoas em sociedade, uma fonte de informações para estudantes, pesquisadores e até curiosos que desejam compreender as sociedades em tempos diferentes e interpretar determinadas decisões no passado político, econômico e social de uma sociedade em estudo. Enfim, os arquivos permitem realizar uma viagem no tempo e proporcionar uma retomada de espaços e comportamentos de pessoas em diferentes momentos da vida.

Para Foucault os *Arquivos* não podem mais ser reduzidos a meros documentos ou a simples peças de coleções históricas. Eles se inscrevem num sentido crítico como “monumento” que rompem com o acúmulo indefinido de “documentos” ou peças de exposições permanentes de velhos museus ou livros estanteados em bibliotecas ou ainda documentos catalogados nos chamados “arquivos nacionais” e/ou arquivos públicos” (ALMEIDA, 2008, p. 10).

A ideia de criar um capítulo o qual abordasse situações cotidianas dos imigrantes espanhóis nas colônias surgiu a partir de uma leitura cuidadosa feita dos ofícios dos núcleos coloniais encontrados no Arquivo Público do Pará. Não se pretende neste capítulo apresentar apenas informações que estejam relacionadas à ideia das contribuições dos imigrantes espanhóis no plano econômico, mas mostrar como esses indivíduos se relacionavam em comunidade e também como se relacionavam com o Estado Paraense. São textos que tratam das vivências e das relações sociais dos moradores (imigrantes espanhóis) da colônia. Sendo assim, os fatos dos arquivos foram selecionados seguindo uma análise que interpretasse textos que relatavam a experiência de vida das pessoas em comunidade. A análise dos documentos observou desde a forma que os imigrantes espanhóis se “relacionavam” com o governo paraense até as descrições de conflitos entre os próprios moradores dentro do núcleo. Isso porque o dia-a-dia desses imigrantes não se tratava apenas de uma cômoda e pacata vida de interior, mas sim uma complexa e difícil vida no campo.

Os conflitos na colônia não eram tão diferentes dos que hoje conhecemos os quais algumas vezes eram travados de forma violenta para assegurar que os direitos de cada imigrante fossem garantidos. Os ofícios apresentam uma linguagem que “imprime” a vivência e personalidade dos imigrantes espanhóis no Pará, são informações de uma vida contada em uma memória documental.

Para Foucault, o arquivo é um sistema de discursos que encerra possibilidades enunciativas agrupadas em figuras distintas, compostas uma com as outras segundo relações múltiplas e mantidas ou não conforme regularidades específicas. Nesse sentido, o arquivo não é o depósito de enunciados mortos, acumulados de maneira amorfa, como documentos do passado e reduzidos a testemunhos da identidade de uma cultura (MIRANDA, 2003, p. 36).

Neste capítulo não se quis observar apenas os levantamentos de dados estatísticos ou compreender a relevância quantitativa de entrada ou saída de imigrantes, mas entender a própria construção do indivíduo no coletivo, que mesmo sendo um imigrante tentava se encontrar num lugar que não era o seu, e não tinha a sua história como pessoa. Sendo assim, foi no seu cotidiano que esse indivíduo se refez com suas próprias experiências de vida.

Assim, em suma, o senso crítico do conceito de arquivo ressalta que as interpretações da Amazônia não podem ser reduzidas a umas quantas metáforas, datas canônicas, quadros naturais e ciclos ou a umas tantas construções literárias hiperbolizadas (ALMEIDA, 2008, p. 10).

Os arquivos revelam histórias de imigrantes, alguns recém-chegados, muitas vezes colonos já imigrados há bastante tempo para a Amazônia paraense. São ofícios, escritos no geral pelo administrador da colônia, que relatam situações de risco, ocasionadas em situações cotidianas nas colônias, ou são textos que falam de reivindicações e até pedidos de equipamentos para melhorar a agricultura local. Segundo Farge (2009), na História, as vidas não são romances e para aqueles que escolheram o arquivo como lugar de onde se pode inscrever o passado, a questão não está na ficção.

O que se percebe na leitura dos ofícios é a de que esses imigrantes foram “iludidos” com a ideia da propaganda imigratória paraense, de que existia um “paraíso americano” com vida próspera e tranquila no Pará. No entanto, deve-se ressaltar que o imigrante não necessariamente era uma vítima dessa situação, já que muitos tinham consciência da realidade que encontrariam no estado, principalmente os que possuíam parentes emigrados no Pará e já conheciam a realidade da migração no estado.

Os relatos encontrados nos ofícios trazem à tona “histórias” que revelam muito do comportamento do colono em comunidade. Nesse sentido, apresenta-se o primeiro ofício selecionado, de 23 de dezembro de 1900 do núcleo de Ferreira Pena (Anexo Q). O fato relatado inicialmente parecia ser uma invasão da colônia por forasteiros que estavam com o intuito de matar o colono espanhol Manoel Galende e acabaram atingindo o filho de cinco anos do colono espanhol. O menino é atingido por um tiro deixando-o em grave estado. Assim o ofício já desgastado pelo tempo parece descrever. No entanto, o ocorrido é desvendado após fazer a transcrição do documento que revela um crime, mas não tão proposital e supostamente acidental.

O ofício comunica o aparecimento de alguns jovens menores de 14 anos juntos ao menor atirador de 14 anos que atende pelo nome de Manoel Venâncio do Nascimento. Estes

supostamente advindos da colônia de Americano estavam caçando na área da colônia de Ferreira Pena e um determinado momento o de menor idade do grupo resolveu descarregar sua arma e nessa ocasião atingiu gravemente o filho do colono espanhol que naquele momento se encontrava próximo do local. A criança foi enviada à Santa Casa de Misericórdia, na capital Belém, em companhia do farmacêutico da colônia, do pai Manoel Galende e da irmã da criança. O farmacêutico fez uma rápida avaliação e considerou o acontecido algo muito sério em virtude da gravidade do ferimento.

O fato é, até que se explicasse o ocorrido naquele dia, o núcleo de Ferreira Pena teve um dia diferente dos outros, com especulações em torno do acontecimento do dia, o estado de tensão tomou conta da comunidade local, e a sensação de ameaça e invasão por estranhos perdurou por um bom tempo entre os colonos.

Havia um costume de descrever os fatos acontecidos em ofícios da colônia para depois serem enviados a Inspeção de Terras e Colonização do Pará, isso assegurava o controle local do administrador da colônia. O modo por meio do qual os fatos foram escritos esteve relacionado à forma na qual foram contados, de acordo com a vontade do narrador, considerando sua própria experiência de administração.

José Malaquias de Souza Albuquerque, administrador do núcleo colonial de Ferreira Pena, relatou fatos em observação, sem entender o espaço do acontecimento, mas como o compreendeu, ou possivelmente lhe foi contado. Assim o crime havia sido dito na página número 7, parecendo ser de caráter proposital ou intencional. Somente na página número 11 se percebe uma reconstrução com mais detalhes e com certa riqueza de informações, com maior noção de espaço para explicar o acontecido. “chegando / na estrada da colonia, o de (menor) Nasci / cimento foi descarregar a espingarda e n’essa / ocasião, aparecêo a (Sic) Menor na estrada / distante vinte e tres passos, a que foi / atingido pela bala”.

As histórias dos espanhóis eram muitas, os assuntos nos ofícios eram de toda natureza. Um ofício que chamou bastante atenção nesta pesquisa foi do núcleo colonial Benjamin Constant, de 5 de junho de 1899. O administrador informa às pressas ao senhor Inspetor Geral de Terras e Colonização que a comunidade se encontrava estática diante de um fato classificado como horripilante. Tratava-se de um caso de estupro, em que o colono espanhol Cipriano Arias havia desvirginado a menor Thomasia, filha do também colono Dimas Sanches. Estes eram vizinhos e num descuido da família o ato se consumou. O trauma havia sido maior para a mãe, que viu o ato sendo realizado. Ao ser visto em flagrante, o acusado fugiu para as matas de onde nunca mais voltou. Assim é finalizado este momento do ofício dizendo: “O monstro apanhado em flagrante delicto (SIC) pela desventurada mãe da inocente

e infeliz criança, evadiu-se para a mata, onde os reptéis nojentos e venenosos não o aceitaram com os seus / vis receiando serem por ele (SIC) contaminados” (Anexo R).

No que diz respeito aos pedidos de repatriamento, estes foram muitos, em sua maioria por questões de saúde, muitos chegavam doentes e sem condições de trabalhar, com isso, retornavam. Outros procuravam voltar para a Espanha, motivados pela falta de adequação do trabalho no campo. Muitas vezes eram contratados para executar determinadas funções e quando se davam conta estavam realizando tarefas agrícolas. Com a justificativa de não se adaptarem às colônias, esses imigrantes conseguiam o direito às passagens de retorno aos seus locais de origem. Essa alternativa do imigrante espanhol em retornar para sua terra de origem, apenas reforçando o que Sayad (1998, p. 14) pensa, a “emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal”.

Um caso que atraiu atenção foi o do colono Lourenzo Calves (Anexo S) que diz ter sido enganado com a falsa promessa de que viria para a colônia de Ianetama (colônia inicialmente povoada por italianos) para desenvolver atividades de ensino, na qualidade de professor iria lecionar para crianças da colônia. No entanto, o homem é surpreendido ao saber que as promessas eram falsas e o que apenas lhe restava era o trabalho braçal, sem direitos a regalias e muito menos moradia.

Diante dos pedidos de repatriação encontrados no Arquivo Público do Pará no início do século XX (alguns motivados por indignação dos imigrantes insatisfeitos, devido à falta de compromisso do governo paraense e suas falsas promessas), chama-se a atenção para se observar o caso do colono Lourenzo, um imigrante espanhol que chegou às terras amazônicas e se viu abandonado à própria sorte. O pedido de repatriamento mostra um homem indignado e descrente do seu futuro no Pará. Se esse homem possuía essa capacidade de se indignar e se revoltar contra sua situação de abandono, então como se pode acreditar que esses imigrantes espanhóis eram quase sempre rudes, submissos e sem consciência de seus direitos? Deve ser lembrado que não se trata de observar a indignação do imigrante espanhol, pelo fato do mesmo ser um professor e representar uma pequena classe de espanhóis “estudados”, mas pelo espírito questionador do próprio imigrante, do próprio homem que ao ver-se desassistido pelo governo procura meios para que possa ser ouvido e atendido. Esse homem foi o imigrante espanhol (Arquivo Público do Estado) que também questionou estar sem alimentação, sem moradia, sem assistência médica, enfim, trata-se de um imigrante que sabe da importância de suas ações e intenções.

Há um ofício do núcleo colonial de Ferreira Pena, datado em 29 de novembro de 1900, em que um agricultor espanhol por nome Isidoro Peres faz uma solicitação ao administrador da colônia para que seja enviado um pedido a seção de imigração e colonização do Pará. O pedido dizia respeito à concessão de um forno e uma máquina de descascar arroz. O administrador envia no dia 18 de dezembro de 1900 e faz a solicitação do imigrante espanhol Isidoro, ainda completa o pensamento do espanhol dizendo ser de grande valia o pedido do colono, haja vista ser um benefício para o lote e para a colônia. Esse espírito de consciência do imigrante espanhol mostra o compromisso desses agricultores com a terra e com a comunidade e a sua busca pela melhoria da agricultura local, demonstrando certo cuidado com as atividades de trabalho agrícola e com as técnicas do plantio (Anexo T).

Deve-se pensar que o imigrante espanhol que participou da empreitada de povoar a região Norte não deve ser olhado de forma estigmatizada. Compreendê-lo apenas como um miserável e analfabeto e sem nenhuma opção a não ser o de realizar o trabalho braçal no campo é condená-lo a ser sempre “invisível” para a história das migrações no Pará. Ao invés disso, observá-lo como um imigrante que deixou sua terra natal e veio com o objetivo de dar um novo rumo a sua vida e assim acabou dando suas contribuições para a formação da sociedade paraense. Dentre essas contribuições deve-se valorizar o trabalho agrícola aplicando novas técnicas de plantio, a miscigenação com a população nativa que povoou boa parte da região bragantina, adaptação ao clima paraense e a criação de suas próprias associações familiares para beneficiar o próprio plantio. Diante de tudo isso, como se pode entendê-los apenas como meros “números estatísticos”? Há necessidade de entender a imigração espanhola no estado como parte também de uma vivência na região, entendê-la no seu dia-a-dia, para que se possa perceber a importância desse contingente no cotidiano das cidades paraenses.

Independente de ser alfabetizado ou não, os imigrantes espanhóis souberam povoar e viver no Estado Paraense, aprenderam a sobreviver em solo estrangeiro, mesmo quando tudo lhes parecesse muito adverso. Adaptaram-se ao cultivo de plantações que não faziam parte de sua realidade agrícola, como a plantação de mandioca. Eles souberam superar dificuldades com o plantio e entenderam muito bem das “ferramentas burocráticas” do governo, pois sabiam acioná-los quando necessário, principalmente quando precisavam de benefícios, como ferramentas e produtos de uso agrícola.

O imigrante espanhol aprendeu e ensinou a utilizar a terra, manusear as máquinas de uso agrícola. Essa sabedoria foi repassada aos seus descendentes, que muito contribuíram

plantando a culturas de importância para a região, como o arroz e a mandioca, uma produção que foi tanto de subsistência como de exportação.

É importante que se pense o imigrante espanhol da zona bragantina paraense como sujeito da grande imigração no Pará, suas contribuições no trabalho e os seus ensinamentos técnicos agrícolas. Mas nem só isso dará conta de sua importância, pois se deve perceber também suas ações no plano das reivindicações, que vão desde a luta para garantir sobrevivência dentro das colônias, como as cobranças de alimentação, medicamentos, ferramentas de trabalhos, até sua representatividade como a segunda população estrangeira que ajudou a povoar o estado do Pará. Tudo isso o faz ter grande importância para a migração no estado, pois o torna ator de uma transformação de consciência do próprio homem trabalhador agrícola da região e reconstrói sua imagem de imigrante de forma positiva.

Assim, não se deve observar o fator da educação como um elemento que indique sucesso ou insucesso desses imigrantes espanhóis no Pará, mas, observar sua participação dentro do aspecto social das colônias, nas suas contribuições para a integração da própria comunidade, a vivência coletiva e a forma organizacional das colônias.

O Norte do Brasil, não somente foi um lugar de oportunidades para a agricultura, mas um palco de lutas, conquistas dos agricultores espanhóis que depois se tornaram também os comerciantes, os camponeses e até nossos operários das indústrias nos grandes centros do estado do Pará.

Apesar de todas as adversidades, os imigrantes espanhóis dos núcleos coloniais do Pará deixaram uma lição de vida, formaram famílias, constituíram casamentos, contribuíram para a agricultura local e souberam se organizar em comunidade. Isso pode ser observado a partir da história de alguns descendentes de imigrantes que ficaram no estado.

Bragança se destaca por ser uma cidade de descendentes de imigrantes espanhóis da grande migração ocorrida no final do século XIX para o núcleo de Benjamin Constant, com a existência de um número significativo de famílias de origem espanhola, como as famílias Lhamas, Gardunho e Garcia, entre outras.

Assim como Bragança, a introdução dos imigrantes espanhóis ao longo das margens da estrada de ferro trouxe uma experiência positiva à muitas cidades e pequenos vilarejos e áreas próximas de Belém. Com o povoamento dessa região passou-se a ter mais qualidade nas plantações paraenses, graças ao aprendizado de novas técnicas na agricultura. Além do intercâmbio dos espanhóis com outras nacionalidades, como os portugueses que proporcionaram uma troca de conhecimento de novas formas de lidar com a terra. Isso prova que ao invés de se falar de uma experiência negativa desses espanhóis no Pará, deve-se

lembrar que há uma competência agrícola que parece ter sido esquecida e não lembrada como um grande ganho que ficou marcado em nossa história.

6.8 COLONOS ESPANHÓIS: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

No final do século XIX e início do século XX presenciou-se a chegada de muitos imigrantes espanhóis para se inserirem na agricultura paraense, os quais participaram de uma experiência positiva de colonização como responsáveis pela produção de alimentos por um bom tempo para parte do estado. Sua importância também esteve no povoamento da região, pois uma significativa parte do território paraense (núcleos coloniais) se consolidou em cidades como Monte Alegre, Igarapé-Açu e outras, graças a esse contingente de pessoas que o povoou, além de uma integração com a cultura nortista.

Segundo Santos (1980, p. 93), “combinado a outros fatos, parece significar também que os portugueses dessa leva migratória preferiram permanecer nos centros urbanos, longe dos trabalhos agrícolas, uma vez que a população estrangeira das colônias era quase totalmente composta de espanhóis (97%)”.

Os imigrantes espanhóis trabalharam na agricultura dos núcleos coloniais do Pará, no entanto nem todos tinham essa atividade como a única forma de trabalho. Alguns que se deslocaram para cidades próximas ou para a capital paraense se dedicaram ao comércio, à hotelaria e a atividades como pedreiro, jornaleiro, marceneiro, alfaiate, cantor, dentre outras. Esses imigrantes deixaram parte de sua existência registrada na história de migração do estado, compartilharam momentos importantes, como conquistas políticas e reivindicações sociais¹⁷. Ajudaram a construir e desenvolver uma região que necessitava não só de mão-de-obra para a agricultura, mas também para aperfeiçoar técnicas agrícolas e desenvolver outras atividades do campo. Os imigrantes espanhóis deram sua parcela de contribuição, sua vivência nos núcleos coloniais é revelada pela memória de seus descendentes que ajudam a remontar essa história do passado do estado.

As colônias agrícolas no interior do estado possibilitaram desenvolver suas regiões, principalmente a região Nordeste do Pará. O percurso da estrada de ferro de Belém-Bragança permitiu o surgimento de algumas cidades como Bragança, Igarapé-Açu, Castanhal, Capanema e Marapanim.

¹⁷ As reivindicações sociais estão nas informações de ofícios dos núcleos coloniais do Pará, encontrados no Arquivo Público do Estado.

Ainda que a ideia de incentivar a vinda de imigrantes espanhóis para trabalhar nas colônias agrícolas não tenha alcançado visibilidade ou nem tenha demonstrado fortalecimento da agricultura da região, é importante observar a validade da participação dos espanhóis não só no contexto econômico, mas também no aspecto social de todo o nordeste do estado. Os espanhóis, assim como outros europeus, foram solidários, e souberam manter laços com seus parentes na Espanha. Muitos buscaram seus parentes e os integraram ao trabalho no estado do Pará, criou nas colônias e na capital paraense uma infraestrutura que beneficiava não só os espanhóis, mas também outros imigrantes e nativos, dentre elas estão escolas e hospitais, como as escolas de Benjamin Constant e Monte Alegre e a União Espanhola de Socorros Mútuos.

Nos núcleos coloniais do Pará a principal atividade econômica exercida pelos espanhóis foi na agricultura, principalmente nas plantações de milho, cana-de-açúcar e mandioca. Mas será que todos os imigrantes espanhóis se dedicaram apenas a exercer trabalhos na agricultura?

Diante do que foi exposto, verifica-se que no comércio, na política e em outras profissões como a marcenaria e a hotelaria, esses imigrantes também tiveram sua parcela de contribuição. No caso do núcleo colonial de Benjamin Constant, comerciantes como Manoel Lhamas Veiga, Marcelino Castanho, Antonio Risuenho Castanho, são alguns nomes que aliaram suas atividades agrícolas ao comércio. Eles tiveram uma participação ativa na sociedade bragantina, o que lhes rendeu até lugares na administração pública, como foi caso de Manoel Lhamas e Marcelino Castanho.

O núcleo Benjamin Constant se destacou pelo significativo número de imigrantes espanhóis que acabaram permanecendo na colônia. Havia uma população que mesmo após a emancipação da mesma, não a abandonou. No momento em que isso ocorreu, alguns se direcionaram para a cidade vizinha de Bragança. O povoamento por parte dos espanhóis favoreceu bastante a miscigenação com os nativos da zona bragantina e com outros imigrantes oriundos de diferentes regiões do Brasil, como os cearenses. Os “espanhóis de Bragança” pareceram realmente criar sua própria história, se permitindo a ficar na região e tentar uma vida nova.

Um exemplo de contribuição e riqueza deixada por famílias de imigrantes espanhóis por todo o estado do Pará, na cidade de Bragança, região nordeste do Pará, se vê a herança de prédios residenciais e comerciais deixados por antepassados espanhóis que até hoje ainda estão preservados, além de uma herança étnica e cultural que parece já estar assimilada pela cultura bragantina.

Atualmente, a cidade de Bragança ainda vive das lembranças de sua herança espanhola marcada na memória de seus descendentes. Há uma renovação das gerações de descendentes espanhóis, mas a história não parece ter sido esquecida pelos mais velhos. Os descendentes entrevistados manifestaram saudade do tempo de seus avós, e das histórias da estrada de ferro, relembram o período da imigração no início do século XX como um momento de conquistas e construções pessoais e familiares – as famílias estavam se estabelecendo no local e formando suas primeiras relações sociais. Houve descendentes de espanhóis que não pareciam lembrar ou não se permitiram falar do passado ou relembrar o passado. Alguns por não terem muitas lembranças, outros por não terem mais quaisquer documentos de família que pudessem comprovar essa história de migração.

Além dos espanhóis de Benjamin Constant, outros imigrantes espanhóis tiveram sua parcela de participação na história das migrações no Pará, como foi o caso do núcleo de Ferreira Pena. Alguns possuíam engenhos e se tornaram fabricantes de cachaça e outros fabricavam a farinha de mandioca, se destacaram na agricultura por saber lidar com a terra. Também utilizaram seus terrenos para plantar hortas e cultivar frutos de diferentes tipos.

O núcleo de Jambu-Açu teve seus colonos espanhóis envolvidos na plantação de cana-de-açúcar e fabricação de cachaça, além disso, nas duas colônias, eles souberam se integrar a população nativa. O povoamento foi uma das grandes contribuições que os imigrantes espanhóis de Jambu-Açu deixaram para o Nordeste Paraense. A presença desses imigrantes é numericamente marcante quando se contabiliza o contingente de imigrantes espanhóis alojados na hospedaria do Outeiro e que foram enviados às colônias do interior do Pará, como Benjamin Constant, Jambu-Açu, Ferreira Pena, Marapanim, Santa Rosa e Monte Alegre.

A colônia de Marapanim se destacou pela abundância de madeira de lei, possuía árvores de valor para comercialização no ramo da madeireira. Além disso, foi um núcleo que soube se organizar na agricultura, possuía seu próprio regimento de casa de campo da experiência e realizava constantes atividades de limpeza e roçagem. Houve destaque para o povoamento, pois o núcleo recebeu um contingente significativo que deu condições de fortalecer a população de Marapanim, dando a ela condições de se tornar o atual município. No que diz respeito ao povoamento, não se pode deixar de ressaltar a importância também dos núcleos coloniais de Ferreira Pena e Santa Rosa.

Outro núcleo que merece destaque é o de Monte Alegre, que apesar de não fazer parte do trajeto da estrada de ferro de Bragança, foi uma colônia que também recebeu um número significativo de espanhóis para trabalhar nos campos de plantação. As plantações mais

comuns em Monte Alegre eram de algodão, mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, legumes e frutas, o que mostra a diversidade de produtos alimentícios que o núcleo comercializava.

Além da intensa participação nos núcleos agrícolas, os imigrantes espanhóis tiveram importante participação no desenvolvimento econômico e social da cidade de Belém. A capital paraense foi uma das cidades que atraiu muitos estrangeiros, devido os “ares de modernidade” que herdara da economia da borracha. Muitos imigrantes espanhóis que decidiram não ir para os núcleos coloniais acabaram se instalando na capital para trabalhar em qualquer ramo que pudesse lhes garantir sobrevivência. A população espanhola em Belém soube integrar-se facilmente aos outros estrangeiros, principalmente aos portugueses, isso ocorreu por ser um povo com característica linguística muito próxima. Outro fator importante de adaptação foi o religioso, pois muitos eram católicos, assim como a maioria portuguesa, e também compartilhavam das mesmas festas e celebrações da igreja católica, o que dava ao imigrante certa sensação de proximidade já que grande parte da população de imigrantes espanhóis era católica.

Dentre os benefícios que a comunidade espanhola deixou para a capital paraense, um deles foi a criação da União Espanhola de Socorros Mútuos¹⁸, local destinado a tratar dos espanhóis e seus descendentes que se encontrassem enfermos e sem o apoio familiar.

Em Belém os imigrantes espanhóis criaram formas para não se sentir tão distante da cultura espanhola, faziam eventos no Teatro da Paz e organizavam touradas em praça pública. Os eventos agitavam toda a cidade, eram entretenimentos que passavam a fazer parte dos acontecimentos sociais da capital. A população de Belém era atraída para ver as touradas, muitos espanhóis, portugueses e paraenses, enfim tratava-se de um evento social que tinha como objetivo integrar a comunidade e fazê-la participar de atividades que unissem a todos, enfim, fosse o espaço físico das colônias ou das cidades, os imigrantes espanhóis faziam do espaço um lugar de realizações circunstanciais e conjuntas, provando que dificilmente se pode observar a ação migratória a partir de apenas um método disciplinar. Como afirma Sayad (1998, p. 15), “o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião).”

Diante de tantas contribuições de caráter socioeconômico, é necessário refletir a respeito da representatividade do imigrante espanhol para o estado do Pará, pois é importante observar que existe uma vivência, uma existência desses imigrantes na memória dos seus

¹⁸ Atualmente o prédio é utilizado como biblioteca municipal e faz parte do complexo do Memorial dos Povos.

descendentes e também na memória coletiva do estado. Foi um sujeito que esteve presente no cotidiano dos núcleos colônias e soube fazer parte da experiência agrícola e comercial do nordeste paraense. Sendo assim, acredita-se que a falta de importância dada muitas vezes a esse imigrante espanhol no Pará, no que diz respeito a suas contribuições, compromete a sua visibilidade, não permitindo reconhecer que esse contingente populacional de espanhóis tenha sido fundamental para o desenvolvimento desta parte do Estado Paraense no final do século XIX e no início do século XX.

6.9 A EMANCIPAÇÃO DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS: PARA ONDE FORAM OS ESPANHÓIS?

A política paraense de imigração e colonização com imigrantes iniciada pelos governadores de província do período imperial e que teve prosseguimento no início do período republicano, nos governos de Lauro Sodré (1889-1906) e Paes de Carvalho (1897-1901), vai sofrer significativa mudança de rumo a partir do governo de Augusto Montenegro (1901-1909).

Uma das primeiras medidas do novo governo foi a rescisão dos contratos com os agentes de imigrantes, alegando que eles não cumpriam todas as cláusulas do contrato, além do que o governador considerava que os gastos com a imigração eram vultuosos e os resultados esperados não apareciam. O ponto mais marcante de sua mensagem de setembro de 1901, é o que finaliza o texto quando trata do assunto da imigração como um “mal” que necessita de remédio. E a cura proposta seria a rescisão dos contratos de agentes, mesmo diante de números expressivos de imigrantes estrangeiros no Estado. Montenegro avaliava que a imigração estrangeira era um equívoco de seus antecessores. Considerava que os gastos eram grandes e os resultados não apareciam, isso justificaria a rescisão dos contratos.

E eis com que bases se pretendeu construir o nosso serviço de imigração estrangeira: os resultados só podiam ser os constatados, todos atribuíveis a quem fez tão vexatórios e extraordinários contractos. Para tão grandes males só há um remédio: a rescisão. (Trecho da mensagem de Augusto Montenegro em 10 setembro de 1901. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>).

Em 7 de setembro de 1902, o governador Augusto Montenegro enviou mensagem ao poder Legislativo dando prenúncios de como seria seu novo projeto de colonização. Comunica sua decisão de interromper o serviço de imigração. Deixa clara sua discordância com a política migratória de seus antecessores:

A imigração estrangeira, do modo por que foi tentada entre nós, constituiu o maior dos erros de que a iniciou, por meio de onerosíssimos contratos então assinados. Dela pouco resta e com certeza cada vez mais se apagarão os seus vestígios, ficando somente para atestá-la os enormes dispêndios do Tesouro. (Trecho da mensagem de Augusto Montenegro em 7 setembro de 1902. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A11>).

Conclui a mensagem informando a decisão de emancipar todas as colônias agrícolas. O estado se retira da administração e os lotes são concedidos aos colonos que os ocupavam e a migrantes nacionais que viessem a ocupá-los.

O governador Augusto Montenegro não via a migração estrangeira como algo positivo, se manifestou várias vezes contra a forma na qual havia sido iniciada a imigração estrangeira no estado do Pará. Acreditava que os contratos de imigração eram caros aos cofres públicos do estado e que o peso da migração não se justificava, haja vista que o estado parecia não obter nenhum retorno do investimento feito nesse projeto.

Tabela 30 – População de imigrantes espanhóis dos núcleos coloniais emancipados (1902)

Núcleos coloniais	Imigrantes espanhóis
Jose de Alencar	09
Anita Garibaldi	42
Santa Rosa	63
Marapanim	99
Ferreira Pena	128
Monte Alegre	201
Jambu-Açu	532
Benjamin Constant	711
TOTAL	1.785

Fonte: site do *Center for Research Libraries*. Relatório do Governador Augusto Montenegro de 7 de setembro de 1902. Adaptado pelo autor.

Observa-se que no ano da emancipação, o número de espanhóis era bastante significativo, sobretudo nas colônias de Benjamin Constant, Jambu-Açu e Monte Alegre. Com a emancipação vai aumentar nas colônias o número de nordestinos, sobretudo cearenses e potiguares que já partilhavam essa ocupação com os espanhóis e outros colonos europeus. Segundo Penteado (1967, p. 118), “a substituição do colono estrangeiro pelo nacional processara-se gradativamente e, já na década 1910-1920, os núcleos coloniais eram ocupados quase que somente por nordestinos; só o de Benjamin Constant continuava a ter colonos

brasileiros e espanhóis”. A resistência desses imigrantes espanhóis em abandonar a região se diferenciou de outras colônias. Talvez por já existir um “sentimento” de pertencer a terra, em que o imigrante já se sentia participante da comunidade e já havia construído sua vivência social no lugar que o recebeu, o que parece não ter ocorrido em outros núcleos do estado do Pará.

Uma das medidas que atingiu duramente os colonos de Benjamin Constant foi tomada em 1901, pelo governador Augusto Montenegro quando decidiu cancelar o contrato firmado com a empresa responsável pela construção da via férrea de Decauville que ligava a sede do núcleo ao município de Bragança, posteriormente a obra foi retomada e concluída em 1904, encontrando-se atualmente desativada. Apesar dos problemas decorrentes da situação de emancipados, os núcleos continuaram se desenvolvendo pela iniciativa dos colonos. Em 1908, o núcleo Benjamin Constant possuía 559 lotes ocupados (PALMA MUNIZ, 1916, p. 76).

A colônia de Benjamin Constant apesar de sua crescente produção foi atingida como as outras colônias pelos cortes dos incentivos do governo do Estado. O núcleo passou a ter dificuldades em realizar o transporte de sua produção agrícola. Com isso, muitos imigrantes, dentre eles os espanhóis, passaram a optar pela emigração para cidades maiores, como Bragança e Belém para dedicar-se a outros setores econômicos, como o comércio e o serviço público. Esse deslocamento dos espanhóis em direção a Belém é mostrado nos dados do censo de 1920.

Tabela 31 - Cidades com maior população espanhola no estado do Pará (1920)

Cidades	Homens	Mulheres	Total
Belém	1.658	1.245	2.903
Bragança	74	73	147
Igarapé-Açu	54	46	100
Monte Alegre	35	32	67

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Censo de 1920

Segundo o censo de 1920 havia em todo o estado do Pará 3.355 espanhóis, desses 1.924 eram homens e 1.431 mulheres. Somente em Belém havia 2.903 espanhóis instalados na cidade, sendo 1.658 homens e 1.245 mulheres. Ou seja, Belém era naquele momento a maior comunidade espanhola do estado. Muitos desses moradores tiveram em Belém o seu primeiro destino do percurso migratório. Mas boa parte deles deve ter procurado a capital

motivada pelas dificuldades resultantes da emancipação das colônias agrícolas. Dirigiram-se a Belém para trabalhar no comércio e no setor de serviços.

Para Bragança deslocaram-se muitos descendentes dos antigos moradores da colônia de Benjamin Constant. Em viagem de campo, visitou-se o cemitério da sede da colônia que embora desativado encontrava-se em bom estado de conservação. Verificou-se entre os nomes grafados nos túmulos, um significativo número de espanhóis cujos sobrenomes podem ser encontrados nas listas de passageiros trazidos por Emilio Martins no final do século XIX, como Turiel, Castanho, Arias, Gardunho e Lhamas. Por outro lado, descendentes dessas famílias ainda são moradores de Bragança e outros deslocaram-se para Belém.

As dificuldades encontradas pelos espanhóis nas colônias agrícolas fizeram com que muitos se deslocassem para outros estados brasileiros ou para a Argentina e alguns fizessem a migração de retorno para a Espanha.

Em 1912, visitou o Pará um inspetor espanhol de emigração, Leopoldo D'Ouzouville, que relatou ter a quase totalidade dos espanhóis abandonado as terras porque não haviam conseguido encontrar comprador para elas. Um grande número saiu do estado rumo ao Rio de Janeiro, São Paulo ou Buenos Aires, alguns regressaram à Espanha e o restante permaneceu em Belém (MARTÍNEZ, 2000, p. 247).

Não há dúvida de que Belém se tornou a preferência de muitos imigrantes espanhóis. Isso explica a existência de muitas famílias descendentes de espanhóis na capital paraense que hoje se misturam a outros grupos, nacionais e estrangeiros, para formar uma população com uma identidade mais amazônica.

Sendo assim, é importante mostrar que a população paraense se fortaleceu com a chegada dos imigrantes estrangeiros. Os espanhóis, dentro desse contexto de crescimento demográfico, foram importantes por terem sido a segunda nacionalidade que mais povoou o estado, sendo suplantada apenas pelos portugueses, colaboraram na formação social de muitas cidades do Pará, dentre elas Bragança, Igarapé-Açu, Castanhal, Marapanim e outros municípios próximos aos antigos núcleos coloniais. Isso deu aos espanhóis uma participação positiva dentro da história da imigração no Pará, o que vai de encontro ao que foi apontada como um projeto migratório “fracassado” como foi referido nos trabalhos de Penteado (1967) e Muniz (1916). Há razões para se considerar que a contribuição dos espanhóis das colônias agrícolas do Pará vinha sendo avaliada de um ponto de vista que privilegiava exclusivamente o caráter econômico de sua participação para o desenvolvimento do estado do Pará, deixando de observar outros quesitos que são fundamentais para entender uma sociedade, como sua formação linguística, cultural, religiosa, política e social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS DA PESQUISA

Quais as fronteiras da imigração? Quais as causas que levam os indivíduos a se deslocarem de uma área territorial para outra? Umberto Eco (2006) acredita que hoje, depois de um século XX cheio de imigrantes, encontramos-nos diante de fenômenos incertos. Hoje, dizer se certos fenômenos são de imigração ou de emigração já não faz tanto sentido porque as pessoas transitam a todo instante, sem necessariamente terem que fazer parte de um mesmo lugar. Há certamente um fluxo permanente do Sul para o Norte (os africanos ou médio-orientais para a Europa), os indianos entraram na África e nas ilhas do Pacífico, os chineses estão em todo lugar, os japoneses estão presentes em suas organizações industriais e econômicas, mesmo quando não se deslocam. As respostas para tantos deslocamentos humanos podem estar em razões particulares e coletivas (SAYAD, 1998). Razões estas que podem ser de caráter econômico, político, cultural, religioso e ambiental entre outros. O fato é que as situações migratórias podem ser explicadas de forma muito variada e a interpretação do fenômeno precisa ser revista na atualidade porque existe dificuldade para explicá-lo através das abordagens clássicas.

Os estudos sobre migração são relevantes para a compreensão dos fatos sociais. É necessário que exista um novo olhar no tempo, para que se perceba de forma diferente a figura do imigrante na sociedade atual.

Nesta pesquisa teve-se a oportunidade de estudar a vida dos espanhóis na Amazônia. Pôde-se perceber que no estado do Pará existiu um número expressivo de imigrantes que ajudaram a reconstruir não somente sua história, mas a História da Amazônia no final do século XIX e início do século XX.

Os espanhóis que começam a chegar ao fim do século XIX e ao início do século XX na Amazônia fazem parte da grande migração do início do século XX, que teve início com uma forte campanha dos presidentes de província em favor de uma política migratória estrangeira no estado do Pará. A mesma promoveu uma divulgação do Estado Paraense em outros países da Europa, com objetivo de atrair muitos europeus para servirem de mão-de-obra para trabalhar principalmente na agricultura. Dentre eles, estavam principalmente imigrantes de Portugal, Espanha e Itália.

A pesquisa identificou imigrantes espanhóis no Pará oriundos das comunidades autônomas de Castela e Leão e da Galícia. Porém, foi da Galícia a população de imigrantes que mais contribuiu com o povoamento do nordeste paraense no final do século XIX e início do século XX. Estima-se que somente em 1894 entraram pelo menos 600 imigrantes

espanhóis em terras paraenses. Estes foram os que inicialmente serviram de mão-de-obra agrícola e alavancaram as primeiras plantações de açúcar, arroz, milho, feijão, tabaco e legumes e frutas no interior do estado do Pará.

Esse grande contingente de “galegos” em terras paraenses que aqui se instalaram, contribuíram bastante na agricultura e no desenvolvimento da região. Mas não só isso, pois ao que diz respeito à vivência dos imigrantes espanhóis em colônia, esses provaram saber cobrar seus direitos diante dos administradores de colônia e diferente do que se pensa, nem todos os galegos eram analfabetos, muitos sabiam redigir documentos e produzir seus próprios abaixo-assinados. Havia constantemente envios de reivindicações às instâncias maiores na capital. No geral eram documentos questionadores que reivindicavam algo que não lhes estava sendo garantido, principalmente quando uma promessa havia sido feita pelo governo paraense e não lhes estava sendo cumprida. Como os casos de constantes pedidos de ferramentas, alimentação, falta de dormitórios e utensílios para agasalhar os imigrantes.

Na agricultura foi inegável a habilidade dos imigrantes espanhóis no trato com as terras, a facilidade desse povo em lidar com o solo para os fizeram grande produtores de mandioca, cana-de-açúcar e milho. As suas plantações nos núcleos coloniais do Pará eram prósperas e no período de colheita davam lucros para seus produtores. Utilizavam em muitas vezes esse dinheiro em investimentos em novas plantações e até depósitos bancários.

Em outras cidades, como Bragança, o comércio *Flor da Espanha*, pertencente a um rico comerciante espanhol da região, sr. Manoel Lhamas Veiga, deu frutos tão bons ao seu proprietário que lhe garantiu destaque até na política da cidade.

O fato de Portugal ser um país vizinho da Espanha contribuiu bastante na aproximação dos imigrantes espanhóis com o Pará, haja vista a maior migração estrangeira no estado ter sido de portugueses. Os imigrantes espanhóis em pouco tempo se introduziram no ritmo das cidades amazônicas e logo conseguiram construir laços culturais devido à aproximação linguística que tinham com Portugal e com o próprio Brasil. Deve-se também atentar que o fato dessa aproximação linguística pode ter trazido também perdas a visibilidade de uma cultura espanhola no Pará, pois os portugueses, estando em sua maioria “forçaram” uma integração cultural mais aos hábitos portugueses. Essa discussão necessita mais tempo e mais pesquisas, para que se possa construir um discurso que justifique melhor essa hipótese.

Os espanhóis no Pará se destacaram também pela facilidade em atuar no ramo de atacadistas, algumas beneficiadoras de arroz geralmente pertenciam a espanhóis que tinham facilidade em plantar o arroz, colhê-lo e beneficiá-lo. A família Castanho foi um exemplo disso, já moradora da cidade de Bragança possuía suas pequenas plantações de arroz e o

beneficiavam na sua própria usina de beneficiamento para depois vender seus próprios gêneros alimentícios no comércio da cidade. Ou seja, além de plantá-lo eles mesmos se encarregam de beneficiá-lo e vendê-lo, o que dava à família Castanho um retorno financeiro significativo que os colocava em um lugar de destaque no comércio da cidade.

Um aspecto importante diz respeito à escolha do país por esses imigrantes, pois, como se sabe o Brasil é católico e isso pode ter sido um fator de atração para a vinda desses espanhóis. As manifestações religiosas predominaram nas cidades povoadas por esses imigrantes. A cidade de Bragança é um exemplo disso, pois até os dias de hoje possui uma forte predominância católica e a maior parte de seu povo ainda preserva fielmente todas as tradições de origem cristã.

Sendo assim, as colônias agrícolas do Nordeste Paraense no final do século XIX e início do século XX tiveram ganhos a partir desse contato com o imigrante espanhol. Soube absorver a cultura estrangeira e adaptá-la à nacional, tiveram a miscigenação do seu povo, inovações e aprendizados na tecnologia do plantio para a agricultura. O espanhol soube integrar-se à economia e agricultura local, aprendendo a plantar novas culturas, como a mandioca, além de sua contribuição para o crescimento demográfico das colônias.

A pesquisa possibilitou uma reflexão sobre a importância da imigração espanhola no Nordeste Paraense, sua importância para o crescimento socioeconômico da região e sua participação na formação do povo bragantino. Mas junto a essa descoberta também ficaram muitas inquietações que servirão de desafio para futuras pesquisas, entre as quais:

1. Um estudo a respeito da existência de algum movimento político anarquista liderado por espanhóis na região Norte do Brasil nas primeiras décadas do século XX.
2. Um estudo mais abrangente a respeito das contribuições dos imigrantes espanhóis para o desenvolvimento econômico, social e demográfico do Pará, no qual se possam contemplar outras regiões do estado que tiveram esse mesmo tipo de imigração.
3. Um programa de pesquisa com estudiosos de várias áreas do conhecimento que estejam desenvolvendo estudos interdisciplinares na área de migração que possam participar em conjunto de algumas atividades acadêmicas que realize a socialização de informações e divulguem o atual estado da pesquisa da migração no estado do Pará.
4. Um resgate documental do acervo dos cartórios ainda localizados às proximidades dos antigos núcleos coloniais do Pará, como o cartório do Tijoca, em Benjamin Constant e que possui um acervo vastíssimo, mas está ameaçado de desaparecer pela falta de conservação local.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. F. *História de três famílias*. Imigrantes de pau-dos-ferros e seus descendentes. Belém: Gráfica Salesiana, 1996. v. 2
- ALMEIDA, A. B. *Antropologia do Arquivo da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- AMAZONIA. *Escritório de emigración de España y las islas Baleares y canárias al estado del Pará en la República del Brasil*. Galicia: J. Barreras [1895]. 56 p. il. Retr. s.
- ARAGÓN, L. E. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: _____. (Org.) *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 11-37.
- ARRAES, R.; FIGUEIREDO, A. (Coord.). *Catálogo Belém dos Imigrantes – história e memória*. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf. Acesso em: 28 nov. 2012.
- BACELAR, J. *Galegos no paraíso racial*. Salvador: Ianamá; CEAO/CED/UFBA, 1994.
- BASSANEZI, M. Italianos no Brasil. O que dizem os censos. In: CASTIGLIONI, A. (org.). *Imigração italiana no Espírito Santo*. Uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998. p. 51-80.
- _____. Imigrações Internacionais no Brasil. Um panorama histórico. In: PATARRA, N. (Coord.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. v. 1, p. 1-7.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdfs/rmh/_pdf/178691/per178691_1926_15133.pdf. Acesso em: 9 fev. 2012.
- BOM, H. *Imigrantes: A saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência*, 2. ed. rev. e ampl. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.
- BRAGA, C. M. L. *Memória de imigrantes galegos*. Salvador: CED/UFBA, 1995.
- BRASIL. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Programa Nacional de Política Fundiária. *Legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência*. Coletânea Elaboração de VALENTE, Maria Jovita Wolney, Brasília, 1983.
- BURNS, E. B. Manaus, 1910: Retrato de uma cidade em expansão. *Separata do Jornal de Estudos Interamericanos*, Coral Gables, Florida, USA: Universidade de Miami, v. 7, n. 3, jul. 1965.

CAMINHA, Pero Vaz de. "Carta de Pero Vaz de Caminha" (1500). In: CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa: IN/CM, 1994.

CANCELA, D. C.; CHAMBOULEYRON, R. (Org.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açáí. Centro de Memória da Amazônia. PPCA, 2010, 148 p.

CÁNOVAS, M. K. A fome de terra dos espanhóis. Brasil: País de imigrantes. A trajetória de italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses e árabes que ajudaram a construir a nação. *História Viva*, Pinheiros (SP), v. 9, n. 97, 2011.

_____. *Imigrantes espanhóis na Paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana (1880 – 1922)*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2009.

_____. *Hambre de tierra*. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista 1880-1930. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.

CASTIGLIONE, A. H. Migração: abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração internacional na Pan-Amazônica*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-57.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>. Primeiro acesso em: 25 out. 2010.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Disponível em: <http://www.ufpa.br/cma/imigracao/espanhois/index.html>. Acessos em: 15 set. 2011 e 02 fev. 2012.

CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: INCM, 1957.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1963. v. 2

_____. *A Estrada de ferro de Bragança*. Belém: SPVEA, 1955.

DAOU, A. M. *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

DEMARTINI, Z. B. F.; TRUZZI, O. (Org.). *Estudos migratórios*. Perspectivas metodológicas. São Paulo: EDUFSCAR, 2005.

DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICAS. *Recenseamento Geral do Brasil 1920*. Rio de Janeiro, 1920.

_____. *Censo Demográfico 1872*. Rio de Janeiro, 1872.

ECO, U. *Cinco escritos morais*. Trad. Eliana Aguiar, 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

EMMI, M. F. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: EDUFPA, 2008.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO. Boris (Org.). *Fazer a América*, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, R.; COSTA, E. E. Compreendendo a imigração espanhola no Pará (1896-1899): Um estudo a partir das passagens grátis como fontes de informação. *Transinformação*. Campinas, SP, jan./abr. 2011

FONTES, E. J. O. “*Preferem-se portugueses(as)*”: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará. (1885-1914). 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GATTAZ, A. C. *Braços da resistência*. Uma história oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996.

GIRON, L. S. Leituras da imigração. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA, 10. 996, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: EDUSCS, 1999. p. 116-131.

GOULART, A. C. *Um cenário mefistofélico*: gripe espanhola no Rio de Janeiro. 2003. 236f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

GRANOVETTER, Mark S. Economic action and social structures: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

GUIMARAES, L. M. P. Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana. O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2 (jul/dez. 1997), 1998, p. 179-198.

HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: POVOA NETO, H; FERREIRA. *Cruzando fronteiras disciplinares*. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Ravan, 2005. p. 35-46.

HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, H. S. Migração internacional na história da América. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 13-31.

_____. *A imigração espanhola no Brasil*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1994.

LACERDA, Franciane Gama. Vida cotidiana em núcleos coloniais do Pará na virada do século XIX para o século XX. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açaí, 2010. v. 2, p. 67-68.

_____. *Migrantes cearenses no Pará*: Faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. 340f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEE, Everett. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, Hélio D. (Coord.) *Migração interna*: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 89-114.

- LEVY, M. S. F. O Papel da migração na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, São Paulo, n. 8, p. 40-90, 1974. (Suplemento)
- MARQUES, Heraldo José Pamplona. *Imigração espanhola no estado do Pará (1875-1900)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América 2000*, 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 239-271.
- MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira (1880-1930). *Rev. História*, São Paulo, n. 121, p. 5-26, dez. 1989.
- MATOS, Maria Oneide da Silva Matos. *Viagem no trem do passado: a extinção da estrada de ferro de Bragança*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - UFPA/Campus Universitário de Bragança, 1992.
- MIRANDA, W. M. Arquivos e memória cultural. In: SOUSA, E. M. de; MIRANDA, W. M. (Orgs). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 35-42.
- MORTARA, G. A. Imigração Italiana no Brasil e algumas características demográficas do grupo italiano de São Paulo. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 323-336, 1950.
- MUNIZ, P. *Imigração e colonização*. História e estatística (1616-1960). Belém: Imprensa Oficial do estado do Pará, 1916.
- NUNES, F. A. *A semente da colonização: um estudo sobre a colônia agrícola de Benevides, (Pará, 1870-1889)*. 2008. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- OLIVEIRA, J. R. G. *De vila Cuera a Bragança*. Bragança, PA: Ed. Amazônia, 2008.
- OLIVEIRA, L. L. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- PATARRA, N. Migrações Internacionais. Herança XX. Agenda XXI. *Programa Interinstitucional de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil*. Campinas: Difel, 1996.
- _____. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: o período pós-30. In Boris Fausto. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986.
- PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas. *Paper n. 11*, Lisboa: Centro de investigação em sociologia econômica das organizações, Instituto superior de economia e gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2004.
- PENTEADO, A. R. *Problemas de Colonização e uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Belém: UFPA, 1967. v. 1

PERES, H. P. *A inexistência da terra firme*. A imigração galega em São Paulo (1946-1964). São Paulo: EDUSP; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PRADO, E. *A ilusão americana*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2005.

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. Breves Reflexões sobre o Problema da Imigração urbana. O caso dos Espanhóis no Rio de Janeiro (1884-1914). Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 183, jul./dez. 1997.

RICHMOND, A. H. *Immigration and ethnic conflict*. London: the Macmillan Press Ltda, 1988.

ROCHA, Ilana Peliciari. *Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890- 1920*. 2007. 176f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTIAGO, S. Uma Literatura nos trópicos. *Ensaio sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Os estudos históricos sobre migração no Brasil. In: FERREIRA, Ademir Parelli (Org.). *A experiência migrante*. Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, M. N. A 'Galícia' paraense: imigração espanhola em Belém do Pará (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *Tópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. 1. ed. Belém: Açai, 2010a, v. 1, p. 201-218.

_____. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010b. v. 1. 230 p.

_____. "Tauromachia", Tauromania: migrantes galegos e práticas culturais em Belém na virada do século XIX para o XX. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *Migrações na Amazônia*. Belém: Açai, 2010c. v. 2, p. 55-66.

_____. Os portugueses na cidade: trabalho e cotidiano (Belém - 1900). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (Org.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. 1. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009. v. 01, p. 177-187.

_____. "O Colyseu: arena de touros e toureiros do além-mar- Belém do Pará (1894-1900)". In: MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando; HECKER, Alexandre (org.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru (SP): EDUSC, 2008. p. 321-335.

_____. A Cidade de Belém no Tempo da Borracha. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Org.). *Contando a História do Pará - Os conflitos e os Grandes Projetos na Amazônia Contemporânea (Séc. XX)*. 1 ed. Belém: E. Motion, 2002. v. 2, p. 3-25.

_____. Um outro olhar sobre a Paris dos trópicos - Belém, 1897-1911. In: SOLLER, Maria Angélica; MAT, Maria Izilda (Org.). *A cidade em debate*. 1. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1999, v. , p. 49-74

SARMIENTO, E. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. 1. ed. Santiago de Compostela: USC-Universidade de Santiago de Compostela, 2007. v. 1. 520 p

SASAKI, E.; ASSIS, G. O. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12. Caxambu (MG), 2000. *Anais...*, Campinas: ABEP, 2000.

SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SCHULZ, J. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCOTT, A. S. V. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil* (décadas de 1820-1930). 2001. (*Paper* apresentado ao Congresso de História Econômica de Zaragoza)

SEYFERTH, G. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: POVOA NETO, H; FERREIRA, A. (Org.) *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 17-34.

SIQUEIRA, J. L. F. *Trilhos: o caminho dos sonhos*. Memorial da Estrada de Ferro de Bragança. Bragança: Prefeitura Municipal de Bragança, 2008.

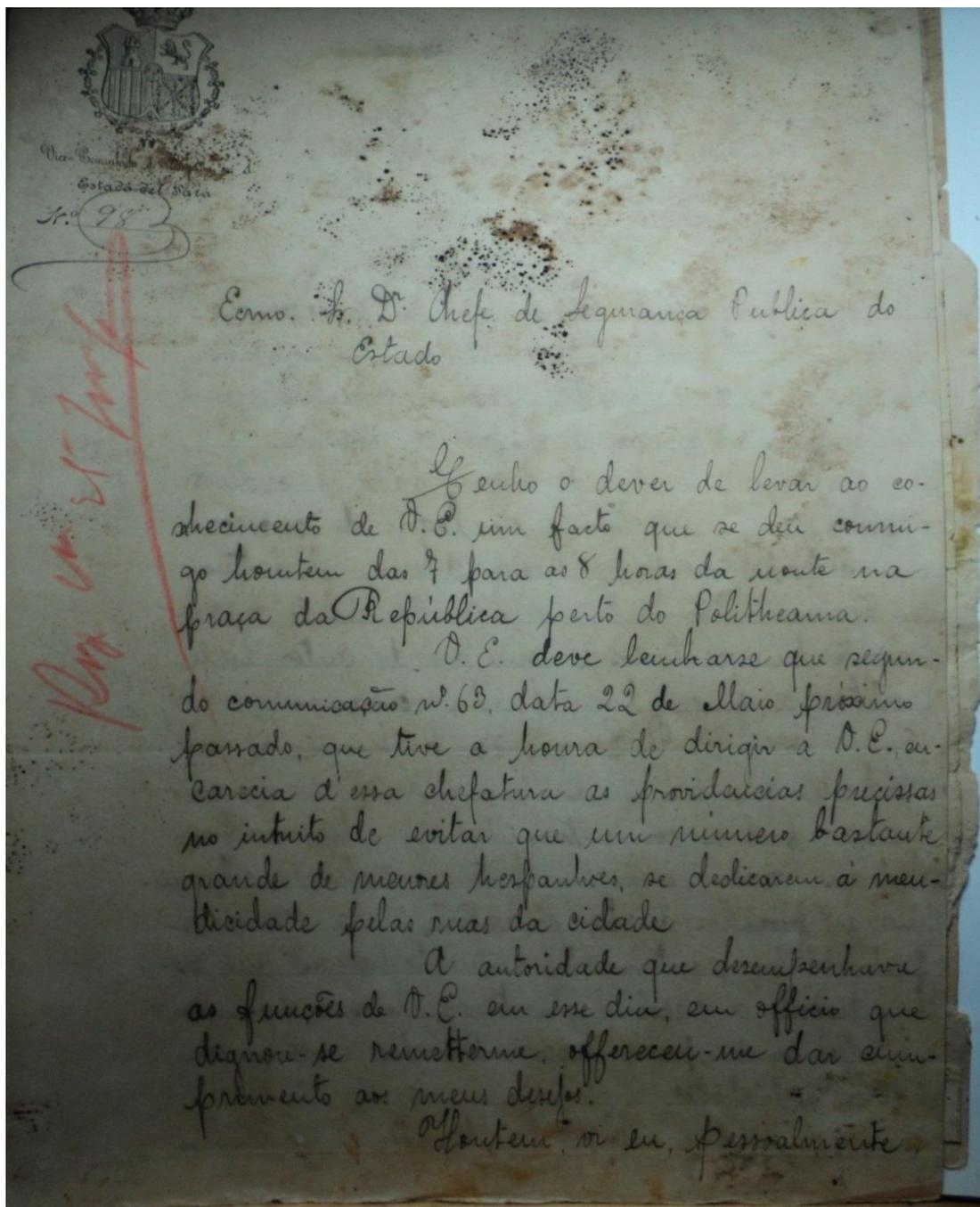
SOUSA, I. I. *Espanhóis: história e engajamento*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006. (Série Imigrantes no Brasil)

VIDAL, J. P.; MANRESA, R. I. *La utopia obrera*. Historia del movimiento de los trabajadores españoles. Barcelona, Espanha: Flor del Viento, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

ANEXOS

ANEXO A - OFÍCIO DO CONSULADO (25 DE JUNHO DE 1900)



ANEXO A (cont.)

alguns meiores implorar a caridade, e em grave prejuizo da dignidade da Colonia hespanhola, chamei um dos referidos meiores, sujeito e mandei buscar as pracas de serviço de ronda.

Quando tinha dado as ordens opportunas appresentou-se no logar do successo um cidadão muito conhecido d'essa chefatura de nome Leão Gitau, e fazendo alarde de sentimentos humanitarios e com ar de autoridade facilitou a fuga da referida creança.

D. E. que comprehende a necessidade que ha de limpar as ruas de meiores que podem com o trabalho ser uteis ao pais em que vivem, e a sua patria. Cabeudo ademais que ao proceder d'esta maneira não são impulsados por sentimentos ruins toda vez que estão dispostos a recolhel-os entregando-os a familias honestas onde possam ser educados, e com consideração tratados.

O proceder do referido Sr. Gitau

ANEXO A (cont.)

nao foi correcto, como incorrecto foi tambem o das praças que em sentido de trosa, deixaram fugir o pequeno, não querendo reconhecer a minha autoridade, ante um publico numeroso que presenciou o facto.

Espero que V. E. ha de procurar não se repitam essas vergonhosas occorrencias, mandando appresentar n' este Consulado, não somente os menores de nacionalidade hespanhola, como todos os velhos, velhas e inuteis que se dediquem a mendicancia, com o proposito de indagar si e por precisão que pedem emula ou se adoptaram aquelle trabalho como mais lucrativo e facil meio de vida.

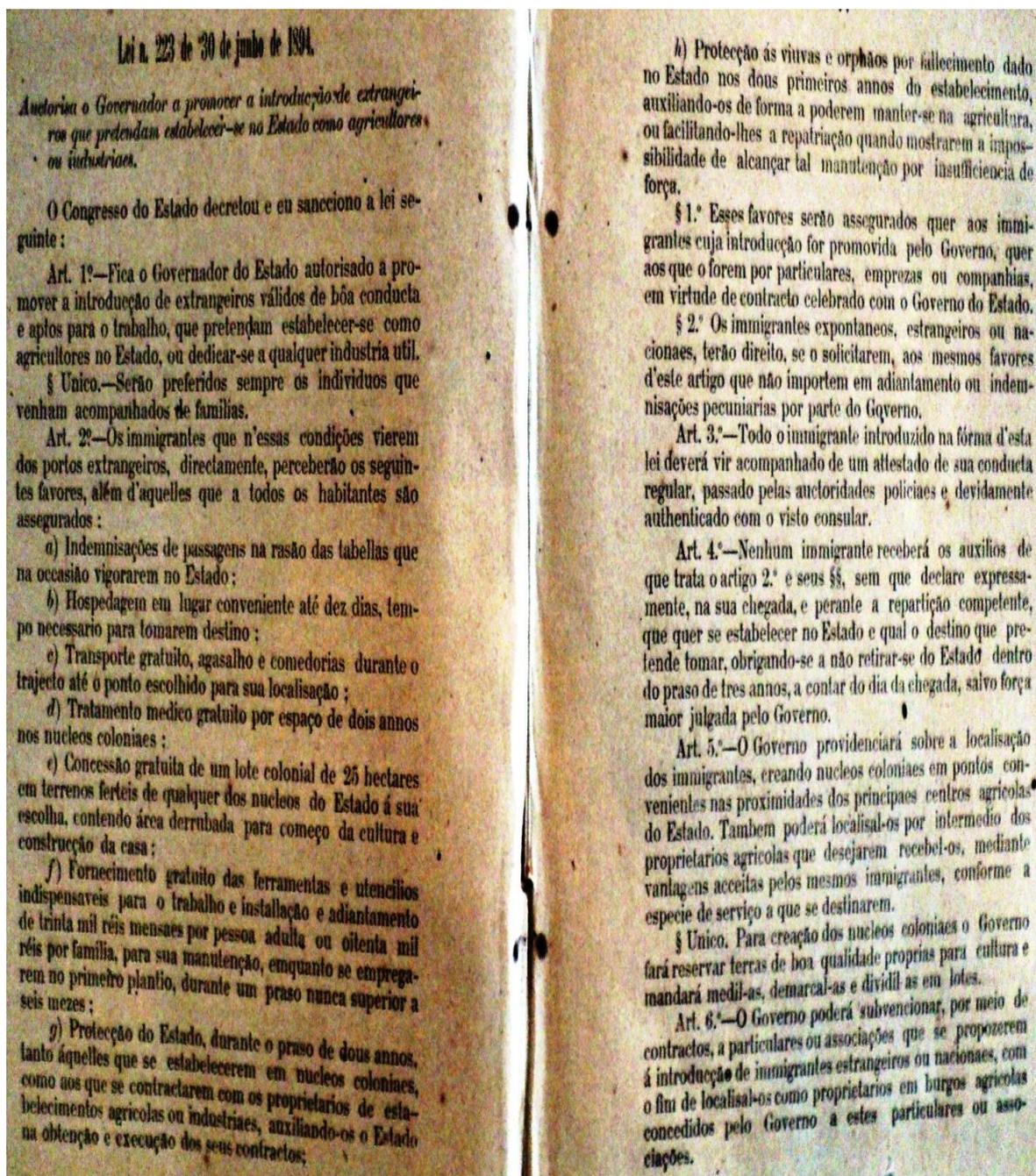
Confiaudo na benevolencia de V. E. aproveito esta occasião para saudalos com a mais distincta consideração

Deleu, 25 de Junho de 1900

Saude e Fraternidade

Francisco Goncalves

ANEXO B - LEI 223 DE 30 DE JUNHO DE 1894



ANEXO B (cont.)

§ Unico. Estes immigrants gozarão dos favores do art. 2.º e nas mesmas condições.

Art. 7.º—O Governo fiscalisará a execução dos contractos feitos entre os immigrants e os particulares ou associações.

Art. 8.º—Os concessionarios de burgos agricolas de que trata o art. 6.º terão direito a obter nas estradas de ferro do Estado a redução de 50 % nos preços de transporte para as suas cargas e gratuidade quanto aos atencilhos de lavoura e materiaes mechanicos ou de constracção destinados aos seus estabelecimentos, além da redução de 60 %, no custo dos terrenos devolutos que para esse fim adquirirem.

Art. 9.º—O Governo é auctorizado a fazer acquisição de um edificio fóra do centro da cidade, para a recepção e hospedagem dos immigrants.

Art. 10.—Sem que estejam discriminados os lotes de um ou mais nucleos coloniaes e preparado o edificio para a hospedaria, não terá começo a introdução dos immigrants.

Art. 11.—Este serviço fica a cargo da Repartição de Obras Publicas com os auxiliares que necessitar, devendo o Governo expedir Regulamento para a execução d'esta lei, dentro de seis mezes.

§ Unico. Os auxiliares de que trata este artigo serão de nomeação do Governador do Estado e perceberão somente gratificação.

Art. 12.—Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, que seja cumprida fielmente a presente lei.

• Palacio do Governo do Estado do Pará, 30 de Junho de 1894. 6.º da Republica.—Luzio Souza.

O Secretario, *Manoel Boena.*

ANEXO B (cont.)**TRANSCRIÇÃO DA LEI 223, DE 30 DE JUNHO DE 1894**

Autoriza o Governador a promover a introdução de estrangeiros que pretendam estabelecer-se no estado como agricultores ou industriais.

O congresso do Estado decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art.1º - Fica o governador do Estado autorizado a promover a introdução de estrangeiros válidos de boa conduta e aptos para o trabalho, que pretendam estabelecer-se como agricultores no Estado, ou dedicar-se a qualquer indústria útil.

§ Único. - Serão preferidos sempre os indivíduos que venham acompanhados de famílias.

Art. 2º - Os imigrantes que n'essas condições vierem dos portos estrangeiros, diretamente, perceberão os seguintes favores, além d'aquelles que a todos os habitantes são assegurados:

- a) Indenizações de passagens na razão das tabelas que na ocasião vigorarem no Estado;
- b) Hospedagem com lugar conveniente até dez dias, tempo necessário para tomarem destino;
- c) Transporte gratuito, agasalho e comedorias durante um trajeto até o ponto escolhido para sua localização;
- d) Tratamento médico gratuito por espaço de dois anos nos núcleos coloniais;
- e) Concessão gratuita de um lote colonial de 25 hectares em terrenos férteis de qualquer dos núcleos do Estado á sua escolha, contendo área derrubada para começo da cultura e construção da casa;
- f) Fornecimento gratuito de ferramentas e utensílios indispensáveis para o trabalho e instalação e adiantamento de trinta mil reis mensais por pessoa adulta ou oitenta mil reis por família para sua manutenção, enquanto se empregarem no primeiro plantio, durante um prazo nunca superior a seis meses;
- g) Proteção do Estado, durante o prazo de dois anos, tanto aqueles que se estabelecerem em núcleos coloniais como aos que se contratarem com os proprietários de estabelecimentos agrícolas ou industriais, auxiliando-os o estado na obtenção e foi execução de seus contratos,
- h) Proteção às viúvas e órfão por falecimento dado no estado, nos dois primeiros anos do estabelecimento auxiliando-os de forma a poderem manter-se na agricultura, ou facilitando-

lhes a repatriação quando mostrarem a impossibilidade de alcançar tal manutenção por insuficiência de força,

§1º. Esses favores serão assegurados quer aos imigrantes cuja introdução for promovida pelo governo, quer aos que o forem por particulares, empresas ou companhias, em virtude de contrato celebrado com o Governo do estado.

§2º. Os imigrantes espontâneos, estrangeiros ou nacionais, terão direito, se o solicitarem, aos mesmos favores deste artigo que não importem em adiantamento ou indenizações pecuniárias por parte do governo.

Art. 3º - Todo imigrante introduzido na fôrma desta lei deverá vir acompanhado de um atestado de sua conduta regular, passado pelas autoridades policias e devidamente autenticado com o visto consular.

Art. 4º - Nenhum imigrante receberá' os auxilio de que trata o artigo 2 e seus \$\$, sem que declare expressamente, na sua chegada, e perante a repartição competente, que quer se estabelecer no Estado e qual o destino que pretende tomar, obrigando-se a não retirar-se do Estado dentro do prazo de três anos, a contar do dia da chegada, salvo força maior julgada pelo governo.

Art. 5º - O Governo providenciará sobre a localização dos imigrantes. Criando núcleos coloniais em pontos convenientes nas proximidades dos principais centros agrícolas do estado. Também poderá localizá-los por intermédio dos proprietários agrícolas que desejarem recebê-lo, mediante a vantagens aceitas pelos mesmos imigrantes, conforme a espécie de serviço a que se destinarem.

§ Único – Para criação dos núcleos coloniais o governo fará reservar terras de boa qualidade próprias para cultura e mandará medi-las, demarcá-las e dividi-las em lotes.

Art. 6º - O governo poderá subvencionar por meio de contratos, a particular ou associações que se propuserem a introdução de imigrantes estrangeiros ou nacionais, com o fim de localizá-los como proprietários em burgos agrícolas concedidos pelo governo e estes particulares ou associações.

§ Único – Estes imigrantes gozaram de favores do art. 2 e nas mesmas condições.

Art. 7º - O governo finalizará a execução dos contratos feitos entre os imigrantes e os particulares ou associações.

Art. 8º - Os concessionários de burgos agrícolas de que trata o art. 6º terão direito a obter nas estradas de ferro do estado a redução de 50% nos preços de transporte para as suas cargas e gratuidade quanto aos utensílios de lavoura e materiais mecânicos ou de construções destinados aos seus estabelecimentos, além de uma redução de 60% no custo dos terrenos devolutos que para esse fim adquirirem.

Art. 9º - O governo é autorizado a fazer aquisição de um prédio fora do centro da cidade, para recepção e hospedagem dos imigrantes.

Art. 10º - Sem que estejam discriminados os lotes de um ou mais núcleos coloniais e preparado o edifício para hospedaria não terá começo a introdução dos imigrantes.

Art. 11º - Este serviço fica a cargo da repartição de obras públicas com os auxiliares que necessitar devendo o governo expedir regulamento para execução esta lei, dentro de seis meses.

§ Único – Os auxiliares de trata este artigo serão de nomeação do governador do estado e perceberão somente gratificação.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, que seja cumprida fielmente a presente lei.

Palácio do Governo do estado do Pará. 30 de Junho de 1894. 6ª da República – Lauro Sodré.

O secretário, Manoel Baena.

**ANEXO C - PERFIL DO IMIGRANTE DESCRITO NA PROPAGANDA
IMIGRATÓRIA DO PARÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

- A. Marido e mulher sem filhos, não poderiam ter mais de 45 anos de idade.
- B. Marido e mulher sem filhos ou enteados, devem não deixar de casar antes dos 45 anos, e ter pelo menos um homem útil para o trabalho.
- C. Viúvo ou viúva com filhos ou enteados devem ter sempre um homem útil.

A estas famílias poderiam agregar-se:

- D. Irmãos e irmãs e cunhados solteiros que tenham menos de 45 anos e seja o cabeça de família.
- E. Podem também ser aceitos os irmãos e irmãs e cunhados maiores de 45 anos quando haviam vivido com família.
- F. Os ascendentes de chefes de família, o pai e a mãe, o avô e a avó do marido ou da mulher cabeça de família.
- G. Os sobrinhos e enteados, órfãos de irmão ou irmã chefe de família e que vivem agregados a ela.
- H. Esposo que foi criado na mesma família a qual vive.
- I. Avô e avó, com filhos, com filhos, genros, noras netos, sempre que haja entre eles um homem útil para o trabalho.
- J. As mulheres casadas quando unirem-se aos seus maridos empregados no trabalho do campo, levando seus filhos.
- K. Os indivíduos solteiros com mais de 15 anos e menores de 45 anos, quando provarem terem sido chamados por seus parentes e estabelecidos na lavoura.
- L. Excetuando-se o chefe de família, não deve ter o imigrante mais de 45 anos.
- M. Os primos não são considerados parte da família.
- N. Os sobrinhos também serão excluídos, salvos os incluídos na cláusula G.
- O. Os netos são do mesmo modo excluídos, exceto se estiverem incluídos na cláusula I.
- P. O parentesco, assim como profissão serão examinados por seus passaportes e a faltas destes, por documentos das autoridades, os mestres de oficinas e estabelecimentos serão visados pelos cônsules brasileiros.
- Q. A admissão de emigrantes se dará preferência aos que forem chamados por parentes e já estabelecidos pela agricultura do estado.

Havia também regras para a permissão de embarque, algumas diretrizes eram:

1. Meninos com idade de 15 anos deveriam apresentar certidão de batismo se forem desta ou de outra província (deveram passar por visto), autorização dos pais ou tutores com autorização da prefeitura ou com visto do respectivo governo de província, certificação de não estar sendo processado, expedido pela prefeitura do local, também com visto do governador da respectiva província.

2. Meninos de 15 a 19 anos deveram seguir os mesmos requisitos do quesito nr. 1 (meninos com idade até 15 anos), mas com cédula pessoal (espécie de identidade), deveriam realizar o depósito de 1,500 pesetas em moeda na Tesouraria da capital da província de onde iria realizar o embarque, responderia com responsabilidade pela casa de campo, fazenda, sítio ou chácara.

3. Rapazes de 19 a 25 deveriam apresentar cédula pessoal e os mesmos requisitos do quesito nr. 1, apresentar um certificado em que declarasse ser livre de qualquer responsabilidade ou trabalho em casa de campo, fazenda, sítio ou chácara, expedida pela comissão mista de recrutamento. Em caso de haverem sido excluídos e não haver cumpridos os doze anos da lei, ou se achassem com as reservas, deveriam ter autorização do capitão geral do distrito para ausentar-se até quando desejar.

4. Homens de 25 a 40 anos apresentariam cédula pessoal e licença absoluta ou certificação de estar livre de qualquer responsabilidade ou trabalho em casa de campo, fazenda, sítio ou chácara (os com 40 anos que estiverem com sua certidão de batismo não precisarão desta certificação), certificação de não estar sendo processado, expedido pela prefeitura do local, também com visto do governador da respectiva província.

5. Mulheres casadas deveriam apresentar cédula pessoal, permissão de seus maridos com visto da prefeitura local, certificação de não estar sendo processada, expedido pela mesma prefeitura do local e visada pelo governador da respectiva província.

Nota: O casal que viajar em companhia necessita apresentar os documentos de casamento e as certidões de seus filhos que estiverem em sua companhia, devendo todos estar devidamente legalizados.

6.Solteiras até 25 anos deveram apresentar cédula pessoal, documento de permissão de seus pais ou tutores, certificado de não esta sendo processada e nem sofrer condenação, expedida da mesma forma que foi indicada nos números anteriores.

7.Solteiras maiores de 25 anos deveriam passar pelas mesma exigências dos números anteriores, com exceção apenas do documento de permissão de seus pais, na falta de apresentação de qualquer documento ou dos requisitos exigidos não permitirá a expedição de nenhuma autorização de embarque. A expedição da dita autorização de governo de província é completamente gratuita de toda classe de direito, comissões, mas deverão ser marcados com a lei vigente, com timbre, haverão de ser inutilizados quando forentregue a presença do portador da mesma.

Barcelona, 20 de Fevereiro de 1900.

O governador

Eduardo Sanz e Escartín

Fonte: AMAZONIA. Escritório de emigración de España y las islas Baleares y canárias al estado del Pará en la República del Brasil. Galicia: J. Barreras [1895]. 56 p. il. Retrs. Localizado no CENTUR, seção obras Raras, nº de chamada: 908(811.5)_A479a_030

ANEXO D – LISTA DE PASSAGEIROS DE EMILIO DE CASTRO (FAMILIA
CASTANHO PEINADO)



REMESSA *Primera*

ESTADO DO PARÁ

Immigração e Colonização

Lista dos immigrants hispanhicos embarcados no porto de Vigo com destino á Hospedaria estado al de Belém, por conta do contracto Emilio S. de Castro Martins no vapor Paracense que sahe hoje de Agosto de 189.

N.º de passageiros	NOMES E COGNOMES.	IDADES.				Parentesco com o chefe da familia.	ESTADO.	Profissão.	Provincia de origem.	OBSERVAÇÕES.
		MAIO DE 1896	DE 1896	DE 1896	DE 1896					
	Juan Collazo Mangat	32	"	"	"	Tijfo	Carada	Labrador	Sabana	
	Gregorio Galache Castuca	30	"	"	"	esposa	Carada	em casa	idem	
	Juliana Mangas Castuca	60	"	"	"	marido		idem	idem	
	Emilia Collazo Castuca	"	"	2	"	filha		idem	idem	
	Domingo Nivin Gonzalez.	38	"	"	"	Tijfo	Carada	Labrador	idem	
	Domiana Collazo Mangas	25	"	"	"	esposa	Carada	em casa	idem	
	Agustina Nivin Collazo	16	"	"	"	filha	Solto	Labrador	idem	
	Liborio Nivin Collazo	13	"	"	"	idem	idem	idem	idem	
	Maria Nivin Collazo	"	"	"	2.	filha			idem	
	Agapito Canada Ferraz.	34	"	"	"	Tijfo	Carada	Labrador	idem	
	Agustina Benito Bar.	34	"	"	"	esposa	Carada	em casa	idem	
	Emilia Canada Bar.	"	"	"	2.	filha			idem	
	José Ferraz Carada	33	"	"	"	Tijfo	Carada	Labrador	idem	
	Marciana Pacheco Martins	35	"	"	"	esposa	Carada	em casa	idem	
	Marciano Ferraz Pacheco	"	9	"	"	filho			idem	
	Agustina Ferraz Pacheco	"	"	"	1.	filha			idem	
	Angel Castano Pereira	45	"	"	"	Tijfo	Carada	Labrador	idem	
	M.ª Gregorio Pinato Nunes	41	"	"	"	esposa	Carada	em casa	idem	
	Juliana Castano Pinato	15	"	"	"	filha	Solto	idem	idem	
	Marcia Castano Pinato	13	"	"	"	filha	Solto	Labrador	idem	
	Leonor Castano Pinato	"	10	"	"	idem			idem	
	Maria Castano Pinato	"	"	"	1.	idem			idem	
	Agustina Castano Pinato	"	"	"	1.	idem			idem	
	Gregorio Galache Castuca	34	"	"	"	Tijfo	Carada	Labrador	idem	
	Emilia Collazo Costa	31	"	"	"	esposa	Carada	em casa	idem	
	Maria Galache Collazo	"	7	"	"	filha			idem	
	Marciana Galache Collazo	"	"	"	"	idem			idem	
	Emilia Galache Collazo	"	"	"	2.	idem			idem	

Fonte: Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1896; Caixa: (Lista de passageiros); Pasta 01.

ANEXO E - OFÍCIO DO NÚCLEO COLONIAL DE BENJAMIN CONSTANT

Núcleo Colonial Benjamin Constant, em 05 de junho de 1899

Senhor Inspetor Geral de terras e colonização

Venho comunicar-vos um facto triste, horripilante e que causa indignação a qualquer pessoa, o colono hespanhol (SIC) Cipriano Arias , do lote nr 02, 1ª transversal da estrada do Maranhão, estuprou a inocente Thomasia, de hannos (SIC) de idade, filha do colono hespanhol, Dimas Sanches do lote nr 01 da mesma estrada.

Comuniquei o fato a prefeitura da comarca de Bragança e os paes (SIC) foram verbalmente dar queixa.

O monstro apanhado em flagrante delicto (SIC) pela desventurada mãe da inocente e infeliz criança, evadio-se para a mata, onde os repteis nojentos e venenosos não o aceitaram com os seus / vis receiando serem por ele (SIC) contaminados.

Tenho ainda que comunicar-vos que o colono hespanhol Santos Prado / do lote nr 21 a esquerda do rio “Tijoca “ foi vítima de sua im / dência ao derrubar um / que caindo sobre ele esmigalhou completamente o craneo (SIC), testemunhou se facto (SIC) deixou viúva sem filhos.

Comunico-vos mais que, morreu a viúva Candida Fernandes, do lote, do lote nr 13 a esquerda do rio Tijoca deixando na orfandade três filhos, sendo um de três a quatro anos, peço-vos que determinio (SIC) o que fazer destes orphãos (SIC) que viviam em companhia desta viúva as mãe Maria Bill / ar de C / nnos, sua irmã de nome Paula / de vinte anos de idade acho-as incapazes de tomarem conta dos orphãos.

Saude e Fraternidade

João Regio e Lima Valverde

Administrador

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia Benjamim Constant

ANEXO F - REQUISIÇÃO DE IMIGRANTE

Requisição de imigrante.

Evandro Canellas Buella, de nacionalidade heipombrota, estabelecido na lavouira d'este Estado, no Núcleo Colonial de Jambú-Açu, Município da Capital, solicita a vinda de seus parentes abaixo designados, que actualmente se acham em Tornel-las do Bulló, Província de Orense do Reino de Heipombra, e que são destinados áquellez indústriaz.

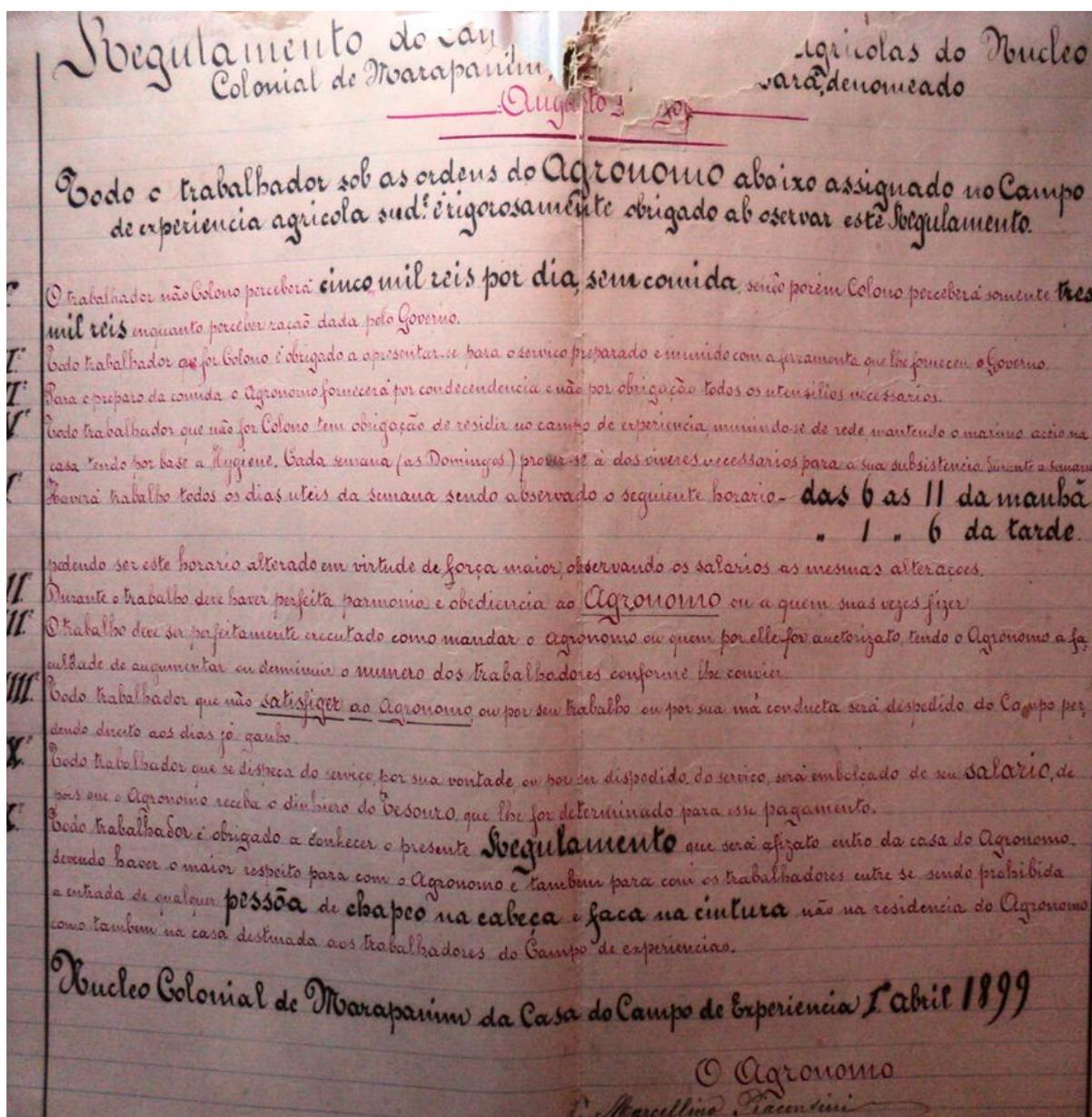
<i>Nomes e sobrenomes</i>	<i>Parentesco</i>
<i>Gumerinda Goncalves</i>	<i>Mulher</i>
<i>Caridade Canellas</i>	<i>Filha</i>
<i>Suzana Canellas</i>	<i>Idem</i>
<i>Flora Canellas</i>	<i>"</i>
<i>Carmen Canellas</i>	<i>"</i>
<i>Pillar Canellas</i>	<i>"</i>
<i>Ricardo Canellas</i>	<i>Filho</i>

Núcleo Colonial de Jambú-Açu 5 de maio de 1897.

Evandro Canellas

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia Jambú-Açu.

ANEXO G - REGRAS DA CASA DE CAMPO DA EXPERIÊNCIA DA COLÔNIA DE MARAPANIM



Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspeção de terras e colonização; Série Offícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Marapanim.

**ANEXO H - OFÍCIO DE MATRICULA DE COLONOS ESTRANGEIROS DA
COLONIA DE MARAPANIM**

Estrangeiros

Matricularam-se 455 colonos sendo
262 do sexo masculino e 193 do sexo fe-
menino

Retiraram-se 13 do sexo masculino e
7 do sexo feminino

Falleceram 5 do sexo masculino e 4 do
sexo feminino

Existentes 122 do sexo masculino e 109
do sexo feminino

Recapitulação

Matriculados		2842
Retirados	1851	
Fallecidos	87	
Existentes	904	2842

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Marapanim.

ANEXO I - FORNECEDORES FERRAMENTAS DA COLÔNIA DE MARAPANIM

A. J. Ramos N.^o fornecedores das
ferramentas seguintes.

Bulas de ferro umaltados.

ANEXO I (cont.)

Ribeiro da Silva, 16^a, fornecedor
das ferragens seguintes:

Assadeiras de ferro
Caldeirões de ferro
Chaliras de ferro
Casas de chicaras
Ferrinas de ferro

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia Jambu-Açu.

ANEXO J - FORNECEDORES DE ALIMENTOS DA COLÔNIA DE MARAPANIM

Vicente Ferrira de Hollanda, forne-
cedor dos generos seguintes:

Farinha moída
Farinha de trigo
Farinha secca
Farinha d'agua
Vinagre
Banha

ANEXO J (cont.)

Robalo Ferreira N.^a fornecedores
dos gêneros seguintes:

Cebollas
Massa para sopa
Arroz
Sal
Manteiga

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Marapanim.

ANEXO J (cont.)

Bentes e Truão, fornecedores das
generos seguintes:

Tabão
Suucar
Arroz
Batatas
Café em grão
Pimenta em grão
Carne secca
Frijão preto
Farelo
Bacalhao
Milho
Alhos
Thospstros

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspeção de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Marapanim.

**ANEXO K - FORNECEDOR DE MEDICAMENTOS DA COLÔNIA DE
MARAPANIM**

*União Bahia, fornecedora dos me-
dicamentos seguintes:*

Pastilhas de antipirina
Tincho quinaço
Tincho ferroginoso
Óleo de ricino
Tincho juuna e shuibarbo
Tincho he Roy
Quiniun Habataque
Analgesina
Sal pyretico
Glicerina
Raix de valeriana
Chloral hidratado
Ergotina
Theriacalina
Tomitório de ipeca
Fios de Cattegut e atadutas
Enchotre
Alcool
Acido sulphurico
Tintura de ipequana
Tintura de Belladonna
Tintura de bacoa larga

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Marapanim.

**ANEXO M - FOLHA DE PONTO DO NÚCLEO DE SANTA ROSA
(RESPONSABILIDADE DE RAMON BOTAS)**

Lista de pessoal espanhol que trabalhou sob a direção do Cabo Ramon Botas, relativo ao mês de julho de 1899.

Número	Classe	Nomes	Dias trabalhados												Observações	
			0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		12
1	Cabo	Ramon Botas													10	#v
2	Tab.	Alcalde Martin Veiga													9	✓
3	"	Alciguel Thomas													8	✓
4	"	Pedro Prado													8	✓
5	"	Suiz Traite Tabayo													7	✓
6	"	Bergerio Jorgales													8	✓
7	"	Sernando Sernandes													8	✓
8	"	Esteban Perez Rayares													8	✓
9	"	Alciguel Redondo													8	✓
10	"	Santiago Romanes													8	✓
11	"	João Rodrigues													7	✓
12	"	Manuel Pina Garcia													8	✓
13	"	Manuel Pina Pinto													8	✓
14	"	Campeiro Panga Oliva														Trabalha de empreitada
15	"	Pancacia Mingo														"
16	"	Antônio Anonimou Goni													7	✓
17	"	Pascual Pinaud Botas													7	✓
18	"	Antonio Pina													8	✓

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, Série: Imigração (Listagem, Espanhóis e Italianos). Ano: 1896-1898. Caixa: 29, pasta 01.

ANEXO N - FOLHA DE PAGAMENTO DO NÚCLEO DE SANTA ROSA

C. Stª Rosa

Folha para pagamento do pessoal
 mal Stª Rosa, relativo ao mês de Abril de 1899.

Class.	Nomes	Gratificação	
		Dia	Total
1	Calbe Ramon Batai	21	3500
2	" Julian do Prado	21	3500
3	Trab. Antonio Bero	13	3000
4	" Amegeto Redon	3	3000
5	" Hanso Martin	3	3000
6	" Antonio Martin	21	3000
7	" Antonio Fernandes Glz	21	3000
8	" Bernardine Rodriguez	21	1500
9	" Benite Valino	17	3000
10	" Benigno Fuschal	3	3000
11	" Bonifacio Valgas Alvaro	21	3000
12	" Eugenio Glz	21	3000
13	" Fernando Bernandez ^{Felipe Talay}	23	3000
14	" Francisco Santalla Colon	23	3000
15	" Marfante Alvaro	21	3000
16	" Joao Antonio Sanchez	3	3000
17	" Joao Laurenceo Martin	21	3000
18	" Joao Julian Glz	20	3000
19	" Joao Bernandez Bero	22	3000
20	" Joao Elias Glz	23	3000
21	" Joao Valario	19	3000
22	" Joao Glz Santos	4	3000
23	" Luciano Rodriguez	20	3000
24	" Luiz Faive Sabajo	23	3000
25	" Maximiano Costa	21	3000
26	" Miguel Chamao	24	3000
27	" Modesto Alvaro	21	3000
28	" Mathias Martin	23	3000

154506

ANEXO N (cont.)

Transporte				
29	Trab. e figa Redonda	212	dm	616,500
30	Alameda Jaz	10	dm	300
31	Alameda Batai Fernandes	9	dm	270
32	Alameda Jaz	15	dm	450
33	Alameda Jaz	12	dm	360
34	Alameda Jaz	11	dm	330
35	Jaz de Lamas	22	dm	660
36	Jaz de Lamas	24	dm	720
37	Jaz de Lamas	19	dm	570
38	Jaz de Lamas	22	dm	660
39	Jaz de Lamas	13	dm	390
40	Jaz de Lamas	5	dm	150
41	Jaz de Lamas	16	dm	480
42	Jaz de Lamas	17	dm	510
43	Jaz de Lamas	24	dm	720
				2.244,000

1476
69
1407

1476
69
1407

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Offícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Santa Rosa.

ANEXO O - LISTA DE IMIGRANTES ESPANHÓIS ENVIADOS AO NÚCLEO DE SANTA ROSA

Núcleo Santa Rosa

LISTA dos imigrantes entrados nesta Hospedaria em de vindos no vapor
embarcados para a colonia em de de 189

Número de ordem	NOMES	IDADES				Parentesco	Origem	Profissão	Observação
		Mais de 12 annos	De 7 a 11 annos	De 2 a 6 annos	Menos de 2 annos				
31	Aquino Abramo Martin	25				Chefe			
32	Luiza Garcia Abreu	42				Esposa			
33	Joaquim Sanchez Garcia			6		Filho			
34	Angel Mariano Garcia				19 mes				
35	Isabelita Chaves Alfaro	22				se			Aggregada da familia de Aquino Abramo Martin
36	Fruetino Toran Gonzalez	38				Chefe			
37	Jose Toran Alvarez	38				Esposa			
38	Antonio Toran Toran		10			Filho			
39	Tomaz Dominguez Toran	37				Chefe			
40	Nictoria Carrero Obregon	36				Esposa			
41	Amador Dominguez Carrero			4		Filho			
42	Luizela Dominguez Toran	23				Esposa			Aggregada da familia de Tomaz Dominguez Toran
43	Catalina Liza Dominguez		8			Filho			
44	Albino			3					
45	Tepez Mendez Baptista	42				se			Aggregada da familia de Aquino Abramo Martin
46	Luiza Nicols Alade	38				Chefe			
47	Francisca Pimentel	34				Esposa			
48	Catalina Nicols Pimentel		10						
49	Abraão		9						
50	Abraão		4						
51	Albino			3					
52	Luiza Guayara Botina	24				Chefe			
53	Agustina Parame	21				Esposa			
54	Luiz Guayara Parame					Filho			

Hospedaria de Imigrantes de Santa Rosa
Associação Joaquim Sanchez Garcia

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspeção de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Santa Rosa.

ANEXO P - LISTA DE ENVIO DE IMIGRANTES ESPANHÓIS AO NÚCLEO DE SANTA ROSA

LISTA dos imigrantes *Espanhóis* entrados nesta Hospedaria em *23* de *Maio* de *1900* vindos no vapor *Benedict* embarcados para a colônia de *Sete de Setembro* em de de 189

Número	NOMES	IDADES			Parentesco	Origem	Profissão	Observação
		Maio de 1899	De 2 a 31 de 1899	De 1 a 31 de 1899				
1	Roberto Carlos y Jones	38			Chefe			
2	Barbática Babo	34			Esposa			
3	Juan Carlos Babo		12		Filho			
4	Peter			13				
5	Patric			1/2				
6	Manoel grande bravo	60			Chefe			
7	Manoel Pereira grande	56			Filho			
8	Augusto	28						
9	André	25						
10	Luiz Patricia Fernandes	23			Chefe			
11	Manoel Pereira grande	23			Esposa			
12	Manoel Pereira Fernandes	45			Chefe			
13	Barbática Babo	46			Esposa			
14	José Pereira Babo	14			Filho			
15	João	13						
16	Alvaro		9					
17	Francisca			6				
18	Teodoro Alberto Hernandez	43			Chefe			
19	Luis Babo	37			Esposa			
20	Franc Alberto Pereira		11		Filho			
21	Alvaro			6				
22	Manoel do lado Pereira	40			Chefe			
23	Manoel do lado Alberto	16			Filho			
24	Manoel Pereira local	23			Chefe			
25	Manoel Pereira local	23			Esposa			
26	Manoel Pereira local	23			Esposa			
27	Manoel Pereira local	23			Chefe			
28	Manoel Pereira local	23			Esposa			
29	Manoel Pereira local	23			Filho			

ANEXO P (cont.)

LISTA dos imigrantes entrados nesta Hospedaria em de *1900* de 15, vindos no vapor
embarcados para a colonia em de *1900* de 15

Número de ordem	NOMES	IDADES				Parentesco	Origem	Profissão	Observação
		Menor de 12 annos	De 12 a 17 annos	De 18 a 25 annos	De 26 annos e mais				
<i>91</i>	<i>Fernando Huerta</i>				<i>3</i>	<i>Filho</i>			<i>Hospedaria de Imigrantes de Curitiba, 25 de Maio de 1900. O Amannense, Joaquim Aguiar Costa</i>

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspeção de terras e colonização; Série Offícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia de Santa Rosa.

ANEXO Q - TRANSCRIÇÃO DO OFÍCIO DE FERREIRA PENA

Nº 7

Colônia Ferreira Penna 23 de Dezembro de 1900.

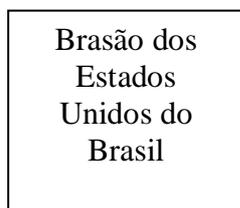
Senhor Inspetor de terras e
Colonização.

Comunico-vos que ho / je deu-se um facto de / sagradavel na colonia; uns / rapazes vieram a colonia, / dizem serem do americano e / deram um tiro no filho / do colono hespanhol Mano/ el Galende: o Pharmaceu / tico considera a (SIC) ferimen / to grave; a autoridade / tomou conhecimento, para / os devidos fins.

Saude e Fraternidade.

O Administrador
José Malaquias de SouzaAlbuquerque

ANEXO Q – Cont.



Administração da colônia “Ferreira Penna”

Nº 11

Senhor Inspetor de Terras e Colonização

Comunico-vos que n’esta dacta / segue para o hospital da Santa casa de mise /
ricordia, o menor Angelo de 5 annos de eda / de, filho do colono hespanhol Manoel Ga /
lende, que foi balêado no dia 23 do cor / rente, segundo já vos communiquei em / officio da
dita dacta: vai accompanhan / do o pharmaceutico, pai e uma irmã; / forão requisitados as
pasagens de ida / e volta ao chefe do trem do dia.

Cumpri-me mais communi / car vos que o menor foi balêado por / Manoel Venancio
do Nascimento de 14 annos / de idade, que vinha caçar com mais (seis) / companheiros (tudo)
menores de 14 annos, / e residentes no Americano; chegando / na estrada da colonia, o de
(menor) Nasci /

Página 2

cimento foi descarregar a espingarda e n’essa / ocasião, apparecêo a (Sic) Menor na estrada /
distante vinte e tres passos, a que foi / atingido pela bala.

O Sub-prefeito prendeo[Ilegível + ou – uma palavra] / de corpo de delito e as demais [
ilegível + ou – uma palavra].

Saude e Fraternidade

O Administrador
José Malaquias de Souza Albuquerque

ANEXO R - OFÍCIO DO NÚCLEO COLONIAL DE IANETAMA

Janetama 18 de junho de 1900

Nº 5

Senhor Inspetor de terras e colonização

Para os fins convenientes remetto-vos / inclusa a relação nominal da família / hespanhola de Lourenzo Calves que / matriculei por ordem verbal do excelentíssimo / Governador do estado. Esta família / saio da hospedaria de Outeiro para / procurar empregos domésticos, que não obteve; e como o seu chefe foi na / Hespanha iludido com a promessa de ser professor em qualquer das co/ lonias hespanholas é um acto e / quidade disparsar-me os subsídios a / que tem direito.

Saude e Fraternidade

D. Pedro Moreira

ANEXO S – OFÍCIO DO NÚCLEO DE FERREIRA PENA

Ex. Sr. Dr. Governador do estado do Pará
Informe ao Sr. Inspector de terras e colonização
Secretaria do Governo 1º de Dezembro de 1900

Isidoro Perez colono da colônia de Ferreira Pena vem perante a Ex. cia [sic] pedir vos, que lhe mande fornecer um forno, e uma machina [sic] de descascar arrois[sic] com toudozseoz [sic] pertenceis para pagar em prestações que a Ex. cia[sic] julgar conveniente visto que es de granda utilidade para el de senbolbimento da lavouras [sic] de / trabalhamos aqui com muita dificuldade para pouparmos esezgenerozquasi [sic] de primeira nececida aqui nesta colonia.

Nestez termos

Colonia de Ferreira Pena 29 de Novembro de 1900

Isidoro Perez

Fonte: Arquivo Público do Pará, Seção: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de terras e colonização, Série: Ofícios, Ano: 1900, Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 05, Colônia Ferreira Pena.

**ANEXO T - IMIGRANTES ESPANHÓIS QUE SEGUEM PARA A COLÔNIA
BENJAMIM CONSTANT EM 16 DE DEZEMBRO DE 1898**

Número de ordem	Nomes	Idades				Parentesco	Origem	Profissão
		Maior de 12 anos	De 7 a 12 anos	De 3 a 12 anos	Menor de 3 anos			
1	Adelaide Garcia	16				Agregada		“ “
2	Agapito Peres	43				Chefe		
3	Agostín Gonsales	44				Chefe		“ “
4	Alexandro Rodrigues	39				Chefe		
5	Alfonso Maciel			6		“ “		
6	Andre Rodrigues	17				Filho		
7	Andres Ferrero		11			Filho		
8	Andres Nieto	37				Chefe		Lavrador
9	Angel Garcia		8			Filho		“ “
10	Angel Gonsales			5		“ “		
11	Angel Maurano		11			Enteado		
12	Antonia Garcia	32				Chefe		“ “
13	Antonia Rodrigues	44				Esposa		
14	Antonio Martin Llamas	42				Chefe	Zamora	Lavrador
15	Atilana Lago	45				Esposa	Zamora	
16	Barbara Nieto	16				Filha		
17	Benigno Aviedo	41				Só	Leon	
18	Benigno Garcia	42				Chefe		“ “
19	Bernarda Fresno			3		“ “		
20	Blanca Garcia		9			Filha		
21	Bonifacio Vara	26				Só		
22	Casimira Cosada	18				Sobrinha	“ “	“ “
23	Casusa Gonsales			6		“ “		
24	Catalina Gonsales	16				Filha		
25	Cecilio Fresno	37				Chefe	“ “	“ “
26	Cesario Arias	12				“ “		
27	Concepcion Virela [?]	36				Esposa		
28	Cypriano Arias	53				Chefe	Zamora	Lavrador
29	Dionisio Peres	45				Esposa		
30	Dominga Santiago		12			“ “		
31	Domingo Alonso	37				Chefe	“ “	“ “
32	Domingo Fernandes			4		Filho		
33	Domingo Fresno			7		“ “		
34	Doroteo Peres				[1]	“ “		
35	Emilia Cosada	32				Esposa		
36	Enlenterio [?] Ares	30				Chefe		“ “

37	Ernertino Fernandes			9		“ “		
38	Eulalia Morgueira	36				Esposa		“ “
39	Fabian [?] Gonsales		11			“ “		
40	Feliciana Ferrero				2	“ “		
41	Feliciana Fresno		9			Filho		
42	Felipa Alonso		10			Filha		
43	Felipe Arias	22				Filho		
44	Felipe Suares	38				Chefe	“ “	“ “
45	Florianio Bermeja	20				Chefe		“ “
46	Francisca Arias Luis	26				Chefe	“ “	“ “
47	Francisca Arias Martin	33				Só	“ “	“ “
48	Francisca Nieto	14				“ “		
49	Francisco Garcia				2	“ “		
50	Francisco Maciel		9			Filho		
51	Francisco Martin	40				Chefe		
52	Francisco Serrano				3	“ “		“ “
53	Gaspar Ferrera Dios	38				Chefe	“ “	“ “
54	Geralda Fernandes	24				Esposa		“ ”
55	Geraldo Peres		8			“ “		
56	Geronimo Fernandes	49				Chefe	“ “	“ “
57	Gregorio Maciel	36				Chefe		“ “
58	Gregório Rodrigues				2	“ “		
59	Guilhermina Peres	18				Filha		
60	Henrique Peres			3		“ “		
61	Hermínia Fernandes	25				Cunhada		“ “
62	Ignacio Canarrana	49				Viúvo	“ “	“ “
63	Ignácio Rodrigues	36				Chefe	“ “	“ “
64	Irene Garcia	40				Esposa		
65	Isabel Alonso	18				Irmã	“ “	“ “
66	Isabel Garcia			6		“ “		
67	Jeronyma [?] Ramayo	43				Só		
68	João Gallego		11			<u>Filho</u>		
69	João Morgueira			7		“ “		
70	José Camayo			4		“ “		
71	José Fresno			5		“ “		
72	Jose Gallego	60				Pai	“ ”	“ “
73	José Peres Jeronimo [?]				8 meses	“ “		“ “
74	Jose Rodrigues	40				Esposa		

75	Josefa Llamas	17				“ “		
76	Justa Maciel				1	“ “		
77	Justa Serrano	14				Filha		
78	Leandro Rodrigues			4		“ “		
79	Leonor Ferrero			7		“ “		
80	Leonora Maurano	60				Mãe	“ “	“ “
81	Lorenza Rivas	14				<u>Sobrinho</u>		
82	Lorenza Vara	37				Esposa		
83	Luis Garcia			3		“ “		
84	Luisa Arias	41				Esposa		
85	Macino [?] Gonsales	42				Chefe	“ “	“ “
86	Magdalena Santiago	15				Filho		
87	Manuel Crespo	21				Só	Pontevedra	“ ”
88	Manuel Jullego [?]			2	2 [sic]	“ “		
89	Manuel Rodrigues			4	4 [sic]	<u>Filho</u>		
90	Manuela Blanco	41				Esposa		
91	Manuela Julian	34			2	Esposa		
92	Marcelino Gonsales				2	“ “		“ ”
93	Marcelino Rodrigues		8			“ “		“ “
94	Margarida Fernandes				2	“ “		
95	Maria Arias	18				“ “		
96	Maria Fernandes	44				Esposa		
97	Maria Ferrera	23				“ “		
98	Maria Garcia			6		Filho		
99	Maria Garcia				1	“ “		
100	Maria Miguel	34				Chefe		“ ”
101	Maria Moreno	40				Chefe		“ “
102	Maria Suares	13				<u>Sobrinha</u>	“ ”	“ “
103	Martin Rafael Garcia	13				Irmã		
104	Mateos Garcia	42				Esposa		
105	Mateos mesquita	22				Só	“ “	“ ”
106	Melchor Santiago Mateos	45				Chefe	Zamora	Lavrador
107	Micaela Peres	13				<u>Filho</u>		
108	Micaela Sumeui [?]	42				Esposa		
109	Modesto Fernandes	34				Chefe	“ “	“ “
110	Modesto Serrano		10			“ “		
111	Monica Casado	38				Chefe		
112	Natividad Tomas	26				Esposa		

113	Odore [?] Peres			6		“ “		
114	Pascual Morgueira				2	Filho		“ ”
115	Paula Rodrigues				4 meses	“ “		
116	Pedro Ferrera Carballo	69				Viúvo	“ “	“ “
117	Pedro Serrano		12			“ “		
118	Petra Alonso	24				Irmã		
119	Petra Blanco	34				“ “	“ “	
120	Rafael Garcia	45				Chefe		
121	Romana Gallego	33				Esposa		
122	Rosa Vega	36				Esposa		
123	Ruperta Gonsales	17				Filho		
124	Santiago Cosada	13				“ “		
125	Saulá Rodrigues				2	Filha		
126	Sofia Rodrigues			4		“ “		
127	Teresa Ferrero			5		“ “		
128	Teresa Villalan	32				Esposa		
129	Tomasa Foje	31				Esposa	Zamora	
130	Trinidad Casos	37				Esposa		
131	Trinidad Gallegos	44				Esposa		
132	Valeriano Peres	14				“ “		
133	Vicente Cosada		10			“ “		
134	Victoriana Fernandes	27				Filho		
135		45				Chefe	“ “	“ “

TOTAL: 134 PESSOAS, SENDO 77 HOMENS E 57 MULHERES

Fonte: Arquivo Público do Pará; Seção Obras Públicas; Fundo Inspetoria de terras e colonização; Série Ofícios; Ano 1900; Caixa: 16 (Administradores dos Núcleos Coloniais); Pasta 02 - Colônia Benjamim Constant.